

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

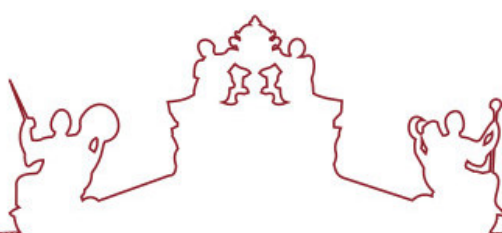
Dissertação

**Inovação social e desenvolvimento local sustentável: estudo
de caso de uma cooperativa multisectorial**

Andreia Filipa Pereira Caeiro

Orientador(es) | **Maria da Conceição Rego**

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

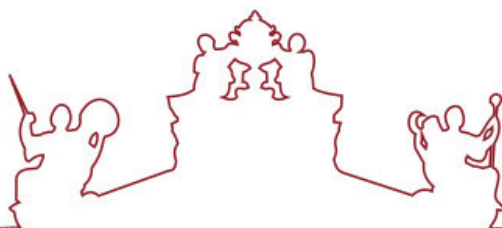
Dissertação

**Inovação social e desenvolvimento local sustentável: estudo
de caso de uma cooperativa multisectorial**

Andreia Filipa Pereira Caeiro

Orientador(es) | **Maria da Conceição Rego**

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Paulo Alexandre Neto (Universidade de Évora)

Vogais | Gertrudes das Dores Guerreiro (Universidade de Évora) (Arguente)
Maria da Conceição Rego (Universidade de Évora) (Orientador)

*Uma sociedade onde a economia vai bem, mas o povo
vai mal e o planeta é delapidado, é evidentemente
uma sociedade sem rumos. (Ladislau Dowbor, 2009, p. 121)*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelos pilares que são para mim, pela sua compreensão e apoio incondicional. Obrigada por me ajudarem a voar quando precisei, para depois querer regressar. A vocês, tudo devo.

Ao meu irmão, por todos os momentos de partilha ao longo deste trabalho mas sobretudo ao longo da vida, é nele que tenho a expressão máxima de cumplicidade e genuína representação do amor fraterno. É e será sempre para mim uma fonte de orgulho.

Ao meu companheiro, agradeço profundamente por estar comigo todos os dias, pelo aconchego insubstituível e reparador. Sem ele tudo seria mais difícil e a vida não teria a mesma cor. Só espero poder retribuir da mesma forma.

À minha orientadora, a professora doutora Maria Conceição Rego, por acreditar em mim e nas minhas capacidades, demonstrando sempre abertura para com as minhas reflexões e direções a seguir.

Ao núcleo organizacional da Cooperativa Integral Minga, pela sua receção calorosa e aceitação em colaborar neste estudo, prontificando-se desde logo a facultar informação de apoio à investigação empírica.

Por fim, mas não por último, agradeço carinhosamente aos participantes neste estudo, sem vocês o mesmo não seria possível. Obrigada por me receberem e por aceitarem partilhar comigo as vossas perceções, de valor inigualável.

RESUMO

Este trabalho debruça-se sobre os conceitos de inovação social e desenvolvimento local sustentável. Ambos têm em comum a reflexão crítica sobre os desafios impostos por modelos de desenvolvimento hegemónicos e a procura de respostas alternativas centradas nos recursos endógenos e na ação da sociedade civil. O estudo pretende explorar a relação entre os dois conceitos, nomeadamente perceber de que forma as iniciativas de inovação social podem promover e/ou limitar o desenvolvimento local sustentável. Para tal, realizou-se um estudo de caso numa cooperativa multisectorial, a Cooperativa Integral Minga, sediada num território de baixa densidade, Montemor-o-Novo, que centra a sua ação na produção e consumo local e advoga princípios associados à economia solidária, decrescimento e práticas sustentáveis. Entre as principais conclusões, retira-se que a organização contribui para o desenvolvimento local sustentável através do estímulo à economia local, constituição de redes e consciência crítica, contudo o impacto é limitado pelo baixo envolvimento comunitário.

Palavras-chave: inovação social; desenvolvimento local sustentável; sociedade civil.

Social innovation and sustainable local development: a case study of a multisectoral cooperative

ABSTRACT

This work focuses on the concepts of social innovation and sustainable local development. Both have in common a critical reflection on the challenges imposed by hegemonic development models and the search for alternative responses centered on endogenous resources and the action of civil society. This study intends to explore the relationship between the two concepts, namely to understand how social innovation initiatives can promote and / or limit sustainable local development. To this end, a case study was carried out in a multisectoral cooperative, *Cooperativa Integral Minga*, based in a low-density territory, Montemor-o-Novo, which focuses its action on local production and consumption and advocates principles associated with the solidarity economy, degrowth and sustainable practices. Among the main conclusions, it can be seen that the organization contributes to sustainable local development by stimulating local economy, building networks and critical awareness, however the impact is limited by low community involvement.

Key words: social innovation; sustainable local development; civil society.

ÍNDICE GERAL

Índice

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	3
ÍNDICE GERAL	4
ÍNDICE DE FIGURAS	6
ÍNDICE DE TABELAS	7
ÍNDICE DE QUADROS	8
ÍNDICE DE GRÁFICOS	9
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	10
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	11
1.1. Enquadramento e justificativa	11
1.2. Problema de investigação e objetivos	13
1.3. Descrição sucinta da metodologia	14
1.4. Estrutura e organização do trabalho	15
CAPÍTULO 2 – COMPONENTE TEÓRICA	17
2.1. Inovação social: um processo de abordagem territorial	17
Nota introdutória	17
2.1.1. Breve e simplificada contextualização histórica e espacial da inovação social	18
2.1.2. Evolução e estabilização do conceito	21
2.1.3. Abordagens Conceptuais Contemporâneas	27
2.1.4. A abordagem territorial da inovação social	32
2.2. Desenvolvimento local sustentável	41
Nota introdutória	41
2.2.1. Os novos paradigmas do desenvolvimento	41
2.2.2. Desenvolvimento local sustentável	43
2.2.3. Estratégias e políticas para o desenvolvimento local sustentável	51
2.2.4. Desenvolvimento local sustentável por via da Inovação Social	61
2.3. Síntese Conclusiva	64
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	65
3.1. Modelo de investigação	67
Abordagem qualitativa	67
Método lógico: dialético e fenomenológico	68
Tipo de pesquisa quanto aos objetivos: exploratória e descritiva	69
Tipo de pesquisa quanto aos procedimentos técnicos: Estudo de Caso	69
3.2. Instrumentos de recolha de dados	71
Fontes bibliográficas	72
Fontes documentais	72

<i>Inquérito por questionário</i>	73
<i>Entrevista semiestruturada</i>	76
3.3. Instrumentos de análise de dados	78
CAPÍTULO 4 – COMPONENTE EMPÍRICA: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	83
4.1. Caracterização do Meio: o concelho de Montemor-o-Novo	83
4.1.1. <i>Aspetos sociodemográficos</i>	83
4.1.2. <i>Aspetos socioeconómicos</i>	85
4.1.3. <i>Outros aspetos da dinâmica concelhia</i>	91
4.1.4. <i>Políticas públicas locais</i>	93
4.2. Caracterização da organização: a Cooperativa Integral Minga	97
CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	108
5.1. Inquérito por questionário	108
5.1.1. <i>Caracterização sociodemográfica dos sócios respondentes</i>	108
5.1.2. <i>Caracterização do vínculo entre os sócios respondentes e a Minga</i>	112
<i>Síntese interpretativa</i>	114
5.2. Entrevistas	115
<i>Síntese interpretativa</i>	150
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	168
Anexo 1 – Inquérito por questionário	
Anexo 2 – Guião de entrevista semiestruturada	
Anexo 3 – Quadros estatísticos dos dados obtidos no inquérito por questionário	
Anexo 4 – Indicadores estatísticos do território	
Anexo 5 – Tabulação dos dados obtidos nas entrevistas	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Conceito de inovação social.....	27
Figura 2 - “Capital social e inovação no desenvolvimento local”	54
Figura 3 – Mapa conceptual: Promoção do desenvolvimento local sustentável por via da inovação social.....	62

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - “Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes”	25
Tabela 2 - “Síntese das vertentes teóricas dominantes no campo da inovação social”	30
Tabela 3 - “Perspetivas contemporâneas da pesquisa em Inovação Social”	31
Tabela 4 - Revisão da literatura: Inovação social X desenvolvimento territorial.....	33
Tabela 5 - Campos de exclusão dos lugares e comunidades.....	39
Tabela 6 – Definições do conceito de desenvolvimento local.....	45
Tabela 7 – Dimensões e desafios do desenvolvimento sustentável, segundo Ignacy Sachs.....	49
Tabela 8 – Definições de capital social.....	51
Tabela 9 – Dimensões e variáveis das redes para a promoção do desenvolvimento local sustentável.....	55
Tabela 10 – Variáveis e indicadores da “efetividade da ação” das redes na promoção do DLS.....	56
Tabela 11 - Evolução das visões sobre a administração pública, de acordo com o Relatório Mundial sobre o Setor Público.....	59
Tabela 12 – Delineamento da pesquisa.....	64
Tabela 13 - Operacionalização das variáveis para análise de conteúdo das entrevistas.....	78
Tabela 14 - Etapas da análise de conteúdo temática.....	80
Tabela 15 - O setor do emprego e da formação profissional em Mon segundo a perspetiva dos atores locais.....	88
Tabela 16 - O setor habitacional em Mon segundo a perspetiva dos atores locais.....	90
Tabela 17 – Objetivos estratégicos para o desenvolvimento de MoN.....	92
Tabela 18 – Opções programáticas das políticas públicas municipais e iniciativas para a sua dinamização.....	93
Tabela 19 - Afetação dos excedentes anuais líquidos.....	103

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1– Aplicação do inquérito por questionário à população em estudo.....73

Quadro 2 – Aplicação de entrevistas semiestruturadas à amostra em estudo.....75

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente no município de MoN por sexo e por grupos etários a 31/12/2018..	82
Gráfico 2 - Distribuição do n.º de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado no IRS, no concelho de MoN em 2017.....	83
Gráfico 3 - Ganho médio mensal dos TCO nos estabelecimentos segundo o setor de atividade e o sexo, residentes no concelho de MoN em 2017.....	84
Gráfico 4 - N.º de TCO em estabelecimentos segundo o nível de habilitações literárias, residentes no concelho de MoN em 2017.....	85
Gráfico 5 - Ganho médio mensal (em €) dos TCO nos estabelecimentos segundo o nível de habilitações literárias, residentes no concelho de MoN em 2017.....	86
Gráfico 6 - N.º de empresas por classificação das atividades económicas, no concelho de MoN em 2017.....	87
Gráfico 7 – Distribuição dos sócios efetivos e dos sócios colaboradores por idade.....	106
Gráfico 8 – Distribuição dos sócios efetivos e dos sócios colaboradores por tempo de residência no concelho de MoN.....	108
Gráfico 9 – Distribuição dos sócios efetivos e dos sócios colaboradores por habilitações literárias...	108
Gráfico 10 – Distribuição dos sócios por área de atividade profissional.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AC – Alentejo Central

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CED - Carta Estratégica de Desenvolvimento

CIM – Cooperativa Integral Minga, CRL

DL – desenvolvimento local

DLS – desenvolvimento local sustentável

DS – desenvolvimento sustentável

DSCM – Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Novo

EC – Economia circular

ECIM - Estatutos da Cooperativa Integra Minga CRL

IS – inovação social

IIS – iniciativa de inovação social

IRS – Imposto sobre o rendimento singular

MoN – Montemor-o-Novo

SE – sócios efetivos

SC – sócios colaboradores

TCO – Trabalhador(es) por conta de outrem

RISA - Regulamento Interno da Secção Agrícola

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento e justificativa

A inevitabilidade de um Mundo globalizado, em que uns ganham e muitos perdem, provocou questionamentos ao que durante décadas foi concebido como desenvolvimento, a partir de uma visão ocidental e desde o hemisfério norte. Continuando a ser um conceito discutido e discutível, é hoje aceite que o desenvolvimento não pode ser sinónimo de crescimento económico, face às desigualdades sociais e aos danos ambientais criados por esta conceção. Surgem assim novas abordagens, que encontram na sustentabilidade e no local respostas alternativas possíveis, pese embora as dificuldades com que se possam deparar na sua aplicação prática.

O conceito de sustentabilidade e a importância dada ao território apela a um modelo de desenvolvimento *bottom up*, pelo que as comunidades locais deixam de ser objeto de intervenção e passam a ser vistas como sujeitos ativos na transformação da própria realidade (Andion, 2003). Trata-se, portanto, de uma responsabilização coletiva que ganha um cunho politizado, pois são assumidas escolhas e tomadas de posição na conjugação entre “o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (Estado, mercado e sociedade civil organizada).” (Andion, 2003, p. 1046). As mudanças de conceção, quanto aos processos de regulação, relacionam-se com a crise do modelo keynesiano, que levou à transferência de poder estatal para a sociedade civil e para as organizações económicas supranacionais (Andion, 2003), criando a tendência de que a economia se globalize e o social se localize (Klein, 1989, citado em Andion, 2003¹).

Perante tamanhos desafios, é necessário criar novas respostas, que atendam às especificidades de cada contexto, de maneira a que os territórios se tornem mais resilientes aos fatores de exclusão, sendo em todo o caso vital o fortalecimento da identidade cultural e das relações sociais para que práticas e políticas *place-based* se construam.

Fundamenta-se assim a importância da promoção de iniciativas de inovação social (IIS), de base territorial e com carácter transformador, cujas propostas de resolução de problemas e minimização de necessidades devem passar pela criação ou transformação das relações sociais existentes e pela capacitação dos indivíduos e comunidades, fatores fundamentais para o alcance do desenvolvimento local sustentável.

Como tal, este trabalho centra-se nestes dois conceitos - inovação social (IS) e desenvolvimento local sustentável (DLS) -, aspirando compreender de que forma estes se

¹ Referência da fonte primária:

Klein, J-L. (1989). Développement régional et espace local: vers une régulation territorialisée. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 22, (62), 189-195

relacionam. Longe de serem tão-só conceitos teóricos, tanto um como o outro abordam e discutem práticas e estratégias que tornem os territórios mais resilientes e as suas comunidades mais capacitadas, vincando a importância da participação ativa, do capital social, das redes sociais, e dos recursos endógenos, sendo-lhes transversal também o paradigma da sustentabilidade, que acarreta, no entanto, muitas dúvidas quanto à forma como se poderá atingir essa sustentabilidade.

Face ao foco deste trabalho, a IS será discutida enquanto processo e na perspectiva da abordagem territorial, privilegiando-se a literatura francófona na revisão teórica sobre o tema, dado que os autores franceses assumem a dianteira dos estudos dentro desse ângulo da IS. Enquanto processo localizado, procurar-se-á perceber qual a relação da IS com o DLS, concretamente espera-se compreender de que forma a IS poderá promover ou restringir esse modelo de desenvolvimento, que vislumbra no local respostas aos desafios globais e nacionais impostos.

Reconhecendo a importância da sociedade civil na dinamização dos territórios, este trabalho dará protagonismo a uma cooperativa multisectorial, a Cooperativa Integral Minga CRL., localizada num território rural de baixa densidade, o concelho de Montemor-o-Novo. A Cooperativa Minga abrange quatro ramos do sector cooperativo – agrícola, comercialização, habitação e construção e serviços – tendo, portanto, um foco socioeconómico dirigido às questões do trabalho e da habitação e cuja ação é centrada na promoção de modelos de produção e consumo sustentáveis. A cultura organizacional da Minga tem como pilares os princípios vinculados não só à sustentabilidade, mas também à filosofia do decrescimento, da economia solidária e da economia local, pois procura promover práticas que passam pela valorização e utilização de recursos endógenos e de baixo impacto ambiental, pelo consumo de produtos locais e sazonais, pelo encurtar de distâncias entre produtores e consumidores, e pela promoção do autoemprego através de relações de entreajuda. A Minga procura também ser um espaço de debate e reflexão acerca da sociedade de consumo e assume-se como uma cooperativa integral, ou seja, procura apoiar atividades relacionadas com as áreas necessárias ao viver, numa perspectiva de complementaridade entre pessoas e projetos e de consciencialização de estilos de vida mais responsáveis em prol do bem-estar comum.

Justificativa

A área temática deste estudo revela-se adequada ao seu enquadramento académico face ao carácter sociopolítico e económico do referencial teórico vinculado aos conceitos em discussão, os quais serão testados através de um projeto inovador de base territorial, tomado como estudo de caso. Assim, o presente trabalho constrói-se entrosando uma dialética que cruza a dimensão económica, política e social na ambição de que faça jus ao Mestrado em Políticas Públicas e Projetos.

A escolha do tema a dissertar tem em primeira instância uma motivação pessoal, relacionada com a experiência profissional na área de serviço social, a qual permitiu observar que as respostas sociais convencionais, embora pertinentes para assegurar necessidades de manutenção, têm um reduzido poder transformador quando se trata de problemas que deveriam ser transitórios. Isto parece ser alimentado pela pobre vinculação ao território, estimulada pelas políticas públicas centralizadas, mas também por fatores organizacionais das instituições tradicionais (direções estatutárias, envelhecidas e pouco qualificadas e corpos técnicos acomodados e desmotivados). Estas reflexões levaram ao questionamento sobre outras formas de agir, que promovessem a capacitação e emancipação, ao invés da destituição de poder dos indivíduos, nomeadamente através da ação comunitária a partir das bases e da mobilização dos recursos locais.

Para além de servir a curiosidade pessoal e profissional sobre o tema, e da reconhecida relevância sociopolítica da temática conforme discutido acima, esta dissertação tem a pretensão de contribuir com algumas reflexões úteis para estudos e práticas futuras. A investigação acerca de como a IS ocorre e quais as suas consequências ainda se revela insuficiente (Andion, Ranconi, Moraes, Gonsalves, & Serafim, 2017) e, como atesta Bittencourt (2014). Embora a IS seja discutida no âmbito da ciência e das políticas públicas há quase vinte anos, no que diz respeito a Portugal, estudos mais aprofundados são ainda necessários, sobretudo aliados à questão do desenvolvimento territorial, e em particular no campo do DLS, onde existe pouca investigação que legitime o papel das associações e cooperativas enquanto promotoras de DLS através de IIS.

Desta forma, espera-se que os resultados alcançados possam constituir hipóteses de trabalho para investigações futuras, referentes à relação entre a IS e o DLS, bem como contribuir para a legitimação das IIS enquanto promotoras do DLS e lançar pistas para que estas possam potenciar a sua ação nesse sentido.

1.2. Problema de investigação e objetivos

Este estudo cuja área temática reside no campo de interações entre a IS e o DLS, procura perceber de que forma a IS promove e/ou constrange o DLS. Para delimitar o problema, este é especificado com a seguinte questão de investigação:

De que forma a inovação social, a partir de organizações da sociedade civil, promove e/ou constrange o desenvolvimento local sustentável nos territórios de baixa densidade?

Assim, a nossa hipótese implícita é a de que a inovação social, a partir de organizações da sociedade civil, promove e/ou constrange o desenvolvimento local sustentável dos territórios de baixa densidade.

Como objetivo geral, este estudo visa identificar pressupostos que relacionem a IS, desde organizações constituídas pela sociedade civil, com a promoção e/ou limitação do DLS nos territórios de baixa densidade. Para tal, e de forma a conseguir responder à questão colocada, são traçados seis objetivos específicos, sendo que os dois primeiros relacionam-se com o domínio conceptual e os restantes quatro prendem-se sobretudo com a componente empírica, designadamente:

1. Estabelecer dimensões de análise da inovação social relacionadas com o desenvolvimento territorial;
2. Identificar elementos comuns entre inovação social e desenvolvimento local sustentável, que permitam relacionar os dois conceitos;
3. Analisar a resolução/minimização dos problemas e satisfação de necessidades por ação direta e/ou indireta da organização em estudo;
4. Analisar a promoção da participação, cooperação e capacitação, por ação direta e/ou indireta da organização em estudo;
5. Perceber se os processos de participação, cooperação e capacitação implementados, por ação direta e/ou indireta da organização, contribuem para a criação/alteração das relações sociais;
6. Perceber em que medida a organização contribui, ou não, para o desenvolvimento sustentável do território em termos sociais, ambientais e económicos.

1.3. Descrição sucinta da metodologia

Este estudo é marcado por uma abordagem compreensiva e privilegia a análise qualitativa de tipo exploratória e descritiva, visto que pretende explorar os conceitos propostos e descrever o fenómeno em estudo, de forma a tirar elações sobre a relação entre as variáveis a operacionalizar.

De forma a alcançar os objetivos acima identificados perspetiva-se utilizar como procedimento o estudo de caso, recorrendo aos seguintes instrumentos para recolha de dados:

- i) Pesquisa e análise de fontes bibliográficas, para constituição do referencial teórico e interpretação dos resultados empíricos, mas também para apoio no delineamento da metodologia, redação do texto e estruturação do estudo;
- ii) Pesquisa, recolha e análise de fontes documentais, nomeadamente dados estatísticos, legislação, documentos organizacionais e conteúdos disponíveis nos meios de comunicação social, os quais são essenciais para caracterizar o meio e a organização mas também para apoiar a análise e interpretação dos dados recolhidos no questionário e entrevistas;

- iii) Inquérito por questionário, com o objetivo de caracterizar o universo em estudo, a nível sociodemográfico, mas também quanto à sua relação com a organização, servindo ainda para fazer uma pré-seleção dos indivíduos a entrevistar;
- iv) Entrevista semiestruturada aplicada um subconjunto de sócios que têm experiência prática com a organização em estudo e residem no seu local de intervenção, de modo a analisar a perceção destes quanto ao papel da Minga no seu território, para a construção de um desenvolvimento local sustentável.

A análise e interpretação dos dados recolhidos é feita com recurso à estatística descritiva, no que respeita ao inquérito por questionário, e à análise de conteúdo categorial, no que se refere às entrevistas.

1.4. Estrutura e organização do trabalho

Este trabalho estrutura-se em 6 capítulos, sendo o primeiro introdutório, para enquadrar e justificar a pertinência do presente estudo, elucidar quanto ao problema de investigação, objetivo geral e específicos, e dar a conhecer sucintamente qual a metodologia delineada para o alcance dos mesmos, apresentando por fim a estrutura desta dissertação.

O segundo capítulo é dedicado ao referencial teórico utilizado nesta dissertação e subdivide-se em duas partes, sendo que a primeira é dedicada à IS e a segunda ao DLS, cada qual apresentando inicialmente um breve sumário sobre os pontos a desenvolver. A primeira parte abarca quatro pontos: i) a contextualização histórica e espacial do conceito de IS, de forma a melhor compreender as conceções que estão na origem do mesmo e a forma como este se constrói na realidade socioeconómica e sociopolítica; ii) a estabilização do conceito; iii) as abordagens conceptuais contemporâneas sobre o processo e papel da IS, destacando-se duas perspetivas distintas – a abordagem pratico-organizacional e a abordagem territorial; iv) e a abordagem territorial da IS, destacando os fatores que impulsionam o surgimento de IS, nomeadamente os atores e contextos que conduzem a processos e respostas de IS. A segunda parte, que explora o conceito de DLS reparte-se também em quatro pontos: i) críticas ao desenvolvimento estruturalista e nessa sequência desenvolve os novos paradigmas do desenvolvimento, que procuram respostas alternativas aos atuais desafios sociais e ambientais; ii) compreensão do conceito de DLS enquanto processo endógeno, territorializado e sustentável; iii) estratégias e políticas para o DLS, abordando a importância da participação da sociedade civil nesse processo; iv) e o DLS por via da IS, encerrando a componente teórica com uma proposta de mapa conceptual que relacione os dois conceitos em estudo.

O terceiro capítulo explica e justifica o delineamento metodológico deste estudo, quanto ao modelo de investigação e instrumentos utilizados na recolha e análise de dados, apresentando também os critérios utilizados na escolha do estudo de caso.

O capítulo seguinte trata a componente empírica de forma expositiva, caracterizando primeiramente o meio onde a IIS se localiza e intervém, de forma a interpretar posteriormente os dados recolhidos à luz dos fatores de contexto desse território; e de seguida apresenta a organização em estudo, caracterizando o seu modelo de gestão e cultura organizacional.

Após a apresentação do estudo de caso, é feita a análise e interpretação dos dados recolhidos através do inquérito por questionário e das entrevistas, considerando os objetivos específicos propostos, e tendo em conta os indicadores que entretanto foram traçados para obter respostas nesse sentido.

Naturalmente, o sexto e último capítulo congrega as conclusões e reflexões retiradas deste trabalho, que mostra que as ISS são promotoras do DLS nos territórios de baixa densidade, fundamentalmente por contribuírem para a atratividade territorial e dinamização económica e social do local, sendo também um estímulo para a promoção de relações colaborativas e solidárias e para a maior consciencialização de práticas ecologicamente responsáveis. Contudo, evidencia-se que a sua ação tornar-se limitada quando se centra sobre um grupo específico e quando existe um baixo envolvimento comunitário, explicado por questões relacionadas com a identidade cultural local (participação pública limitada e desconfiança em relação ao que é novo e/ou desconhecido), e com a gestão organizacional da Minga (fragilidades no planeamento e organização e baixa responsabilização).

CAPÍTULO 2 – COMPONENTE TEÓRICA

2.1. Inovação social: um processo de abordagem territorial

Nota introdutória

O protagonismo ganho pela IS nos últimos anos é visível pelo aumento da discussão sobre o tema, englobando diferentes atores, como decisores políticos, sociedade civil e investigadores. A sua importância faz-se notar pela implementação de políticas de IS, fomento de discursos políticos para a sua promoção, iniciativas das organizações da sociedade civil, e aumento de produção científica (Bittencourt e Ronconi, 2016; Andion *et al.*, 2017; Agostini, Tondolo e Tondolo, 2017).

A discussão tem sido acompanhada por diferentes olhares das ciências sociais e através de diferentes ângulos, primeiro na tentativa de clarificar o conceito e posteriormente na expectativa de clarificar o processo, como os estudos mais recentes parecem indicar.

Pese embora as diferentes abordagens e ideologias implícitas acerca do papel, processo e finalidade(s) da IS, o consenso entre decisores políticos, comunidades de investigação e outros atores sociais tem vindo a aumentar quanto à necessidade de se construírem respostas socialmente inovadoras que permitam lidar com os atuais e futuros desafios sociais, ultimamente muito relacionados como a questão da sustentabilidade ambiental, social e económica. Assim, a IS tem vindo a ganhar visibilidade através da implementação de novos projetos, iniciativas, métodos e teorias, num esforço conjunto de entender as suas implicações e encontrar soluções para velhos e novos problemas.

Independentemente das suas ideologias e motivações, esse protagonismo tem sido facilitado pelas políticas europeias atuais, que preconizam a construção e implementação da política pública multinível, considerando a importância de atores heterogêneos, especialmente a participação da sociedade civil, argumentando-se que esta deve ser (pro)ativa na procura de soluções para os seus problemas. Assim, tem vindo a ser fomentado, quanto mais não seja retoricamente, o estabelecimento de parcerias que favoreçam o diálogo, partilhem conhecimentos e estimulem a criatividade, entre outros mecanismos que promovam a participação dos cidadãos e empolem o poder de decisão dos atores locais.

Nesse sentido, considera-se que a IS tem capacidade para gerar respostas novas e eficazes e transformar as relações e estruturas sociais (Bittencourt e Ranconi, 2016). Parte-se assim do pressuposto que a IS pode contribuir para provocar mudanças sociais, que promovam um DLS e, em última instância, possam inclusive ser difundidas e instituir-se como política pública, embora tal difusão implique, provavelmente, a perda do seu carácter inovador.

De forma a compreender tais dinâmicas, é objetivo do primeiro ponto deste capítulo fazer um enquadramento teórico da IS focando a abordagem territorial. Este inicia-se com a contextualização histórica e espacial em torno da conceptualização da IS, de forma a melhor perceber a sua essência e ligação às dinâmicas sociopolíticas e socioeconómicas. Esse retrato pretende, de seguida, ajudar a perceber a evolução e estabilização do conceito, de forma a extrair as suas principais dimensões com relação ao desenvolvimento territorial. Num terceiro tópico serão discutidas as atuais abordagens sobre IS, que se espalham em duas conceções distintas: a abordagem pratico-organizacional e a abordagem territorial. E por último, foca-se a abordagem territorial da IS, por se revelar mais adequada ao objeto de estudo deste trabalho, particularizando-se os fatores que impulsionam o seu surgimento, nomeadamente os atores e contextos que facilitam processos e respostas de IS.

Por se optar pela lente da abordagem territorial, dá-se desde logo prevalência ao referencial teórico que a defende, nomeadamente a literatura francófona, que tem em Frank Moulaert uma das principais referências.

2.1.1. Breve e simplificada contextualização histórica e espacial da inovação social

Moulaert, Mehmood, MacCallum & Hillier (2017) defendem que o termo IS remonta ao século XVIII, e tinha sobretudo uma conotação política e social, vinculada aos debates e lutas religiosas e sociopolíticas da época. Assim, a IS assumiu desde logo um carácter dual que se manteve durante o século XIX, sendo negativamente interpretada pelas forças conservadoras e valorizada pelas forças reformistas, espelhando dessa forma a sua forte conexão às posições ideológicas da altura, entre religiosos e não religiosos e entre revolucionários e movimentos sociopolíticos moderados (Jessop *et al.*, 2013, citado em Moulaert *et al.*, 2017²).

No início do século XIX surgem os movimentos que viriam a constituir a denominada economia social, enquanto resposta organizada da sociedade civil às suas próprias necessidades e problemas sociais, decorrentes da industrialização, através da constituição de Cooperativas, Mutualidades e Associações, motivo pelo qual ainda hoje estas são consideradas as três principais famílias da economia social (Defourny, 2009).

² Referência da fonte primária:

Jessop, B., Moulaert, F., Hulgård, L. e Hamdouch, A. (2013). Social innovation research: a new stage in innovation analysis?. In F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood and A. Hamdouch (eds.), *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, (pp. 110-130). Cheltenham: Edward Elgar.

Caixa 1 – Enquadramento sucinto do conceito de economia social

A **economia social** moderna surge nos movimentos associativos da primeira metade do século XIX, na Europa, estando vinculada ao movimento operário pela luta de melhores condições de vida, com objetivos de cooperação, solidariedade e entreajuda nos riscos sociais (desemprego, doença, invalidez e morte), face à inexistência de um Estado Social e condições trabalhistas da altura (França Filho, 2002; Defourny, 2009). Este termo é o reconhecido e utilizado em Portugal, jurídica e institucionalmente, para referir o setor social, e as suas delimitações nacionais estão definidas na Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013 de 8 de maio).

Contudo, sensivelmente a partir da década de 1930 até 1980 seguiu-se um período de adormecimento da IS, em detrimento da inovação de ímpeto económico e tecnológico, sobretudo a partir dos trabalhos pioneiros de Joseph Schumpeter, relegando-se para segundo plano a dimensão sociopolítica e humana do desenvolvimento e da inovação (Moulaert *et al.*, 2017).

Por outro lado, foi também consolidado o Estado Providência ou Estado de Bem-Estar Social, que resultou em dois aspetos essenciais para esta discussão: a absorção da função de proteção social pelo Estado que, como acima mencionado, havia sido conquistada e assumida pela população, durante o século XIX e início do século XX; e o surgimento do neoliberalismo, como crítica ao intervencionismo estatal (*idem*).

Não obstante esse criticismo, a intervenção estatal cresceu, sobretudo após o fim da II Grande Guerra, também por via do plano de recuperação europeu de inspiração Keynesiana. Os anos seguintes foram então marcados pelo crescimento acelerado e crescente integração mundial, sobretudo no âmbito financeiro, económico e tecnológico, levando ao aparecimento do termo Globalização. De ressaltar aqui as especificidades de Portugal, cujo período ditatorial se prolongou até 1974, limitando a liberdade de associação, os direitos de proteção social, assim como o crescimento económico e progresso tecnológico face ao seu âmago protecionista.

A década de 60 trouxe, no entanto, contestações de movimentos sociais, sobretudo na Europa e América do Norte, que contribuíram para tornar a IS mais tangível na década seguinte (Moulaert *et al.*, 2017), pois foi um período marcado pela ação coletiva contra o capitalismo e o estado patriarcal, luta por uma nova democracia, defesa do ambiente, e apelo a novas estratégias para lidar com o desenvolvimento urbano (Castells, 1983, Touraine, 1979, Moulaert e Scott, 1997, citados em Moulaert *et al.*, 2017³; Santos e Florbeloni, 2015). Assim, neste período reflete-se sobre a relação homem/natureza e questiona-se o paradigma dominante de racionalidade capitalista, gerando uma

³ Referência das fontes primárias:

Castells, M. (1983). *The City and the Grassroots*. Beverly Hills: SAGE.

Moulaert, F. & Scott, A.J. (1997). *Cities, Enterprises and Society on the Eve of the 21st Century*. London: Francis Pinter

Touraine, A. (1978). *La voix et le regard*: Seuil Paris.

nova sensibilidade social face às desigualdades sociais e problemas ambientais entretanto criados (Becker, 2001, citado em Santos e Florbeloni, 2015).

Os anos 70, assinalados por uma outra crise, a do petróleo, levou a inovação a recuperar a sua dimensão social, tanto no âmbito académico como político, sobretudo na área do desenvolvimento urbano e regional e com foco nas organizações de base, economia social e movimentos sociais emancipatórios (Moulaert *et al.*, 2017; Santos e Florbeloni, 2015). O ressurgimento da IS é acompanhado por novos termos para designar o setor social, isto é, organizações e/ou movimentos que não pertencem ao setor público nem ao privado lucrativo, nomeadamente o conceito de terceiro sector, nos EUA, e de economia solidária, na América Latina (Moulaert *et al.*, 2017; Defourny, 2009; França Filho, 2002), cujas diferenças conceituais retratam os distintos contextos e ideologias quanto ao papel do Estado, mercado e sociedade civil, e relação entre estas três esferas.

Caixa 2 – Enquadramento sucinto do conceito de terceiro setor

De acordo com Sílvia Ferreira (2009) o termo **terceiro setor** surge pela primeira vez em 1973, nos EUA, por Theodor Levitt, no âmbito da crise financeira, económica e de legitimidade do Estado-providência e do Estado desenvolvimentista, e consequente procura de alternativas para as falhas do Estado e Mercado. Assim, desde logo, terceirizou-se na relação com o primeiro e segundo sector, alocando-se, numa posição subalterna (França Filho, 2002). De perspetiva anglo-saxónica, o termo está intrinsecamente ligado à filantropia e às organizações não lucrativas e voluntárias, assumindo assim uma visão funcionalista e em linha com a perspetiva liberal da economia (*idem*). Em 1978 o conceito é importado para a Europa, através do francês Jacques Delors, face ao problema do desemprego e como crítica à relação salarial fordista, tendo sido proposto, em 1984, por Alain Lipietz, que o terceiro setor fosse promovido e apoiado em paralelo à empresa capitalista (Ferreira,

Caixa 3 – Enquadramento sucinto do conceito de economia solidária

Os teóricos defensores da **economia solidária** argumentem que esta se relaciona com os primários sistemas de trocas da Humanidade, no entanto o conceito surgiu no mesmo período que o terceiro sector mas num outro espaço, nomeadamente na América-latina e sobretudo no Brasil, onde está muito relacionado com a economia popular informal (França Filho, 2002). A principal diferença quanto à economia social e terceiro setor reside no seu isomorfismo institucional, dado que o terceiro setor e a economia social estão muito vinculados à delimitação formal das organizações e na atualidade agem como resposta complementar face ao Estado e Mercado, estando direcionadas sobretudo para a dimensão socioeconómica, enquanto que a economia solidária abraça a vertente sociopolítica e clama por uma economia alternativa à dominante (Hespanha, 2017; França Filho, 2002). De facto, a economia solidária é vista como a renovação da velha economia social e começa a ganhar vários adeptos para além da América-latina, de entre os quais podemos destacar os contributos do sociólogo e economista francês Jean-Louis Laville. Em Portugal podemos destacar também alguns investigadores defensores desta nova perspetiva, nomeadamente Pedro Hespanha (CES/UC) e Rogério Roque Amaro (ISCTE-IUL), contudo o Estado português apenas reconhece a Economia Social, enquanto a França tem uma visão mais flexível do setor social, que apelida de “economia social e solidária”.

É a partir da década de 70 que se começa a dar ênfase ao papel das parcerias entre Estado, mercado e sociedade civil, assumindo esta última maior legitimidade e protagonismo enquanto impulsionadora de novas iniciativas que promovam outros de modelos de desenvolvimento (Andion, 2003).

André e Rego (2003) alegam que desde os anos 90 que a proteção Estatal se tornou uma estratégia de orientação solidária e cooperativa, baseada na contratualização ou reciprocidade e nas ações voluntárias, traduzindo-se em medidas como a transferência de meios e competências para o nível local, gestão pública participada e negociada, dissociação entre rendimento e trabalho, e compromissos concertados entre o setor público, privado e privado sem fins lucrativos.

Na transição para a segunda década do século XXI a IS assume decisivamente a sua popularidade entre os decisores políticos e académicos, o que na visão de Moulaert *et al.* (2017) pode ser interpretado como uma estratégia corretiva para lidar com os problemas sociais emergentes, face à retração do Estado e aplicação de políticas de austeridade, num novo contexto de crise económica e financeira, ocorrida em 2008. Tal visão corretiva foi criticada por se tratar de um neoliberalismo caritativo⁴ (Peck, 2013, citado em Moulaert *et al.*, 2017⁵), em que ao intentar “uma correção para o mercado liberal, os decisores políticos combinam medidas de política que racionalizam o estado-providência com medidas para ativar as organizações da sociedade civil” (Moulaert *et al.*, 2017, p. 11).

Esta perspetiva está em linha com o argumentado por Emília Arroz (2014), que relaciona a maior expansão ou contração da economia social, respetivamente, com a menor ou maior capacidade de reequilíbrio social por parte do Estado, pelo que a economia social assume um papel mais preponderante em períodos de crise e desproteção. Tais relações são observáveis no percurso histórico das dinâmicas políticas, económicas e sociais, traçadas acima.

2.1.2. Evolução e estabilização do conceito

Moulaert *et al.* (2017) defendem que até final do século XIX não havia distinção entre as conceções de inovação e IS, existindo sim uma forte conexão à mudança radical e/ou à renovação do antigo. A evocação do termo IS, de acordo com Mumford (2002, citado em Moulaert, MacCallum, & Hillier, 2013⁶), remonta ao século XVIII, através de Benjamin Franklin, que abordou as pequenas

⁴ Expressão original: *caring neoliberalism*.

⁵ Referência da fonte primária:

Peck, J. (2013). Social Innovation ... at the Limits of Neoliberalism. In J.-L. Klein and M. Roy (eds.) *Pour une nouvelle mondialisation: Le défi d'innover*, (pp. 11-30). Montréal: Presses de l'Université du Québec.

⁶ Referência da fonte primária:

modificações da organização social nas comunidades. No século XIX o termo foi mais frequentemente contornado, nomeadamente por William L. Sargant, referindo-se ao termo “inovador social”, e por Émile Durkheim, em 1893, ao argumentar sobre a importância da regulação social na divisão laboral, no contexto das mudanças tecnológicas (Moulaert *et al.*, 2013).

Assim, argumentam esses autores que algumas dimensões da IS, hoje consideradas, foram abordadas ainda no século XIX, nomeadamente com respeito a (i) possíveis soluções para os problemas sociais, sendo apreciada sobretudo pelas reformas sociais e socialismo; (ii) mudanças societais, no âmbito da educação e da legislação e condições laborais (Godin, 2012, citado em Moulaert *et al.*, 2017⁷); e (iii) novas práticas sociais ou comportamentais (Godin, 2012, Howaldt *et al.* 2015, citados em Moulert *et al.*, 2017⁸).

Já no início do século XX destaca-se Max Weber, que abordou o termo “invenção social” ao analisar a relação entre ordem social e inovação, e posteriormente Joseph Schumpeter, que considerou a inovação como a introdução de mudança estrutural na organização da sociedade, indo para além da lógica económica (Moulaert *et al.* 2013). Na década de 70 o termo invenção social foi revisitado por James Coleman, para descrever as novas formas de relação social e organização social, e Stuart Conger, que distinguiu o termo em três vias, designadamente invenções de organização social, invenções sociais por via da legislação e invenções de procedimento social (Moulaert *et al.*, 2013).

Contudo, embora vários pensadores tenham desenvolvido teorias relacionadas com a mudança societal e o desenvolvimento, onde expressões como invenção social, mudança e transformação social ou reprodução de práticas sociais desempenharam um papel importante (Moulaert *et al.*, 2017), só no final do século XX é que a IS se tonou matéria de investigação científica, no âmbito dos serviços (Gershuny, 1983, citado em Moulaert *et al.*, 2017⁹), do desenvolvimento territorial e mudança institucional (Klein *et al.*, 2012; Moulaert *et al.* 2010, Besançon *et al.*, 2013,

Mumford, M.d. (2002). Social Innovation: Ten cases from benjamin Franklin. *Creativity Research Journal*, 14, (2), 253–266.

⁷ Referência da fonte primária:

Godin, B. (2012). *Social Innovation: Utopias of Innovation from c.1830 to the Present*. Project on the Intellectual History of Innovation (Working Paper No. 11) <[http://www.csiic.ca/ PDF/SocialInnovation_2012.pdf](http://www.csiic.ca/PDF/SocialInnovation_2012.pdf)>

⁸ Referência da fonte primária:

Howaldt, J., Kopp, R. and Schwarz, M. (2015). Social Innovations as Drivers of Social Change – Exploring Tarde’s Contribution to Social Innovation Theory Building. In A. Nicholls, J. Simon, M. Gabriel and C. Whelan (eds.) *New Frontiers in Social Innovation Research*, (pp. 29-51). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

⁹ Referência da fonte primária:

Gershuny, J. (1983). *Social Innovation and the Division of Labour*. Oxford: Oxford University Press.

citados em Moulaert *et al.*, 2017¹⁰), e do seu potencial para a mudança societal (Avelino e Wittmayer, 2015, Howaldt e Schwarz, 2011, 2016, Pel *et al.*, 2017, citados em Moulaert *et al.*, 2017¹¹).

Quanto à origem do termo propriamente, as opiniões divergem: existe quem defenda que foi utilizado inicialmente por James Taylor em 1970, a propósito das dinâmicas de desenvolvimento comunitário, no Kansas, EUA; outros defendem que foi cunhado na Europa, no contexto das revoltas sociais dos anos 60 (Moulaert *et al.*, 2013).

De acordo com André e Abreu (2006) entre a década de 60 e 80 do século passado a IS esteve vinculada à aprendizagem e ao emprego, ou seja, ao ensino, formação e organização do trabalho, e a partir dos anos 80 adquiriu importância no âmbito das políticas sociais e do ordenamento do território, focando desde logo o contexto e não o objeto, contrariamente à inovação tecnológica.

Nessa década foram importantes os estudos de Peter Drucker, no âmbito da gestão e dos movimentos de massa, tendo defendido a ação coletiva e novas formas organizacionais nos serviços sociais, públicos e empresariais; e os trabalhos de Chambon, David e Devey, em 1982 (Moulaert *et al.*, 2013). Estes últimos analisaram a IS em quatro dimensões, nomeadamente i) quanto à sua forma, a qual pode ser intangível ou imaterial e por isso vincula-se mais à criação de um serviço do que um produto; ii) ao seu processo, em que o beneficiário é um participante ativo; iii) aos atores, caracterizados pela sua diversidade e no entanto capazes de chegar a um consenso (Bouchard, 1997, citado em Bignetti, 2011¹²); iv) e quanto aos seus objetivos, focados em resolver problemas sociais ou situações insatisfatórias (Bignetti, 2011).

No atual século, já vários investigadores estudaram a IS e a produção científica acerca da mesma, conforme identificado abaixo (tabela 1).

¹⁰ Referência das fontes primária:

Besançon, E., Chochoy, N. and Guyon, T. (2013). *L'innovation sociale: principes et fondements d'un concept*. Paris: L'Harmattan;

Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E. and Gonzalez, S. (eds.) (2010). *Can Neighbourhoods Save the City? Community development and social innovation*. London: Routledge.

¹¹ Referência das fontes primárias:

Avelino, F. and Wittmayer, J.M. (2016). Shifting Power Relations in Sustainability Transitions: A Multi-actor Perspective. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 18, (5), 628-649.;

Howaldt, J. and Schwarz, M. (2011). Social Innovation – Social Challenges and Future Research Fields. In S. Jeschke, I. Isenhardt, F. Hees and S. Trantow (eds.) *Enabling Innovation: Innovative Capability - German and International Views*, (pp 203-223). Berlin, Heidelberg: Springer.;

Pel, B., Dumitru, A., Kemp, R., Haxeltine, A., Jørgensen, M.S., Avelino, F., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J. and Bauler, T. (2017). Synthesis Report: meta- analysis of Critical Turning Points. In *TSI. TRANSIT Deliverable 5.4'*. <<http://www.transitsocialinnovation.eu/content/original/Book%20covers/Local%20PDFs/259%20TRANSIT%20D5.4.pdf>>

¹² Referência da fonte primária:

Bouchard, C. (1997). L'innovation sociale existe-t-elle?. *Interface*, 18, (6), 41-42.

Tabela 1 - “Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes”

Autor	Conceito
Dagnino e Gomes (2000, <i>in</i> Dagnino <i>et al</i> , 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Stanford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implementar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert <i>et al.</i> (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e <i>empowerment</i>) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan <i>et al.</i> (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phill <i>et al.</i> (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida.
Murray <i>et al.</i> (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Fonte: Bignetti (2011, p. 6)

Edwards-Schater e Wallace (2017), empreenderam uma abordagem compreensiva e sistemática da revisão da literatura sobre o conceito de IS. Analisaram 252 definições de IS, publicadas em várias tipologias de documentos, desde a década de 50 do século XX até 2014, e no que respeita à análise do conceito identificaram a menção recorrente a um conjunto de características que tomaram como centrais para a definição de IS, designadamente: a sua conceptualização enquanto processo, relacionado com a aprendizagem e criatividade coletiva; como propulsora da mudança social; promotora de novas práticas; orientada para objetivos e valores sociais; endereçada à minimização de necessidades sociais e problemas sociais complexos; dinamizada sobretudo pela sociedade civil/terceiro setor, e por isso pelos chamados movimentos de baixo para cima; impulsionadora da invenção social, novas leis, normas e regras.

Também a partir da revisão da literatura, Santos e Florbeloni (2015) apontam a existência de alguns traços comuns ao conceito de IS e, embora reconheçam a ausência de uma definição unânime de IS, condensam como centrais o caráter inovador; o enfoque na resolução de problemas ou necessidades assim entendidos pela sociedade; o funcionamento em rede contemplando atores heterogêneos; a existência de consciência crítica e atitudes transformadoras; e o ênfase no desenvolvimento sustentável, particularizando o desenvolvimento territorial dado que a ação é centrada no contexto local.

Bignetti (2011, p.4) condensa várias destas componentes na sua definição de IS, entendida como “o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral”. Face à necessidade de se demarcar a IS da inovação tecnológica, que muito tempo a obscureceu, Bignetti (2011) traça também pontos diferenciadores fundamentais para o esclarecimento dos diferentes conceitos, respetivamente: em termos de finalidade (criação de valor vs. apropriação de valor), estratégia (cooperação vs. competição), posicionamento (a partir da comunidade, com poucos recursos vs. a partir da empresa, com grandes investimentos em I&D), processo de desenvolvimento (a partir da cooperação e aprendizagem coletiva vs. a partir da empresa para o exterior) e difusão do conhecimento (partilha que favoreça a transposição de experiências vs. mecanismos de proteção intelectual que favoreçam a duração de exclusividade no mercado). No entanto, o autor alerta que a IS pode ser tecnológica.

Mulgan *et al.* (2007, citado em Santos e Florbeloni, 2015), por sua vez, diferenciaram a IS em dois níveis, relações e resultados, referindo que as relações socialmente inovadoras são baseadas na cooperação e combinação híbrida de agentes, aplicando assim um cunho complexo e transformador aos processos de IS; os resultados consistem na operacionalização de novas ideias que minimizam privações sociais e ao mesmo tempo geram novas atitudes sociais. Na perspetiva de Mulgan *et al.* (2007, citado em Bignetti, 2011¹³) a IS não implica necessariamente novos elementos mas sim a reformulação de dinâmicas organizacionais e relacionais onde os elementos conectores, como empreendedores ou organizações assumem um papel fundamental, por unirem ideias, pessoas e recursos.

Klein, Fontan, Harrison & Lévesque (2012, p.11) consideram que “inovação social implica a implementação de novas estruturas sociais e institucionais, novas formas de mobilização de recursos, novas respostas a problemas cujas soluções disponíveis provaram ser inadequadas ou provocaram novas aspirações sociais (por ex. autonomia e empoderamento).”.

¹³ Referência da fonte primária:

Mulgan, G.; Tucker, S.; Sanders, B. (2007). *Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated*. London, The Young Foundation. Disponível em: www.youngfoundation.org.

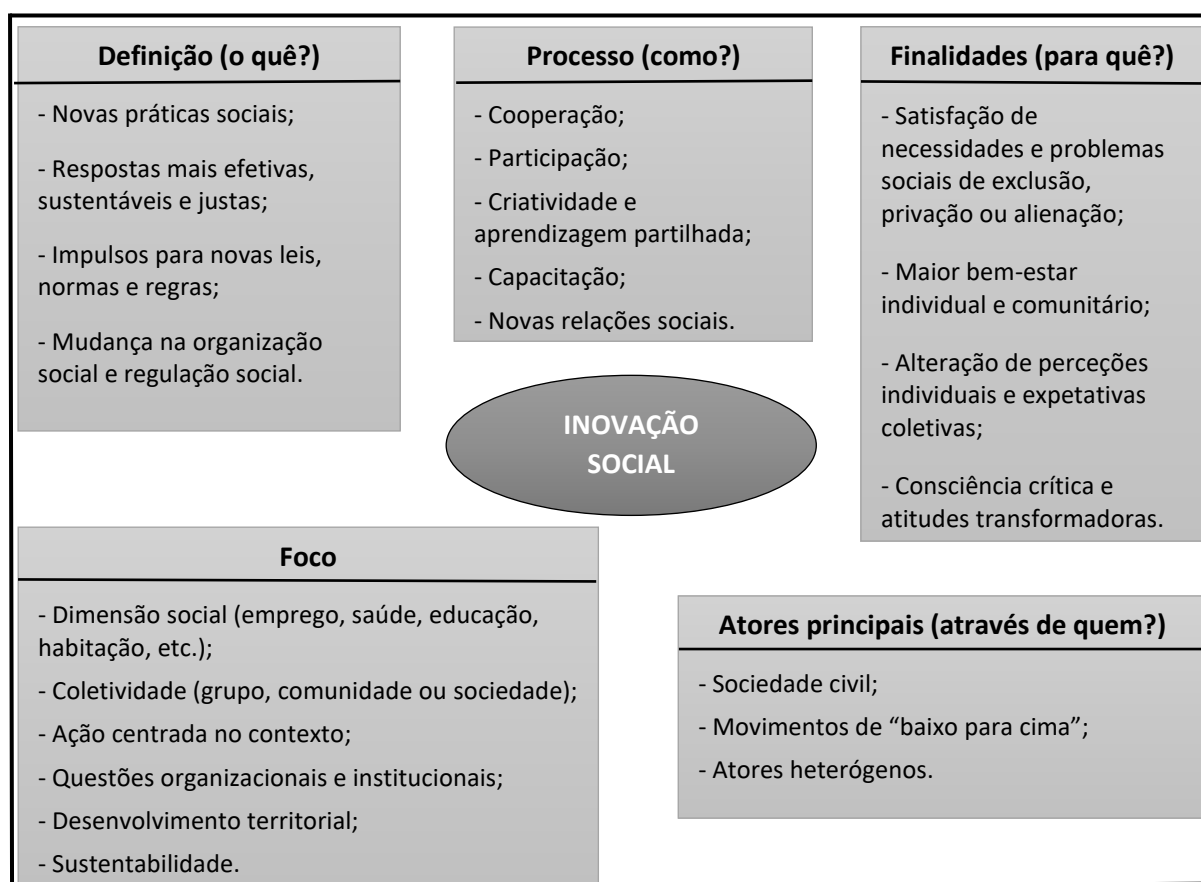
Moulaert *et al.* (2013) referem que a IS trata de encontrar soluções progressistas para um conjunto de problemas de exclusão, privação ou alienação e assim promover a inclusão e bem-estar, através da melhoria de relações sociais e processos de capacitação.

Também André e Abreu (2006) consideram a IS uma resposta nova e socialmente reconhecida que objetiva e provoca mudança social através de três atributos interligados, nomeadamente a satisfação de necessidades humanas, a inclusão social, e a capacitação de agentes ou atores excluídos ou potencialmente excluídos, o que por sua vez levaria a mudança nas relações de poder. Estes autores vincam assim um outro grande diferencial da IS em relação à inovação tecnológica, que não procura alteração das relações de poder, mas antes pelo contrário as acentua.

Agostini *et al.* (2017) destacam igualmente a ação transformadora da IS e vincam a importância de se interpretar o contexto em que ocorre, visto que o surgimento de iniciativas de IS muito se relaciona com as pressões políticas, sociais e económicas.

Tendo em consideração as várias definições e entendimentos aqui reunidos sobre o conceito de IS, na sua maioria tendo por referência autores vinculados à abordagem territorial da IS, apresenta-se o seguinte esquema conceptual:

Figura 1 – Conceito de inovação social



Fonte: Elaboração própria, com recurso ao referencial teórico até aqui utilizado.

Pelo aqui explanado, compreende-se que o aumento da produção científica tenha levado a várias convergências que possibilitaram uma definição flexível do conceito, com dimensões centrais identificadas, e a partir das quais se pode avançar no sentido de discutir abordagens teóricas que consolidem a literatura sobre IS.

2.1.3. Abordagens Conceptuais Contemporâneas

A IS, enquanto processo multifacetado que objetiva a criação de novas respostas ou a renovação das existentes, opera a diferentes níveis e em vários campos, pelo que pode ser analisada por diversos ângulos, organismos e momentos (Klein *et al.*, 2012).

Perante tal possibilidade de dispersão, torna-se importante a criação de abordagens específicas e metodologias próprias (Bignetti, 2011), tendo sido desenvolvidas várias teorias modernas, úteis para entender a complexidade da IS e, ao mesmo tempo, alargar o seu campo de pesquisa (Agostini *et al.*, 2017).

Na perceção de Agostini *et al.* (2017) as principais tendências teóricas apontam que a participação social de diferentes atores é fundamental para gerar desenvolvimento local, através da aprendizagem e construção coletiva. Esta propensão para estudar as relações entre os diferentes atores, instituição e contexto onde as IIS são desenvolvidas parece ser transversal aos teóricos que se debruçam sobre o campo da IS (*idem*).

Por conseguinte, Moulaert *et al.* (2017; 2013) defendem que a investigação em IS deve considerar a aplicação de diferentes metodologias e um quadro teórico colaborativo e inclusivo que fomente a reflexão e participação, obedecendo assim aos preceitos ontológicos do próprio conceito em estudo. Estes autores proclamam que a investigação em IS beneficiaria largamente com uma maior comunicação interdisciplinar e mesmo transdisciplinaridade, ainda que privilegiem a sociologia e a teoria social (Moulaert *et al.*, 2013).

2.1.3.1. Perspetiva pratico-organizacional vs. perspetiva do desenvolvimento territorial

O vasto campo da IS e a diversidade de teorias resulta muitas vezes na ambiguidade do debate e das soluções propostas, pois o mesmo termo é utilizado para identificar práticas diferenciadas e sustentar conceções distintas (Monteiro, 2019). Assim, procura-se de seguida clarificar duas grandes vertentes teóricas que coexistem na literatura contemporânea sobre IS (Andion *et al.*, 2017; Moulaert *et al.* 2017), sem a preocupação de debater aqui tais visões do ponto de vista ideológico ou filosófico.

Santos e Florbeloni (2015), à semelhança de outros autores, distinguem que uma dessas vertentes emprega à IS um carácter adaptativo, pois possibilita a reconfiguração do sistema vigente mas não o substitui, considerando-se que “o sistema capitalista abre espaço para a emergência de lógicas que minimizam os problemas e exclusão gerados pelo próprio sistema, com vista à sua perpetuação” (Santos e Florbeloni, 2015, p. 260), e a outra vertente vincula a IS a um modelo de desenvolvimento alternativo ao dominante.

A vertente mais adaptativa ao sistema dominante encaixa-se na perspectiva organizacional e da gestão, e está vinculada sobretudo à literatura anglo-saxónica, enquanto a vertente que defende um modelo de desenvolvimento alternativo, e, portanto, tem um carácter mais disruptivo, enquadra-se na perspectiva da sociologia, ciência política e geografia e é defendida na literatura francófona (Moulaert *et al.* 2017; Andion *et al.* 2017).

A perspectiva da economia e da gestão exalta a IS como “forma de promover uma maior eficácia e eficiência na gestão pública e como uma alternativa, viável e mais económica, de realizar e difundir inovações sociotécnicas em determinados nichos, envolvendo empresas, universidades, agentes públicos e atores da sociedade civil” (Andion *et al.*, 2017, p. 370).

Já a perspectiva da sociologia, entende que as inovações sociais “desafiam as dicotomias tradicionais como o as de ‘mercado e não-mercado’, ‘produtor e não um produtor ou consumidor’, ‘público e privado’; as inovações sociais buscam implementar os meios adequados ao contexto societal; elas visam a coesão social e a solidariedade, baseiam-se na democracia participativa, evitam a burocratização; as inovações sociais inspiram-se geralmente nos princípios fundamentais da economia social e da economia solidária”. (Assogba, 2007, citado em Monteiro, 2019, p. 13¹⁴). Sendo que, no âmbito específico da sociologia pragmática foca-se também a importância dos diversos atores se comprometerem num esforço coletivo de identificar e gerir os problemas públicos (Andion *et al.*, 2017). Este é, aliás, um pressuposto comum às duas conceções, pois tanto a economia e a gestão como a sociologia e ciência política vincam a necessária hibridação e permeabilidade entre Estado, mercado e sociedade civil e suas organizações, embora depois possam entrar em desacordo quanto à relação estabelecida entre tais esferas e o papel que cada uma ocupa.

Essas duas vertentes teóricas, ancoradas em diferentes ciências sociais, assumem uma multiplicidade de termos consoante os autores que as abordam. Andion *et al.* (2017) denominam a abordagem associada à literatura anglo-saxónica de neo-shumpeteriana e a abordagem associada à literatura francófona de institucional ou de regulação, fazendo uma clara diferenciação entre ambas

¹⁴ Referência da fonte primária:

Assogba, Y. (2007). *Innovation sociale et communauté: une relecture à partir des sociologues classiques*. Québec, Alliance de recherche université-communauté.

(tabela 2). Moulaert *et al.* (2017) preferem denominar a primeira de pratico-organizacional e a segunda de abordagem de desenvolvimento territorial¹⁵ (tabela 3). Já Shockley (2015, citado em Moulaert *et al.*, 2017, p.24¹⁶) diferencia entre “estudos de empreendedorismo anglo-americanos” e “economias sociais Euro-canadianas”, e Montgomery (2016, citado em Monteiro, 2019¹⁷) usa os termos “paradigma tecnocrático” e “paradigma democrático”.

Tabela 2 - “Síntese das vertentes teóricas dominantes no campo da inovação social”

Vertentes	Neo-shumpeteriana	Institucionalista ou de regulação
Autores representativos	Geoff Mulgan Robin Murray Julie Caulier-Grice	Benoit Lévesque Juan-Luís Klein Denis Harrison Marie-Bouchard Frank Moulaert
Epistemologia e paradigma de inspiração	Utilitarismo/Racionalismo Ênfase no agente e no seu potencial de ação	Dialética/Neomarxismo/ Novos Movimentos Sociais Foco nas transformações nos modelos de desenvolvimento
O que é a inovação social	Nova ideia que funciona e atende uma necessidade social	Mudança nos padrões culturais e institucionais
Como ocorre a inovação social	Por meio de ciclos que envolvem: diagnóstico do problema, proposição de novas ideias de solução, prototipagem e teste, sustentação, difusão e mudança sistêmica	Processo que exige colaboração e consenso entre uma pluralidade de atores e lógicas
Estratégias e instrumentos	<i>Design thinking</i> Financiamento colaborativo Uso de métodos provenientes da gestão, das artes e do design Promoção da criatividade em atendimento a necessidades sociais	Fortalecimento da economia social e solidária, governança participativa, coprodução de serviços, co construção de políticas públicas
Sujeitos principais	Empreendedor social Organizações	Organizações Instituições Redes
Inovação social e mudança social	Mudança social como consequência do ciclo de inovação social	Mudança social como transformação nos novos modos de produção e consumo nos modelos de desenvolvimento.

Fonte: Andion *et al.* (2017, p. 378)

¹⁵ Dado que este trabalho se vincula à abordagem da literatura francófona sobre IS, de que Frank Moulaert é uma figura de relevo, opta-se por utilizar os termos deste autor, i.e. abordagem tecno-pratica e abordagem territorial ou do desenvolvimento territorial.

¹⁶ Referência da fonte primária:

Shockley, G. (2015). *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. In F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood e A. Hamdouch (eds) 2013. Cheltenham, U.K. and Northampton, Massachusetts: PB - Edward Elgar . 500 + xxii. ISBN: 978-1-84980-998-6, \$216', Journal of Regional Science 55 (1), 152-154.

¹⁷ Referência da fonte primária:

Montgomery, T. (2016). Are social innovation paradigms incommensurable?. *Voluntas*, 27, 1979-2000.

Tabela 3 - “Perspetivas contemporâneas da pesquisa em Inovação Social”

Espectro Normativo		Prático-organizacional	Desenvolvimento Territorial	
Foco				
Empreendedorismo		Inovador social como agente de IS onde o Estado e Mercado falha		
Gestão organizacional		Emagrecimento organizacional/ eficiência	Tomada de decisão participativa	
Governança/ Estatais	Relações	Acordos de colaboração Intersectorial	Desenvolvimento de ligações de base	Movimentos contra-hegemónicos
		Sistemas de bem-estar social		
Conceptualização		Revisão geral da literatura		
		Definições universais/práticas	Crítica das relações de IS com o neoliberalismo	

Fonte: Moulaert *et al.* (2017, p. 29)

Conforme espelhado nas tabelas acima, a abordagem prático-organizacional vê na IS a finalidade de resolver problemas, devendo para isso adotar as lógicas de mercado para uma maior eficácia e eficiência, o que favorece o surgimento de novas estratégias organizacionais (Monteiro, 2019). Por isso, esta vertente da IS tem uma componente solidária mais débil (Amaro e Laville, 2016, citados em Monteiro, 2019¹⁸), já que é colocada na função de captar novos mercados vislumbrando a privatização de alguns serviços vinculados ao Estado-Providência (Kerstenetzky, 2012, citado em Monteiro, 2019¹⁹), apoiando assim a mercantilização da pobreza e o enfraquecimento do Estado social (Monteiro, 2019; Edwards-Schater e Wallace, 2017). Importa também salientar na tabela 3 que embora Moulaert (2017) veja a colaboração entre diferentes atores como uma especificidade da perspectiva prático-organizacional, outros atores, como Klein *et al.* (2012) e Agostini *et al.* (2017), vêm a pluralidade de atores e de economias como sendo igualmente característica da IS no âmbito da abordagem territorial.

A abordagem do desenvolvimento territorial entende que a IS pode ser vista como “um instrumento para politizar os espaços que os neoliberais tenderem a despolitizar, num desafio à distribuição vertical do poder na sociedade e sua substituição por alternativas horizontais promotoras da verdadeira participação comunitária.” (Monteiro, 2019, p. 6). Nesta perspetiva, a IS é vista como uma reação ideológica contra a visão economicista e tecnológica do atual modelo de desenvolvimento, tendo por isso uma forte significância político-ideológica, que defende a construção de novos sistemas de governança e modificação de padrões culturais e institucionais

¹⁸ Referência da fonte primária:

Amaro, R. & Laville, J-B. (2016). *Social innovation in Europe: what relation with solidarity economy?*. RIPESS Europe.

¹⁹ Referência da fonte primária:

Kerstenetzky, C. L. (2012). Sobre a ‘crise’ do Estado de Bem-Estar: retração, transformação fáustica ou o quê?. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 55, (2), 447-485.

existentes, através movimentos ascendentes desde a base da sociedade civil e suas organizações. Desta forma, a colaboração, participação, capacitação e mobilização para a ação coletiva, surgem como peças-chave essenciais para alcançar a mudança e transformação societal.

Por conseguinte, a visão pratico-organizacional da IS aproxima-se mais da ideologia do Terceiro Setor e do chamado isomorfismo institucional da economia social, dado que tem como foco a resolução das falhas do Estado e do mercado, muito por via do empreendedorismo social e do investimento financeiro; enquanto que a abordagem territorial está mais próxima dos princípios da economia solidária e de novos modelos de desenvolvimento, vinculados à ação, capacitação e emancipação da coletividade para resolver os próprios problemas, estando assim associada a uma solidariedade forte (Amaro e Laville, 2017, citado em Monteiro, 2019).

No que diz respeito às políticas europeias, estas têm vindo a privilegiar a abordagem pratico-organizacional em detrimento da abordagem territorial, segundo um estudo realizado por Moulaert *et al.* (2017) sobre o posicionamento da IS nos projetos de investigação e desenvolvimento da União Europeia, implementados entre 2008 e 2016. Essa prevalência é também seguida no contexto nacional e observável através da Iniciativa Portugal Inovação Social, instrumento de política pública enquadrado nas diretrizes do quadro europeu delineado para 2014-2020 que se constitui como “um instrumento fundamental de investimento público necessário ao desenvolvimento de soluções e modelos de intervenção inovadores capazes de responder, adequadamente, a problemas sociais existentes em diversas áreas da política pública” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2017). Como argumenta Monteiro (2019, p.1), “em Portugal, e no resto da Europa, a atenção prestada ao tema resulta em grande medida do ciclo de crise vivido e da procura de alternativas para a retração da intervenção providencial do Estado, para as dificuldades de financiamento enfrentadas pelo Terceiro Setor, assim como das tentativas para dinamizar o mercado do investimento social.”.

O predomínio do paradigma práctico-organizacional é também criticado por Andion *et al.* (2017) no âmbito da investigação científica, visto que na perceção destes autores a produção literária pouco relaciona a IS com a área da sociologia ou ciência política, o que por sua vez resulta na baixa exploração da dimensão política da IS, conforme demonstrado pelo estudo de Rana *et al.* (2014, Andion *et al.*, 2017), cuja análise de 185 artigos, publicados entre 1991 e 2013, concluiu que na sua maioria a informação contida reportava-se à área da tecnologia, iniciativas isoladas e projetos específicos.

Monteiro (2019) entende, no entanto, que é possível e desejável o cruzamento dessas duas abordagens, propondo inclusive um modelo de inovação social local que cruze o eixo instrumental, vinculado à eficácia e eficiência de novos serviços e respostas e à ideia de escalar e replicar essas soluções por via do impacto social gerado; e o eixo político, associado aos princípios da economia

social e solidária. Essa proposta, que tem por base o potencial da IS como estratégia de desenvolvimento local, é ainda incipiente, como reconhecido pelo seu autor, e requer debate e reflexão, pois procura abarcar elementos que à primeira vista parecem contraditórios face ao atrás discutido.

2.1.4. A abordagem territorial da inovação social

Como visto, a abordagem territorial da IS foca sobretudo a ação coletiva, os movimentos sociais (contra-hegemónicos), as relações de poder, os processos de participação democrática, e a crítica ao modelo de desenvolvimento assente no neoliberalismo.

Esta conceção tem vindo a ser amadurecida por um conjunto de autores predominantemente francófonos ligados a contextos científicos e práticos que se debruçam sobre as questões do desenvolvimento local, economia social e solidária, economia plural e novas formas de exercer democracia (Monteiro, 2019). Desse modo, existe já um considerável número de trabalhos com enfoque no desenvolvimento territorial da IS e dimensões subjacentes para o alcançar (tabela 4).

Tabela 4 - Revisão da literatura: Inovação social vs. desenvolvimento territorial

Autores	Dimensões da IS
Klein, Fontan e Tremblay (1998)	- fonte de transformação social - motor de mudança para o território
Lévesque, Bourque e Forgues (2001)	- influência na alteração do espaço/território como um todo (sociologia económica)
Moulaert et al. (2005)	- participação coletiva que objetive o interesse comum - atividades que promovam o desenvolvimento do território
Klein et al. (2009)	- ação e políticas participativas - iniciativa dos cidadãos - em prol da integração social de um espaço/território - projeta novas estruturas sociais - favorece novas redes de sociabilidade - implica a autonomia do ator social e/ou comunidade local - desafios inerentes: executar o processo de IS de forma autónoma e respeitando as reivindicações dos interessados; baixo interesse por parte do setor público e privado
Klein et al. (2012)	- cooperação e participação ativa de iniciativas cidadãs - políticas participativas - propostas de soluções a situações negativas
Moulaert et al. (2013)	- dinâmicas de governança de baixo para cima - capacitação

	- comunidade como promotora da eficiência coletiva
Klein e Tremblay (2013)	- incentiva a criação de emprego, rendimento e empreendedorismo - efeito no desenvolvimento do território através da dinamização da economia local
Bittencourt e Ranconi (2016)	- diferentes atores
Moulaert et al. (2009, 2013) Klein e Harrison (2007) Fontan, Klein e Tremblay (2005)	- facilitadora do desenvolvimento territorial sustentável

Fonte: Adaptado de Bittencourt e Ronconi (2016)

A partir desses trabalhos depreende-se que a IS pode contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável, nomeadamente através da ação dos atores locais por via de processos de cooperação, participação e capacitação, o que se traduziria em novas estruturas sociais, novas redes de sociabilidade, políticas participadas e integração social e espacial.

Bouchard e Lévesque (2010, citado em Monteiro, 2019²⁰) exemplificam algumas inovações sociais vinculadas à abordagem do desenvolvimento territorial, nomeadamente no domínio das relações de produção - envolvimento e participação dos trabalhadores, novas formas de organização do trabalho e criação de empresas autogestionárias; nas relações de consumo - envolvimento e participação dos usuários, do consumo responsável e coprodução de serviços, programas e regras e do consumo; e na configuração espacial das relações - desenvolvimento económico comunitário e a novas formas de governança. De referir também, dentro deste especto, o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES), desenvolve a sua investigação focando três eixos complementares da IS, nomeadamente (i) o território, em que é analisado o papel dos atores sociais a nível local; (ii) a qualidade de vida, tendo em conta diferentes sectores de influência (saúde, trabalho, rendimento, habitação, educação e segurança); iii) e o trabalho e emprego, incidindo sobre questões organizacionais e institucionais (CRISES, 2010, citado em Bignetti, 2011²¹).

Desta forma, a abordagem territorial associa a IS não só à emergência de novos serviços mas também à remodelação dos lugares (Comeau, 2004, citado em André et al., 2009²²) e à importância

²⁰ Referência da fonte primária:

Bouchard, M. J. & Lévesque, B. (2010). *Économie sociale et innovation: l'approche de la régulation, au coeur de la construction québécoise de l'économie sociale*. Québec, CRISES.

²¹ Referência da fonte primária:

CRISSES. 2010. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. Disponível em: www.crisse.uqam.ca. Acesso em: 12/01/2011.

²² Referência da fonte primária:

Comeau Y (2004). *Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie. Actes du Colloque – 16 Avril 2004, Cahiers du CRISES, Collection Études théoriques*, ET0418: 29-44

dos processos, visto que as principais dimensões consideradas na IS são processos – processo de inclusão social e processo de capacitação e participação (André e Abreu, 2006).

A IS é assim relacionada à ação transformadora das relações espaciais, o que se deve refletir na melhoria do sistema de governança, e por sua vez conduziria a uma maior eficiência no direcionamento de bens e serviços para satisfação das necessidades locais (Moulaert, 2009). Logo, as condições de contexto são essenciais para o sucesso das políticas de IS e estratégias coletivas (Peck, 2012, citado em Moulaert *et al.*, 2013²³), pois a satisfação de necessidades e os recursos para o desenvolvimento fazem parte de uma mesma dinâmica e por isso não podem ser separados, seja na análise sobre o passado, construção do presente ou na projeção para o futuro (Moulaert, 2009).

De acordo com Moulaert *et al.* (2013) a tarefa-chave da IS é ajudar a definir os tipos de ação coletiva e a transformação social requerida para responder apropriadamente a situações de exclusão, necessidades e desejo de melhoria da condição humana. Assim, Moulaert *et al.* (2017) censuram que hoje exista uma maior preocupação em resolver problemas sociais imediatos e não tanto em transformar as relações sociais e promover a capacitação e participação nas tomadas de decisão. Visto que a capacitação da população local é fundamental para um sistema de governança democrático e para a interligação dos vários sectores locais, devendo por isso ser fomentada através de uma efetiva participação, por via de procedimentos de consulta e tomada de decisão conjunta (Moulaert, 2009).

2.1.4.1. Impulsos e constrangimentos da inovação social

Atores

Face ao que até aqui foi explanado, compreende-se a centralidade da sociedade civil na IS, em movimentos mais ou menos organizados e respostas mais ou menos instituídas (André e Abreu, 2006).

De facto, a ação coletiva é vista por muitos, sobretudo pelos estudiosos que defendem a perspetiva do desenvolvimento territorial, como um requisito da IS (Klein *et al.*, 1998), embora a perspetiva organizacional e a gestão considerem a ação individual por via do empreendedorismo social como propulsora da IS (Moulaert *et al.*, 2017; Andion *et al.*, 2017).

No primeiro caso situam-se por exemplo André e Abreu (2006), pois referem que a IS surge como manifestação do(s) sujeito(s) e pressupõe uma atitude crítica e desejo de mudança, normalmente iniciada por um grupo minoritário de vanguarda (Alter, 2000, citado em André e Abreu,

²³ Referência da fonte primária:

Peck, J. (2012). *Innovation sociale . . . aux limites du néoliberalisme*. In Klein and Roy (eds).

2006²⁴). Assim, estes autores valorizam a atitude grupal como fertilizante da IS, mas admitem a singularidade do indivíduo e reconhecem ainda que a IS também se pode manifestar a partir das políticas públicas, particularmente daquelas que objetivam a inclusão social e são de base territorial (André e Abreu, 2006), como disso foi exemplo a Iniciativa Comunitária EQUAL.

Novy e Leubolt (2005, citados em André e Abreu, 2006²⁵) destacam também o papel da sociedade civil ao enumerarem quatro vias para que esta consiga promover a IS, nomeadamente através (i) do capital social (perspetiva de Putnam); (ii) da discussão entre a sociedade civil (perspetiva de Arend); (iii) da comunicação, pois por via desta a sociedade civil, autónoma e esclarecida, constrói a opinião pública (perspetiva de Habermas); 4) e da resistência e quebra das forças hegemónicas (perspetiva de Gramsci).

Klein *et al.* (1998) defendem que a mobilização social é uma condição para que a IS ocorra, sendo a ação coletiva, o consenso e a cooperação fundamentais, conforme justificam com o estudo por eles desenvolvido acerca dos bairros pericentrais de Montreal, no Quebec (Canadá), onde a reconversão económica partiu de um conjunto diversificado de projetos que representava “uma nova cultura de desenvolvimento de tipo associativo” (Hamel, 1991, citado em Klein *et al.*, 1998, p. 640²⁶), onde a sociedade civil e a economia social tiveram um importante papel (Klein *et al.*, 2012).

Na visão de Klein *et al.* (2012) a influência dos movimentos sociais nas políticas públicas resulta de dois processos, nomeadamente da institucionalização de experiências realizadas por organizações da sociedade civil e das parcerias entre atores públicos e atores sociais. Estes autores, por reconhecerem a importância da interação entre o Estado e a sociedade civil no surgimento e manutenção da IS, percebem também a sua maior fragilidade perante a influência do poder público.

No entendimento de Klein *et al.* (2012) existem quatro formas de relacionamento entre essas duas esferas: 1) subcontratação, em que o parceiro social tem um papel instrumental; 2) coexistência, em que existe uma evolução paralela da comunidade e do sector público; 3) suplementar, em que as organizações têm um importante papel na implementação dos programas; 4) co construção, em que a comunidade e as organizações não só implementam como definem as

²⁴ Referência da fonte primária:

Alter, N. (2000). *L'innovation ordinaire*. Presses Universitaires de France, Paris.

²⁵ Referência da fonte primária:

Novy, A. & Leubolt, B. (2005). Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. *Urban Studies*, 42, (11), 2023–2036

²⁶ Referência da fonte primária:

Hamel, P. (1991). *Action collective et démocratie locale. Les mouvements urbains Montréalais*. Montréal, Presses de l' Université de Montréal.

políticas sociais (Proulx *et al.*, 2005, citado em Klein *et al.*, 2012²⁷). Logo, esta última forma é a mais propensa à IS e à sua institucionalização (*idem*).

Contudo, a IS a partir da política pública e do poder público central é ainda uma tendência recente e aparentemente ainda muito dependente da ação da sociedade civil e suas organizações (Moulaert *et al.*, 2017). Além disso, levanta compreensíveis dúvidas quanto à sua capacidade ou intencionalidade para mudar as relações sociais, visto que é impulsionada pelo grupo dominante e “a relação entre hegemonia e resistência é uma questão central na discussão da mudança das relações de poder” (André e Abreu, 2006, p. 130).

Desta forma, é comumente aceite na abordagem territorial que a IS emerge, por norma, fora das instituições governamentais e frequentemente contra elas, pois nesta perspectiva “a inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida (...), uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma rutura – face aos processos tradicionais” (André e Abreu, 2006, p. 125). No entanto, a IS também pode ser do tipo incremental, ou seja, implementada de forma gradual (Klein *et al.*, 2012), sem que haja necessidade de rutura mas sim uma capacidade de mobilização coletiva para resolver os seus problemas fazendo uso dos recursos existentes.

É também compreendido que, embora a IS se inicie de modo informal, por via de um movimento social ou preocupação grupal, frequentemente acaba por adquirir um carácter organizacional, situando-se na esfera das organizações com objetivos sociais (André e Abreu, 2006; Santos e Florbeloni, 2015). A este respeito, Edwards-Schater e Wallace (2017) identificaram que nas primeiras décadas da segunda metade do século XX a IS era concebida como um processo de desenvolvimento nas e pelas organizações sociais, não sendo baseada no conhecimento tecnológico nem na investigação. No entanto, gradualmente, a IS começou a ser utilizada para referir desenvolvimento de produtos, processos e serviços mediados pela tecnologia ou relacionados com as inovações tecnológicas com propósitos sociais, partilhados por diversos atores e sectores da sociedade, o que é refletido nos atuais discursos políticos e nas políticas de inovação e desenvolvimento (*idem*), associados ao paradigma prático-organizacional da IS.

Assim, embora exista uma concordância entre a esfera política e científica quanto à importância da ação da sociedade civil para responder aos problemas públicos, ainda é pouco explorada a forma como a IS ocorre e quais as suas consequências (Andion *et al.*, 2017). A este respeito, André e Abreu (2006) argumentam que são necessárias duas condições essenciais: recursos e dinâmicas. No âmbito dos recursos, referem que a análise empírica da IS demonstra a importância

²⁷ Referência da fonte primária:

Proulx, M-U. (1996). Les relations économiques et politiques entre Montréal et les régions. In Tellier, L-N (ed). *Les défis et les options de la relance de Montréal*. Québec, Presses de l'Université du Québec.

de agentes altamente qualificados, os quais são essenciais numa primeira fase para avançar com o processo, sendo também fundamental o capital relacional, muito defendido na perspectiva da geografia.

Da mesma forma, Moulaert, Martinelle, Swyngedouwn, & González (2005) referem que líderes locais carismáticos, tradições de economia solidária e experiências de parcerias entre o público e privado podem determinar a força das iniciativas locais de IS.

Também na perspectiva de Santos e Florbeloni (2015, p.264) a IS “geralmente decorre no contexto de redes alargadas de sociabilidade e solidariedade, onde intervêm atores diversos e heterogéneos. Combina lógicas tradicionais com lógicas disruptivas, permitindo criar conceções, processos ou produtos/serviços inovadores que são considerados importantes pela comunidade e pelos utilizadores. Por esta via, cria valor e incorpora fatores suscetíveis de gerar mudança social influenciando o próprio desenvolvimento”. Desta forma, as autoras resumem o surgimento, desenvolvimento e finalidade da IS, empregando-lhe o carácter heterogéneo dos atores, a diversidade de formas de manifestação, e a importância de servir a comunidade e de ser ancorada no território, com vista ao seu desenvolvimento duradouro por via da transformação social. Assim, e como refere Bignetti (2011, p.12), a IS é um “fenómeno inclusivo, dependente das interações dos diferentes componentes sociais”.

Contextos

Embora os atores sejam peças fundamentais na IS, estes movimentam-se em espaços e tempos específicos que condicionam as suas ações e relações, criando um contexto capaz de impulsionar ou contrair a IS (André e Abreu, 2006; Moulaert *et al.*, 2013).

Moulaert *et al.* (2005; 2013) vinculam a importância do percurso (temporalidade) e do lugar (espacialidade) nos estudos sobre a IS. A questão do percurso, porque a história dos lugares condiciona a IS, relacionando-se este com a dimensão sociocultural; e o lugar porque as relações sociais e institucionais, bem como os níveis e funcionamento da governança, podem igualmente facilitar ou dificultar a IS, e aqui está presente a dimensão sociopolítica. Assim, a IS deve ser interpretada de forma integrada, institucional e espacialmente (Moulaert *et al.*, 2005).

Também André e Abreu (2006) consideram que o meio tem características específicas que o torna mais ou menos permeável à inovação e, em primeira instância, à criatividade, pois a inovação decorre da criatividade e o criado só se torna inovador se reconhecido pela sociedade (*idem*). Assim, os autores adotaram o conceito de plasticidade, desenvolvido por Dominique Lambert, para explicar que os meios criativos devem ser suficientemente flexíveis e organizados, de modo a permitir a

transformação sem perder a sua identidade (André e Abreu, 2006; André *et al.*, 2009). A par dessa dinâmica, André e Abreu (2006) e André *et al.* (2009) defendem a importância de 3 características que distinguem os meios criativos: i) diversidade sociocultural, referente à sua abertura para com o exterior, o que pode por um lado enriquecer mas também fragmentar; ii) tolerância, para com o erro e o risco, pelo que não é aceite em meios demasiado rígidos, normativos e hierarquizados; iii) participação democrática, que vai para além da relação com a esfera pública já que implica o acesso à informação e ao conhecimento de forma a intervir ativamente na sociedade e na comunidade.

Neste âmbito, Moulaert *et al.* (2013, 2017) enaltecem os contributos de Chambon, David e Devevey (1982) que, ao examinarem a relação entre a IS e as pressões provocadas pelas mudanças sociais, evidenciaram que os mecanismos de crise e sua recuperação provocam e aceleram a IS.

Essa relação é aceite por vários autores que, a par dos contextos de crise, acrescentam que a IS também surge devido à incapacidade institucional de atender de forma satisfatória os problemas existentes e emergentes. Assim, Moulaert *et al.*, (2013), resumem que as situações de exclusão, privação ou alienação de necessidades são os impulsos da IS.

Alguns desses campos de exclusão são apontados na tabela 5 e resultam de um modelo de desenvolvimento que privilegiou o crescimento económico em detrimento da dimensão humana, cultural ou ambiental, provocando mecanismos de exclusão social e espacial, resistentes e complexos.

Tabela 5- “Campos de exclusão dos lugares e comunidades”

Campos de exclusão	Condições de exclusão	Grupos mais vulneráveis
Político	Cidadania, participação nas decisões.	Imigrantes
Cultural	Identificação com os valores chave do modelo de desenvolvimento, associados essencialmente ao consumo, à juventude, à estética e ao ócio.	Comunidades rurais Idosos
Social	Rendimentos insuficientes para garantir uma qualidade de vida ao nível do modelo europeu; Ação social insuficiente; Desigualdade de oportunidades.	Idosos Mulheres Famílias monoparentais Imigrantes
Económico	Níveis de produtividade dos sectores económicos tradicionais ou dos segmentos mais débeis do tecido empresarial; Qualificação dos recursos humanos, níveis de competências técnicas, sociais e pessoais.	Sectores/empresas com estratégias reativas baseadas na redução de custos; Desempregados, segmentos de emprego precário.
Formação e informação	Sistema educativo pouco eficaz e com elevadas taxas de abandono; Acesso a múltiplas fontes de informação e capacidade de descodificação dos discursos.	Grupos com baixos níveis de instrução (geração atual e gerações anteriores)

Fonte: André e Rego (2003, p.119)

Os territórios alvo de IS muitas vezes passaram por processos de desintegração, fruto de diversos fatores, como por exemplo o afastamento de dinâmicas de prosperidade económica, perda do seu capital social, quebra das tradições, posicionamentos profissionais de cariz beneficente e perda de qualidade nas políticas (Moulaert, 2009). Por outro lado, alguns desses territórios, a que Moulaert e Leontidou (1995, citados em Moulaert 2009²⁸), chamaram de áreas desintegradas, também funcionaram como “anfitriões de dinâmicas populacionais e fluxos migratórios criativos que (em parte) foram essenciais para revalorizar ativos sociais, institucionais, artísticos e profissionais do passado, descobrindo neles novos ativos e conectando-os rumo ao futuro” (Moulaert, 2009, p. 16). Moulaert (2009) entende esses fluxos como uma oportunidade de desenvolvimento comunitário, pois a inserção do fator diversidade poderá facilitar a identificação de aspirações, pontes fortes e ativos da comunidade e, nesse sentido, facilitar uma viragem para um futuro esperançoso no seio de territórios marginalizados.

Para Moulaert *et al.* (2005; 2013), a IS objetiva ultrapassar as forças conservadoras que servem a exclusão social, e como tal surge com frequência do conflito e assenta numa posição ética e de justiça social, suscetíveis a várias interpretações, visto que esses conceitos resultam da construção social (Moulaert *et al.*, 2010, citados em Moulaert *et al.*, 2013²⁹).

Klein *et al.* (2012) têm uma visão semelhante, pois para eles a IS raramente ocorre sem convulsões que provoquem mudanças estruturais e culturais, nas quais a sociedade toma parte como um todo, afetando dessa forma a regulação social. Estes autores, apoiando-se no Modelo do Québeque - implementado como resposta à reduzida eficiência do Estado, centralizado e rígido, em assegurar políticas coerentes à escala territorial (Hamel e Klein, 1996, citados em Klein *et al.*, 2012³⁰), levando a contextos de desagregação territorial (Ohmae, 1995, citado Klein, 2012³¹) e exclusão social relacionados com a degradação urbana desencadeada pelo processo de desindustrialização e terceirização crescente - referem que a IS, na perspetiva do desenvolvimento territorial, é facilitada pelos seguintes fatores: governança participativa, coprodução de serviços, economia plural em termos de recursos (de mercado, não-mercado e não-monetário) e de agentes (Estado, Mercado e privado não lucrativo), associativismo ativo e dinâmico, e co construção de políticas públicas. Em

²⁸ Referência da fonte primária:

Moulaert, F. & Leontidou, L. (1995). Localités désintégrées et stratégies de lutte contre la pauvreté. *Espaces et Sociétés*, 78, 35–53.

²⁹ Referência primária:

Moulaert, F., e. Swyngedouw, F. Martinelli and S. Gonzalez (eds) (2010). *Can Neighbourhoods Save the City? Community Development and Social Innovation*. London: routledge.

³⁰ Referência da fonte primária:

Hamel, P. & Klein, J-L. (1996). Le développement régional au Québec: enjeu de pouvoir et discours politique. In Proulx, M-U. (ed.) *Le phénomène régional au Québec*. Presses de l'Université du Québec, Québec: 293-311.

³¹ Referência da fonte primária:

Ohmae, K. (1995). *The End of the Nation State. The Rise of Regional Economies*. the free Press, Usa.

suma, um modelo caracterizado pela pluralidade de atores, parcerias e hibridização dos recursos que de facto possibilitem uma governança efetiva e eficiente.

O caso do Québeque ilustra que situações insatisfatórias levam à criação de novas respostas, em termos de serviços, organizações e relações, implicando para tal a capacitação e participação da coletividade; demonstra que os processos de IS são estimulados ou contraídos por fatores ligados às pressões culturais e ideológicas (Klein *et al.*, 2012); e revela ainda a importância do suporte público e o paradoxo da institucionalização, pois se por um lado as boas práticas são reconhecidas, por outro a sua normalização retira-lhe o ímpeto da experimentação. Dessa forma, é importante que também o poder público tenha um carácter inovador e transformador para que não estrangule o potencial da sociedade civil e das suas organizações (Lévesque, 2006, citado em Klein *et al.*, 2012³²).

Para além de colocar em perigo a capacidade inovadora, a institucionalização da IS pode implicar outros desafios, que mais uma vez dizem respeito à interação com o Estado, nomeadamente: a disponibilidade de recursos financeiros necessários e equilibrado; a dependência financeira, que pode induzir as organizações da sociedade civil a focarem-se em objetivos e modelos de funcionamento diferentes da sua visão e missão; risco de virem a desempenhar uma função instrumental, de subcontratualização, ao invés de serem reconhecidos como parceiros com poder de decisão; perda de controlo na sua ação; e risco de entrarem em competição com grupos, organizações ou comunidades por disputa do investimento público e privado, de forma a manterem o seu funcionamento, o que por sua vez pode levar a que os mais fragilizados fiquem em desvantagem e dessa forma haja um reforço das desigualdades (Klein *et al.*, 2012).

André e Abreu (2006), no entanto, ressaltam que a absorção da IS raramente ocorre nos casos em que as inovações têm maior impacto transformador nas relações de poder. Nestas situações o que poderá acontecer é o abandono do processo inovador, a sua repressão ou a formação de uma nova onda de inovação (*idem*).

Em todo o caso, pode-se concluir que a IS acontece em contextos cujos racionais e estratégias passam pela criação de ligações entre indivíduos e comunidade e entre diferentes comunidades (Klein e Harrison, 2007, Moulaert e Nussbaumer, 2005, citados por Klein *et al.*, 2012³³). Logo, a IS é um processo sistémico que implica constantes mudanças e adaptações (Agostini *et al.*, 2017).

³² Referência da fonte primária:

Lévesque, B. (2006). Québec. *L'économie sociale de A à Z*, alternatives économiques, Poche n 022, Québec (http://www.alternatives-economiques.fr/quebec_fr_art_223_31307.html)

³³ Referência das fontes primárias:

Klein, J-L. & Harrison, D. (eds.) (2007). *L'innovation sociale. Émergence et effets sur la transformation des sociétés*. Presses de l'Université du Québec, Québec.

Moulaert, F. & Nussbaumer, J. (2005). The social region. Beyond the territorial dynamics of the learning economy. *European Urban and Regional Studies*, 12, (1), 81-100.

2.2. Desenvolvimento local sustentável

Nota introdutória

O desenvolvimento, apesar de ser um conceito já longamente discutido, não está esgotado, antes se pode considerar que está em constante evolução, de acordo com a percepção daquilo que se pretende para as sociedades, vinculando-se, portanto, a uma ideia de melhoria (Seers, 1979, citado em Marques, 2017³⁴), resultante das mudanças socioeconómicas, que influenciam as suas práticas e teorias (Andion, 2003).

Neste ponto seguimos a visão de alguns autores, que veem nos pressupostos associados ao DLS uma resposta eficaz aos desafios colocados pela globalização e pelo paradigma do desenvolvimento funcionalista, de forma a tornar os territórios mais resilientes, à semelhança do que é proposto pela IS de abordagem territorial.

Tratando-se de um conceito bastante complexo, logo à partida por incorporar três campos de análise robustos – desenvolvimento, local e sustentabilidade – é preocupação deste ponto compreender primeiramente estes conceitos, bem como quais as estratégias e políticas encaradas como promotoras do DLS, de forma a conseguir-se extrair conceções e dimensões comuns à IS. Desta forma, pretende-se criar um mapa conceptual que consiga ilustrar o relacionamento possível entre DLS e IS, o qual será testado na componente empírica com recurso ao estudo de caso de uma organização social.

2.2.1. Os novos paradigmas do desenvolvimento

Após a II Guerra Mundial, e durante cerca de 30 anos, o desenvolvimento foi encarado como sinónimo de crescimento económico, tendo por base as conceções de Adam Smith, entre outras teorias clássicas, como a Ricardiana, Schumpeteriana e Marxista (Andion, 2003).

A proximidade criada entre desenvolvimento e crescimento, além de provocar confusão entre os dois conceitos durante décadas, contribuiu também para a criação de uma falsa visão determinista e evolucionista do que seria o desenvolvimento (Amaro, 2003, citado em Marques, 2017³⁵). Determinista porque se assumiu que a produção de bens e serviços conduziria à melhoria do bem-

³⁴ Referência da fonte primária:

Seers, D. (1979). Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?. *Análise Social*, vol. XV (60), 1979 - 4.º, 949-968

³⁵ Referência da fonte primária:

Amaro, R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4 (2003), 35-70

estar da população, e evolucionista porque foi traçado um caminho que os diferentes países deveriam percorrer para atingir a posição dos países mais desenvolvidos, considerando o rendimento per capita (*idem*) e o nível de industrialização (Marques, 2017).

A dissociação dos conceitos de desenvolvimento e crescimento económico só acontece na década de 80, tendo como marco a 3.ª Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Marques, 2017), altura em que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável (DS), através do relatório de Brundtland, intitulado “O nosso futuro comum”, o qual definiu DS como a capacidade de dar “resposta às necessidades do presente em comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”(1987, p.54). O termo foi popularizado na década de 90 (Andion, 2003) e atualmente ganha força com os alertas da comunidade científica e consequentes pressões sociais e culturais no espectro político em prol de um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a dimensão social e ambiental. Outro marco importante na divergência entre desenvolvimento e crescimento foi a criação do Índice de Desenvolvimento Humano em 1990, também por intermédio da Organização das Nações Unidas, o qual objetiva dar relevância a outros indicadores para além do produto interno produto (PIB).

Estas conceções surgiram no seguimento da crise monetária e petrolífera dos anos 70, que alertou para a necessidade de novas formas de regulação e expõe as desigualdades entre e dentro das nações (Andion, 2003), colocando assim em causa o paradigma funcionalista, por privilegiar as lógicas *top-down* e os centros urbanos, o que resultava na polarização e concentração do desenvolvimento (Amaro, 2009).

As robustas críticas ao desenvolvimento, levaram inclusive a que se proclamasse o seu fim, surgindo o conceito de pós-desenvolvimento, defendido por pensadores como Wolfgang Sachs, Serge Latouche, Ivan Illich e Arundathy Roy, numa época em que também proliferavam as críticas ao Estado, pela sua inércia, corrupção, falta de transparência e eficiência (Milani, 2003). O pós-desenvolvimento veio assim dar ênfase a outros aspetos do desenvolvimento, nomeadamente à capacidade das comunidades locais, elaborando-se novas teorias em resposta às clássicas (Marques, 2017). Surgiu então um novo vocabulário, em torno da descentralização, governança local, participação, sociedade civil e capital social, construído em torno das vertentes institucionais, políticas, culturais e sociais do desenvolvimento, e chamando a atenção para a diversidade e particularidades dos contextos locais (Milani, 2003). Não obstante, esta corrente foi criticada por não aprofundar como deveria a questão da pobreza e do capitalismo, apresentar uma visão

generalista e ignorar que o local é moldado pelas relações de poder (Escobar, 2005, citado em Marques, 2017³⁶).

Ainda assim, é hoje comumente aceite que o desenvolvimento não deve ser entendido na visão estrita da economia, mas sim encarado de forma holística, abarcando outras dimensões, como a política, social e ambiental (Marques, 2017). Atualmente proliferam novos conceitos e propostas de modelos de desenvolvimento alternativos, como o desenvolvimento local e o desenvolvimento sustentável, ou numa visão integrada, o desenvolvimento local sustentável (Buarque, 1999; Andion, 2003; Bittencourt, 2014), na expectativa de se encontrarem respostas para os problemas sociais e ambientais, consequentes de uma globalização que condicionou o agravamento das alterações climáticas, e que foi o resultado de modelos económico-políticos que viram no crescimento económico a receita para o desenvolvimento.

2.2.2. Desenvolvimento local sustentável

A génese do desenvolvimento local

É defendido que a abordagem do desenvolvimento local (DL) surgiu com a perspetiva de amenizar a importância atribuída ao crescimento económico e recentrar a importância na qualidade de vida do ser humano, tendo por base três princípios: i) o desenvolvimento não resulta apenas do valor económico; ii) tanto diz respeito aos sistemas macroeconómicos e instituições centralizadas como às microiniciativas que vão para além do valor económico; iii) o indivíduo e a coletividade funcionam como alavanca do desenvolvimento (Vachon, 1993, citado em Ferreira, 2013³⁷).

A base conceptual do DL remonta aos anos 50 do século passado, em que se constatou que os processos de ajuda e cooperação para o desenvolvimento das antigas colónias europeias assentavam em modelos que desvalorizavam as necessidades sentidas pelas comunidades locais, bem como os seus recursos, capacidades, valores e identidades, e estimulavam a dependência ao invés de promover a autonomização, criando novos problemas (Amaro, 2009). Essa evidência levou a um novo modelo de desenvolvimento a que se chamou desenvolvimento comunitário, o qual teve maior relevância na intervenção prática do que no campo teórico, e precedeu o conceito de DL (*idem*).

³⁶ Referência da fonte primária:

Escobar, A. (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In Daniel Mato (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 17-31

³⁷ Referência da fonte primária:

Vachon, B. (1993). *Le développement local: théorie et pratique*. Ed. Gaetan Morin, Paris

Cientificamente o conceito de DL foi reconhecido a partir da década de 70 (Amaro, 2009), altura em que surgiram novas propostas de desenvolvimento de base territorial, como consequência das críticas às concepções desenvolvimentistas e aos instrumentos utilizados, defendendo-se que é no local que os problemas são mais sentidos e onde podem ser resolvidos (Fragoso, 2004). No entanto, o DL só obteve reconhecimento político-institucional passados 20 anos, tendo também como suporte teórico os paradigmas do desenvolvimento regional, mas numa lógica contrária ao paradigma funcionalista (Amaro, 2009). Isto é, “a partir de baixo”, de cada território, atribuindo a cada comunidade local a iniciativa e o protagonismo dos seus processos de desenvolvimento, a partir das suas capacidades” (Amaro, 2009, p.110). Desta forma, a participação da população e a mobilização dos recursos endógenos assumem uma importância vital (Fragoso, 2004), ainda que os estímulos exógenos continuem a ser relevantes para potenciar as capacidades locais (Amaro, 2009).

A este novo paradigma chamou-se de territorialista, que para alguns vincava em demasia a oposição endógeno-exógeno e local-global, e por isso distanciaram-se para uma posição mais integradora, denominada de neoterritorialista, que continua no entanto a privilegiar o endógeno e o local (*idem*).

Desta forma, o conceito de DL assenta numa base indutiva, que parte das experiências concretas de desenvolvimento comunitário, e tem como pilar o paradigma territorialista /neoterritorialista (Amaro, 2009), estando-lhe subjacente dez atributos, nomeadamente tratar-se de

- i) *Um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;*
- ii) *Centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;*
- iii) *Que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;*
- iv) *A partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;*
- v) *O que implica a adoção de metodologias participativas e de empowerment da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo);*
- vi) *Contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);*
- vii) *Numa perspetiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;*
- viii) *O que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;*
- ix) *Com o impacto tendencial em toda a comunidade;*
- x) *E segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.*

(Amaro, 2009, p.111)

Franco (2011) identifica uma série de pressupostos para que o DL possa ser induzido, designadamente: auto-organização comunitária, constituída por voluntários locais mobilizados por sentimentos positivos para a adesão, i.e. que seja sentida como prazerosa, útil e interessante; valorização da diversidade económica, social e cultural das pessoas que constituem a localidade;

empreendedorismo individual e coletivo que privilegie os recursos endógenos e as conexões com comunidades semelhantes; substituição de reuniões formais por processos coletivos, dialógicos e criativos, que estimulem a invenção e a realização de atividades conjuntas; e abolição de mecanismos de controle, como sistemas de monitorização e avaliação, rankings ou adoção de regras das “melhores práticas”, visto que as experiências e contextos são únicos.

Entende-se assim que o DL só é efetivo quando existem iniciativas e mobilização por parte dos atores locais em torno de um projeto coletivo, pois de outra forma as mudanças não são internalizadas pela estrutura social, económica e cultural (Buarque, 1999), e o território torna-se impermeável a elas.

Face ao aqui explanado e atendendo a algumas definições existentes sobre o conceito (tabela 6) pode-se conceber o DL como um processo territorializado, endógeno, diferenciado, transformador, participativo e emancipatório, construído nas relações entre os atores, que por sua vez condicionam as ações no local, como adiante será discutido.

Tabela 6 – Definições do conceito de desenvolvimento local

Autores	Conceito
Buarque (1999, p.10)	“(…) processo endógeno registado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.”
Milani (2003, p.3)	Conjunto de atividades culturais, económicas, políticas e sociais que, através de uma relação de interdependência e de forma consciente, procuram transformar a realidade local, sendo portanto “sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa” e resultado de interesses, projetos e relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores.
Amaro (2009, p.108)	“(…) processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”

Fonte: Elaboração própria.

Local – Uma questão de identidade(s)

Quanto ao termo local propriamente dito, na perspetiva de Paula (2008, p. 46, citado em Bittencourt, 2014, p.91³⁸), reporta-se a um “recorte socio territorial delimitado a partir de uma

³⁸ Referência da fonte primária:

Paula, J. (2008). *Desenvolvimento Local: textos selecionados*. Brasília: SEBRAE.

característica eletiva definidora de identidade”, que tanto pode assumir uma conotação físico-territorial, de dimensão económica, como político-territorial, encaixada em escalas de decisão superiores, nomeadamente de nível regional, nacional e global (Bittencourt, 2014). Mais do que isso, Andion (2003) entende o local como o espaço de vivências, contemplando o passado (história) e as possibilidades futuras, onde as relações de proximidade se estabelecem e a ação dos cidadãos decorre, e logo onde acontece o desenvolvimento, conforme defendido pela geografia socioeconómica.

Como bem explica Milani (2003, p. 11) o “local constitui-se em território (levando a que alguns pensem mais bem em termos de desenvolvimento territorial) e conduz-nos a analisar a endogenia (o desenvolvimento local torna efetivas e dinamiza potencialidades locais próprias) e a particularidade (fatores locais) do contexto em que se situa. O local é, nesse sentido, construído social e territorialmente; é delimitado pela permanência de um campo estável de interação entre atores sociais, económicos e políticos.”

Não se trata da transposição de um paradigma de desenvolvimento para uma escala local, mas sim de uma nova conceção, vinculada à “importância da memória, da cultura, da identidade, e das instituições locais” (Bittencourt, 2014, p. 103), tornando-se assim uma resposta às consequências da globalização (*idem*) e do capitalismo (Ferrarini, 2012). Para Fragoso (2004) o global pode ser reinventado através da conjugação de múltiplos locais, de forma a vincar a importância das especificidades territoriais. Desta forma, as iniciativas de base local são vistas como uma resposta possível aos problemas económicos, sociais, culturais e ambientais, criados pelo modelo neoliberal, pela globalização economicista e crise do Estado-Providência (Amaro, 2009).

Por conseguinte pode-se dizer que o local ganha força com o global em detrimento do nacional, enquanto expressão da diferença, por oposição à uniformização da globalização, adquirindo um carácter emancipatório e transformador (Milani, 2003). Assim, compreende-se que o DL se fortaleça, paralela e paradoxalmente, junto com as lógicas da globalização, já que resulta da resistência das economias e identidades locais face aos processos de liberalização e desregulação (Amaro, 2009).

Contudo, vale a pena ressaltar também alguns perigos do localismo, nomeadamente a excessiva confiança nos organismos e instituições locais; a desvalorização da integração do local em várias escalas espaciais, numa relação de interdependência com as políticas e estratégias nacionais e internacionais; a ideia de que todas as necessidades podem ser satisfeitas dentro do âmbito local, menosprezando o estabelecimento de conexões externas; e a tentação aceitar/replicar no local as estratégias e políticas implementadas noutras esferas superiores (Milani, 2003; Moulaert et al., 2005), se não fizerem sentido para o contexto espacial e institucional de determinada comunidade.

Embora o DL seja um processo endógeno, que requer a mobilização das capacidades e potencialidades locais, “está inserido numa realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influência e pressões positivas e negativas” (Buarque, 1999, p.19).

O acréscimo da(s) sustentabilidade(s)

Os atuais desafios mundiais vão para lá da opressão de identidades e culturas locais e atingem a disponibilização de recursos, a justiça social, a conservação ambiental e estabilidade climática, ameaçando assim a espécie humana. Por este motivo, as estratégias de DL têm contemplado, de uma forma ou de outra, as premissas da sustentabilidade (Buarque, 1999), conduzindo alguns autores (Buarque, 1999; Andion, 2003; Bittencourt, 2014) à denominação de desenvolvimento local sustentável.

Buarque (1994, citado em Buarque, 1999, p. 31) define DLS como o “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações”. Dado que, para este autor, o DL só poder ser consistente e sustentável se aliar a dimensão social, económica e ambiental, o que implica limitar a estrutura produtiva e o padrão de consumo à capacidade de recuperação e regeneração da natureza, visto que os problemas ambientais, hoje largamente debatidos, decorrem da relação da economia e da sociedade com a natureza, a qual é definida pelo estilo de desenvolvimento.

A sustentabilidade é um conceito naturalmente inacabado e complexo, que deve ser ajustado ao seu contexto e, na sua essência, corresponde a um ideal e a um posicionamento ético, dependendo por isso das interpretações que lhe forem dadas (Bodnar *et al.*, 2016). Por conseguinte, as visões de sustentabilidade estão relacionadas com os processos de transformação da sociedade e evolução das teorias socioeconómicas, (Mendes, 2009).

A este respeito, Nascimento (2012) alega que a sustentabilidade, enquanto conceito multidimensional, tem vindo a ser constituída como um campo de forças interdisciplinar que abarca distintos agentes (desde cientistas a pequenos agricultores), e no qual podem ser distinguidas três correntes de pensamento quanto à fórmula de alcançar a sustentabilidade: i) por via da inovação tecnológica, impulsionada pela escassez de recursos, e próxima do modelo convencional de desenvolvimento, crente no progresso; ii) por meio do decrescimento, o que implica um novo estilo de vida e diferentes valores, tendo um cunho mais radical no sentido em que procura a rutura com

o modelo vigente; iii) e, num meio-termo, através do desenvolvimento sustentável, sendo este o paradigma dominante mas pouco consensual, que é definido por este autor como

“um processo que permite ao planeta Terra, como um todo, dotar-se de um sistema socio ambiental em que ocorre o uso racional e parcimonioso dos recursos naturais, respeitando a resiliência de seus ecossistemas; com uma economia eficiente, que poupa energia e recursos naturais, usando cada vez mais energia limpa, proporcionando aos seus membros melhores oportunidades de desenvolvimento e acesso aos bens mínimos necessários a uma vida digna, portanto, um sistema socio ambiental que desconcentra a riqueza, ao invés de concentrá-la”. (Nascimento, 2012, p. 431)

Assim, a sustentabilidade por via do desenvolvimento tecnológico coloca a tecnologia como alicerce; o decrescimento dá ênfase à sociedade civil, pois as alterações cognitivas e comportamentais levariam a transformações no modelo de consumo e processos de produção; e o DS recai sobre a ação do Estado e as mudanças na política, vindo nos acordos internacionais, medidas de incentivo, regulação e fiscalização uma forma eficaz de provocar as mudanças necessárias, não sendo portanto surpreendente que esta corrente tenha vindo a ganhar a disputa no campo da sustentabilidade (Nascimento, 2012). Desta forma, o DS adquire uma lógica *top-down*, enquanto que o decrescimento favorece mais os modelos *bottom-up*, e o primeiro a especialização, sendo aqui de suma importância a existência de recursos humanos e técnicos, não acessíveis de igual forma nas diferentes geografias.

Na percepção de Cechin (2012), o DS tem uma conotação sobretudo política, que aceita a compatibilidade do crescimento económico e do progresso tecnológico com a conservação ambiental. Esta ideia é pesadamente criticada pelo decrescimento, movimento que, tal como o nome indica, defende o decrescimento planeado da produção e do consumo como sendo a única forma de garantir a sustentabilidade ambiental, ainda que se reconheça que esse recuar não pode ser encetado por todos os países nem por todas as atividades ou por todas as pessoas de igual forma, face às desigualdades e necessidades existentes (Cechin, 2012). Assim, para os decrescentistas, o DS não é resposta por camuflar a manutenção da crença no crescimento económico, pelo que a sustentabilidade deve ser alcançada pela via do decrescimento e não do DS.

Caixa 4 – Conceito de Decrescimento

O romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) foi o precursor do Decrescimento, conceção resgatada mais tarde por Serge Latouche. Este autor contrapõe o círculo virtuoso do crescimento, que encara na verdade como desastroso, devido às consequências sociais e ambientais que daí vieram, como o “círculo virtuoso do decrescimento sereno”, o qual é constituído por oito erres: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocar, reduzir, reutilizar e reciclar (Latouche, 2009). Atendendo à temática deste trabalho, destacamos a relocalização como estratégia para a sustentabilidade, que segundo Latouche (2009) significa não só produzir e consumir local no que for essencial, mas também localizar na medida do possível os processos de tomada de decisão de espectro político, cultural e económico.

Na perspectiva de Sachs (2000, citado em Andion, 2003³⁹) o DS diz respeito à interdependência das várias dimensões que constituem a realidade social, destacando a dimensão social, cultural, ecológica/ambiental, territorial, económica e política como criteriosas para a ocorrência de sustentabilidade (tabela 7), o que exige uma abordagem pluridisciplinar.

Tabela 7 – Dimensões e desafios do desenvolvimento sustentável, segundo Ignacy Sachs

Dimensão	Desafios	Objetivo
Sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de postos de trabalho digno. • Melhor qualificação profissional. • Melhor condição de vida. 	Reduzir as desigualdades sociais
Sustentabilidade económica	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). • Manejo eficiente dos recursos. • Absorção pela empresa dos custos ambientais. • Endogeneização – contar com as suas próprias forças (meio inovador). 	Aumentar a produção e riqueza social local, sem dependência externa
Sustentabilidade ecológica	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. • Prudência no uso de recursos não renováveis. • Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. • Redução da intensidade energética e conservação de energia. • Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. • Cuidados ambientais 	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade espacial ou geográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Descentralização espacial – de atividade, de população. • Desconcentração – democratização local e regional do poder. • Relação urbano/rural equilibrada (benefícios centrípetos). 	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Soluções adaptadas a cada ecossistema. • Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte: Bittencourt (2014, p. 84; adaptado de Sachs, 2008, p. 181-183)

Também Buarque (1999) defende uma relação dialética entre as várias dimensões que compõem a realidade quando se fala de DS, o que pressupõe tensões e conflitos, visíveis sobretudo

³⁹ Referência da fonte primária:

Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond

entre a economia e o ambiente, que tornam mais lenta a construção da sustentabilidade do desenvolvimento.

De forma semelhante, Mehmood e Parra (2013) referem que um dos maiores problemas dos discursos acerca do desenvolvimento sustentável diz exatamente respeito às interpretações reducionistas, que empregam uma pobre correlação entre pobreza, degradação ambiental, crescimento económico e participação, o que resulta numa abordagem funcionalista e multidimensional ao invés de uma visão integrada que tenha em conta a complexidade das dinâmicas socio ecológicas. Na ótica destes autores a dimensão social é pouco valorizada pelo desenvolvimento sustentável, se comparada com a dimensão económica e ambiental, pelo que a componente socioinstitucional do desenvolvimento sustentável acaba por ser muitas vezes negligenciada, encobrindo dessa forma uma importante conexão com a IS.

Um outro desafio no âmbito do DS é a mudança de atitudes comportamentais das sociedades locais, o que implicaria a existência de educação ambiental (Dalal-Clayton e Bass, 2002, citados em Bittencourt, 2014⁴⁰), ou mesmo de uma alfabetização ecológica (Capra, 2004, citado em Bittencourt, 2014⁴¹), capaz de despertar a consciência do tecido societal para a necessidade de se comprometer e assim estimular elaboração e dinamização de um conjunto de estratégias a diferentes tempos para um desenvolvimento local sustentável (Bittencourt, 2014).

Neste sentido, vale a pena referir também a economia circular (EC) como uma ferramenta concreta para alcançar um modelo de desenvolvimento mais sustentável (Tiossi, 2018), através de ações que se pautam por 3 princípios: redução de desperdícios, reutilização de recursos e reciclagem de materiais (Silva *et al.*, 2019). Logo, a EC é sobre a otimização do fluxo de bens, maximização e aproveitamento de recursos naturais e minimização da produção de resíduos (Leitão, 2015), dentro de um sistema circular de reconversão (Oliveira, França, & Rangel, 2018) que estende o ciclo de vida do produto (Tiossi, 2018) mantendo-o dentro da cadeia produtiva como matéria-prima para um novo produto. Esta nova forma de repensar as cadeias produtivas (Leitão, 2015) fomenta a interação e a cooperação entre as organizações, pela necessidade de concertação estratégica de parcerias, e

⁴⁰ Referência da fonte primária:

Dalal-Clayton, B. & Bass, S. (2002). *Sustainable development strategies: a resource book*. Organization for Economic Co-operation and Development, Paris and United Nations Development Programme, New York. London: Earthscan.

⁴¹ Referência da fonte primária:

Capra, F. (2004). *Humanização, desenvolvimento e o modelo económico mundial. A energia e a transgenia como elementos para a humanização do desenvolvimento*. In *Seminário humanização do desenvolvimento mundial. Conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia*. Curitiba, 21 de outubro 2004. (Em linha).

Disponível

em

«http://api.ning.com/files/fb34IEG38yo28lMfMNP6QEkiwmRuuYbGMYpMg3iaZganQjtpC1pyebudB7ToAypTSWjk1YRMuKryx*HAC6*x**ovbq3MwvfB/FritjofCapraHumanizacao.pdf»

estimula a criação de práticas com maior eficiência energética e menor pegada ambiental (Oliveira *et al.*, 2018), o que por si só é indutor de inovações com impacto no desenvolvimento local (Comissão Europeia, 2015, citado em Oliveira *et al.*, 2018⁴²). Visto que este modelo de produção e consumo visa a proteção ambiental, a geração de emprego e a diminuição dos custos das empresas (Tiossi, 2018).

2.2.3. Estratégias e políticas para o desenvolvimento local sustentável

Capital Social

Considera-se que o capital social é a capacidade e habilidade dos cidadãos se conectarem e construir um sentimento de pertença (Milani, 2003), através do estabelecimento de relações de confiança, solidariedade recíproca e cooperação (tabela 8). Assim, a constituição de parcerias pode ser uma via para o desenvolvimento de capital social, já que “introduzem não apenas a confiança, as normas de reciprocidade e um aprendizado na colaboração, mas, também, uma identidade territorial” (Mulgan *et al.*, 2007, citado em Bignetti, 2011, p. 12).

Tabela 8 – Definições de capital social

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Robert Putnam	Aspetos da organização social: redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício comum.	Intensidade da vida associativa, leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	A dimensão política sobrepõe-se à dimensão económica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.	Individuais e coletivos
Mark Granovetter	As ações económicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais. As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança	Duração das relações (consideradas positivas e simétricas). Intimidade. Intensidade emocional. Serviços recíprocos prestados.	Crítica as duas visões do comportamento económico: a visão neoclássica, que qualifica como sub-socializada - os indivíduos são desconectados das relações sociais; e a estruturalista e marxista, que qualifica de super socializada - indivíduos são considerados em dependência total dos seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.	O capital social seria um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.

⁴² Referência da fonte primária:

Comissão Europeia (2015). *Closing the loop – an EU action plan for the Circular Economy*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52015DC0614>.

	mútua entre agentes económicos.			
John Durston	Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem	Confiança. Reciprocidade. Cooperação.	O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões do Mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (carácter colectivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital social).
David Robinson	Conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspetos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns.	Relações de confiança. Oportunidades de interação e lugares de encontro. Obrigações recíprocas. Acesso ao conhecimento.	O capital social é cumulativo e pode aumentar em função de: ambiente legal e político, termos do compromisso (quais são os valores que dominam no sistema social?), regras de compromisso (formas assumidas pelas relações sociais e transparência das informações), processos de interação (deliberação).	Benefícios comuns (que satisfaçam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a coletividade, por meio da negociação).

Fonte: Adaptado de Milani (2003, p. 16-18)

Por conseguinte, o capital social pode beneficiar a ação coletiva na medida em que permite: partilhar informação e assim diminuir os níveis de incerteza; coordenar atividades de forma a diminuir comportamentos oportunistas; incentivar a experimentação colaborativa; e contribuir para a tomada de decisão conjunta, promovendo dessa forma resultados equitativos para os envolvidos (Lechner, 2000, citado em Hintze, 2009⁴³).

Daí que Franco (2005) alerte que o assistencialismo, o clientelismo, a centralização, e a introdução de uma base competitiva na dinâmica da sociedade são as quatro formas mais eficazes de dissipar o capital social, pois este não é um conceito económico ou sociológico, mas sim político,

⁴³ Referência da fonte primária:

Lechner, N. (2000). Desafíos de un desarrollo humano: individualización y capital social, Instituciones y Desarrollo. Instituto Internacional de Gobernabilidad, Barcelona, n. 7

já que “significa um outro tipo de poder, o poder de fazer, de empreender, de inovar e não o poder de mandar em alguém” (Franco, 2005, p. 9).

Explica-se assim que muitos vejam o capital social como a ferramenta com maior capacidade para mobilizar os membros de uma comunidade (Prates, 2009, citado em Schmitt e Neto, 2011⁴⁴), conforme foi estudado por Tocqueville, Jaccobs e Putnam (Franco, 2005), ou mesmo como um fator de competitividade (Andion, 2003).

Na perspectiva de Robert Putnam (2000, citado em André e Abreu, 2006⁴⁵), o capital social é, inclusive, mais importante do que o capital económico ou humano para o desenvolvimento de determinadas regiões, e pode assumir duas formas: i) *bonding capital*, relacionado com os laços internos no interior de um lugar ou comunidade; e ii) *bridging capital*, referente às relações com o exterior, ou seja, entre lugares e comunidades. Desta forma, o capital social determina a capacidade de uma região construir redes de solidariedade e reciprocidade organizadas (Putnam, 1993, citado em Andion, 2003⁴⁶) que facilitem a integração de lugares e comunidades (André e Rego, 2003).

Redes sociais

Para Franco (2011) capital social é sinónimo de rede social, caracterizando esta como ambiente de interação e não de participação, pois segundo explica, participar é um ato externo, ou seja, um ato em que estamos a tomar parte de algo que é “dos outros” e que já foi pré-estabelecido, existindo restrições nos poderes regulatórios. Enquanto que nas redes distribuídas (i.e., não centralizadas), baseadas na interação, a regulação é pluriárquica, “ou seja, as definições dependem das iniciativas das pessoas que queiram tomá-las ou a elas queiram aderir, jamais impondo-se, o que pensam alguns, aos demais (por critérios de maioria ou preferência verificada).” (Franco, 2010, p. 5).

Este autor critica a criação de processos participados pois na sua essência acabam por ser nada mais do que planeamentos *top down*, já que são organizados por um grupo de pessoas, mesmo quando se trata das chamadas lideranças comunitárias, e não pelo todo, o que leva a que sejam consideradas, sobretudo, as necessidades desse grupo em detrimento das restantes. Por

⁴⁴ Referência da fonte primária:

Prates, A. A. P. (2009). *Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes*. Revista de Administração Pública, 43, (5), 1117-1146

⁴⁵ Referência da fonte primária:

Putnam, R. (2000). *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. Simon and Schuster, New York.

⁴⁶ Referência da fonte primária:

Putnam, R. (1993). The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, 13, Spring 1993.

consequente, Franco refere que um dos problemas teóricos das metodologias de desenvolvimento local é que estas

“[...] foram pensadas originalmente como programas para ser aplicados por alguma instituição hierárquica (um governo, uma organização da sociedade, uma empresa, uma corporação). Ora, organizações hierárquicas dificilmente podem articular e animar redes. Ademais, o sujeito do desenvolvimento local não pode ser a instituição que aplica a metodologia e sim a rede de desenvolvimento comunitário que se articula no local, a qual deve ter autonomia para introduzir qualquer tipo de modificação que julgar conveniente (o que, se bem que estivesse previsto em princípio por boa parte das metodologias, nunca foi totalmente digerido pelas instituições hierárquicas que as aplicavam, que tendiam a se julgar meio donas do processo, posto que forneciam os recursos para capacitar e custear o trabalho dos agentes de desenvolvimento).” (Franco, 2011, p.2)

Assim, Franco (2005) defende que o DL reside na dinamização das redes sociais, que surgem por via interação das pessoas, sendo essa interação baseada na adaptação, imitação e cooperação. Portanto, trata-se de capacitar o indivíduo, a partir da sociedade e através da rede social, de forma a encorajá-lo, a dar-lhe confiança para fazer (Franco, 2005).

Pode-se considerar que as redes são “estratégias de ação coletiva, visando uma transformação social em determinado local” (Scherer-Warren, 1999, citado em Andion, 2003, p. 1034⁴⁷), pelo que assumem um papel determinante na promoção e concretização do DLS, pela capacidade de imprimir uma nova dinâmica nos territórios (Andion, 2003).

Estas redes devem também estar interligadas com a inovação (Baerenhold e Aarsaether, 2002, citado em André e Rego 2003⁴⁸), uma vez que a inovação é essencial para encontrar novas formas de cooperar, revelar necessidades e colaborar na gestão pública e, assim, se reconhecerem e resolverem problemas agudos de exclusão (Moulaert, 2000, citado em André e Rego, 2003⁴⁹). Pois, a introdução de elementos externos no contexto local, sejam esses novos atores, conhecimentos ou redes, potenciam novas combinações capazes de criar dinâmicas e sinergias socialmente inovadoras (Santos e Florbeloni, 2015).

Essas concepções são partilhadas por André e Abreu (2006), que propõem um modelo de desenvolvimento local alicerçado na constituição de redes, suportadas pelo capital social e exponenciadas pela IS e tecnológica, como ilustrado abaixo (figura 2). Estes autores utilizam o conceito de capital relacional, para se referirem à espacialidade das relações que, à semelhança de Putnam, distinguem entre capital relacional local/regional - que diz respeito à proximidade

⁴⁷ Referência da fonte primária:

Scherer-Warren, I. (1999). *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec

⁴⁸ Referência da fonte primária:

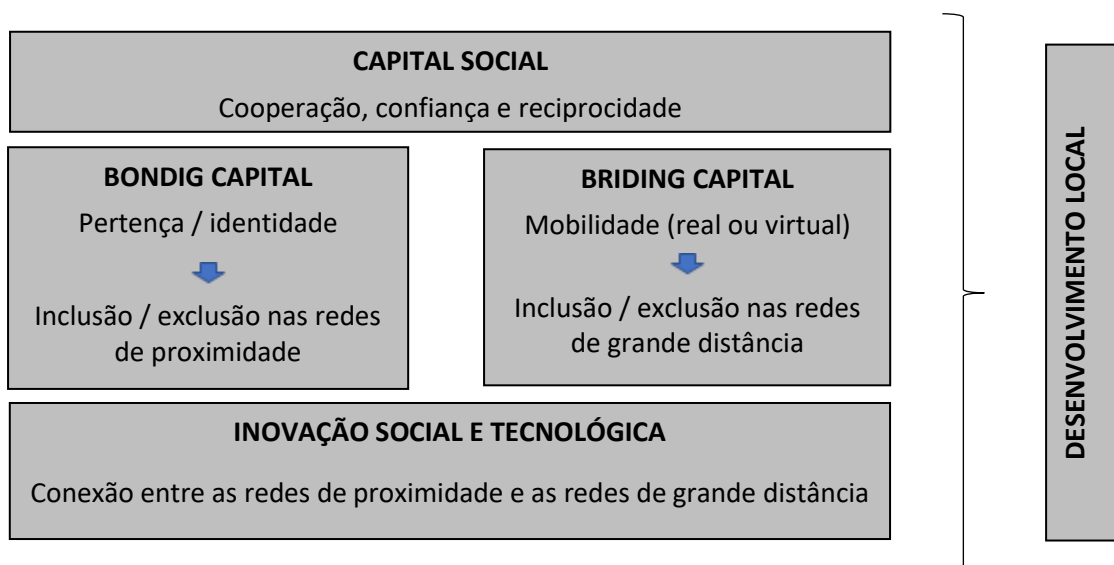
Borenholdt, J., Aarsother, N. (2002). Coping strategies, social capital and space. In *European Urban and Regional Studies*, 9, (2)

⁴⁹ Referência da fonte primária:

Moulaert, F. (2000). *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*. Oxford University Press, Oxford.

geográfica e laços de cooperação e confiança existentes, por força do sentimento de pertença e identidade; e capital relacional transnacional ou global - que diz respeito à proximidade cultural, geracional, social ou outras, não necessitando de um espaço físico mas sim de um espaço-rede composto pelo grupo e os fluxos que os liguem, nomeadamente fazendo uso das tecnologias.

Figura 2 - “Capital social e inovação no desenvolvimento local”



Fonte: André e Rego (2003, p. 121)

Dessa forma, e em qualquer um dos casos, o meio constitui-se como mediador entre as pessoas e os sistemas de organização social (Ferrão, 1997, citado em André e Abreu, 2006⁵⁰), sendo que a constituição de redes de grande distância possibilita a amenização das dicotomias existentes quando se fala do território, no caso específico de Portugal entre Norte-Sul, interior-litoral, urbano-rural, antagonismos que podem “fragilizar a análise de realidades crescentemente complexas e diversificadas e de empobrecer propostas de intervenção relativas a um mundo cada vez mais interativo” (Ferrão, 2003, p. 245).

Paralelamente Fragoso (2004) defende que é importante ir além da delimitação geográfica e compreender o desenho e configuração da rede social, que pode ou não coincidir com a dimensão espacial, para compreender os processos de desenvolvimento local.

⁵⁰ Referência da fonte primária:

João Ferrão in seminário *Perspectivas Recentes em Geografia*, Mestrado de Geografia Humana, Desenvolvimento Regional e Educação Ambiental, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996/97.

Com base na literatura existente sobre redes e desenvolvimento, Andion (2003) propõe também um modelo para a promoção do DLS baseado nas redes sociais, constituído por 5 dimensões que comportam um conjunto de variáveis (tabela 9).

Tabela 9 – Dimensões e variáveis das redes para a promoção do desenvolvimento local sustentável

Dimensões	Variáveis
1. Tipos de Rede	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos atores locais que participam nas redes; - Caracterização das redes (institucional, informal, produtiva, etc.); - Finalidades/Identificação das funções presentes nas redes (troca mercantil, de informação, conhecimento, relacionamento, etc).
2. Densidade	<ul style="list-style-type: none"> - Territorialidade/coesão social; - Temporalidade histórica; - Valores éticos/políticos; - Capacidade de inovação, adaptação e regulação.
3. Funcionamento e gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços de reflexão coletiva (os atores envolvidos participam na formulação dos objetivos e estratégias da rede); - Processos internos de gestão para avaliar o grau de participação na gestão quotidiana da rede (tomada de decisão, mecanismos de controle, resolução de conflitos; normas/hierarquia, e comunicação).
4. Efetividade da ação	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção económica/tecnológica; - Promoção social; - Promoção ambiental/ecológica; - Promoção política.
5. Abertura para o exterior	<ul style="list-style-type: none"> - Conexão com outras redes e atores em âmbito local, nacional e global; - Interlace com diferentes esferas sociais através de parceiras (Estado, Mercado e sociedade civil)

Fonte: Andion (2003, p. 1051)

De acordo com Andion (2003), a caracterização do tipo de rede é importante para perceber a origem dos laços de reciprocidade. A densidade, que diz respeito à ligação que as redes têm ao território, como é o caso da história ou cultura da comunidade, foi mais esmiuçada pela autora, que agregou às variáveis um conjunto de indicadores que vale a pena discriminar. Assim, a territorialidade/coesão social deve considerar o tipo de relacionamento existente entre os atores da rede, como estes se organizam e como se relacionam com o território; nesse sentido devem ser observadas as particularidades culturais e os laços de reciprocidade existentes no local e a sua conexão com o funcionamento da rede. A temporalidade histórica diz respeito à relação das atividades da rede com a história do território e da sua comunidade, que é importante para promover a coesão social. Os valores éticos/políticos implicam coerência, quer entre os objetivos dos atores e os objetivos da rede (Castells, 1999, citado em Andion, 2003⁵¹), quer os objetivos da rede e valores

⁵¹ Referência da fonte primária:

éticos mais amplos, direcionados para um desenvolvimento sustentável. Por último a capacidade de inovação, adaptação e regulação, que na percepção de Pecqueur (2000, citado em Andion, 2003⁵²) é uma condição para que o desenvolvimento local ocorra, e é referente às alternativas criadas pela rede de forma a conseguir adaptar-se a condições impostas, ao nível de adaptação perante essas inovações e às formas de solidariedade presentes na rede, que servem como regulação e favorecem a inovação.

A dimensão que diz respeito ao funcionamento e gestão da rede, e cujas variáveis são inspiradas no trabalho de Serva (1997, citado em Andion, 2003⁵³), pretende analisar a eficiência da rede e a coerência entre os seus objetivos e práticas internas, de modo a perceber se a rede é objeto do movimento de transformação que persegue e se promove a participação que pretende gerar.

A efetividade da ação objetiva permite perceber qual a contribuição da rede para a promoção do DLS, tendo a construção das variáveis sido inspiradas por Sachs (2000, citado em Andion, 2003⁵⁴), e cujos indicadores são discriminados abaixo (tabela 10). A abertura das redes é uma dimensão que está diretamente relacionada com o estabelecimento de parceria (Andion, 2003).

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura — a sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁵² Referência da fonte primária:

PECQUEUR, B. Le développement local. Paris: Syros, 2000.

⁵³ Referência da fonte primária:

Serva, M. (abr./ jun. 1997). A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, 37, (2)

Serva, M. (mar./abr. 1997). Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. *Revista de Administração Pública*, 31, (2)

⁵⁴ Referência da fonte primária:

Sachs, I. (2000). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond

Tabela 10 – Variáveis e indicadores de análise da “efetividade da ação” das redes na promoção do DLS

Variáveis	Indicadores	Objeto
Económica/Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das condições económicas - Inserção na economia (local, regional, nacional e global); - Capacidade de modernização e adaptação dos instrumentos de produção; - Articulação entre produção e Investigação e Desenvolvimento 	Membros/beneficiários da rede
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das condições de vida (saúde, educação, habitação, lazer e cultura); - Aumento da coesão social e as formas de sociabilidade. 	Membros/beneficiários da rede
Ambiental/Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação da natureza e biodiversidade; - Produção de recursos renováveis; - Limitação no uso de recursos não renováveis. 	Território
Política	<ul style="list-style-type: none"> - Influência na promoção e execução das políticas públicas relacionadas com a área de atuação da rede; - Papel da rede no fortalecimento da democracia participativa. 	Território

Fonte: Andion (2003, p. 1050-1051)

Face às ideias aqui discutidas, compreende-se que as redes sejam uma forma de manifestação da vitalidade dos territórios e das suas comunidades (Marques, 2017), sem que isso signifique a sua limitação à escala local (Andion, 2003). Dado que as ligações produzidas no âmbito local não só aumentam a eficácia produtiva dos envolvidos como exponenciam os benefícios para o território se forem abertas ao exterior (Pecquer, 2000, citado em Marques, 2017⁵⁵).

Políticas públicas

A política de desenvolvimento local é definida por Padín (2004, citado em Ribeiro e Santos, 2005, p. 6⁵⁶) como “uma forma flexível de regulação do ajustamento cujo êxito ficará a dever-se à sua capacidade para instrumentar a coordenação territorial das atuações e a cooperação dos agentes

⁵⁵ Referência da fonte primária:

Pecqueur, B. (2000). *Le développement local*. Paris: Syros

⁵⁶ Referência da fonte primária:

Padín, C. (2004). *El desarrollo endógeno local. estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño*, Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Tese de doutoramento não publicada.

públicos e privados”. A ela estão implicadas estratégias “de baixo para cima” que incitem à participação da população local na definição de objetivos e tomadas de decisão (Ribeiro e Santos, 2005), e o carácter flexível e único, já que deve considerar as particularidades de contexto (Stöhr, 1981, Henriques, 1990, citados em Ribeiro e Santos, 2005⁵⁷), pressupondo, portanto, uma dimensão territorial limitada (Blanchard *et al.*, 1994, Mosely e Cherret, 1995, citados em Ribeiro e Santos, 2005⁵⁸).

Também na ótica de Ferrão (2014) a mudança em direção a um futuro desejado para territórios concretos pode ser materializada através de políticas micro que deem ênfase à diversidade local; da valorização das dinâmicas territoriais promovidas pela sociedade civil e empresas, inclusive através de redes *translocais*, regiões funcionais e relações *glocais*; e consideração para com as especificidades dos contextos, como a história, potencialidades e problemas, estilos de vida e especializações produtivas. Ferrão (2013) defende a importância das políticas públicas considerarem o tipo de exposição, as condições de sensibilidade dos territórios, e a capacidade transformadora das instituições, empresas, famílias e movimentos sociais para a adaptação e alteração de um futuro previsivelmente negativo, através de estratégias conjuntas de resistência e recuperação. Explica o autor que a vulnerabilidade atual ou potencial dos territórios face às influências externas resulta da conjugação dessas duas medidas: nível de exposição a fatores externos e nível de sensibilidade dos fatores internos, i.e., características territoriais tais como estrutura social, demográfica e familiar; capital social; tecido empresarial ou qualidade das instituições. Essas duas medidas não são estáticas e podem ser ajustadas de forma a que os territórios ganhem resiliência perante situações externas negativas (Ferrão, 2013), contudo “territórios com condições estruturalmente débeis, do ponto de vista demográfico, social, económico e institucional terão grande dificuldade em superar, por si só, e na ausência de mecanismos de reequilíbrio mais amplos, os efeitos negativos decorrentes da sua exposição e sensibilidade ao choque externo” (Ferrão, 2013, p.255).

Ferrarini (2012) vinca a importância das políticas emancipatórias para o desenvolvimento local integrado e sustentável, cujo processo de implementação enfrenta dois desafios principais: a intersectorialidade e a participação da comunidade, como cogestora de programas territoriais que ativem a sua cidadania. Diz este autor que as políticas emancipatórias dependem da “capacidade

⁵⁷ Referência da fonte primária:

Stöhr, W. (1981), Development from below: the bottom-up and peripheryinward development paradigm. In Stöhr, W. & Taylor, D.F. (eds) *Development from above or from below?* John Wiley, Chichester.

Henriques, J. M. (1990). *Municípios e desenvolvimento*. Escher, Lisboa.

⁵⁸ Referência da fonte primária:

Blanchard, A. et al. (1994). *El diagnóstico del territorio y la constitución de un proyecto de desarrollo*. Cuadernos LEADER, AIDL Madrid

Mosely, M. e Cherret, T. (1995). *Implicar a la población local*. La constitución del proyecto de desarrollo local: la experiencia del LEADER I, Cuadernos LEADER, AIDL, Madrid.

empreendedora e autogestionária de indivíduos, grupos e comunidades” (Ferrarini, 2012, p. 235), a qual é difícil de emergir em relações políticas de carácter autoritário e paternalista. Assim, as políticas emancipatórias são contrárias às políticas públicas, programas e estratégias *top-down* e à desarticulação local, caracterizando-se antes por uma governança flexível, com abertura para novas formas de organização e interação com o tecido societal. Desta forma, “o desenvolvimento a ser fomentado pela política pública emancipatória poderia ser definido como contra-hegemónico, porque é produzido na chamada periferia, sob princípios de solidariedade e sustentabilidade, em bases territoriais e de forma democrática” (Ferrarini, 2012, p. 235).

Na perspectiva de Buarque (1999) as experiências bem-sucedidas de DL decorrem por norma de ambientes sociais e políticos favoráveis, pautados por uma mobilização convergente dos atores locais. Assim, o fator participação surge como determinante na sustentação das políticas e na qualidade de vida da população, tornando-se inclusive um objetivo do DS. (*idem*).

Schmidt *et al.* (2016) no relatório do Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal, concluíram, no entanto, que a população portuguesa pouco valoriza a dimensão da governança, pois

A participação cívica em Portugal assume um perfil de relação interpessoal, de proximidade, muito ligado à família, vizinhança e conhecimento direto, mas fecha os horizontes cívicos num campo limitado, desmobilizando um associativismo de objetivos mais exigentes com escala nacional ou global e sentido do coletivo e de bem comum. Esses limitados horizontes cívicos do sentido da participação são, aliás, consistentes com o historicamente frágil registo da sociedade civil em Portugal. (Schmidt *et al.*, p. 104-105).

Também Dowbor (2009) refere que hoje um dos maiores desafios que as sociedades enfrentam é a capacidade de se informarem, de se organizarem socialmente e de criar impacto, nomeadamente através de IIS que promovam a implementação de processos decisórios e novas dinâmicas institucionais. A este respeito o autor defende uma governança de “gestão sensível e que sabe ‘responder’, ou ‘corresponder’ aos interesses que diferentes grupos manifestam, e supõe sistemas amplamente participativos, e em todo caso mais democráticos” (p. 122). Esta forma de articulação corresponderia ao que o autor traduziu por “governança participativa” (tabela 11).

Tabela 11 - Evolução das visões sobre a administração pública, de acordo com o Relatório Mundial sobre o Setor Público

	Administração Pública	Gestão Pública	Governança Participativa
Relação cidadão-estado	Obediência	Credenciamento	Capacitação
Responsabilidade da administração superior	Políticos	Clientes	Cidadãos, atores
Princípios orientadores	Cumprimento de leis e regras	Eficiência e resultados	Responsabilidade, transparência e participação
Critério para sucesso	Objetivos quantitativos	Objetivos qualitativos	Processo
Atributo chave	Imparcialidade	Profissionalismo	Participação

Fonte: Organização das Nações Unidas (2005, p. 7, citado em Dowbor, 2009, p. 122⁵⁹)

No entanto, o modelo de governança em Portugal ainda é insipiente e a sua principal fragilidade assenta na fraca participação da sociedade civil, o que pode ser explicada pela hereditariedade de uma governação hierárquica e burocratizada e “ausência de cultura de colaboração participativa (débil identificação com o modelo concetual, a desigualdade na distribuição do poder e a perpetuação de modelos de gestão de urgências e não de planeamento estratégico), associada a constrangimentos de tempo, de recursos e contextuais muito marcados” (Almeida e Almeida, 2018, p. 121), pelo que as virtualidades associadas a este modelo – maior eficácia, eficiência, confiança, transparência e adequação das intervenções e políticas - ficam penalizadas. Tal perspetiva é partilhada por Schmidt e Guerra (2010), pois, no que a Portugal diz respeito, a fragilidade das práticas democráticas, marcadas por um passado ainda recente de autoritarismo, penaliza a existência de um “modelo de democracia informada e participativa que invista em novos mecanismos e espaços de intervenção cívica” (Schmidt e Guerra, 2010, p. 119).

No entendimento de Mehmood e Parra (2013) a governança e as relações institucionais podem ser vistas como facilitadoras na interligação entre IS e desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de ações coletivas que contribuam para a construção identitária, reflexividade e capacitação local.

2.2.4. Desenvolvimento local sustentável por via da Inovação Social

De acordo com Buarque (1999, p.10), “o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto”. Assim, embora sofra determinações externas, é também o espaço

⁵⁹ Referência da fonte primária:

Organização das Nações Unidas – ONU (2005). *World public sector report 2005*. New York: United Nations/Department of Economic and Social Affairs

de criações e novas soluções (Ferrarini, 2012), a partir dos cidadãos locais e através dos recursos endógenos.

Na perspectiva de Klein *et al.* (1998), as dinâmicas sociais e culturais são essenciais nos processos de reconversão das “regiões que perdem” com as dinâmicas macroeconômicas associadas à globalização. Os estudos destes autores, sobre o desenvolvimento local no Quebec através de processos de IS, demonstraram que a consciência territorial dos atores socioeconômicos é fundamental, já que o sentimento de pertença geográfica se sobrepõe às diferenças de classe, gerando dinâmicas nos vários espectros da comunidade (sociais, políticos, culturais, econômicos,...) (Becattini e Rullani, 1995, citados em Klein *et al.*, 1998⁶⁰).

Nesse sentido, a reação das coletividades locais deve ser analisada à luz das novas teorias do desenvolvimento, as quais são centradas na importância do meio e na forma como os atores sociais, dinâmicos e inovadores, contribuem para a sua estruturação (Vachon, 1993, Tremblay e Fontan, 1994, citados em Klein *et al.*, 1998⁶¹).

A essa vitalidade dos atores, Klein *et al.* (1998) denominaram de capital socio-territorial, que seria no fundo o conjunto de recursos humanos e institucionais mobilizados pela comunidade, de forma a promover o desenvolvimento local e bem-estar populacional. Esses recursos seriam:

- *Valores compatíveis, ainda que não necessariamente homogêneos;*
- *Instituições locais eficazes e adaptadas aos interesses da população local;*
- *Instâncias de negociação dos conflitos sociais a uma escala local;*
- *Convenções sólidas e bem enraizadas entre os atores sociais e as instituições;*
- *Um meio associativo ativo e vigoroso;*
- *Uma percepção positiva da comunidade local e da pertença a essa;*
- *Difusão da informação;*
- *Instituições financeiras ancoradas no meio*

Fonte: Klein *et al.* (1998, p. 658)

Contudo, os autores explicam que a ativação do capital socio-territorial é dependente da identidade coletiva e da consciência territorial, as quais se constroem socialmente e resultam das ações coletivas e da mobilização, e não da história ou tradição. A este respeito Klein *et al.* (1998) explicam que a mobilização surge como reação às situações não desejadas, enquanto que as ações coletivas dos atores socioeconômicos são a resposta aos problemas, através do estabelecimento de

⁶⁰ Referência da fonte primária:

Becattini, G. e Rullani, E. (1995). *Système local et marche global le district industriel*. In Rallet, A e Torre, A. (eds). *Economie industrielle et économie spatiale*. Paris; Economica (pp. 171-192)

⁶¹ Referência da fonte primária:

Tremblay, D-G. e Fontan, J-M- (1994). *Le développement économique local: la théorie, les pratiques. Les expériences*. Québec, Presses de l' Université du Québec

vínculos sociais, que proporcionam uma identidade coletiva e assim se constituem como um fator de coesão social.

Já na perspectiva de Coimbra Ribeiro *et al.* (2015, p. 131) a “identidade coletiva não se dá pela mera soma dos interesses ou ainda por um consenso simples. Essa identidade vem sendo construída por meio do reconhecimento dos distintos interesses e pelo conflito e negociação entre eles. É esse embate que possibilita a construção de objetivos comuns.”. Estes autores, que utilizam o termo desenvolvimento territorial sustentável, defendem que as comunidades rurais devem ser vistas como espaços heterogêneos, ricos em potencialidades e recursos, que beneficiariam e sairiam beneficiadas da articulação com os aglomerados urbanos próximos (Coimbra Ribeiro *et al.*, 2015). Essa articulação, com base no diálogo e partilha, possibilitaria “pensar e colocar em prática soluções inovadoras que promovam novos estilos de desenvolvimento, socialmente mais incluídos e sustentáveis” (Ribeiro *et al.* 2015, p. 122). Por conseguinte, a mobilização de ativos implicaria a construção de novas relações sociais e institucionais com o objetivo de atender as especificidades do território (*idem*).

Essa perspectiva é defendida de igual forma por Bittencourt e Ranconi (2016) que, através de um estudo de caso sobre o Programa “Bolsa de Terras” onde a IS é focada como propulsora de política pública, destacam a importância de práticas sociais inovadoras para um desenvolvimento sustentável, geradas a partir de modelos de governança territorial e movimentos *bottom-up*. Nesse sentido, Schmitt e Neto (2011) defendem que as organizações devem funcionar como mediadoras do desenvolvimento sustentável. Assim, a sustentabilidade territorial seria possível através da formação de parcerias e associativismo, desde que fosse atingida a participação efetiva dos diferentes atores nos processos de decisão, inclusive daqueles que tradicionalmente são excluídos (Cazella, 2006, citado em Schmitt e Neto, 2011⁶²). Esse compromisso de pluralidade, com recurso a processos de negociação e aproximação (Bierschenk, 1988, Cazella, 2006, Sachs, 2007, citados em Schmitt e Neto, 2011⁶³), implicaria a gestão de diferentes perspectivas que, por sua vez, iriam potencializar a abrangência de soluções e a convergência de interesses (Schmitt e Neto, 2011). Desse modo, talvez o território deixasse de ser visto como “um produto, passível de consumo e uso utilitário, ignorando a necessidade de consideração de aspectos inerentes aos locais” (Schmitt e Neto, 2011, p.325).

⁶² Referência da fonte primária:

A. Cazella, A. (2006). Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentáveis. *Eisforia*, 4 (especial), 225-247, Florianópolis

⁶³ Referência da fonte primária:

A. Cazella, A. (2006). Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentáveis. *Eisforia*, 4 (especial), 225-247, Florianópolis

Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*, Cortez, São Paulo (2007)

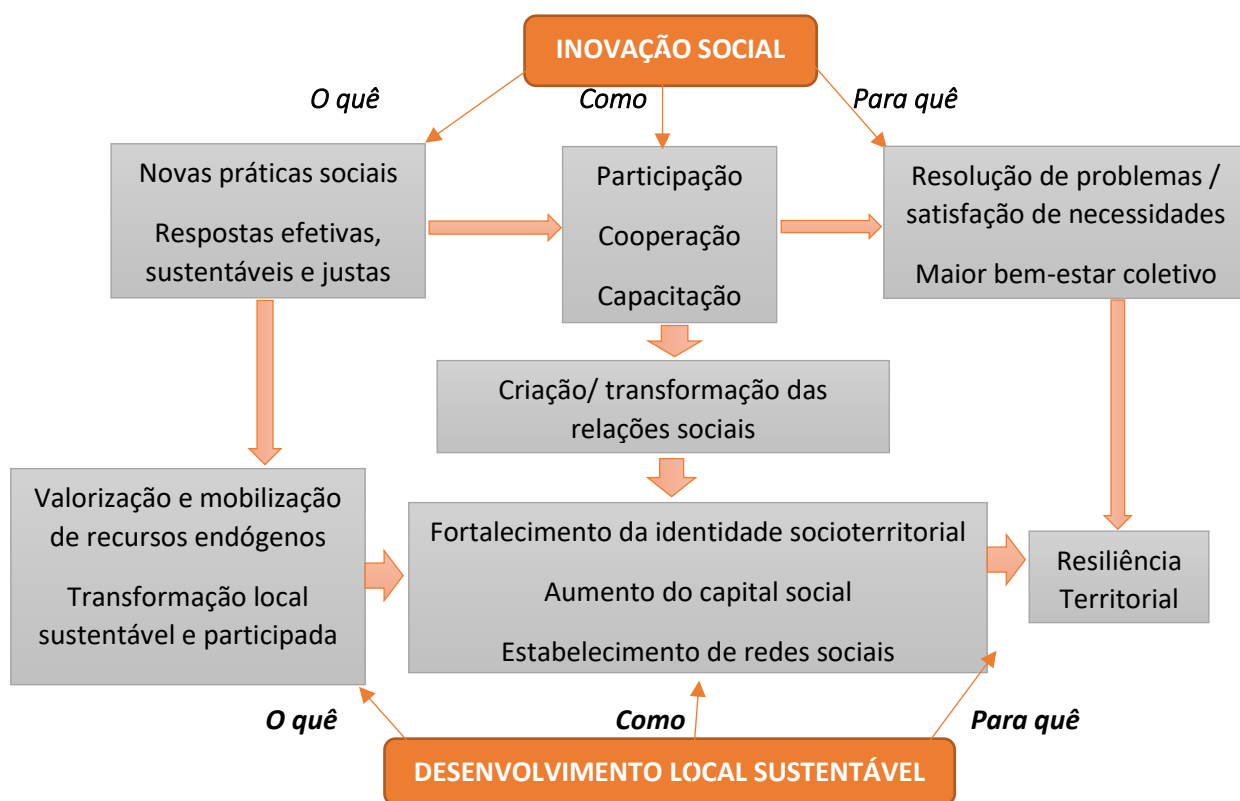
2.3. Síntese Conclusiva

Face ao discutido ao longo deste capítulo, conclui-se que a IS e o DLS têm diversos elementos em comum, sendo que o epicentro de ambos reside na ação e mobilização da sociedade civil, constituída pela pluralidade de atores locais.

A IS foca fundamentalmente a dimensão social (emprego, educação, saúde, habitação) e cada vez mais assume um papel importante na constituição de respostas sustentáveis, que aliem a componente social, económica e ambiental de forma a gerar soluções locais emancipatórias e justas. Da mesma forma, o DLS procura a resiliência territorial através da valorização e mobilização de recursos endógenos com vista à transformação local sustentável por via da participação comunitária, encontrando no potencial da IS uma importante estratégia.

Tanto num como noutro conceito, considera-se que a sua riqueza reside no desenvolvimento do processo – processo de cooperação e capacitação, que promove novas e transformadas relações sociais, as quais, por sua vez, levam ao aumento do capital social, constituição de redes sociais e facilidade no acesso a recursos – capaz de conduzir à resolução de problemas e satisfação de necessidades e como tal a um maior bem-estar comunitário e resiliência territorial. Esse processo é ilustrado na figura 3.

Figura 3 – Mapa Conceptual: Promoção do DLS por via da IS



Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

A construção do processo de investigação deve ser flexível, criativa e dinâmica, por meio de etapas que se vão complementado e determinando entre si (Vilelas, 2009). Na perspectiva de Vilelas (2009, p. 17), “investigar é uma atividade quase artesanal, em que é preciso unir o pensamento rigoroso à imaginação, a disciplina de trabalho à inspiração, em doses variáveis, segundo as circunstâncias.”

Este autor define metodologia como o “conjunto de procedimentos que contribuem para a obtenção do conhecimento” (Vilelas, 2009, p. 17). Ou seja, é a definição de estratégias, métodos e procedimentos que permitam confrontar teoria e factos (Polit e Hugler, 1995, cit. Vilelas, 2009).

Para Minayo (2009) é muito mais do que isso, “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). [...] a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.”

Desta forma, apresentam-se de seguida as opções metodológicas deste trabalho, justificando-se essas escolhas com o alinhamento encontrado relativamente ao marco teórico deste trabalho e objeto de estudo, bem como com a concepção da autora sobre o processo de conhecimento (tabela 12).

Tabela 12 – Delineamento da pesquisa

TEMÁTICA	
Inovação social e desenvolvimento local sustentável	
PROBLEMA	
De que forma a inovação social, a partir de organizações da sociedade civil, promove e/ou constrange o desenvolvimento local sustentável nos territórios de baixa densidade?	
HIPÓTESE IMPLÍCITA	
A inovação social, a partir de organizações da sociedade civil, promove e/ou constrange o desenvolvimento local sustentável dos territórios de baixa densidade.	
OBJETIVO GERAL	
Identificar pressupostos que relacionem a inovação social, desde organizações constituídas pela sociedade civil, com a promoção e/ou limitação do desenvolvimento local sustentável nos territórios de baixa densidade	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer dimensões de análise da inovação social relacionadas com o desenvolvimento territorial; 2. Identificar elementos comuns (conceitos, práticas, teorias e políticas) entre inovação social e desenvolvimento local sustentável, que permitam relacionar os dois conceitos; 3. Analisar a resolução/minimização dos problemas e satisfação de necessidades por ação direta e/ou indireta da organização em estudo; 4. Analisar a promoção da participação, cooperação e capacitação, por ação direta e/ou indireta da organização em estudo; 5. Perceber se os processos de participação, cooperação e capacitação implementados, por ação direta e/ou indireta da organização, contribuem para a criação/alteração das relações sociais; 6. Perceber em que medida a organização contribui, ou não, para o desenvolvimento sustentável do território em termos sociais, ambientais e económicos. 	
METODOLOGIA	
Modelo de Investigação	
Tipo de análise	Qualitativa
Método Lógico	Materialismo Dialético e Fenomenológico
Tipo de pesquisa quanto aos objetivos	Exploratória e Descritiva
Tipo de pesquisa quanto aos procedimentos	Estudo de caso
Instrumentos de recolha de dados	
Fontes Bibliográficas	Livros e artigos de publicações periódicas
Fontes Documentais	Dados estatísticos; Documentos oficiais governamentais; Documentos organizacionais; Conteúdos produzidos pela comunicação social (local e nacional).
Questionário	Aplicado ao universo populacional
Entrevistas semiestruturadas	Aplicadas a 9 indivíduos (9,3% do universo)
Instrumentos de Análise de dados empíricos	
Estatística descritiva	Questionário
Análise de Conteúdo	Entrevistas semiestruturadas

Fonte: Elaboração própria

3.1. Modelo de investigação

Abordagem qualitativa

De acordo com Vilelas (2009), a investigação qualitativa tem um carácter descritivo e interpretativo acerca da realidade em estudo. Por norma os objetivos são de natureza compreensiva e os resultados tendencialmente analisados de forma indutiva. Também segundo este autor, as abordagens qualitativas são utilizadas para explorar comportamentos, perspetivas e experiências vinculadas a um determinado contexto, feito de convivências e vivências individuais, focando-se “no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem” (Vilelas, 2009, p. 105), sem que muitas vezes exista uma revisão robusta prévia da literatura sobre a temática em estudo (Vilelas, 2009). Este tipo de abordagem preocupa-se, portanto, com a atribuição de significados e interpretação dos fenómenos, e defende que “existe um vínculo dinâmico e indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (Vilelas, 2009, p. 106).

Compreende-se assim que os estudos qualitativos sejam por norma flexíveis e dinâmicos. Flexíveis porque permitem que as estratégias e abordagens na recolha de dados mudem à medida que avançam, sem que isso signifique a perda de rigor científico, mas antes uma busca de significados e intencionalidades no discurso, ações, relações e estruturas sociais em análise (Vilelas, 2009). Dinâmicos porque têm implícito a interação constante entre o trabalho de campo e a teoria (Bulmer, 1977, citado em Vilelas, 2009). Dessa forma, a abordagem qualitativa é apropriada quando se pretende explorar o objeto de estudo e delimitar o trabalho (Vilelas, 2009).

Visto que a pesquisa qualitativa trabalha com “valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões” (Vilelas, 2009, p. 108), e o seu grupo de análise deve ser de reduzida dimensão, contrariamente à pesquisa quantitativa, que tem uma visão mais objetiva da realidade e recorre a medidas numéricas para a analisar. Contudo, o tamanho da amostra não deve ser considerado um problema, visto que o objetivo desta abordagem não é a generalização mas sim a descoberta de significados (Vilelas, 2009). A amostra utilizada neste tipo de estudos, é geralmente do tipo intencional (Streubert e Carpenter, 1999, citados em Vilelas, 2009), visto que os participantes são muitas vezes escolhidos de acordo com a experiência e interação com o fenómeno em estudo.

Segundo Vilelas (2009), as técnicas mais comuns neste tipo de análise são a observação participante, a entrevista em profundidade e a entrevista em grupo; e a análise dos dados é feita com recurso a descrições narrativas e comparações contínuas, enquanto que nas pesquisas quantitativas procura-se estabelecer as relações causais.

Gibbs (2009) aponta igualmente alguns aspetos-chave quanto à recolha e interpretação dos dados na pesquisa qualitativa, nomeadamente: os dados são variados, volumosos e consistem em

manifestações da comunicação humana; necessitam de técnicas (como a codificação) para que possam ser organizados e controlados de forma a permitir a sua interpretação; a análise pode começar em campo, antes da amostragem ser definida e de se concluir a recolha de dados; existe a tendência de aplicar uma visão construtivista.

Construtivista porque “um compromisso fundamental da pesquisa qualitativa é ver as coisas pelos olhos dos entrevistados e participantes [...] O pesquisador tem que ser sensível às perspectivas diferenciadas de grupos distintos e ao conflito potencial entre a perspectiva daqueles que estão sendo analisados e os que os estão analisando. Sendo assim, não pode haver um relato simples, verdadeiro e preciso das visões dos entrevistados. Nossas análises são por natureza, interpretações, e, portanto, construções do mundo.” (Gibbs, 2009, p. 23). No quadro do construtivismo, o conhecimento é construído nas interações estabelecidas e, portanto, o investigador não é isento (Gil, 2008). Defende-se a existência de múltiplas realidades, socialmente construídas, que possibilitam aos indivíduos a compreensão sobre as suas experiências, o que impossibilita a sua objetividade (*idem*).

Método lógico: dialético e fenomenológico

Considera-se que este trabalho se aproxima de dois métodos lógicos, o dialético e o fenomenológico, pois ambos valorizam a abordagem qualitativa. No entanto o método dialético foca-se na compreensão dos factos sociais em relação com o seu contexto (Gil, 2008), enquanto que o fenomenológico toma como objeto de conhecimento a conceção do sujeito sobre o Mundo, aceitando a existência de tantas realidades quanto interpretações e comunicações (Bicudo, 1994, p. 18, citado em Gil, 2008, p. 14). Desta forma o método fenomenológico privilegia a descrição e desvaloriza as preocupações com a explicação ou causalidade (Gil, 2008) e o método dialético preocupa-se com os processos de mudança e como ocorrem. Na perspectiva de Marconi e Lakatos (2003) podem ser apontadas quatro leis fundamentais na dialética materialista: i) a ação recíproca – os fenómenos estão interligados entre si, e como tal são interdependente e condicionam-se reciprocamente, pelo que não podem ser analisados isoladamente; ii) a mudança dialética – o Mundo está em constante mudança, através de processos de contradição e negação; iii) a mudança qualitativa - quando um fenómeno atinge determinado valor (quantitativo) leva a uma mudança qualitativa, transformando-se; iv) e a interpenetração dos contrários - a realidade, em constante desenvolvimento e baseada em características quantitativas e qualitativas, é construída com base no contraditório.

Tipo de pesquisa quanto aos objetivos: exploratória e descritiva

Recorrendo a Gil (2002; 2008) podemos identificar que a nossa pesquisa, tendo em atenção o objetivo geral a que se propõe, é fundamentalmente exploratória, embora também possa assumir-se como descritiva.

Exploratória porque procura esclarecer conceitos e ideias, de forma a tornar o problema mais explícito e preciso e a possibilitar a construção de hipóteses mais focalizadas para estudos futuros (Gil, 2002). Recorda-se aqui que a hipótese colocada neste trabalho é implícita ao problema colocado, dado que a complexidade das variáveis impede uma relação puramente causal, sendo apenas possível estabelecer “algum tipo de relação entre as variáveis” (Gil, 2008, p. 44), já Minayo (2009) defende que os estudos exploratórios não requerem a elaboração de hipóteses, visto que ainda não existe conhecimento suficiente sobre relações, factos e processos.

Descritiva porque pretende descrever o fenómeno em análise, considerando as opiniões, atitudes e crenças dos participantes no estudo (Gil, 2002), sem que implique necessariamente a explicação da relação entre conceitos. Pois o nosso problema coloca-se acentuando o ‘como’ e não o ‘porquê’ da inovação social promover ou limitar o desenvolvimento local sustentável.

De acordo com Gil (2002) as pesquisas exploratórias e descritiva são as mais utilizadas por investigadores sociais preocupados com a atuação prática. Refere este autor que as pesquisas exploratórias são as mais flexíveis em termos de planeamento e normalmente utilizam o levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso, raramente recorrendo a procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas (Gil, 2008). Já as pesquisas descritivas, que muitas vezes têm o propósito de estudar as características de um grupo, utilizam técnicas mais padronizadas na recolha de dados (*idem*).

Tipo de pesquisa quanto aos procedimentos técnicos: Estudo de Caso

O estudo de caso é tipicamente enquadrado na análise qualitativa e nas pesquisas exploratórias e descritivas (Gil, 2002). Pois trata-se de um estudo aprofundado e exaustivo que procura acima de tudo compreender determinado fenómeno, a partir dos que nele estão envolvidos, e não tanto a sua delimitação (Gil, 2008; Vilelas, 2009). Assim, é adequado para explorar fenómenos e temas complexos, de forma a (re)conhecer variáveis e a gerar novas teorias e novas hipóteses a investigar no futuro, tornando-se menos apropriado para pesquisas com objetivos explicativos (Vilelas, 2009).

Yin (2001,) refere que o estudo de caso deve encerrar um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de real, e ajusta-se a situações em que os limites do fenómeno e o seu contexto são

difusos. Desta forma, privilegia questões que envolvam o “como” e “porquê” e retira o controle ao pesquisador por este se ver inserido no contexto social do objeto em estudo (*idem*).

Algumas características comuns neste procedimento metodológico são as descrições complexas e holísticas; o estilo de descrição informal (com recurso a ilustrações, ilusões e metáforas); comparações mais implícitas do que explícitas; e o predomínio da compreensão em detrimento do tema ou hipótese(es) colocada(s) (Vilelas, 2009).

O caso pode ser entendido como uma unidade social de análise que tanto pode ser um indivíduo, como uma comunidade ou organização, cujas especificidades podem ser circunscritas a um tempo e espaço particulares (Denzin e Lincoln, 2001, citados em Vilelas, 2009). O estudo de um único caso é adequado quando se pretende verificar os pressupostos de uma dada teoria, quando o caso é raro e revelador (Denzin e Lincoln, 2001, citados em Vilelas, 2009), quando se reúnem diversos aspetos sobre o objeto em análise (Mattar, 1996, citados em Vilelas, 2009), e quando se tratam de fenómenos sociais complexos, em que a experimentação e as abordagens quantitativas, só por si, não são suficientes (Vilelas, 2009).

Relativamente às críticas a este procedimento, estas prendem-se com a subjetividade, dificuldade de generalização e morosidade do tempo requerido (Gil, 2002).

A primeira pode ser defendida através da triangulação, de forma a garantir maior rigor na análise e interpretação dos dados (*idem*). Assim, a aplicação de mais do que uma técnica de recolha de dados torna-se um requisito para garantir que os resultados advêm “da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. Dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador.” (Gil, 2002, p. 140). A diversidade de técnicas constitui “o principal recurso de que se vale o estudo de caso para conferir significância a seus resultados.” (Yin, 2001, citado em Gil, 2002, p. 141⁶⁴). Logo, a sua análise só é viável quando são utilizadas diferentes fontes de evidência, no mínimo duas, e quando já existam pressupostos teóricos prévios que permitam orientar a recolha e análise dos dados (Yin, 2001). Para Yin (2001) existem seis fontes possíveis de evidência no estudo de caso: documentos, registos em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos. Denzin e Lincoln (2001, citados em Vilelas, 2009) particularizam ainda a possibilidade de se utilizar dados quantitativos nos estudos de caso, contrariamente a outros métodos qualitativos.

⁶⁴ Referência da fonte primária:

Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookma

Quanto à crítica da generalização, Gil (2002, p. 55) argumenta que “os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.”.

No que respeita à morosidade, a experiência mostra que têm vindo a ser realizados estudos de caso em períodos curtos e cujos resultados obtidos são passíveis de confirmação por outros estudos (Gil, 2002).

Campo de Observação – Critérios de seleção da entidade em estudo

Como já referido no capítulo introdutório, este trabalho toma como estudo de caso uma organização social, designadamente a Cooperativa Integral Minga CRL, que assume a formalização jurídica de cooperativa multisectorial, enquadrada portanto na legislação portuguesa como organização de economia social, embora vincule os seus princípios à economia solidária.

Os critérios de seleção da entidade foram os seguintes, por ordem de relevância:

- 1.º: Conter, à partida, fatores de inovação social, o que se verificou pela unicidade do seu estatuto organizacional no território, bem como princípios divulgados (economia solidária e decrescimento);
- 2.º: Promover práticas associadas à sustentabilidade e de abordagem territorial;
- 3.º: Intervir em território de baixa densidade, por uma questão de identificação socio-territorial pessoal e de forma a facilitar a interpretação dos dados;
- 4.º: Disponibilizar informação à priori através de existência de sítio oficial na internet – critério da transparência e importância da comunicação;
- 5.º: Aceitar participar no estudo através da disponibilização de documentação para análise e colaboração na aplicação de inquérito por questionário e entrevistas semiestruturadas;
- 6.º Estar geograficamente próxima pela menor exigência de recursos aquando a aplicação dos instrumentos de recolha de dados.

3.2. Instrumentos de recolha de dados

Esta pesquisa utiliza como validação de resultados a triangulação de dados, pois recorre a fontes bibliográficas, fontes documentais, ao inquérito por questionário e entrevistas semiestruturadas. Embora todas sejam utilizadas na interpretação dos dados, só as três últimas foram utilizadas para recolha de dados empíricos. Quanto à sua natureza, todas se enquadram na abordagem qualitativa, à exceção do questionário que é de caráter quantitativo.

De referir também que os dados empíricos foram recolhidos entre 10 de maio de 2019 e 26 de setembro de 2019, pelo que os resultados não têm em conta as alterações que possam ter ocorrido desde então.

Fontes bibliográficas

Refere Gil (2008) que independentemente do tipo de pesquisa ou procedimento, a pesquisa bibliográfica é fundamental ao longo de todo o processo, desde a fase inicial (definição do quadro conceptual, fundamentação teórica e identificação do nível de conhecimento atual acerca do tema), passando pela informação que diga respeito à componente metodológica e redação do texto, até à análise e interpretação dos dados recolhidos no campo, que se devem cruzar com os dados disponibilizados pelas fontes bibliográficas.

O mesmo é defendido por Vilelas (2009), que diz que os estudos bibliográficos são essenciais, mesmo quando o foco é o trabalho de campo, pois estes não se podem basear apenas nos dados primários, visto que é necessário enquadrar o problema e os resultados dentro de um marco teórico.

Assim, o recurso a fontes bibliográficas foi essencial neste trabalho para interligar a teoria e a prática. A pesquisa bibliográfica empreendida baseou-se em livros, artigos científicos em publicações periódicas e uma tese de doutoramento, acedidas via internet na sua maioria. Estes instrumentos permitiram: i) encontrar um quadro teórico de referência sobre a temática em estudo, tendo em consideração a evolução histórica dos conceitos em estudo, ao relacioná-los com as dinâmicas socioeconómicas e políticas, para melhor compreender a sua complexidade e perceções atuais sobre os mesmos; ii) perceber algumas das lacunas e dificuldades teóricas e metodológicas, nomeadamente relacionadas com a articulação dos dois conceitos em estudo – inovação social e desenvolvimento local sustentável – tirando partido dos seus diversos elementos em comum; iii) trilhar o caminho metodológico a seguir, cujas opções parecem ser as mais adequadas à temática, problema, objetivos e objeto de estudo.

Fontes documentais

As fontes documentais têm como mais-valia a possibilidade de corroborar e valorizar evidências de outras fontes (Yin, 2001). Entre as vantagens aponta-se a verificação da estrutura organizacional, a indicação de pistas para pesquisa, custos reduzidos, e a dispensa de possíveis constrangimentos relacionados com questões mais sensíveis (Yin, 2001; Gil, 2008) ou mesmo desnecessárias.

As fontes documentais deste estudo incluíram:

- i) Dados estatísticos: Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2018
- ii) Documentos oficiais governamentais: Código Cooperativo (Lei n.º 119/2015 de 31 de Agosto); Deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020; Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013 de 8 de maio de 2013); e Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2017;
- iii) Documentos organizacionais: Estatutos; Regulamento Interno; Regulamento Interno da secção agrícola; material disponibilizado na formação “como criar uma cooperativa integral”, ministrada pela cooperativa entre os dias 10 e 12 de maio de 2019; conteúdos disponíveis na página oficial de internet na Cooperativa integral Minga;
- iv) Conteúdos produzidos pela comunicação social nacional local (Jornal *Folha de Montemor*) e nacional (Jornal *Mapa* e Revista *Le Monde Diplomatique*).

Inquérito por questionário

O questionário é uma técnica de recolha de dados amplamente utilizada pelas ciências sociais (Gil, 2008), e enquadra-se sobretudo na abordagem quantitativa, que é caracterizada pela sistematização numérica da informação, análise estatística, objetividade e causalidade (Vilelas, 2009). Este instrumento constitui-se de um conjunto de questões que podem ser abertas, fechadas ou dependentes, e normalmente são propostas por escrito, embora também possam ser formuladas oralmente (Gil, 2008).

Como requisitos do questionário Gil (2008, p. 122) aponta a necessidade de “constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.”. Os dados obtidos tanto podem servir para descrever as características da população em estudo como para testar hipóteses construídas durante o planeamento da pesquisa (*idem*).

Entre as vantagens menciona-se a possibilidade de atingir um grande número de pessoas em simultâneo, a obtenção de respostas rápidas e precisas, o menor risco de distorção pela ausência de influência do investigador, é mais adaptativo em termos de tempo e horário de resposta, obtém respostas que materialmente são inacessíveis (Marconi e Lakatos, 2003). Relativamente às desvantagens, citam-se as seguintes: “percentagem pequena dos questionários que voltam; grande número de perguntas sem respostas; não pode ser aplicado a pessoas analfabetas; impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas; a dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente; na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra; a devolução tardia prejudica o calendário ou

sua utilização; o desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação; nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões; exige um universo mais homogêneo.” (Markoni e Lakatos, 2003, p. 202). Como será referido adiante, muitas destas limitações transformam-se em vantagens quando a técnica aplicada é a entrevista.

O questionário utilizado neste estudo foi elaborado com recurso a uma ferramenta tecnológica, o *Google Forms*, e comportou um conjunto de 23 questões, das quais 22 eram de resposta obrigatória, 8 de carácter aberto e 15 fechado com duas questões de escolha múltipla (anexo 1). A aplicação desta técnica teve como objetivos i) fazer a caracterização sociodemográfica do universo em estudo, ou seja, dos sócio efetivos (i.e., com inscrição na cooperativa) e dos sócios colaboradores (i.e., sem inscrição na cooperativa mas que colaboram na sua dinâmica) da Cooperativa Integral Minga, ao se constatar que a organização não tinha essa informação disponível; ii) perceber qual a vinculação existente entre os sócios e a organização, em termos de tempo e de ramo de atividade a que estão associados; iii) e identificar os respondentes disponíveis para entrevista, de forma a possibilitar uma pré-seleção aleatória.

O primeiro contacto com o universo populacional ocorreu a 22/07/2019 por intermédio da própria organização, que informou os sócios via e-mail sobre o enquadramento deste estudo e envio de questionário. A 25/07/2019 o pré-teste foi remetido via e-mail a 9 elementos da população em estudo (4 sócios efetivos e 5 sócios colaboradores), o que correspondeu a 9,27% do universo total e resultou numa sugestão de alteração, impossível de seguir devido ao funcionamento do *Google Forms* que impossibilita a omissão de questões subsequentes quando estas não se aplicam perante a resposta anterior.

O prazo do pré-teste terminou a 30/07/2019 e no dia seguinte o questionário foi remetido via e-mail a todos os sócios com contacto disponível, com uma nota explicativa acerca do seu enquadramento, objetivo e prazo de resposta, tal como sucedeu com o pré-teste. De referir que a listagem dos sócios com respetivos contatos foi facultada a 22/07/2019 pela Minga e, portanto, considerou-se para efeitos desta investigação o número de sócios constantes nessa data, tendo sido contabilizados 31 sócios efetivos e 66 sócios colaboradores, perfazendo um total de 97 sócios. Destes, foi possível remeter o questionário a um total de 88 sócios, dos quais 29 eram sócios efetivos e 59 sócios colaboradores, sendo que a estes últimos foram aplicados 3 questionários via telefone por inexistência de e-mail. Os 9 sócios a quem o questionário não foi remetido deveu-se à indisponibilidade de contato eletrónico e telefónico. Findo o primeiro prazo de resposta ao questionário, na data de 07/08/2019, foi feita uma insistência com alargamento do prazo até 19/08/2019, dando-se por encerrada a aplicação nessa data.

Contabilizaram-se por fim 38 questionários respondidos, sendo que 16 respondentes eram sócios efetivos, 18 eram sócios colaboradores, e 4 foram invalidados (3 dos quais porque não identificaram a tipologia de sócio e não foi possível esclarecer esse dado, sendo que o outro foi invalidado por repetição de resposta ao questionário). Desta forma o número total de respostas consideradas foi de 34, o que corresponde a percentagem total de 35,05 % (quadro 1).

Quadro 1– Aplicação do inquérito por questionário ao universo em estudo

Universo populacional	N.º total	Sócios contactados para responder ao questionário		Respostas válidas obtidas		Disponibilidade para entrevista (N.º)		
		N.º	%	N.º	% da população total	“Sim”	“Não”	“Talvez”
Sócios Efetivos	31	29	93,54%	16	51,61%	12	3	2
Sócios Colaboradores	66	59	89,39%	18	27,27%	10	1	6
Total de sócios	97	88	90,72%	34	35,05%	22	4	8

Fonte: elaboração própria

Considerando que este instrumento tem em média uma devolução de 25% (Marconi e Lakatos, 2003), o número de respostas obtido foi francamente positivo, sobretudo no que aos sócios efetivos diz respeito, já que mais de metade da população respondeu ao questionário. Contudo, o número de respostas obtidas não permite perceber se a amostra é representativa das características da população em estudo, uma vez que não existia uma caracterização prévia da totalidade dos sócios nem dos dois subgrupos em análise (SE e SC), de modo que os dados obtidos não têm possibilidade de generalização.

Em todo o caso, os resultados alcançados são analisados com recurso à estatística descritiva, que pretende caracterizar a amostra conseguida quanto às variáveis sociodemográficas e relação com a Minga, procurando-se assim perceber aquilo que é mais típico em cada um dos grupos, através da sua descrição e comparação (Gil, 2008). Para tal constituíram-se três subgrupos de análise: universo dos sócios (US); sócios efetivos (SE); e sócios colaboradores (SC). Os dados obtidos serão descritos, analisados e interpretados no capítulo 5.

Entrevista semiestruturada

Nas pesquisas exploratórias é recorrente a utilização de “entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (Selltiz *et al.*, 1967, citado em Gil, 2002, p. 41⁶⁵). Para Yin (2001) a entrevista é também uma das técnicas mais importantes no estudo de caso, pois permite não só obter dados em profundidade sobre o comportamento humano e os mais diversos aspectos da vida social, passíveis de quantificação e qualificação (Gil, 2008; Marconi e Lakatos, 2003), como dá liberdade para que se questione os participantes sobre fatos e eventos, de acordo com as suas interpretações, o que pode constituir novas pistas de pesquisa e inclusive levar a novas fontes para corroborar evidências ou iniciar a procura dessas evidências.

A entrevista é assim caracterizada como a técnica de recolha de dados mais flexível (Gil, 2008), cuja imprevisibilidade dos dados não impede que estes sejam considerados no estudo (Vitoria, 2000, citado em Vilelas, 2009). No que respeita à especificidade da entrevista semiestruturada, esta caracteriza-se por manter a espontaneidade de uma conversa informal mas segue um guião que orienta as questões (Yin, 2001).

As vantagens comparativas da entrevista em relação ao questionário são que não exige que o entrevistado saiba ler ou escrever; aumenta a possibilidade de obtenção de respostas por ser de aplicação direta; é mais adaptativa visto que existe a possibilidade imediata de esclarecer as perguntas e adequar em função ao participante e das circunstâncias; permite a captação de mensagens não verbais (expressão corporal, tonalidade de voz e ênfase das respostas), que podem apoiar a análise dos dados; viabiliza a obtenção de dados relevantes que não se encontram em fontes documentais; possibilita esmiuçar informações e comprovar no imediato possíveis discordâncias; (Gil, 2008; Marconi e Lakatos, 2003).

A entrevista pode, no entanto, deparar-se com algumas desvantagens, relacionadas com a qualidade da entrevista, disposição do entrevistado, respostas falsas, incompreensão e incorreta interpretação das questões, dificuldade de expressão de ambas as partes, retenção de informação por receio de revelar a sua identidade, morosidade da aplicação, reduzido controlo do investigador na recolha de dados, e influência do entrevistador no participante (*idem*). Contudo, a sua flexibilidade propicia que grande parte dessas limitações possam ser contornadas quando surgem, pelo que as maiores dificuldades são a prática do entrevistador e os custos associados à sua formação e a outros gastos inerentes à aplicação deste instrumento (Gil, 2008).

⁶⁵ Referência da fonte primária:

Selltiz, C. *et al.* (1967). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Herder

A entrevista aplicada neste estudo é de tipologia semiestruturada, tendo sido programadas 15 questões principais (anexo 2). Após a elaboração do Guião de Entrevista, foi feita a seleção dos entrevistados, com recurso às respostas obtidas no inquérito por questionário, excluindo-se à partida: i) aqueles que responderam que não estariam disponíveis para entrevista; ii) não residiam em Montemor-o-Novo (MoN); iii) que estavam ligados à Minga há menos de 2 anos. Estes critérios tiveram como objetivo constituir um grupo de participantes com algum grau de experiência em relação à organização e com conhecimento suficiente acerca do território pela sua vivência aí.

Dos 30 sócios que se mostraram disponíveis para entrevista (quadro 2), foram selecionados 9, dos quais 3 eram sócios efetivos e 6 sócios colaboradores. Esta diferença prendeu-se com a diferença do número de sócios nas duas tipologias (31 sócios efetivos e 65 sócios colaboradores, o que levou a semelhante percentagem de sócios entrevistados, de uma e outra tipologia, relativamente ao seu número absoluto, conforme demonstra o quadro 2); e com os constrangimentos encontrados quanto à questão do respeito pelo anonimado dos sócios efetivos, visto que a organização apelou a que as entrevistas lhe fossem cedidas, de modo a estarem disponíveis para outros investigadores. Assim, optou-se por não avançar com mais entrevistas aos sócios efetivos para além das previamente agendadas na altura, face à possibilidade de comprometimento dos dados recolhidos e questões éticas relacionadas.

Quanto ao grupo dos sócios colaboradores, a sua constituição de 6 elementos resultou do seguinte: dos 16 indivíduos disponíveis para entrevista, 4 não responderam ao convite para a sua concretização; 2 não foram incluídos de forma a obter maior diversidade de habilitações literárias; 3 residiam em MoN há menos de um ano, e 1 não residia.

Quadro 2 – Aplicação de entrevistas semiestruturadas à amostra em estudo

Universo populacional	N.º de sócios	Sócios disponíveis para entrevista (inclui “sim” e “talvez”)		Sócios entrevistados	
		N.º	% em relação ao n.º de sócios	N.º	% em relação ao n.º de sócios
Sócios Efetivos	31	14	45,1%	3	9,6%
Sócios Colaboradores	65	16	24,1%	6	9,2%
Total de sócios	96	30	31,2%	9	9,3%

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas foram agendadas via e-mail ou contato telefónico, em horário e local a acordar pelo(a) entrevistado(a), e a sua duração variou entre 00h47m e 1h45m, pelo que cada entrevista demorou em média 01h24m. O período de aplicação decorreu entre 23/08/2019 e 26/09/2019, o

que se prendeu não só com a disponibilidade dos entrevistados mas também com os constrangimentos acima explicados. Todas as entrevistas foram depois transcritas, de forma a possibilitar a posterior análise e interpretação dos dados.

De referir também que por se tratar de entrevistas semiestruturadas, a sua aplicação não assumiu um carácter metódico na sequência e enunciação das questões, dependendo estas do contexto da conversação e das características do entrevistado. Contudo, o guião construído possibilitou a padronização das questões principais, o que permitiu a comparação da maioria das respostas e estabelecer indicadores e categorias de análise.

3.3. Instrumentos de análise de dados

Na abordagem qualitativa a análise e interpretação dos dados ocorre de forma simultânea, embora as suas funções sejam diferentes, pois a análise organiza e sumariza os dados para obter respostas aos objetivos colocados, enquanto que a interpretação pretende dar sentido a essas respostas fazendo uso do conhecimento previamente adquirido através da teoria (Gil, 2008).

Ocorre também que nas pesquisas qualitativas, e sobretudo nos estudos de caso, não existe um esquema rígido para análise e interpretação, pelo que este trabalho depende muito da capacidade e estilo de pesquisador (*idem*). Contudo, Miles e Huberman (1994, citados em Gil, 2008, p. 175) propõem três etapas sequenciais para facilitar a análise de dados, designadamente (i) redução - “seleção, focalização, simplificação, abstração e transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa”; (ii) apresentação - organização dos dados para “análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento”, através de texto, diagramas, mapas ou matrizes, em que geralmente são definidas outras categorias de análise para além das já estabelecidas na etapa anterior); e (iii) conclusão/verificação - revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações que devem ser defensíveis.

Face às opções metodológicas no que respeita aos instrumentos de recolha de dados empíricos, a sua análise é feita com recurso à estatística descritiva, no que respeita ao inquérito por questionário, e à análise de conteúdo categorial, no que se refere às entrevistas.

Estatística Descritiva

Uma vez que a componente quantitativa deste estudo, reportada ao inquérito por questionário, pretende caracterizar o universo em análise verificando o que é mais típico no mesmo,

recorre-se à estatística descritiva para verificação de frequências absolutas e relativas, representadas em quadros que constam no anexo 3.

Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 44).

Desta forma, as variáveis em estudo – IS e DLS – foram operacionalizadas em dimensões e indicadores, atendendo ao objetivo geral e específicos deste trabalho e tendo em consideração o referencial teórico utilizado e os dados recolhidos, de forma a facilitar a análise e interpretação dos resultados obtidos com a entrevista (tabela 13).

Tabela 13 - Operacionalização das variáveis para análise de conteúdo das entrevistas

CONCEITOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DIMENSÕES	INDICADORES
Inovação social (Variável independente)	3. Analisar a resolução/minimização dos problemas e satisfação de necessidades por ação direta e/ou indireta da organização em estudo;	1. Resolução de problemas e satisfação de necessidades	1.1. Identificação de problemas e necessidades
			1.2. Resolução dos problemas e satisfação de necessidades
			1.3. Constrangimentos na resolução de problemas e necessidades
	4. Analisar a promoção da participação, cooperação e capacitação, por ação direta e/ou indireta da organização em estudo;	2. Participação	2.1. Participação nas atividades da Minga
			2.2. Participação nas tomadas de decisão
		3. Cooperação	3.1. Gestão de conflitos
			3.2. Relações de confiança e reciprocidade
			3.3. Soluções geradas pela discussão coletiva
		4. Capacitação	4.1. Capacidade de (re)unir esforços para ultrapassar problemas (mobilização)
	5. Perceber se os processos de participação, cooperação e capacitação implementados, por ação direta e/ou indireta da organização, contribuem para a criação/alteração das relações sociais;	5. Criação / transformação relações sociais	5.1. Percepções sobre a comunidade montemorense e a comunidade Minga
			5.2. Interação entre a comunidade montemorense e a comunidade Minga
			5.3. Articulação entre a Minga e outros organismos locais
Desenvolvimento local sustentável (Variável dependente)	6: Perceber em que medida a organização contribui, ou não, para o desenvolvimento sustentável do território em termos sociais, ambientais e económicos	6. Sustentabilidade social	6.1. Estabelecimento de redes sociais
		7. Sustentabilidade económica	7.1. Mobilização/acesso a recursos
			7.2. Valorização de recursos endógenos
		8. Sustentabilidade Ambiental	8.1. Mudanças nos padrões cognitivos
			8.2. Mudanças nos padrões comportamentais

Fonte: Elaboração própria

Segundo Bardin (2016) a análise de conteúdo comporta três fases sequenciais: (i) a pré-análise; (ii) a exploração do material; (iii) e o tratamento de dados, inferência e interpretação dos dados. A primeira pretende organizar os dados através de operações de sistematização que partem de uma leitura flutuante para escolher os documentos a analisar, constituir o *corpus* de análise e preparar o material a tratar. Esta fase torna-se progressivamente mais objetiva com a referência de índices (temas encontrados nas mensagens) e construção de indicadores, a partir desses mesmo índices (Bardin, 2016). A exploração do material consiste na codificação dos dados, ou seja na transformação dos dados em bruto através do recorte, isto é, da escolha de unidades de registo e unidades de contexto, de forma a classificar e agregar os dados em categorias. A terceira fase pretende tornar os dados válidos através de inferências, ou seja deduções lógicas, para assim chegar à interpretação final, de acordo com o quadro teórico e objetivos propostos, podendo nesta altura serem identificadas novas dimensões teóricas.

Independentemente de outras propostas que possam existir para realizar a análise de conteúdo, a categorização surge comumente como uma tarefa essencial, pois representa a determinação das dimensões de análise, consoante a informação que se pretende verificar (Vilelas, 2009). Assim, a redução do texto em categorias é um processo central e delicado que conjuga o conhecimento teórico e o trabalho empírico, permitindo assim relacionar os objetivos da investigação com os resultados obtidos (*idem*). Após estabelecidas as categorias, “pode-se procurar padrões, fazer comparações, gerar explicações e construir modelos” (Gibbs, 2009, p. 103), fazendo uso de tabelas que utilizam fragmentos curtos de texto, resumos do que foi dito pelos entrevistados, explicações do pesquisador, classificações/avaliações sintéticas, ou uma combinação dessas, possibilitando assim a comparação sistemática entre casos, entre conjunto de códigos ou cronológicas (Gibbs, 2009).

A flexibilidade dos procedimentos a seguir, não retira à análise de conteúdo o seu rigor, devendo respeitar o princípio da fiabilidade, de forma a minimizar os diferentes pontos de vista entre investigadores; da validade lógica, através da quantificação significativa e reprodução fiel dos factos; e da validade empírica, que implica a capacidade de traduzir para variáveis ou categorias a componente conceptual (Freitas e Janissek, 2000, citados em Vilelas, 2009).

Entre as vantagens da análise de conteúdo Bauer e Gaskell (2003) identificam o facto de ser sistemática; fazer uso de dados que ocorrem naturalmente; ter capacidade para lidar com grandes quantidades de dados, inclusive históricos e ser constituída por procedimentos maduros e bem documentados. Do lado das desvantagens, os mesmos autores referem o problema de fiabilidade, uma vez que citações fora de contexto podem ser ilusórias, sendo por isso preferível o codificador humano ao invés do codificador automático; a distração das ausências no texto pelo enfoque nas

frequências do que está presente; e a possibilidade de perda de observações importantes pelo uso da técnica de categorização, que retira a atenção da sequência do texto.

Análise temática

De entre as várias técnicas de análise de conteúdo, neste trabalho será utilizada a análise temática. Esta é a mais comum entre as técnicas de análise de conteúdo e foca-se sobretudo nos conteúdos semânticos (significantes), empregando técnicas de desmembramento do texto em categorias, de forma a encontrar núcleos de sentido que permitam identificar a sua frequência e estabelecer comparações (Bardin, 2016). Para esta técnica Minayo (2009) propõe uma trajetória de análise constituída por três etapas, cada qual com atividades específicas, conforme representado na tabela 14.

Tabela 14 – Etapas da análise de conteúdo temática

Etapas da análise de conteúdo temática	Atividades correspondentes
i) Leitura compreensiva e exhaustiva	<ul style="list-style-type: none"> a) Obter uma visão de conjunto; b) Apreender as particularidades do conjunto; c) Elaborar pressupostos iniciais; d) Escolher formas de classificação inicial; e) Determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise
ii) Exploração do material	<ul style="list-style-type: none"> a) Distribuir fragmentos do texto pela classificação inicial já estabelecida; b) Fazer uma leitura das partes dos textos já classificadas; c) Identificar através de inferências os núcleos de sentido dos textos já classificados; d) Dialogar os núcleos de sentido com os pressupostos iniciais e hipoteticamente elaborar outros pressupostos; e) Analisar os diferentes núcleos de sentido para atribuir-lhes temáticas mais amplas ou eixos em torno dos quais podem ser discutidas as diferentes partes dos textos analisados; f) Reagrupar as partes do texto por temas encontrados; g) Elaborar uma redação por tema, de modo a dar conta dos sentidos dos textos e da sua articulação com os conceitos teóricos que orientam a análise, podendo-se conjugar partes do texto em análise com as conclusões obtidas e dados de outros estudos ou conceitos teóricos
iii) Síntese interpretativa	<ul style="list-style-type: none"> a) Relacionar os temas, objetivos, questões e pressupostos da pesquisa.

Fonte: Minayo (2009, p. 91-92)

CAPÍTULO 4 – COMPONENTE EMPÍRICA: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

4.1. Caracterização do Meio: o concelho de Montemor-o-Novo

4.1.1. Aspetos sociodemográficos

O concelho de MoN pertence à região Alentejo (NUTS II) e à sub-região do Alentejo Central (NUTS III), sendo constituído por 5 freguesias e 2 Uniões de freguesia, todas elas de tipologia rural: Cabrela; Ciborro; Santiago do Escoural; São Cristóvão; União de freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre; e União de freguesias de Foros de Vale Figueira; Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

À semelhança de grande parte do país, e como acontece em todo o Alentejo, o concelho de MoN é classificado como um território de baixa densidade, o que no âmbito do Portugal 2020 é determinado pelos seguintes critérios: densidade populacional, demografia, povoamento, características físicas e territoriais do território e acessibilidades (Deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020).

Segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Novo (DSCM), datado de 2019, O concelho de MoN é o sétimo maior concelho do país em área, com 1232,97km², e o segundo maior no Alentejo Central (AC). É também o segundo concelho com maior número de residentes (15.740) na sub-região, sendo superado apenas pelo concelho de Évora, para esse número contribuem 344 pessoas de nacionalidade estrangeira com estatuto de residente, o que representa apenas 2,18% da população local (anexo 4, quadro A1).

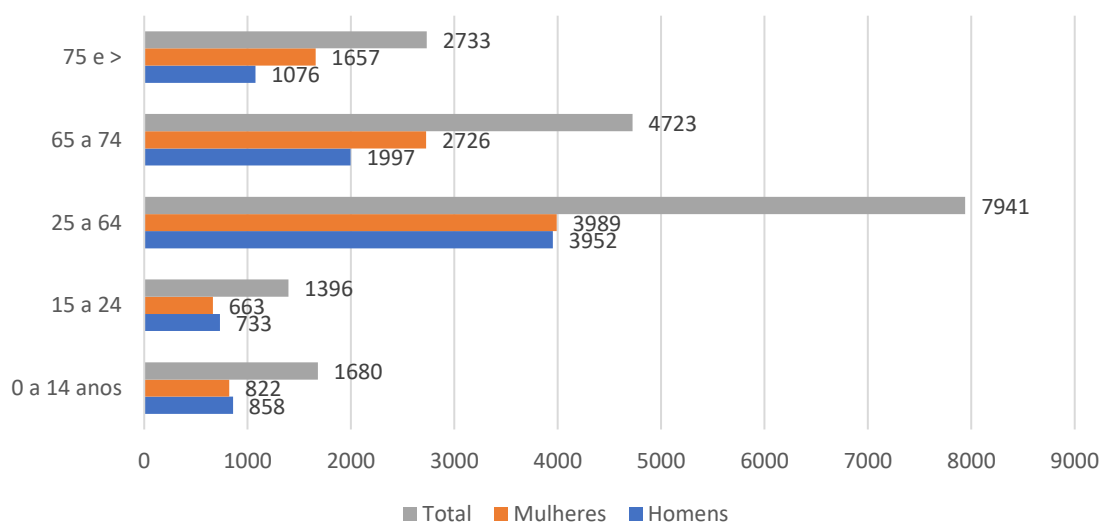
Em termos de densidade habitacional, ocupa o décimo lugar entre os 14 municípios, com 12,8 hab./km², ficando bem abaixo do AC, que regista 20,7 hab./km², e da região Alentejo, que tem uma densidade habitacional de 22,3 hab./km², muito inferior ao país, com 111,4 hab./km² (*idem*). De facto, o problema de despovoamento que assola o Alentejo, e em particular MoN, tem vindo a ser progressivo e constante, com as perdas de capital humano, social e económico que isso implica e que se traduzem também na perda de serviços essenciais e de tecido empresarial.

As taxas de crescimento efetivo, crescimento natural e crescimento migratório, registam aliás perdas a diversas escalas (nacional, regional, sub-regional e municipal), com uma tendência para serem maiores à medida que a área geografia se afunila (*idem*). Contudo, verifica-se que o AC tem um decréscimo do saldo natural menos acentuado do que o Alentejo, e que o crescimento migratório de MoN não é tão negativo quanto ao apresentado pelo AC (*idem*). Em termos municipais, verifica-se que MoN é o quinto concelho do AC com uma taxa de crescimento efetiva mais negativa (- 1,28),

o quarto com uma taxa de crescimento natural mais negativa (- 0,98) e o nono com uma taxa de crescimento natural mais negativa (- 0,29) (*idem*).

Verifica-se também que é um dos concelhos do AC que apresenta uma taxa bruta de natalidade mais baixa, com 6,2 nados-vivos mil habitantes, ficando assim abaixo dos valores da sub-região (7,6) e da região (7,6). No entanto a taxa bruta de mortalidade é superior à maioria, com 16 óbitos por mil habitantes, registando assim valores acima da sub-região (14,6) e da região (14,8) (*idem*). Constata-se também que MoN concentra a sua população na faixa etária adulta, entre os 25 e 64 anos de idade, seguindo-se as faixas etárias mais velhas, em que a percentagem de mulheres é superior à dos homens, quando na população mais jovem se verifica um ligeiro aumento do sexo masculino em relação ao feminino (gráfico 1).

Gráfico 1 - População residente no município de MoN por sexo e grupos etários a 31/12/2018



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

De facto, o envelhecimento populacional é um problema nacional que se agrava na região Alentejo, dado que o índice de envelhecimento a nível nacional é de 159,4 idosos (pessoas com idade igual ou superior a 65 anos de idade) por cada 100 jovens (pessoas com idade igual ou inferior a 14 anos), número que aumenta na região Alentejo (203,1) e mais ainda no AC (212,4), sendo que MoN é o segundo concelho da sub-região com o maior índice de envelhecimento (281,1), ultrapassado apenas pelo concelho do Alandroal (anexo 4, quadro A1). Como referido pelo DSCM (2019) em termos de grupos populacionais, uma das maiores fragilidades do concelho centra-se na população idosa, quer pelo seu elevado número, quer pelos riscos sociais associados aos baixos rendimentos, insuficiente suporte informal e isolamento social. Na perspetiva dos atores locais, isso implica o reajustamento do Serviços de Apoio ao Domicílio e o aumento das Estruturas Residenciais para

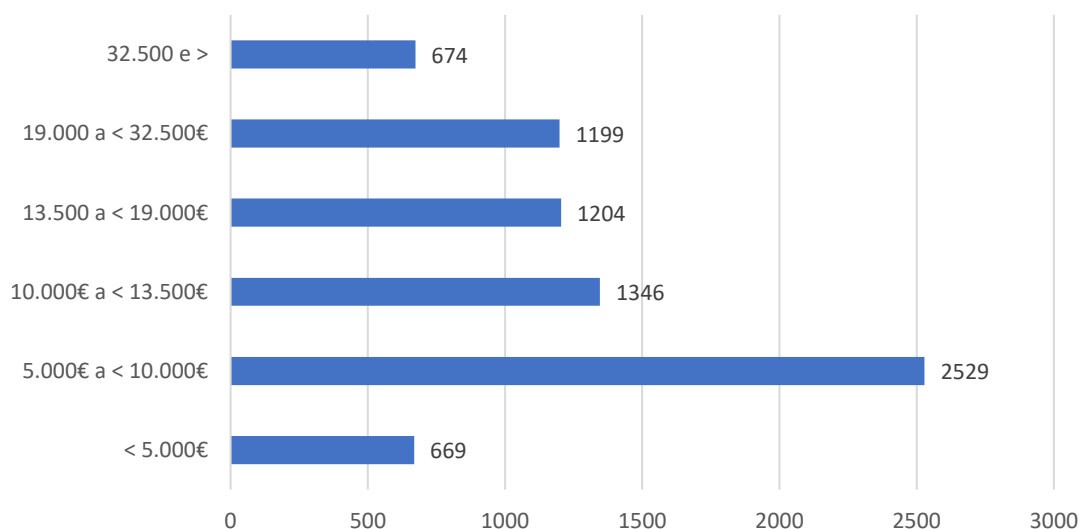
Pessoas Idosas da rede solidária, bem como a melhoria da rede de transportes públicos entre localidades, de forma a minimizar algumas das principais problemáticas vivenciadas pelos idosos do concelho (DSCM, 2019).

MoN é também o município com um dos mais baixos índices de renovação da população em idade ativa, com 66,5 pessoas com idade entre 20 e 29 anos por cada 100 pessoas entre 55 e 64 anos de idade, situando-se abaixo dos valores do AC (67,9), da região (68,8) e do país (77,7) (anexo 4, quadro A1), o que naturalmente tem implicações no mercado de trabalho.

4.1.2. Aspetos socioeconómicos

Em 2017 o 2.º escalão de rendimentos do Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) era aquele que concentrava uma maior fatia dos agregados fiscais em MoN (gráfico 2), transparecendo assim o baixo poder económico das famílias, dado que 59,62% dos agregados fiscais auferem menos de 13.500,00€ anuais.

Gráfico 2 - Distribuição do n.º de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto declarado no IRS, no concelho de MoN em 2017

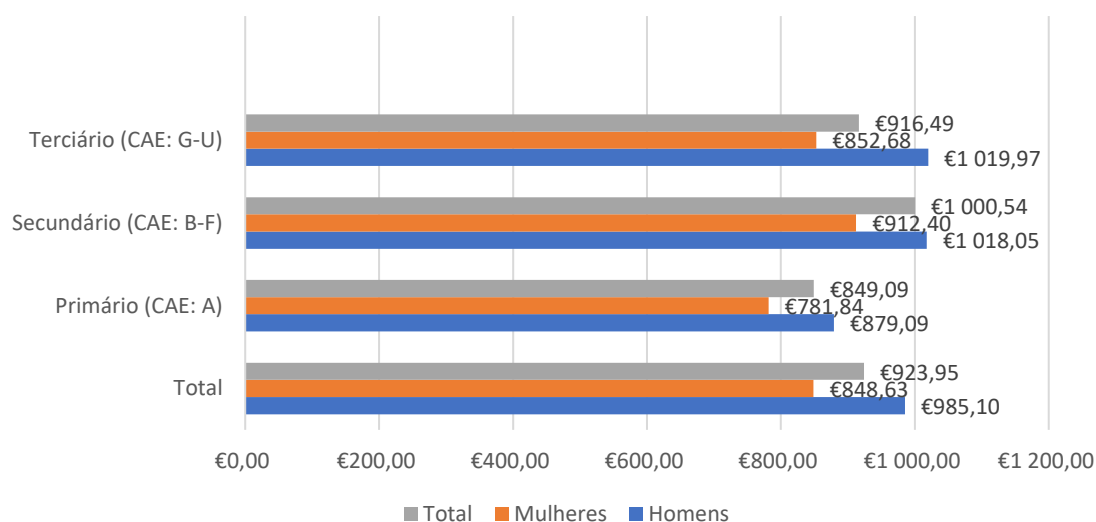


Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Quanto à média do rendimento bruto declarado no IRS por cada habitante do concelho, nesse mesmo ano, era de 7.577,00€, estando abaixo do valor do país (8.773,00€), do Alentejo (7.918,00€) e do AC (8.312,00€) (anexo 4, quadro A2). Já o valor do salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (TCO residentes no concelho de MoN, também em 2017, era de 923,95€, valor que fica igualmente abaixo das três escalas geográficas referidas, mas ainda assim posicionando-se como o quinto valor médio mais elevado no AC (*idem*). Relativamente ao ganho médio mensal segundo o

setor de atividade, nota-se que os trabalhadores por conta de outrem (TCO) residentes em MoN com salários mais elevados são aqueles que trabalham no setor secundário, seguindo-se o terciário e só depois o setor primário (gráfico 3), sendo que nos três setores os valores situam-se abaixo dos apresentados ao nível sub-regional, regional e nacional (anexo 4, quadro A2). Verifica-se também que no concelho de MoN os homens auferem uma média salarial mais elevada do que a das mulheres em todos os setores, o que se reflete em menos 136,47€ na população total de TCO (gráfico 3).

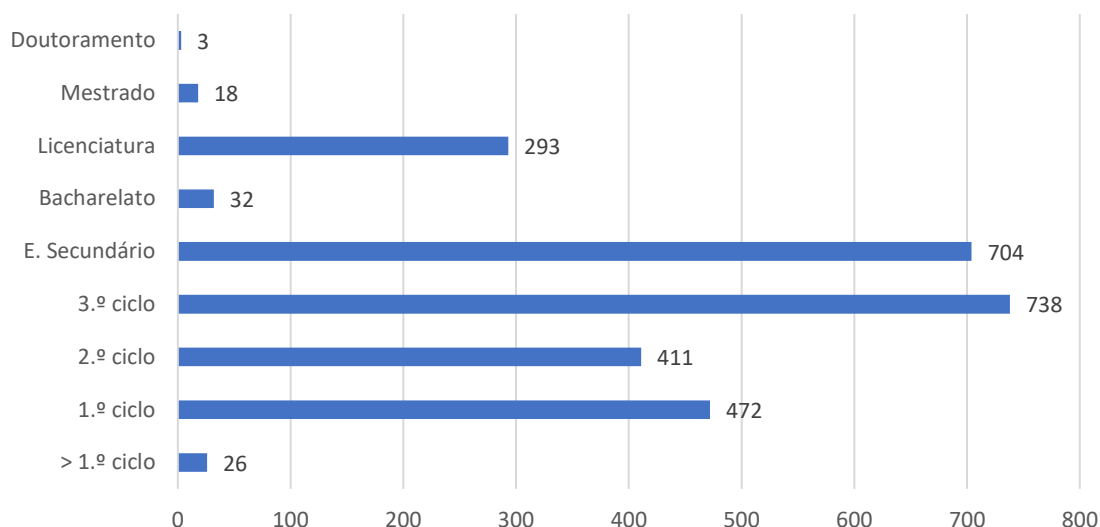
Gráfico 3 - Ganho médio mensal dos TCO nos estabelecimentos segundo o setor de atividade e o sexo, residentes no concelho de MoN em 2017



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Salienta-se também que dos 2.698 TCO's que existem no concelho de MoN, 1.621 têm habilitações ao nível do ensino básico, o que corresponde a 60% dessa população, enquanto que os TCO habilitados com algum grau do ensino superior apenas representam 12,8%, sendo na sua maioria licenciados (gráfico 4).

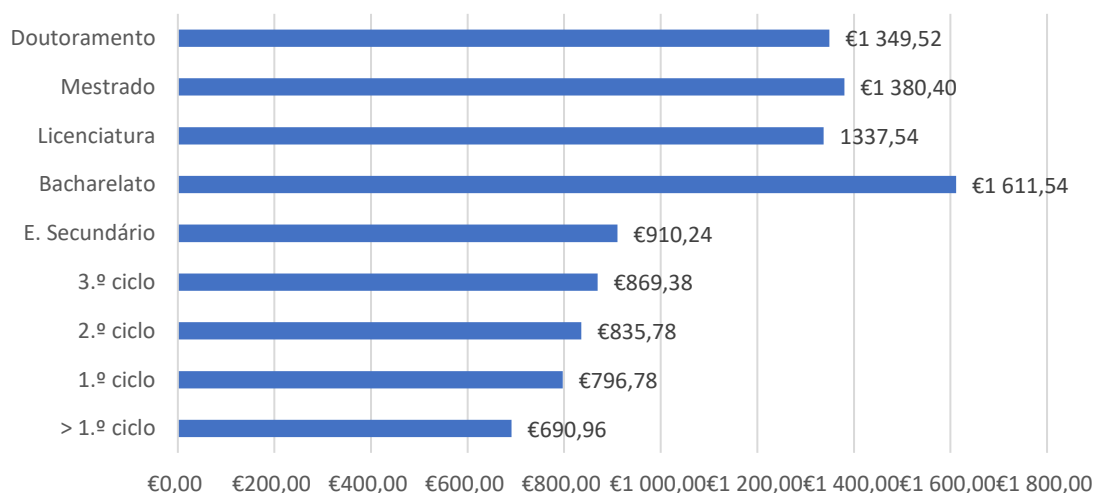
Gráfico 4 - N.º de TCO em estabelecimentos segundo o nível de habilitações literárias, residentes no concelho de MoN em 2017



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Isto significa que a maioria dos TCO que residem no concelho de MoN auferem um salário abaixo dos 1.000,00€ mensais, dado que a média dos vencimentos aumenta em paralelo com as habilitações literárias e a barreira das centenas de euros só é ultrapassada quando se chega ao patamar do ensino superior (gráfico 5). Aqui importa salientar que o bacharelato é o grau académico que regista um salário médio mensal mais elevado, o que se poderá eventualmente explicar com a antiguidade no serviço entre outras nuances, dado que esse grau académico deixou de existir no ensino superior português há cerca de 15 anos. Percebe-se também que o doutoramento significa pouco em termos de aumento do vencimento médio mensal, ficando inclusive abaixo daquele que é auferido pelas pessoas que possuem mestrado (gráfico 5), contudo, salienta-se que os TCO com doutoramento no concelho são apenas 3.

Gráfico 5 - Ganho médio mensal (em €) dos TCO nos estabelecimentos segundo o nível de habilitações literárias, residentes no concelho de MoN em 2017



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

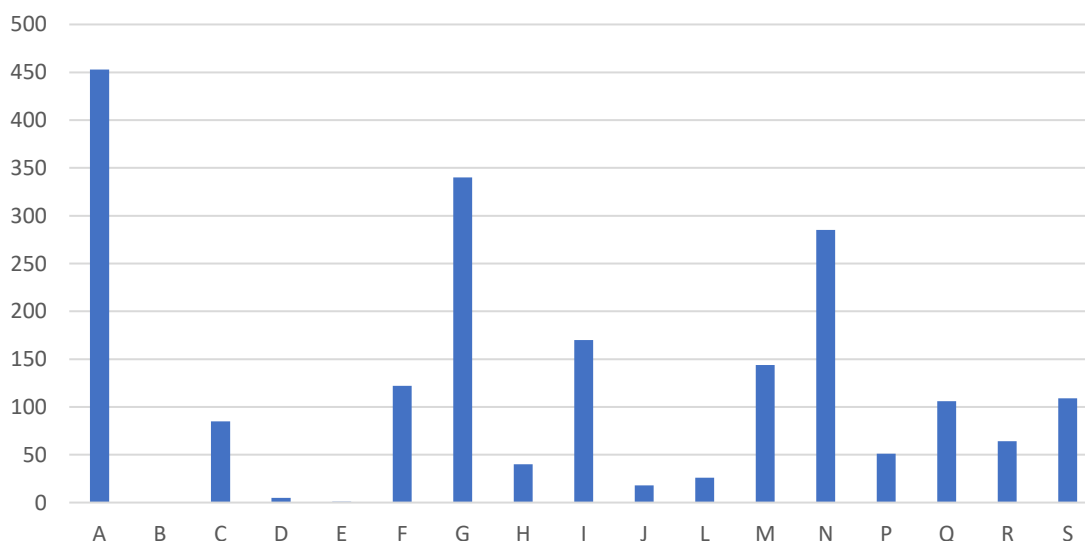
Quanto ao valor médio anual das pensões, em 2018 o concelho de MoN posicionava-se como o quinto município do AC com o valor mais elevado, com 4.836,00€/ano, ficando esse valor acima do registado na região (4.798,00€), mas ligeiramente abaixo do AC (4.860,00€), sendo essa diferença mais acentuada se comparado com o valor médio nacional (5.436,00€) (anexo 4, quadro A2). Como se constata, o valor médio anual das pensões coloca esta franja populacional em elevado risco de pobreza, caso não aufera nenhum outro tipo de rendimento, já que nesse mesmo ano (2018), o limiar de risco de pobreza era 6.014,00€. Esta questão assume maior gravidade quando se constata que 42,09% da população montemorense é pensionista, uma percentagem superior à do AC (37,91%), do Alentejo (36,77%) e sobretudo de Portugal (29%).

No que respeita às prestações sociais, em termos absolutos é também o terceiro concelho do AC com mais beneficiários de Subsídio de Desemprego (SD), contabilizando 418, e o 6.º com mais beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), com 239 indivíduos (anexo 4, quadro A2), o que no caso da primeira prestação corresponde a 2,65% da população montemorense e no segundo caso a 1,51%, verificando-se assim que tem valores proporcionais abaixo dos registados no AC (3,40% de SD e 2,92% de RSI), no Alentejo (3,85% de SD e 2,93% de RSI), e no país (3,57% de SD e 2,74% de RSI).

Relativamente ao tecido empresarial, MoN apresenta uma densidade empresarial de 1,7 empresas por Km², uma das mais baixas da sub-região, que regista 2,7 empresas por Km², tal como a região, ficando muito aquém da densidade empresarial do país, que regista 13,5 empresas por km² (anexo 4, quadro A3). Contudo verifica-se um aumento das empresas em MoN desde 2012, embora nesse mesmo ano, em 2016 e 2017 o número de empresas que cessaram atividade seja superior

àquelas que abriram (DSCM, 2019). Verifica-se também que no concelho de MoN 69,99% das empresas são individuais e que 98% tem menos de 10 trabalhadores, seguindo assim a tendência das escalas supralocais (anexo 4, quadro A3). Concretamente, MoN tem um total de 2.109 empresas sediadas, das quais 2.067 têm menos de 10 trabalhadores, 37 têm entre 10 e 49 e apenas 5 têm mais de 50, não existindo nenhuma que atinja os 250 trabalhadores (*idem*). Esta situação é transversal a todos os concelhos do AC, existindo apenas 5 grandes empresas sediadas com 250 trabalhadores ou mais, 4 das quais estão localizadas no concelho de Évora e 1 em Vendas Novas, ainda assim MoN é o segundo município com maior número de empresas sediadas, ficando atrás de Évora, concelho que evidencia, também com este indicador, a disparidade existente em relação aos restantes concelhos da sub-região (*idem*). Quanto ao número de empresas segundo a classificação das atividades económicas (CAE), MoN regista um maior número de empresas no setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, com 543 empresas, o que corresponde a 25,78% das empresas sediadas no concelho; seguindo-se o “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, com 340 empresas, que representam 16,12%; estando em terceiro lugar as “atividades administrativas e dos serviços de apoio”, com 285, o que em termos percentuais significa 13,51% das empresas montemorenses (gráfico 6), sendo o segundo concelho do AC com maior número de empresas nesses setores empresariais, sendo ultrapassado apenas por Évora (anexo 4, quadro A4). Esses 3 setores económicos são também os que têm maior representação ao nível da sub-região, região e país, contudo se o setor agrícola surge também em primeiro lugar no AC e no Alentejo, a nível nacional posiciona-se em 3.º lugar (anexo 4, quadro A3).

Gráfico 6 - N.º de empresas por classificação das atividades económicas, no concelho de MoN em 2017



Legenda da CAE:

A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
 B – Indústrias extrativas
 C – Indústrias transformadoras
 D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
 E – Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e poluição
 F – Construção
 G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

I - Alojamento, restauração e similares
 J - Atividades de informação e de comunicação
 L - Atividades imobiliárias
 M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
 N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio
 P – Educação
 Q - Atividades de saúde humana e apoio social
 R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
 S - Outras atividades de serviços

Na perspetiva dos atores locais existe um desfasamento entre a oferta de trabalho e a procura/qualificação existente no concelho, que é preciso ajustar, sendo igualmente necessário criar mecanismos de atração empresarial face ao baixo número de empresas no concelho (DSCM, 2019), embora já exista um conjunto de recursos promovidos pela autarquia e pelas associações locais para fazer frente aos constrangimentos auscultados no setor do emprego e da formação profissional em MoN (tabela 15).

Tabela 15 - O setor do emprego e da formação profissional em Mon segundo a perspetiva dos atores locais

Constrangimentos	Causas	Recursos
Oferta de emprego insuficiente e pouco diversificada	<ul style="list-style-type: none"> - Nº reduzido de empresas; - Fraco tecido empresarial; - Desinvestimento no Interior. 	<ul style="list-style-type: none"> - IEFP, Serviço de Emprego de MoN; - Centro de Formação Profissional Montemaior; - Centro de Acolhimento às Micro e Pequenas e Médias Empresas (CAME), (infraestrutura de incubação de empresas para apoio ao empreendedorismo e à modernização do tecido empresarial); - Centro de Formação Profissional de Évora do IEFP, IP. / Polo Tecnológico; - Centro de Reabilitação Profissional da Cercimor (certificado pela DGERT, é direcionado para pessoas com deficiência, problemas de aprendizagem ou oriundos de contextos desfavorecidos); - Associação de Desenvolvimento Local – Marca (formação profissional dirigidas a jovens à procura do primeiro emprego, desempregados e ativos desempregados); - Centro Qualifica do CEFP de Évora; - Ofício das Artes - Associação para o Ensino, Formação e Desenvolvimento de Atividades Artísticas (curso profissional de instrumentista de
Competências e qualificações pouco ajustadas ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos níveis de escolaridade e qualificação; - Despovoamento. 	
Tecido empresarial pouco dinâmico	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos incentivos ao desenvolvimento económico; - Carga fiscal elevada; - Inexistência de transportes públicos intermunicipais entre as freguesias, o centro urbano e a zona industrial da Adua. 	
Oferta formativa pouco ajustada	<ul style="list-style-type: none"> - Custos elevados de formação. 	

		<p>jazz e o curso EFA tecnológico de construção de instrumentos musicais);</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Oficinas do Convento – Associação Cultural de Artes e Comunicação, também promove, apoia e realiza ações de formação artística e profissional. - CELF - Entidade Privada de Formação (certificada pela DGERT). - MONTE – ACE, Desenvolvimento Alentejo Central; - Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado; - Associação Trilho.
--	--	--

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Novo (2019)

4.1.3. Outros aspetos da dinâmica concelhia

A nível habitacional, e tendo por referência o ano de 2017, que MoN é o segundo concelho do AC com maior número de edifícios licenciados, nomeadamente 44, dos quais 18 são direccionados para a habitação familiar, verificando-se que apenas Évora e Reguengos de Monsaraz têm maior número de edifícios licenciados para esse fim (anexo 4, quadro A5), contudo se falarmos em termos relativos à população residente verifica-se que MoN é o sétimo concelho do AC com mais edifícios licenciado para habitação familiar, ficando assim a meio da tabela. Constata-se também, tendo por referência o ano de 2018, que MoN era o quinto concelho com alojamentos mais caros, com 944,00€ por m² (*idem*). De acordo com o DSCM (2019), constata-se que o concelho de MoN tem um elevado número de edifícios de alojamento familiar devolutos, vagos e com necessidade de obras de requalificação, localizados sobretudo no centro histórico; um mercado de arrendamento demasiado elevado face à capacidade económica das famílias; e necessita de respostas habitacionais a custos controlados, dado que a habitação social do concelho corresponde apenas a 0,5% dos alojamentos familiares (DSCM, 2019). Na tentativa de dar resposta a estas questões, a autarquia desenvolveu um conjunto de intervenções a este nível, que envolvem a reabilitação da zona histórica, a qualificação do espaço público e valorização do património, a articulação com organismos locais e a concessão de apoios à habitação degradada (tabela 16).

Tabela 16 - O setor habitacional em MoN segundo a perspetiva dos atores locais

Constrangimentos	Causas	Recursos
Dificuldade de acesso a habitações sociais ou a custos controlados	<ul style="list-style-type: none"> - Desinvestimento na reabilitação do património edificado; - Nº insuficiente de habitações para arrendar; - Rendas elevada; - Estagnação da construção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Ação Integrado de Valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade de MoN; - Programa de Estudos/Projetos – bolsa de projetos na área da reabilitação e reconversão urbana do espaço público; - Programa de Arranjos Exteriores; - Programa de Preservação do Património, que integra o Programa de Valorização do castelo; - Programa de Reabilitação Urbana; - Investimento em políticas de requalificação e reabilitação do parque habitacional e do centro histórico da cidade;
Degradação do parque habitacional	<ul style="list-style-type: none"> - Habitações antigas e sem requalificação; - Envelhecimento dos proprietários; - Incapacidade financeira dos Proprietários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento em políticas que promovam a melhoria do acesso a habitação a custos controlados; - Programas de Iluminação Pública e Eletrificações; - Programas de apoio à recuperação e construção de habitação - Programa de Habitação Municipal, Programa de Apoio à Recuperação de Habitação e Programa de Parcerias para a Promoção de Habitação;
Desajustamento entre o valor das rendas e os rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de regulação local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de gestão da habitação social “Inovar a Habitação Social”; - Cooperativa Integral Minga.
Degradação das habitações no centro histórico	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de casas degradadas ou devolutas; - Impossibilidade de acesso. 	

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Novo (2019)

Ao nível da cultura e desporto, MoN é a quarta autarquia do AC com maior percentagem de gastos, tendo por referência os anos de 2017 e 2018, correspondendo a 15,6% da despesa da câmara municipal (anexo 4, quadro A5). Em termos absolutos, é o terceiro concelho com mais gastos em atividades culturais e criativas (1.819.080,00€ em 2018), sendo apenas superado por Viana do Alentejo e Évora, e o segundo em atividades e equipamento desportivos, (851.267,00€ em 2018) sendo ultrapassado unicamente por Reguengos de Monsaraz (*idem*). É também um dos municípios com maior número de bens imóveis culturais, depois de Évora e Estremoz (*idem*).

Em termos ambientais, verifica-se que MoN é o segundo concelho que mais gasta em proteção da biodiversidade e da paisagem, a seguir a Mourão, ficando muito acima da média apresentada pela

sub-região, região e país, e o segundo que menos gasta com a gestão de resíduos, ficando apenas atrás de Viana do Alentejo, e posicionando-se abaixo das três escalas supralocais (anexo 4, quadro A6).

Salienta-se também, relativamente à participação política, que MoN foi o quinto município do AC com uma taxa de abstenção mais elevada (39%) nas eleições para o poder local em 2017, que ainda assim foi inferior à registada na sub-região (41,3%), região (41,7%) e país (45%) (anexo 4, quadro A7). Os residentes em MoN foram, contudo, os munícipes do AC que mais votaram nas últimas eleições para a presidência da república, assembleia da república e parlamento europeu, apesar de se observar que a taxa de abstenção aumenta à medida que o poder político se distancia, tendência que é seguida pelos outros munícipes do AC, assim como pela restante região e país (*idem*).

4.1.4. Políticas públicas locais

O desenvolvimento de MoN tem vindo a ser estruturado através da Carta Estratégica de Desenvolvimento (CED), que pretende ser um instrumento orientador e participado em torno do qual são definidos objetivos e ações atendendo aos recursos e potencialidades do concelho. Estas têm sido reconhecidas sobretudo em três áreas – cultura, pecuária e setor agroalimentar. Por conseguinte, e de acordo com o Relatório Intermédio *Enquadramento geoestratégico, cenários de desenvolvimento e desafios estratégicos* (2015), o concelho foca sobretudo dois vetores da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (RIS3 Alentejo), nomeadamente (i) Alimentação e Floresta e (ii) Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo.

Considerando esses dois domínios, e face aos constrangimentos estruturais, posicionamento geoestratégico e perspetivas para o desenvolvimento do concelho, a CED 2025 tem como foco o desenvolvimento económico e a criação de emprego, de forma a atrair residentes e investimento empresarial, necessários ao dinamismo populacional (Modelo de Intervenção Estratégica de Montemor-o-Novo 2025, 2016). Nesse sentido foram identificados 4 desafios estratégicos (*idem*):

- i) relançamento das dinâmicas de investimento produtivo;
- ii) desenvolvimento do cluster agroalimentar / desenvolvimento rural;
- iii) dinamização da economia urbana em torno da cultura e do património;
- iv) renovação dos modelos de governação e gestão territorial.

De modo a conquistar tais desafios foram delineados dois objetivos gerais, que comportam respetivamente 2 objetivos específicos (tabela 17).

Tabela 17 – Objetivos estratégicos para o desenvolvimento de MoN

Objetivos Gerais	Objetivos específicos
Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação do Cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais; - Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial.
Ampliar a centralidade e competitividade da cidade de MoN no espaço regional e nacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a qualificação e o reforço das funções especializadas de MoN; - Promover a criação de um ambiente urbano de excelência

Fonte: Modelo de Intervenção Estratégica de Montemor-o-Novo 2025 (2016)

Atendendo ao objeto de estudo deste trabalho, salienta-se que o primeiro objetivo específico destaca sobretudo o setor da carne e os hortícolas e procura atender à sustentabilidade dos recursos, preservação do conhecimento e competências dos produtores, qualidade dos produtos e qualidade de vida da população (Modelo de Intervenção Estratégica de Montemor-o-Novo 2025, 2016). Neste âmbito está prevista a criação e qualificação de infraestruturas para a transformação de matérias primárias de forma a alargar a sua cadeia de valor; o investimento em circuitos de comercialização que promovam os produtos locais de qualidade; e o reforço do tecido empresarial ao nível do conhecimento e inovação para diferenciação e melhoria dos produtos locais e implementação de práticas mais sustentáveis ao nível da exploração agrícola, pecuária e florestal (*idem*).

Já o segundo objetivo específico privilegia as indústrias culturais e criativas, a economia verde na procura de uma maior eficiência dos recursos, e as empresas de base tecnológica, em particular voltadas para a indústria automóvel e aeronáutica dada a proximidade desses centros industriais (*idem*). Para isso pretende-se aumentar a capacidade e qualidade do acolhimento empresarial; apoiar a modernização, criação e consolidação de micro, pequenas e médias empresas; incentivar o empreendedorismo; capacitar administrativamente o município no âmbito da promoção e gestão do desenvolvimento económico; e dinamizar projetos estratégicos para captação de investimento (*idem*).

Relativamente às opções programáticas das políticas municipais no atual e anterior mandato, em que foi eleito o mesmo partido político, estas giram em torno de dez pilares: (i) gestão municipal democrática, aberta e participada; (ii) desenvolvimento económico e emprego; (iii) cultura, património e educação; (iv) qualidade de vida; (v) gestão pública do abastecimento de água, saneamento e resíduos; (vi) desporto; (vii) juventude; (viii) proteção civil e segurança; (ix) poder local democrático; (x) reivindicar Montemor.

Entre estes podemos verificar que a questão habitacional está omissa, sendo apenas mencionada sucintamente no âmbito da qualidade de vida da população, em que é referida a intenção de apoiar a recuperação e o acesso à habitação, mas sem medidas concretas. Tendo em conta os objetivos deste trabalho e ao conteúdo analisados nessas dez opções programáticas, apenas serão destacadas aquelas que mais se relacionam com este trabalho, nomeadamente as primeiras quatro, fazendo alusão às iniciativas que a autarquia procura dinamizar de forma a cumprir o programado (tabela 18).

Tabela 18 – Opções programáticas das políticas públicas municipais e iniciativas para a sua dinamização

Opções programáticas	Iniciativas de dinamização
Gestão municipal democrática, aberta e participada	<i>Programa participação e proximidade</i> , que passa pela auscultação direta à população (atendimentos, encontros, plenários, reuniões e outros)
	<i>Programa de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia</i>
	<i>Estruturas consultivas locais de participação</i> , como o Conselho Local de Ação Social, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Juventude, a Comissão Municipal de Toponímia, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, o Conselho Municipal de Segurança e a Comissão Municipal de Proteção Civil
	<i>Programa Valorizar o Associativismo</i> , no âmbito do qual foi criado o Gabinete das Associações para apoio ao desenvolvimento do movimento associativo concelhio, estando o próprio município integrado em diversas redes cooperação, sobretudo na área da cultura.
	<i>Programa modernizar os serviços municipais</i> , com o intuito de oferecer melhores condições de trabalho e fomentar a disponibilização de serviços online à população
	<i>Programa valorizar e defender o emprego público</i> , que perspetiva também melhorar as condições dos trabalhadores e promover a sua formação e participação.
Desenvolvimento económico e emprego	<i>Programa de Embaixadores de Montemor</i> , para promoção do concelho, a par da participação em eventos em diferentes escalas
	<i>Requalificação da zona industrial da Adua</i>
	<i>Dinamização do mercado municipal</i>
	<i>Programa apoiar e dinamizar a economia local</i> , que pretende promover e divulgar os produtos e potencialidades do concelho, através da realização de diversos eventos, voltados sobretudo para a componente agroalimentar e gastronómica
	<i>Programa Mor+Economia, Desenvolver, Empreender, Inovar</i> , que visa promover o contato entre agentes económicos locais e redes empresariais
	Promover o <i>turismo</i> , particularmente o turismo de natureza e cultural por via da aposta em infraestruturas para o autocaravanismo e pedestrianismo

Cultura, património e educação	<p>Cultura:</p> <p>Implementação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares;</p> <p>Requalificação de equipamentos e do património;</p> <p>Parcerias com Universidades, Associações e outras entidades</p> <p>Dinamização de atividades e projetos – Filmoteca Municipal, Oficina do Canto, Oficina de Teatro e do Imaginário, a Oficina Escola de Ballet, Oficina da Criança, entre outros.</p>
	<p>Património:</p> <p>Programa de Valorização do Castelo, com destaque para a intervenção no Convento da Saudação;</p> <p>Programa para o Património Cultural.</p>
	<p>Educação:</p> <p>Requalificação de equipamentos educativos ao nível do ensino pré-escolar e 1.º ciclo;</p> <p>Projeto “Comunidade emprenhada na promoção do sucesso escolar em Montemor”, que objetiva a criação de workshops e atelier de estímulo à cidadania ativa;</p> <p>Programas desportivos de âmbito escolar;</p> <p>Apoio à dinamização de centros lúdicos em parceria com a Associação de pais;</p> <p>Ação social escolar e transportes escolares.</p>
Qualidade de vida	Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), compatibilizando o desenvolvimento com o ambiente
	Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que implica a requalificação de vários arruamentos, largos e praças do centro histórico, bem como a reabilitação do mercado municipal e o plano de acessibilidade e mobilidade
	Operações de reabilitação urbana em três localidades do concelho (Cabrela, Lavre e Santiago do Escoural)
	Elaboração de Plano Local de Habitação, que pretende redefinir o modelo de gestão das habitações municipais
	Continuação do Programa de Eficiência Energética e Energias Limpas, priorizando neste âmbito os equipamentos desportivos do município

Fonte: Orçamento Municipal e Documentos Previsionais 2020 (2019)

Realça-se também que o apoio ao movimento associativo é uma “orientação estratégica central da política municipal” (Orçamento Municipal e Documentos Previsionais 2020, 2019, p. 13), sendo reconhecido o papel das associações locais e promovido o apoio às mesmas e a outras iniciativas que fomentem a dinamização do concelho, visto que essas são vistas como a concretização da participação e responsabilização da sociedade civil organizada (Orçamento Municipal e Documentos Previsionais 2020 , 2019).

Merece igualmente ser salientada, no âmbito da economia local, a importância dada à questão da sustentabilidade e especificamente na área agroalimentar através, nomeadamente por via estratégia alimentar SMEA, do apoio ao Projeto Km 0, e cedência de hortas comunitárias, entre

outras iniciativas que pretendem envolver a comunidade num modelo de produção/consumo que valorize os produtos e produtores locais e que minimize o impacto ambiental através da promoção de uma economia de proximidade e ecológica e socialmente mais responsável.

No que respeita ao desenvolvimento cultural, este é entendido “como fator de desenvolvimento social e económico, integrador e identitário da comunidade, é um sinal de evolução democrática que acompanha e induz uma constante transformação da sociedade.” (Orçamento Municipal e Documentos Previsionais 2020, 2019, p. 13), pelo que se defende a sua democratização de forma a elevar a consciência individual e coletiva em prol do progresso social (Orçamento Municipal e Documentos Previsionais 2020, 2019).

Em termos da defesa da qualidade de vida dos montemorenses, essa passa pelo ordenamento do território, planeamento urbano, urbanismo de qualidade e desenvolvimento sustentável, destacando-se neste âmbito a conservação da natureza e a eficiência energética (*idem*).

4.2. Caracterização da organização: a Cooperativa Integral Minga

4.2.1. Fundação e justificativa da Cooperativa

A Cooperativa Integral Minga, daqui em diante denominada apenas de Minga ou de cooperativa, foi fundada há quase 5 anos, nomeadamente em julho de 2015, na sequência do “Fórum de Cooperativas de Montemor-o-Novo” organizado e dinamizado nessa sede de concelho em dezembro de 2014. Este fórum foi organizado pelo setor privado não lucrativo (Oficinas do Convento – Associação Cultural de Arte e Comunicação), por incentivo de um grupo de pessoas residentes noutras zonas do país que estava a tentar implementar um projeto no local e encontrou na dita Associação suporte para o trabalhar, tendo também o sector público local (Autarquia e Junta de Freguesia) como parceiro, dado que o evento decorreu no Auditório da União de Freguesias Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

O fórum objetivava promover a discussão em espaço público, acerca dos problemas e necessidades existentes no concelho, bem como partilhar experiências e dificuldades das diferentes cooperativas convidadas, com o intuito de inspirar a criação de iniciativas inovadoras a nível local para resolução dos problemas aí sentidos, relacionados ainda com as consequências da crise que lhes pudessem dar resposta. Como explicou o atual presidente de direção ao Jornal *Folha de Montemor* (2019) “(...) aqueles que estavam presentes [no fórum] falaram das necessidades que tinham como cidadãos, horticultores, artesãos, prestadores de serviços ou outros. Chegou-se à conclusão que havia uma série de dificuldades no exercício das atividades que acabam por ser transversais a todos

(como por exemplo, custos para abrir um negócio com contabilista, programa de faturação, descontos para a segurança social, etc.).”. Assim, a Minga encontrou validação na discussão coletiva em espaço público, iniciando a partir daí a sua estruturação enquanto cooperativa que comportasse as áreas mais necessárias à resolução/minimização dos problemas identificados, tendo desde logo um foco socioeconómico, direcionado sobretudo para as questões do trabalho.

Conforme definido nos seus Estatutos (art.º 4.º), a Minga tem como finalidade apoiar os seus cooperadores, sob diversas formas, nomeadamente através da contratação preferencial dos seus serviços; apoio na produção e comercialização dos seus produtos e de forma geral no exercício do seu trabalho, por exemplo através da intermediação e gestão de ferramentas, equipamentos e matérias primas que lhes sejam necessárias; subscrição de seguros de trabalho; defesa moral; promoção de melhorias técnicas e profissionais, como a prestação de consultoria; e aquisição/intermediação de bens imóveis no âmbito da secção agrícola e da secção de habitação e construção; entre outros benefícios que possam advir de parcerias institucionais.

Na prática, e como referido na página oficial da internet, a Minga “permite que cada associado possa agir como se tivesse uma empresa própria: pode faturar os seus produtos e/ou serviços, aceder à contabilidade organizada (para reaver IVAs, justificar custos/receitas), criar fichas de clientes e fornecedores, contratar pessoas, colocar produtos em lojas à venda ou à consignação, participar em feiras e mercados, ter uma página no site e um email profissional, estabelecer parcerias institucionais, candidatar a fundos, etc. A principal vantagem é que os elevados custos de ter uma empresa (contabilista, pagamentos especiais por conta, tesouraria, site, etc.) são partilhados por todos os cooperadores, ficando muito mais barato para cada um. O associado também poupa tempo com processos burocráticos, que são resolvidos a nível central pela cooperativa, podendo dedicar assim mais tempo e energia à sua atividade.”. Desta forma, a Minga torna-se uma importante ferramenta, dentro de uma lógica colaborativa, para profissionais que estão a iniciar projetos e cujos custos associados são um entrave ao seu desenvolvimento.

4.2.2. Formalização jurídica

A Minga está juridicamente formalizada como cooperativa, o que significa que é considerada uma entidade da economia social, de acordo com a legislação portuguesa em vigor, pelo que tem “por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (N.º 2, Art.º 2.º da Lei de Bases da Economia Social).

A Minga constitui-se também como uma cooperativa de responsabilidade limitada, de modo que a responsabilidade dos sócios é limitada aos valor do capital social subscrito, e de primeiro grau,

o que indica que os seus membros são pessoas singulares ou coletivas e têm igual direito de voto (um membro, um voto), diferindo assim de cooperativas de grau superior, que apesar de também terem sistemas de gestão democrática não são praticados com a mesma dimensão igualitária (Código Cooperativo).

Com a ambição de servir várias áreas necessárias ao bem viver, a Minga constituiu-se como cooperativa multisectorial, tipologia prevista no Código Cooperativo que se caracteriza por poder desenvolver atividades de diferentes ramos cooperativos. Face aos problemas previamente diagnosticados, os fundadores da Cooperativa optaram por quatro ramos, a que chamam de secções (designação que também se adotará neste trabalho), nomeadamente: (i) comercialização, (ii) agrícola, (iii) serviços e (iv) habitação e construção, sendo a primeira o elemento de referência.

4.2.3. Secções Cooperativas

Como definido nos Estatutos da Cooperativa Integral Minga (ECIM) e no Código Cooperativo, cada secção é autónoma e como tal deve ter o seu próprio Regulamento Interno e organização contabilística, de forma a melhor evidenciar resultados e atividades de cada uma, contudo até à data apenas o Regulamento Interno da secção agrícola está disponível ao público.

Como explica o presidente de direção à revista *Le Monde Diplomatique* (2016) “cada cooperante [pode] escolher em quais secções pretende participar, consoante as suas necessidades. Cada membro é visto como um potencial produtor de qualquer tipo de produto, ou prestador de serviço, e não como alguém que tem de reduzir a sua atividade económica apenas a um ramo.”

O objeto das diferentes secções da Minga são, naturalmente, o eco do estipulado na legislação que regulamenta esses ramos cooperativos, nomeadamente:

1. *A secção de comercialização tem por objeto adquirir, armazenar e fornecer aos membros os bens e serviços necessários à sua atividade, e colocar no mercado os bens produzidos ou transformados pelos membros.*
2. *A secção agrícola tem por objeto a produção agrícola, agropecuária e florestal; recolha, a concentração, a transformação, a conservação, a armazenagem e o escoamento de bens e produtos provenientes das explorações dos seus membros; a produção, a aquisição, a preparação e o acondicionamento de fatores de produção e de produtos e a aquisição de animais destinados às explorações dos seus membros ou à sua própria atividade; a instalação e a prestação de serviços às explorações dos seus membros, nomeadamente de índole organizativa, técnica, tecnológica, económica, financeira, comercial, administrativa e associativa;*
3. *A secção de serviços tem como objeto a prestação de serviços, em áreas como por exemplo, arquitetura, restauração, contabilidade, educação, design, saúde, consultoria, direito, saúde, economia, engenharia, veterinária, segurança alimentar, entre outras, consoante os ramos de atividade dos seus cooperadores.*
4. *A secção de habitação e construção tem como objeto a aquisição de terrenos ou edifícios, e a construção e reabilitação de edifícios.*

(Art.º 3.º dos Estatutos da Cooperativa Integral Minga CRL)

Para além das 4 secções sob as quais a Minga se estrutura, foram criados dois espaços para operacionalização das suas atividades e competências – a loja e o espaço integral – e dois grupos de trabalho – um para a gestão de loja e outro para a comunicação organizacional, o que inclui a divulgação de conteúdos relacionados com os serviços, produtos e marcas dos seus cooperadores, através dos vários canais digitais da Minga (*website, Facebook, instagram, e newsletter* semanal), e prevê a colaboração de cooperadores com competências na área de comunicação, design e marketing, para campanhas mais elaboradas.

A Loja da Minga abriu 2 meses após a criação da cooperativa, tornando-se um espaço essencial para a exposição e comercialização dos produtos, que têm como critério a produção sustentável, a proximidade entre produtores e consumidores e o comércio justo, pois como esclarecido pelo presidente de direção “a loja serve também como cooperativa de consumo em que produtos que não são produzidos localmente, mas que são importantes ao dia-a-dia, podem ser adquiridos [...]. A estratégia da loja e da cooperativa como um todo é a de que, reduzindo a intermediação, os produtos tenham preços que qualquer pessoa possa aceder.” (*Le Monde Diplomatique*, 2016).

O Espaço Integral abriu mais tarde, em Janeiro de 2016, ou seja 6 meses após a fundação da Minga, e pretende servir a dinamização de serviços e atividades propostas pelos cooperadores, como aulas de yoga, teatro de improviso, ou debates e reflexões temáticas, como esclarece o presidente da direção “serve como espaço de trabalho partilhado, a baixo custo para os membros de cooperativa, visando fortalecer a componente sociocultural.” (*idem*).

Secção de Comercialização

De acordo com o previsto e ainda não formalizado no regulamento interno desta secção, qualquer pessoa com produtos da sua autoria, do tipo não alimentar e comercializáveis, poderá participar nesta secção. No entanto, esses produtos devem utilizar materiais e processos produtivos sustentáveis e respeitar os princípios do comércio justo. Caso os produtos ainda não reúnam todos os requisitos legais exigidos para a venda ao público, a cooperativa possibilita a sua venda aos sócios, permitindo assim um primeiro ensaio sobre a sua comercialização e perceber potencialidades de desenvolvimento, tornando-se neste caso o sócio consumidor responsável pela sua aquisição e não o sócio produtor (n.º 3, art.º 9 dos ECIM, 2015).

Esta secção objetiva facilitar a colaboração entre os produtores por meio da partilha de recursos e conhecimentos, apoiar a profissionalização e criação de novas marcas e promover o

desenvolvimento de novos produtos de qualidade e duráveis, que privilegiem as matérias-primas naturais e locais e que sirvam as necessidades do consumo local.

Secção Agrícola

A secção agrícola tem como principal finalidade facilitar o escoamento da produção agrícola dos pequenos agricultores montemorenses que utilizem práticas de produção ecologicamente responsáveis. Por esse motivo, a Minga criou canais fixos de escoamento local, nomeadamente um espaço de loja e a banca que semanalmente expõe no mercado municipal, prevendo também o fornecimento à restauração coletiva e a comercialização em feiras. É também pretensão desta secção promover o conhecimento acerca de técnicas de cultivo ecológicas e economicamente sustentáveis e aumentar o valor das matérias-primas produzidas através da sua transformação.

De acordo com o n.º 2 do art.º 1.º do Regulamento Interno da Secção Agrícola (RISA), são seus objetivos:

1. *Promoção de práticas agroecológicas (...) [sem utilização de agroquímicos, recorrendo a sementes locais, produção no solo, minimização do uso do plástico e produção de época];*
2. *Promoção de economias locais e circulares, de acordo com os princípios do KMO em vigor para a região Alentejo;*
3. *Disponibilização a consumidores individuais ou coletivos de produtos frescos, nutritivos, de época e a preços acessíveis;*
4. *A prevenção do desperdício alimentar, nomeadamente de excedentes;*
5. *Aumentar a consciência da população sobre o que é uma alimentação de base local;*
6. *Aumentar as práticas de alimentação de base local.*

Desta forma, a secção agrícola espera contribuir para uma maior soberania alimentar do concelho “articulando a produção agroalimentar local com o consumo baseado numa dieta adaptada às condições bioclimáticas locais.” (n.º 3, art.º 1.º, RISA).

Ao nível das tomadas de decisão da secção agrícola, estas cabem aos cooperadores da mesma, ou seja, àqueles que subscreveram capital social (art.º 2.º, RISA), contudo constatou-se que estes são muito poucos, contabilizando-se apenas 4 à data em que foi disponibilizada a lista de sócios para facilitar a investigação empírica deste trabalho.

Secção de Serviços

A secção de serviços pretende proporcionar aos cooperadores ferramentas para desenvolvimento das suas atividades profissionais, por exemplo no âmbito da faturação,

contabilidade organizada, certificação, comunicação e design. É a secção que congrega maior número de cooperadores.

Secção de Habitação e Construção

É intuito desta secção promover a construção e reabilitação de espaços para habitação e trabalho que sirvam a comunidade local e sobretudo as pessoas com maior dificuldade de acesso, visando práticas de (re)construção ecologicamente sustentáveis que recorram a matérias locais e tradicionais da região e a soluções energéticas de baixo impacto ambiental, prevendo também a possibilidade de autoconstrução com apoio técnico. A secção de habitação e construção tem também um papel sociopolítico, pois procura informar e apoiar a população acerca dos direitos à habitação e contribuir para o debate político nesta matéria, tendo inclusive colaborado com uma proposta de 15 medidas para a Lei de Bases de Habitação, apresentada em audiência própria ao grupo parlamentar da Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades, enquanto trabalhava sobre essa primeira Lei de Bases.

A proposta efetuada teve por inspiração os contextos rurais e particularmente os problemas habitacionais em MoN, nomeadamente a degradação do centro histórico, coadjuvado pelo desconhecimento que existe acerca de quem são os herdeiros de muitas dessas casas; a baixa oferta de lotes para construção; a especulação financeira em termos de compra e arrendamento de imóveis; e a ausência de uma resposta por parte do sector público e privado, já que a Cooperativa Habitacional Económica “A Alentejana” deixou de fazer construção. Além dos problemas locais, foram também consideradas as fragilidades identificadas no contexto nacional, como a dificuldade de acesso ao apoio técnico e ao financiamento e as limitações impostas às cooperativas de habitação na última década, e a nível global, designadamente o elevado impacto ambiental das construções, elevado consumo energético, baixo envolvimento dos futuros habitantes na construção do seu espaço, crescente população nas cidades (gentrificação), e dificuldade no acesso à habitação pelos mais jovens, seja para arrendamento ou compra.

De forma a alcançar os objetivos a que se propõe, a secção de habitação e construção projeta criar uma Cooperativa de Habitação Económica e Ecológica (CHEE), de forma a dar resposta a um vazio das políticas públicas ao nível habitacional e a criar mecanismos que facilitem a fixação de pessoas no interior, necessitando para tal o apoio da autarquia local, sobretudo no que respeita ao licenciamento.

4.2.4. Órgãos Sociais

A Minga tem como órgãos sociais a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos pelos cooperadores e por um período de quatro anos, com possibilidade de reeleição de carácter ilimitado (art.º 15.º, ECIM, 2015), no entanto cada membro eleito não pode pertencer a mais do que um órgão social em simultâneo (art.º 16.º, ECIM, 2015). As deliberações dos órgãos sociais são tomadas por maioria simples de votos (art.º, 17.º, ECIM, 2015), sendo que cada cooperador representa um voto, independentemente do capital social investido.

A Assembleia Geral é o órgão que detém maior poder, dado que as decisões deste órgão prevalecem sobre as da Direção e do Conselho Fiscal (n.º1, art.º 20, ECIM, 2015) e à partida nela participam todos os sócios, exceto quando se defina que só os delegados das secções devem participar (n.º 2, art.º 20.º, ECIM, 2015). Por norma a Assembleia Geral reúne com uma periodicidade mensal. A Direção, com funções executivas, coordena o sector administrativo e de pessoal, decidindo por exemplo processos de recrutamento, após parecer do Conselho Fiscal, privilegiando a contratação de cooperadores (art.º. º 8 do Regulamento Interno da Cooperativa Integral Minga, 2015). Naturalmente, o conselho fiscal detém as funções de controlo e fiscalização da atividade da cooperativa (art.31.º, ECIM, 2015).

Além dos três órgãos sociais mencionados, cada secção possui uma Assembleia Sectorial, cujas deliberações só são válidas após reconhecidas pela Assembleia Geral. As reuniões de Assembleia Sectorial são abertas a todos os cooperadores da secção correspondente e são dirigidas por dois membros eleitos, que constituem a Mesa da Assembleia Sectorial, cujo mandato tem igual duração à dos órgãos sociais. As Assembleias Sectoriais têm como competências:

- a) Pronunciar-se sobre as Atividades, Orçamento, Contas e Gestão da Secção;*
- b) Pronunciar-se sobre o Plano de Atividades, Orçamento, Gestão e Relatório e Contas da Cooperativa a apresentar à Assembleia Geral;*
- c) Eleger a Mesa da Assembleia da Secção em ano de eleições dos órgãos sociais;*
- d) Eleger os delegados da secção à Assembleia Geral, antecedendo a primeira reunião anual desta.*

(Art.º 20, ECIM, 2015)

Salienta-se, contudo, que as secções são representadas na Assembleia Geral segundo o número de cooperadores inscritos nas mesmas (1 delegado por cada 5 inscritos) e que todas as secções devam estar representadas pelo menos por um delegado (n.º 5, art.º 20.º, ECIM, 2015). A respeitar este parâmetro, constata-se que a secção dos serviços será em princípio aquela que tem maior representação já que, de acordo a lista de cooperadores cedida pela Minga para realização da componente empírica deste trabalho (em maio de 2019), todas as outras só tinham possibilidade de eleger um delegado.

4.2.5. Sócios Efetivos e Sócios Colaboradores

A Minga criou a figura de sócios efetivos (SE) e de sócios colaboradores (SC). Os primeiros, como o nome indica são efetivamente cooperadores, processo que é iniciado com uma proposta de adesão à Direção, sob a forma de ficha de registo de sócio efetivo e cuja aceitação implica o pagamento de títulos de capital, no valor correspondente à secção ou secções em que esse(a) se pretenda inscrever. Os títulos de capital têm um valor nominal de 5,00€, sendo que a adesão à secção de serviços obriga à aquisição de 3 títulos (15,00€) e as restantes à aquisição de 20 títulos (100,00€) (n.º 3, art.º 5, ECIM, 2015), correspondendo assim aos valores mínimos vigentes no Código Cooperativo, de acordo com os art.º 82ª e 83ª. Isto poderá explicar o porquê da maioria dos SE se encontrar registada na secção dos serviços, a que se soma o facto de muitos destes sócios virem de outras localidades do país e possuírem habilitações superiores, o que implica que tenham sobretudo serviços para oferecer, como aliás é explicado por um dos SE.

“Deve-se a dois fatores. Primeiro, por legislação, a cota mínima de serviços é mais baixa, que é de 15 euros enquanto que as outras são de 100. Portanto há um entrave económico, e as pessoas não tendo disponibilidade financeira preferem, e que efetivamente queiram ser sócios efetivos, n’ê, pode haver uma preferência p’los serviços por essa razão. Mas também p’lo facto da maior parte das pessoas trabalha em serviços. Porque são pessoas que migraram e as suas competências são na área dos serviços [...]. Não quer dizer que necessariamente as pessoas que se relacionam com a cooperativa sejam maioritariamente p’los serviços. Na prática são, agora os números não refletem a proporção exata porque os outros, muitos, não são sócios efetivos” (E10)

Salienta-se também que embora a Minga preveja a possibilidade de pagamento de joia de admissão e quota mensal, nem uma nem outra estão ou foram até aqui aplicadas.

Tal como os SE, os SC são pessoas singulares ou coletivas que, também como o nome indica, colaboram de alguma forma nas atividades e com as finalidades da cooperativa, podendo inclusive participar nas Assembleias Gerais, dar a sua opinião e fazer doações, mas que não possuem títulos de capital e estão impossibilitados de votar e de serem eleitos para os órgãos sociais. (n.º 4, art.º 7.º dos Estatutos, 2015).

4.2.6. Gestão financeira e sustentabilidade económica

Nos seus Estatutos (art.º 32.º) a Minga nomeia como fonte de receitas os rendimentos do capital disponível, os juros dos depósitos à ordem ou a prazo, rendimentos que resultem das suas atividades, donativos e subsídios, deixando em aberto outras receitas possíveis.

De acordo com o 3º Princípio do Código Cooperativo (art.º 3.º), que diz respeito à participação económica dos membros, o capital da cooperativa é controlado democraticamente, sendo que os eventuais excedentes podem ser destinados ao desenvolvimento das cooperativas ou ao benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa, entre outras atividades que sejam aprovadas pelos membros. Contudo, a Minga regulamenta que os seus excedentes anuais líquidos são aplicados a 100% na cooperativa, para alcance do seu objeto social, e através dos seguintes fundos (tabela 19).

Tabela 19 - Afetação dos excedentes anuais líquidos

Natureza do Fundo	Percentagem do excedente anual líquido
Reserva Legal	10%
Fundo Cultural para a Educação e Formação Cooperativa	5%
Reserva para o Investimento	40%
Fundo para a Conservação e Reparação	5%
Fundo para a Construção	10%
Fundo para a Coesão	30%

Fonte: Art.º 4 do Regulamento Interno da Cooperativa Integral Minga (2015)

No que respeita à Reserva Legal, se esta se revelar insuficiente para compensar hipotéticos prejuízos, o montante da diferença correspondente poderá ser exigido aos cooperadores, se a Assembleia Geral assim o entender através do sistema de voto, ainda que o art.º 96 do Código Cooperativo preveja que a reserva legal poderá ser compensada pelas restantes reservas existentes. O Regulamento Interno estabelece também que eventuais subsídios e donativos serão afetos ao Fundo para a Conservação e Reparação e que os donativos dos cooperadores, caso existam, serão afetos ao Fundo de Coesão.

Quanto ao montante do capital social, este é estabelecido no valor mínimo de 2.500,00€, enquanto que o art.º 81 do Código Cooperativo define um mínimo de 1.500,00€, e segundo o Regulamento Interno da Cooperativa “só poderá ser utilizado na materialização do objeto social da Cooperativa, definido no artigo 3º dos Estatutos, e em móveis, utensílios, maquinaria, ferramentas e outros valores ativos necessários à sua atividade” (n.º 1, Art.º 3º do Regulamento Interno da Cooperativa Integral Minga, 2015).

Relativamente às atividades desenvolvidas pelos cooperadores, dado que estas são variáveis e intermitentes, dependendo da sua procura, as remunerações são igualmente variáveis e intermitentes, sendo os cooperadores enquadrados “no regime de Segurança Social dos

trabalhadores por conta de outrem” (art.º 10, ECIM, 2015). Aos produtos e serviços vendidos através da Minga é aplicada atualmente uma taxa administrativa de 5% “destinada a suprir despesas relacionadas com serviços administrativos, contabilidade, e seguro obrigatório” (art.º 11 do Regulamento Interno da Cooperativa Integral Minga, 2015), ficando o valor remanescente para o cooperador. Em entrevista à revista *Le Monde Diplomatique* (2016), o presidente da Direção refere que essa taxa é bastante inferior à aplicada pelas grandes superfícies aos produtores e pelo que permite a revenda desses produtos a preços mais baixos junto do consumidor final. Nessa mesma ocasião, afirma-se que a Minga opta por não recorrer a fontes de financiamento externas, preferindo apostar na sua capacidade de autofinanciamento para uma maior sustentabilidade financeira. Para além da percentagem sobre a venda de produtos/serviços dos cooperadores, a sustentabilidade financeira é também conseguida através da utilização de outros ativos da Minga, como o Espaço Integral e a carrinha de frio, através do seu aluguer.

4.2.7. Princípios

Para além dos seus objetivos operacionais, relacionados com as secções cooperativas em que se organiza, a Minga ocupa também um espaço de debate e reflexão na sociedade montemorense e noutros círculos com os quais os seus princípios e visão se cruzam.

Como já refletido no descrito até aqui, a Minga opera dentro dos princípios da economia solidária e da filosofia do decrescimento, procurando implementar e inspirar práticas sustentáveis ao nível ambiental, económico e social, que privilegiam o encurtar das distâncias entre produtores e consumidores, o consumo de produtos locais e sazonais, a produção agroecológica e a utilização/valorização de recursos endógenos e com baixo impacto ambiental.

Com um foco socioeconómico, dirigido sobretudo às questões do trabalho e da habitação, procura estimular a economia local, o autoemprego e o trabalho em rede, valorizando métodos colaborativos que potenciem as competências e atividade profissional de cada um.

A visão da Minga é de complementaridade, entre setores e entre pessoas, assumindo-se por isso como cooperativa integral, tendo ido beber este conceito à Cooperativa Integral Catalana, que está na génese deste movimento, o qual tem como princípios a democracia direta, a cooperação em rede, a descentralização, a autogestão dos trabalhadores, a autonomia das pessoas e das comunidades, e o compromisso para o bem comum. Neste conceito, os cooperadores são prosumidores, pois desempenham em simultâneo o papel de produtor e consumidor, dentro do espectro da ajuda mútua e da solidariedade. As cooperativas integrais pretendem também fornecer ferramentas que permitam aos seus associados ter a capacidade de cobrir as suas próprias

necessidades em diversas áreas necessárias ao viver, promovendo uma economia de proximidade em que a riqueza gerada na localidade possa ficar nessa localidade e seja destinada aos seus habitantes, constituindo-se portanto como cooperativas de base territorial, que objetivam reforçar os laços comunitários e aumentar a resiliência das sociedades através do aproveitamento dos seus recursos endógenos. Desta forma, a vertente ambiental é também salvaguardada, assim como o comércio justo, valorizando-se as condições laborais e o produtor e não tanto os intermediários.

Contudo, a Minga defende que se diferencia do movimento integral por defender uma maior autonomia individual, no âmbito económico e decisório, sempre que se trate de produtos e projetos dos seus associados, como explica o presidente de direção “O método de assembleia e de decisão coletiva lá praticado [pelas cooperativas integrais] ... não nos revemos. Não temos de discutir tudo sobre o que toda a gente faz, nem tudo tem de ser decidido centralmente. Há momentos em que partilhas as dificuldades ou as necessidades que tens, ou os projetos que estás a querer desenvolver. Mas não tem de estar toda a gente a dar a sua opinião sobre o projeto de cada pessoa, porque tomou ou não certa decisão, desde que não vá contra certos princípios base. Nesse sentido, parece-me que somos um bocado diferentes da abordagem que eles tentam por lá.” (Jornal *Mapa*, 2018)

Como dita o Código Cooperativo, a atividade e gestão da Minga rege-se também pelos princípios da “transparência; organização e gestão democráticas; participação dos cooperadores; equidade, razoabilidade e proporcionalidade na fixação de comissões e tarifas; gestão eficiente e económica dos recursos disponíveis; controlo da gestão financeira, mediante a adoção de adequados procedimentos internos, e não discriminação entre cooperadores nacionais e estrangeiros” (art.º 1º do Regulamento Interno da Cooperativa Integral Minga C.R.L.). Assume também a sua neutralidade política e religiosa, zelando por isso pela sua independência político-partidária, segundo consta no art.º 2.º do seu Regulamento Interno.

CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1. Inquérito por questionário

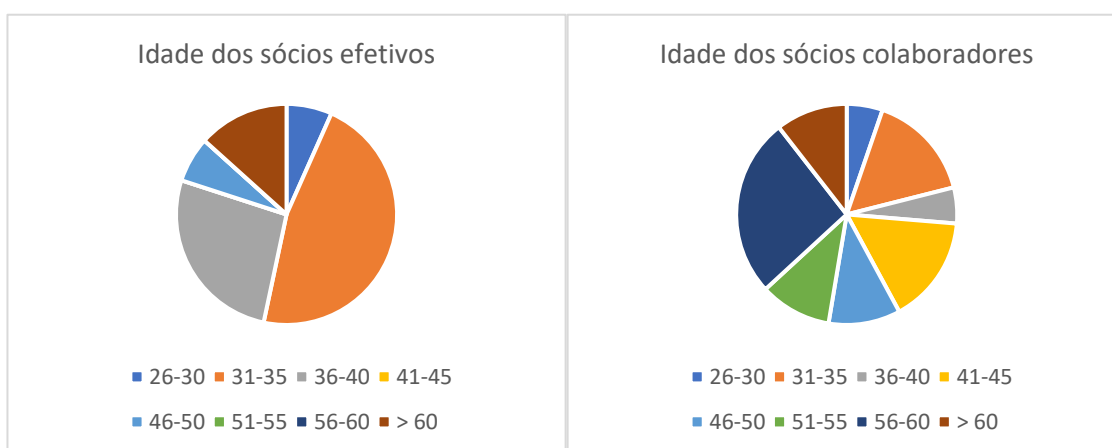
Face ao número de respostas obtidas através do inquérito por questionário (ver quadro 1), os dados de seguida tratados reportam-se apenas a 35,05% do universo de sócios, o que se traduz em 34 respostas válidas. Dessas, 16 foram dadas por SE, representando 51,61% desse grupo, e 18 são de SC, o que corresponde a 27,27% do total de sócios enquadrados nessa tipologia. Contudo, e como já anteriormente explicado, os dados obtidos não podem ser considerados representativos, ainda que no caso dos SE possa existir uma visão mais aproximada, dado que mais de metade desse subgrupo respondeu ao questionário.

5.5.1. Caracterização sociodemográfica dos sócios respondentes⁶⁶

a) Idade

Relativamente à idade constatou-se que a maioria dos SE situa-se na faixa etária dos 31-35 anos de idade (43,75%), seguida do intervalo dos 36-40 anos (25%), enquanto que os SC se distribuem de forma mais igualitária, ainda que a faixa etária 56-60 anos seja aquela que concentra maior número de SC (27,78%) (quadro B1). Desta forma, os SE caracterizam-se por serem mais jovens, já que 68, 75% tem entre 31 e 40 anos de idade (gráfico 7).

Gráfico 7 – Distribuição dos sócios efetivos e dos sócios colaboradores por idade



⁶⁶ Ver anexo 3, onde constam os quadros referidos neste subponto.

b) Sexo

Relativamente ao sexo, o subgrupo dos SE apresenta igual distribuição, 8 do sexo feminino e 8 do sexo masculino, verificando-se que no subgrupo dos SC 11 pertencem ao sexo feminino (61,11%) e 7 ao sexo masculino (38,89%). Assim, a percentagem de mulheres respondentes acaba por ser ligeiramente superior (55,88%) em relação aos homens (44,12%) (quadro B2).

c) Nacionalidade

A grande maioria dos sócios respondentes é de nacionalidade portuguesa (88,24%), sendo que apenas existem 2 SE e 2 SC de outra nacionalidade europeia (quadro B3).

d) Naturalidade

Nenhum dos SE respondentes é natural do concelho de MoN, verificando-se que a maioria (43,75%) é natural da Área Metropolitana de Lisboa (AML), ou de outros pontos do país (37,50%). No que respeita aos SC, um terço é natural do concelho de MoN (33, 33%), outro terço distribui-se também por diferentes zonas do território nacional (33,33%) e somente 11,11% são naturais da AML. Desta forma consta-se que 82,35% dos sócios respondentes não são naturais do concelho de MoN e que a sub-região que congrega maior número de sócios é a AML, com 26,47%, seguindo-se o AC, com 23,53%, distribuindo-se os restantes por diversas áreas geográficas de Portugal (35,29%) (quadro B4).

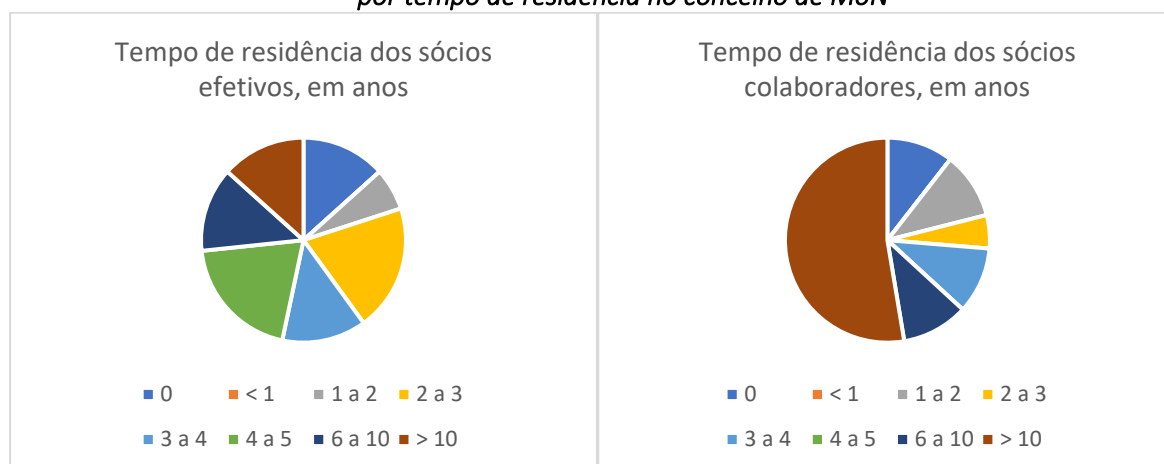
e) Residência

A localidade de residência dos dois subgrupos apresenta-se de forma semelhante, sendo importante referenciar que 73,53% da totalidade dos sócios respondentes reside na cidade de MoN, 14,71% reside noutras localidades do concelho e 11,76% reside fora do AC (quadro B5).

f) Tempo de residência no concelho de MoN

Neste indicador existe uma clara diferença entre SE e SC, visto que a maioria dos SE (56,25%) reside entre 1 a 5 anos no concelho enquanto que a maioria dos SC (55,56%) reside há mais de 10 anos (gráfico 8). Em termos globais observa-se que mais de metade dos sócios (52,92%) reside há 10 anos ou menos no território e que apenas 35,29% reside há mais de 10, sendo que desses 29,41% são SC (quadro B6).

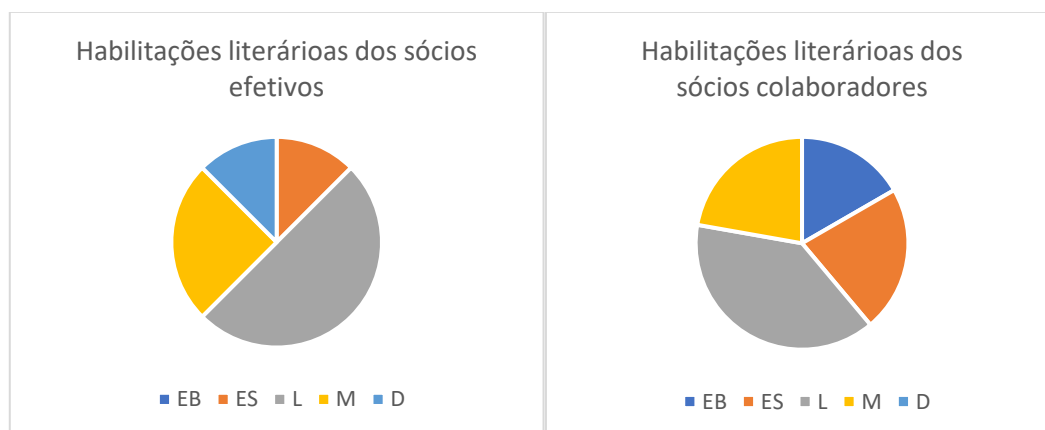
Gráfico 8 – Distribuição dos sócios efetivos e dos sócios colaboradores por tempo de residência no concelho de MoN



g) Habilitações literárias

Relativamente às habilitações literárias, a maioria dos sócios respondentes é licenciada (88,89%), notando-se, contudo, que os SE têm habilitações mais elevadas, já que 87,50% destes possuem licenciatura, mestrado ou doutoramento, contra 61,11% dos SC, que possuem licenciatura ou mestrado (gráfico 9) (quadro B7).

Gráfico 9 – Distribuição dos sócios efetivos e dos sócios colaboradores por habilitações literárias



h) Área de Formação

Grande parte dos sócios (47,06%) tem formação na área da arquitetura, artes plásticas e design, seguindo-se a agricultura e os recursos naturais e as humanidades em iguais percentagens, mas numa percentagem bem menor (11,76%) (quadro B8). Também os dois subgrupos em análise têm mais pessoas com formação em arquitetura, artes plásticas e design, sendo esse número mais

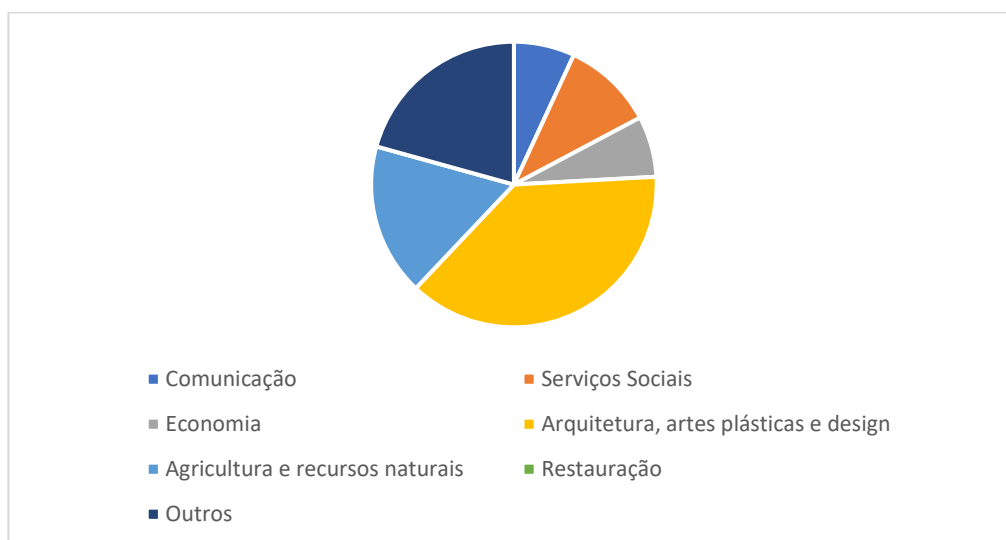
elevado nos SE (56,25%) do que nos SC (38,89%), contudo a segunda área com maior proporção de sócios diverge entre subgrupos, uma vez que no caso dos SE é a economia, gestão e contabilidade, com 12,50%, e no caso dos SC é a agricultura e recursos naturais, com 22,22% de sócios.

i) Atividade profissional principal

Constata-se que existe uma grande diversidade profissional nos sócios respondentes (gráfico 10). No entanto, observa-se que cerca de um terço (32,35%) concentra a sua atividade principal na área da arquitetura, artes plásticas e design, o que corresponde à área de formação da maioria dos sócios embora numa percentagem inferior, seguindo-se a agricultura e recursos naturais ainda que numa percentagem bastante inferior (14,71%) e despoletada sobretudo pelos SC (quadro B9). De salientar também que a percentagem de SC que referiu ter formação na área agrícola corresponde à percentagem de SC que desempenha a atividade principal nessa área (22,22%).

A maioria dos sócios (79,41%) encontra-se a exercer a sua atividade profissional principal, sendo que essa fatia é maior nos SC (83,33%) do que nos SE (75%) (anexo 3, quadro B10). Entre aqueles que não exercem, os motivos prendem-se sobretudo com razões de escolha pessoal (11,76%), e com o desemprego (8,82%), sendo que os SE estão mais vinculados à primeira situação e os SE à segunda (quadro B11). Daqueles que exercem, verifica-se que a maioria dos SC trabalha a tempo inteiro (55,56%), enquanto que os sócios efetivos trabalham sobretudo a meio tempo (43,75%) ou noutras situações de maior instabilidade profissional, como *freelancers* (quadro B12).

Gráfico 10 – Distribuição dos sócios por área de atividade profissional



j) Atividade secundária

Mais de metade dos sócios respondentes (64,71%) tem atividade secundária, o que representa para 50% dos sócios uma remuneração extra e para 14,71% um recurso a bens e serviços através de sistema de trocas. Relativamente aos subgrupos, 68,75% dos SE referem ter atividade secundária e no caso dos SC esse número desce para 51,12% (quadro B14).

k) Atividade ocupacional

Verifica-se que a maioria dos sócios que respondeu ao inquérito por questionário tem atividade ocupacional (70,59%) (quadro B16) e que mais de metade dos respondentes (58,82%) desempenha atividades de natureza colaborativa e individual, sendo que no subgrupo dos SE essa percentagem é de 62,50% e no subgrupo dos SC é de 55,56% (quadro B17). Aqueles que têm ocupações apenas de natureza colaborativa representam 20,59% dos respondentes, o que no caso dos SE representa uma percentagem de 25% e no caso de SC corresponde a 16,67%; e apenas 5,88% do total dos sócios refere ter ocupação de carácter individual, dos quais nenhum desses é SE (quadro B17). Quanto à área em que as ocupações são desenvolvidas, sobressai a área social (30,91%) e cultural (30,91%), seguindo-se a área ambiental (27,78%). Relativamente aos subgrupos e tendo em conta que esta era uma questão que possibilitava mais do que uma resposta, observa-se que no subgrupo dos SE 62,50% tem ocupação na área social, 56,25% na área cultural e 43,75% na área ambiental, já no que diz respeito aos SC 44,44% tem ocupação na área cultural, 38,89% na área social e 27,78% na área ambiental (quadro B18).

5.5.2. Caracterização do vínculo entre os sócios respondentes e a Minga

l) Relação da atividade principal e secundária com a Minga

Constata-se que 55,88% dos sócios referem que a sua atividade profissional principal se relaciona com a sua participação na Minga, 41,18% refere que não se relaciona, e 2,94% diz que a situação não se aplica (quadro B13). Estes números são semelhantes entre os dois subgrupos, sendo que no caso dos SE 56,25% tem atividade principal relacionada com a Minga e 43,75% diz que não se relaciona, já no caso dos SC a percentagem é de 55, 56% e 38,89%, respetivamente.

Quanto à atividade secundária, a mesma proporção de sócios (55,88%) menciona que a mesma se relaciona com a Minga, 26,47% que não se relaciona, e no caso de 17,65% a atividade secundária não se aplica (quadro B15). No subgrupo dos SE verifica-se que 62,50% tem atividade secundária relacionada com a Minga, para 25% essa atividade não se relaciona e 12,50% refere que a questão

não se aplica; no subgrupo dos SC, 50% tem atividade secundária relacionada com a Minga, 12,50% diz que a atividade não relaciona e para 22,22% a situação não se aplica.

m) Vínculo com a Minga

O vínculo com a Minga, que diz respeito à tipologia de sócios, ou seja, se o respondente é sócio colaborador ou efetivo, verificou-se que 20,59% não sabe a que tipologia pertence, e 28,47% respondeu incorretamente à questão (dado que os dados foram confirmados com as listagens cedidas pela organização), por conseguinte quase metade dos respondentes (49,06%) desconhece qual o seu vínculo à cooperativa (quadro B19). Verificou-se que esse desconhecimento é maior entre os SC, dado que 87,50% dos SE respondeu corretamente à questão, enquanto que nos SC esse número cai para 44,44%.

n) Tempo de sócio

Percebeu-se que grande parte dos sócios respondentes (85,30%) estão vinculados à Minga há mais de 2 anos, sendo que no caso dos SE essa percentagem é de 75% e no caso dos SC é de 94,45%, observando-se assim que o subgrupo dos SC participa há mais tempo na Minga, sobretudo ao se constatar que mais de metade destes está vinculado há Minga há mais de 3 anos, enquanto que no caso do subgrupo dos sócios efetivos essa percentagem não atinge um terço (quadro B20).

o) Secção da Minga

Relativamente à secção da Minga a que os sócios estão vinculados, formal ou informalmente, verificou-se que no subgrupo dos SE estes estão inscritos maioritariamente na secção dos serviços (62,50%), seguindo-se a secção da comercialização (25%), da agricultura (12,50%) e por fim a habitação (6,25%). Já no que respeita aos SC, metade dos respondentes (50%) diz que está vinculado à secção da agricultura, seguindo-se a secção da comercialização e dos serviços em iguais proporções (22,22%), e também por último a habitação (5,56%). De salientar que nesta questão os sócios poderiam responder a mais do que uma opção e por conseguinte 12,50% dos SE referiram estar ligado a todas as secções. Em termos globais, verifica-se que a secção de serviços é a que tem mais sócios vinculados (26,92%), seguindo-se a agricultura (21,15%), a comercialização (15,38%) e por último a habitação (3,85%).

Síntese interpretativa

Como já referido, face à impossibilidade de generalizar os dados obtidos, a interpretação que agora se faz é apenas referente aos sócios que responderam ao inquérito por questionário de forma voluntária.

De modo geral, no que respeita à caracterização socioeconómica, verificou-se que na maior parte das questões não existem diferenças significativas entre o subgrupo de SE e o subgrupo de SC, ainda que se possa destacar que os SE são mais jovens, têm habilitações literárias mais elevadas e no entanto trabalhos mais precários, dado que trabalham mais em tempo parcial do que os SC. Percebeu-se também que o subgrupo dos SE não existem pessoas naturais do concelho de MoN e que estes na sua maioria são naturais da AML e residem no concelho há menos de 5 anos, por oposição aos SC, já que um terço é natural do concelho de MoN e mais de metade reside aí há mais de 10 anos.

Clarificadas as principais diferenças entre os dois subgrupos, resume-se que os 34 sócios respondentes caracterizam-se por serem maioritariamente de nacionalidade portuguesa, verificando-se que a sub-região que agrupa maior número de sócios é a AML, seguindo-se o AC, ainda que a maior parte dos sócios seja natural de outros pontos do país. Assim, só uma pequena percentagem de sócios (17,65%) é natural do concelho de MoN e destes nenhum é SE. Contudo, a maior parte optou por vir a residir na cidade de MoN, de modo que 82,35% dos sócios respondentes podem ser considerados novos residentes e mais de metade reside no território há menos de 10 anos.

Observa-se também que a maioria dos sócios respondentes tem habilitações literárias de nível superior, nomeadamente licenciatura, e que quase metade tem formação na área da arquitetura, artes plásticas e design, embora apenas cerca de um terço desempenhe atividade profissional nessa área. Os restantes distribuem-se por áreas profissionais diversas, destacando-se no entanto em segundo lugar a área da agricultura e recursos naturais como atividade profissional principal, por influencia dos SC. Embora a maioria dos sócios esteja a exercer a sua atividade profissional principal, verifica-se que o faz de forma precária, dado que no caso dos SC apenas 55,56% trabalha a tempo inteiro e no caso dos SE essa percentagem desce para 25%.

Talvez por isso mais de metade dos sócios tenha atividade secundária, que funciona sobretudo como uma remuneração extra mas também como troca de bens e serviços. Os sócios demonstram ainda que são pessoas proactivas, já que mais de dois terços desenvolve atividade ocupacional na área social, cultural e/ou ambiental, e mais de metade desempenha essa(s) atividade(s) de forma colaborativa e individual.

Quanto à relação dos sócios com a Minga, percebeu-se que mais de metade tem a sua atividade principal e secundária relacionada com a Cooperativa de alguma forma, o que se verifica também ao nível dos subgrupos, embora no caso dos SC essa percentagem desça para 50% na atividade secundária. No que respeita à tipologia de sócio, observa-se que quase metade dos SC ignora qual a categoria a que pertence, sendo esse número residual no subgrupo dos SE, o que poderá indiciar por parte dos primeiros algum afastamento em relação à cooperativa e/ou desconhecimento em relação ao seu funcionamento. Verificou-se também que o subgrupo dos SC é aquele que participa há mais tempo na Minga e que a maioria dos respondentes está vinculado à cooperativa há mais de dois anos. Em termos globais, a secção dos serviços é aquela que condensa maior número de sócios, seguindo-se a agricultura, posteriormente a comercialização e por último a habitação, contudo essas percentagens variam nos dois subgrupos dado que os SE referem estar vinculados sobretudo à secção dos serviços enquanto que os SC estão mais ligados à secção agrícola.

5.2. Entrevistas⁶⁷

Como já referido, as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a 9 sócios, 3 efetivos e 6 colaboradores. Os entrevistados caracterizam-se por residirem no concelho de MoN, sendo que 2 residem aí há menos de 5 anos, 1 entre 5 a 10 anos, e 6 há mais de 10 anos, embora apenas 3 sejam daí naturais. Quanto às habilitações literárias, 5 têm graus do ensino superior, 3 do ensino secundário e 1 do ensino básico. Dos 9 entrevistados, 6 estão a exercer a atividade principal, 3 a tempo inteiro e 3 a meio tempo, no entanto quase todos (à exceção de 1) desempenham uma atividade secundária, e a grande maioria tem alguma forma de ocupação (excetuam-se 2). No que respeita à sua vinculação com a Minga, todos têm uma atividade principal e/ou secundária que se relaciona com a cooperativa, da qual todos se tornaram sócios há mais de dois anos. Relativamente à secção, 6 estão ligados à secção agrícola, 2 à secção de serviços e 1 refere vincular-se a todas as secções. De salientar aqui que a maioria dos SC está vinculada à secção agrícola e que se optou por seguir as pistas obtidas no momento em que foi aplicado o inquérito por questionário, altura em que se percebeu existir um descontentamento por parte dos SC vinculados a esta secção. De forma a respeitar o anonimato dos entrevistados, estes serão referidos com recurso a um código, nomeadamente R1; R3; R10; R12; R13; R15; R29; RT1; e RT2.

⁶⁷ Ver anexo 5, onde constam as tabelas referidas neste subponto.

Relembra-se também que a análise e interpretação das entrevistas semiestruturadas é feita com recurso à análise de conteúdo temático, tendo sido estabelecido um conjunto de dimensões e indicadores (ver tabela 13), que são discutidos de seguida.

Dimensão 1: Resolução de problemas e satisfação de necessidades

Indicador 1.1. Identificação de problemas e necessidades

Fatores de inovação social

A Minga é percecionada como uma IIS, encontrando-se múltiplos fatores que o justificam. Entre esses aponta-se o modelo de funcionamento, nomeadamente o facto de ser integral (R3), o que permite uma maior interligação entre pessoas com diferentes interesses e competências, assim como abrir a cooperação a organizações de diferentes áreas, flexibilidade essa que potencia o cruzamento de ideias e propicia a geração de novas respostas e práticas.

“(...) embora tenhamos já algumas cooperativas também em Montemor. Mas esta tem a particularidade de ter todos esses ramos juntos [...] eu acho que se calhar há alguma flexibilidade que se calhar nas outras cooperativas, cooperativa de habitação, cooperativa agrícola, pronto, o objetivo é este então só entra um tipo de pessoa não é? Porque se é para a agricultura, é para a agricultura. Aqui também é a vantagem é que como há vários ramos, há vários interesses, se calhar a inovação vem mais dali (...)” (R3)

É também encarado como inovador é a interligação entre pessoas que habitam o território há pouco tempo e os que já aí estão estabelecidos, o que sugere a possibilidade de construção de novas relações sociais, troca de experiências e conhecimentos, gerando assim novas dinâmicas (R3).

“(...) o que eu acho que pode ser inovador é que se calhar é a primeira vez que pessoas de fora e de cá que vão se haaa encontrar aí um terreno de... de entendimento. Se calhar nas outras cooperativas eram mais pessoas de cá. Agora há mais, há mais mistura, há mais pessoas que vêm daqui, pronto, se calhar é mais aí que é inovador” (R3)

Esta perceção é ilustrada pela intervenção na Aldeia da Casa Branca, onde a Minga, em parceria com uma outra entidade local, desenvolveu um conjunto de atividades de dinamização territorial, abertas à comunidade e relacionadas com a identificação de necessidades e potencialidades locais. Para além do aproveitamento de um espaço abandonado naquela localidade, nomeadamente a escola primária, que serviu de palco a uma exposição interativa sobre a historicidade do local, sensibilizando assim os visitantes locais e não locais para a identidade socio territorial do lugar, possibilitou momentos de reflexão conjunta acerca dos constrangimentos e recursos locais e possíveis soluções. No final, percebeu-se que o problema mais premente relacionava-se com o abastecimento de água, tendo sido elaborado um abaixo-assinado, para entregar a quem de direito, tendo sido semeado também o início da parceria entre as entidades

organizadoras deste evento e a Associação Cultural local, com o objetivo de fomentar atividades para dinamização da Casa Branca.

Num território envelhecido, é também encarado como inovador as características que marcam os sócios da Minga, vistos como pessoas jovens, com elevadas habilitações literárias, proactivos e vontade de integrar o território (R3).

“Aqui o inovador, eu acho que é como...é feito também com jovens, com jovens formados, ou com jovens com, com projeto, que chegam ali já com ideias do que querem fazer, e isso, depois vão-se encaixar” (R3)

É reconhecido também como fator de inovação a diferente forma de pensar e de estar deste grupo, pela ideia de sociedade que defende (R1, R3, R29).

“é uma coisa nova, é uma cooperativa que tem por trás alguma, algum pensamento diferente, inovador” (R1)

“Quem traz mudanças, normalmente... é um grupo, são sempre grupos mais... são minorias.” (R3)

“Forma de estar e de ligação entre as pessoas [...] Quanto à questão do decrescimento e da economia circular, não existe e nunca existiu em Montemor, que eu tenha conhecimento, nado do género.” (R29)

Um outro fator de inovação social percecionado é o trabalho com propósito (R3), que está vinculado aos projetos desenvolvidos pelos sócios da Minga, isto é, aliar a necessidade de gerar rendimento, indo ao encontro dos valores e princípios defendidos pela cooperativa, como é disso exemplo o projeto da Cantina do Mambo, que ainda hoje subsiste.

“muitas das pessoas que estão na Minga são pessoas que precisam de ganhar a vida [...] a Minga permitiu ter uma forma de ganhar a vida cidadã [...] a Minga permite tentar ter uma influência cidadão sobre o, ooo que vai acontecer na nossa comunidade, mas também permite fazer disso o seu ganha pão. Porque como são muitos, são jovens, são pessoas haaa que têm qualificações e têm projetos, também precisam de ganhar a vida. [...] a Minga permitiu é, essa ligação entre ter um projeto, que pode mudar as coisas, mas também que me permite viver” (R3)

Percebeu-se também que a instabilidade por vezes vinculada a esses projetos incita ao desenvolvimento de novas respostas e iniciativas, potenciando assim o surgimento de IS e prevenindo a inércia e comodismo associados a trabalhos/empregos mais consistentes.

Salienta-se por fim que a Minga surge para dar resposta a problemas e necessidades não satisfeitas (R29), através de uma nova estrutura organizacional(R3), que preconiza uma gestão democrática (R10), e direciona a sua intervenção para os pequenos produtores locais, por norma arredados de processos de decisão, mas também para os problemas de acesso à habitação, que dizem respeito a toda a comunidade (R3, R10, R29).

“não existia nada assim do género aqui em Montemor. E quer dizer, se cada, se cada regiãozinha tiver a sua, a sua cooperativa, eu acho que vai facilitar bastante a vida das pessoas que vivem nesses espaços, não é.” (R3)

“há um conjunto de pessoas que têm um objetivo comum e que se associaram numa entidade, numa empresa, numa tipologia de empresa, com uma gestão democrática.” (R10)

“para o aparecimento da Minga ter acontecido e para haver o interesse de produtores locais, de fazerem parte da Minga, pessoas que são de Montemor, que sempre viveram cá, de terem aderido à Minga com tanta facilidade, provavelmente é porque as outras cooperativas não vão satisfazer” (R29)

Surgimento da Iniciativa de Inovação Social

A Minga teve na sua génese a iniciativa de um grupo de jovens portugueses, com habitações ao nível do ensino superior, que estavam emigrados em diferentes países europeus no período pós-crise 2008, e que queriam regressar a Portugal.

“era um conjunto de pessoas que ‘tavam fartos das suas vidas, e de terem a viver em cidades com estilos de vida completamente sufocantes e... e pronto, e tinham ideias (...)” (R13).

A proximidade geracional, a identificação com um mesmo estilo de vida e a necessidade de resolver um problema comum, levou a que estes se unissem por meio de recursos tecnológicos para definir uma estratégia, que consistiu na criação de um pacote de projetos complementares, posteriormente remetido aos municípios portugueses sob a forma de proposta, sob a denominação de Centro de Investigação Cultura e Sustentabilidade (CICS).

Assim, o elemento desencadeador da IIS foi a necessidade de resolução do problema de emigração de um grupo de pessoas e o descontentamento com o estilo de vida correspondente, definindo-se só numa fase posterior o local onde os projetos seriam implementados, de acordo com as condições oferecidas pelo contexto:

“estavam à procura de um território, se eu me lembro bem, de um território para desenvolver vários tipos de projetos a partir das haaa das ferramentas que tinham aquelas próprias pessoas mas também pesquisando com as necessidades locais onde eles iriam implementar-se” (R3)

“Fez-se uma chamada de projetos e depois enviou-se uma proposta de pacote de projetos a vários municípios. E a ideia era o município que oferecesse melhores condições para receber esses projetos seria p’ra onde eles se mudariam” (R13)

De acordo com o relatado, o município de MoN foi aquele que mostrou maior receptividade para discutir o projeto, pelo que alguns elementos do grupo optaram por se mudar de imediato para a cidade de MoN, reconhecendo assim a importância da vivência no território para nele intervir.

“sentiram que p’ra desenvolver esse tipo de ideias tinham que ‘tar logo no local” (R13)

Após reuniões de trabalho nesse sentido e apresentação pública num espaço da autarquia, o projeto inicial acabou por se dissipar, com a saída de alguns dos proponentes de projetos, e evoluiu já no território para aquilo que seria a Cooperativa Integral Minga.

Assim, a Minga partiu de um grupo de pessoas que não eram naturais do concelho, mas que precisavam de resolver uma necessidade partilhada e que mostravam sensibilidade para com as questões da sustentabilidade territorial. Dessa forma, decidiram conjugar as suas aptidões, competências e desejos com as necessidades locais, para criar algo e para aí se estabelecerem. Foi um processo evolutivo e construtivo, que embora não iniciado no local nem por pessoas daí naturais, perspectivava corresponder aos problemas aí existentes de forma a legitimar a sua ação e abrir a discussão à comunidade, na tentativa de conseguir o seu envolvimento (R3).

“Foi a realização concreta de alguns membros desse primeiro grupo e depois com a junção de outras de Montemor. (...) Eles chegaram com uma ideia, depois abriram para as pessoas do local darem as suas ahh sugestões e também poderem entrar a partir daí (...)”. (R3)

De entre os 9 entrevistados, 7 tiveram conhecimento da Minga antes mesmo desta estar formalizada, sendo que 6 desses já viviam em Montemor. A totalidades dos entrevistados refere que teve conhecimento da Minga através do atual presidente da direção, demonstrando assim a importância do líder e o estabelecimento de contactos individuais e institucionais para disseminação da mensagem, contudo percebeu-se que os 6 residentes tiveram uma participação passiva nesse início de projeto (tabela A1.1).

Os fatores de contexto (tabela A1.2.) que levaram à fixação do projeto em MoN foram sobretudo a receptividade da autarquia, que demonstrou interesse em reunir e em facilitar condições para abertura ao debate, e o dinamismo cultural e associativo, que ofereceu um importante suporte a este grupo, nomeadamente ao disponibilizar espaço para reuniões de trabalho, apoio na organização de eventos, e a estrutura necessária para o avançar de projetos que serviram para identificar necessidades territoriais que viriam a justificar a constituição da cooperativa, como foi o caso da Cantina do Mambo, uma cantina vegetariana que principiou com uma das proponentes do CICS e que tinha o intuito de trabalhar com produtores locais, o que permitiu perceber a existência de problemas de faturação e escoamento desses produtores, como explica um dos entrevistados

“com esta base do CICS e da Cantina do Mambo começámos a reunir e a ver que fazia sentido realmente criar uma estrutura, uma estrutura que nos ajudasse a fazer esta ponte entre os produtores e os serviços, e... e também no sentido de... De ajudar as pessoas a, a faturarem os seus trabalhos e, e pronto, e permitir às pessoas terem contratos de trabalho, ter uma estrutura que permitisse às pessoas ter contratos de trabalho” (R13)

Para além desses dois pilares, outra condição mencionada por um dos entrevistados (RT2) foi o financiamento de projetos através de organismos com atividade na economia social, assim como o suporte criado pelo grupo fundador para os recém-chegados a MoN movidos pelo interesse no projeto, nomeadamente através de suporte habitacional (R13)

“quando vim cá parar... o pessoal ‘tava a alugar uma casa [...] e foi super importante porque todas estas pessoas que tavam a [imperceptível] e experimentar e perceber o que é que se passava aqui aterravam nessa casa, tás a ver? Então houve muuuita gente que passou por essa casa! [...] Eu tive lá um. E passado um ano decidi que queria mesmo cá ficar e aluguei uma casa só p’ra mim.” (R13)

Assim, esse espaço foi fundamental num período de transição, em que as pessoas estavam a tentar perceber qual o seu possível envolvimento no projeto, pois possibilitava resolver uma necessidade básica (habitação) e ao mesmo tempo criar laços sociais, exponenciar aprendizagens e trocar ideias acerca do que se pretendia desenvolver no território.

Perceção das oportunidades e ameaças para o DLS de Montemor

Em termos de oportunidades para o desenvolvimento sustentável concelhio os entrevistados destacam a capacidade de iniciativa da autarquia e a sua tendência para práticas *bottom-up*, pela sua política descentralizadora, nomeadamente a nível cultural, trabalho em parceria com as entidades locais e apoio a projetos propostos pela sociedade civil, promovendo dessa forma a dinamização do concelho através de uma governança participada (tabela A1.3). É também mencionada a localização geográfica do concelho, o capital humano, o setor cultural, e em termos económicos a importância da esfera local através da aposta na criação de autoemprego e a produção de carne.

De salientar que algumas destas oportunidades relacionam-se com as motivações dos entrevistados para residir em Montemor. Os sócios entrevistados, não naturais de Montemor, referem que a sua permanência no território justificou-se pelo dinamismo cultural (R3, R12); boas infraestruturas e proximidade a Lisboa (R3, R29); vantagens da vivência em espaços rurais, sobretudo a tranquilidade e menor utilização do carro (R3, R1, R29; R1), proximidade com a natureza (R29, R1), menor poluição (R29) e convivência mais saudável com a vizinhança, ou seja, maior sentido de comunidade e sentimento de maior bem-estar emocional (R29); bem como a satisfação profissional (R3, R12, R1). Entre os naturais de Montemor, referem que se mantêm no território pela proximidade familiar, baixo custo de vida, satisfação com o trabalho e convivência com pessoas novas, proporcionada pelo atual dinamismo de Montemor. Assim, entende-se que é a junção da dinamização cultural, localização geográfica, realização profissional, gosto pelo modo de vida proporcionado pela vivência rural, e custo de vida que ditam a atratividade do território.

Relativamente às ameaças, a habitação assume lugar de destaque devido à especulação imobiliária, face à reduzida oferta e elevada procura (tabela A1.4). Perceciona-se que as condicionantes na oferta prendem-se com o reduzido número de casas disponíveis e a preço acessíveis; com a herança latifundiária do concelho, sobretudo nas freguesias concelhias limítrofes e a inoperância das políticas públicas no parcelamento das terras, o que contribui para o abandono das

pequenas localidades concelhias. Já a elevada procura, deve-se à atratividade territorial exercida pela proximidade entre Montemor e Lisboa e ao dinamismo associativo e cultural de Montemor, o que paradoxalmente torna as oportunidades territoriais em ameaças não havendo políticas que regulem a questão habitacional.

Isto pode levar a outras consequências, nomeadamente a processos de gentrificação, consequente perda de identidade territorial, e a novas formas de habitar o espaço, ainda que esta última não seja entendida como uma ameaça (R3).

“muitas vêm para cá mesmo viver, até em tendas! Fazem cabaninhas, fazem tendas, fazem caravanas, de toda a maneira e feitio [...] Não têm onde estar, digamos assim, mas são pessoas até com formação, não é, e gostam de ‘tar no campo [...] Alguns já ‘tão lá há um ano, há dois ou três! [...] uns têm caravana, outros fizeram lá uma tenda assim esquisita, outros fizeram, têm... sei lá! Não sei se tem uma casa ou outra assim...aqueles montinhos assim...” (R15)

Assim, percebe-se a importância de assegurar uma boa gestão dos movimentos migratórios de Montemor, inclusive para aproveitar a atratividade territorial de Montemor para combater o despovoamento nas aldeias e vilas do concelho, onde existe uma disparidade em termos de dinamismo cultural e densidade habitacional se comparado com a sede concelhia, o que é percecionado como ameaça ao desenvolvimento sustentável concelhio.

O poder autárquico revela-se também uma ameaça por se considerar que não tem uma visão estratégica consistente, não estimula suficientemente a articulação em rede entre as associações locais e a distância entre a ação e o poder de decisão limita a atividade dos parceiros concelhios, pois torna os processos mais morosos e desse modo torna-se um entrave às iniciativas e soluções propostas.

Os problemas ambientais (falta de água, poluição, desproteção do ecossistema) são igualmente entendidos como ameaça, e relacionados com a baixa produtividade agrícola, por um lado, e produção agrícola convencional com recursos a químicos e em regime de monocultura, por outro. É percecionado que estes são exponenciados pela ausência de políticas públicas eficientes para os minimizar e que é necessário promover uma maior consciencialização ambiental e implementar práticas mais diretivas.

É ainda mencionado o baixo poder económico da população, que por sua vez limita a capacidade de investimento dos pequenos produtores, nomeadamente no setor agrícola, levando a um ciclo de estagnação. Assim como a baixa consciência socio territorial, que inibe a discussão coletiva sobre dos problemas vivenciados e a mobilização para gerar soluções, bem como uma visão de desenvolvimento concelhio mais igualitária e descentralizada.

Objetivos da Minga

De entre as ameaças percecionadas, a Minga pressupõe intervir diretamente em duas – na habitação e no baixo poder económico de pequenos produtores – e de forma mais transversal nos problemas relacionados com a sustentabilidade ambiental, pela sua visão e princípios.

Inicialmente, e como já abordado, foram identificados constrangimentos ao nível dos pequenos produtores agrícolas - baixa produção, necessidade de escoamento e margens de lucro reduzidas (R1, R13). O que justificou desde logo a criação da secção agrícola, para resolver esses mesmos problemas.

“percebeu-se que era importante desenvolver aquela parte ligada à pequena produção local” (R1)

“começamos a perceber que, primeiro que não havia assim tantos produtores, pronto, e depois que os produtores que havia tinham algumas dificuldades de escoamento de produtos.(...) em tirar rendimento da atividade e... alguns dos produtores vendiam p’ra grandes superfícies mas a percentagem com que as grades superfícies ficavam não, não lhes rendiam, tá a ver, não compensava.” (R13)

Atualmente, a intenção parece ser no sentido de potenciar a produção agrícola (apesar dos problemas de escoamento ainda não estarem resolvidos, conforme será discutido adiante), através da transformação da matéria-prima e redução de constrangimentos relacionados com a sazonalidade, visto que é promovido pela cooperativa não só o consumo local, mas também sazonal (R10).

“tentar ajudar a acrescentar valor aos produtos que se fazem. Isto é, quando ‘tamos a falar de agricultura, transformar, acrescentar valor. E permitir acabar com a curva de sazonalidade, ou minimizá-la. É, é esse, é essa área de atuação que devemos ter.” (R10)

A secção dos serviços e comercialização justificou-se pela precariedade laboral de trabalhadores independentes e custos relacionados com a abertura de atividade, tendo portanto o intuito de oferecer suporte a outros profissionais (R13), o que se revelou importante não só para os já residentes mas também para pessoas que estavam a chegar ao território e precisavam de algum meio de sustento (RT2).

“também surgiu a necessidade de começar uma cooperativa que é, em vez dos produtores terem as suas empresas individuais, haa usam esta estrutura, não é, escusam de ter...não sei quantas empresas a título individual.” (R13)

“A Minga abriu exatamente p’ra resolver os problemas que havia, que eram comuns a todos os pequenos produtores nesta cidade.” (RT2)

Ao nível da habitação, embora paradoxalmente contribua para a inflação imobiliária pelo papel que exerce na projeção e atratividade territorial, combatendo assim o problema de despovoamento do interior, torna-se ainda mais imperativo a sua ação na área habitacional, visto que é um problema comunitário, que diz respeito tanto aos sócios como não sócios, daí justificar-se a criação deste ramo cooperativo (R1, R10, RT2).

“percebeu-se que era uma pressão também importante, e eu acho que tem a ver com a tal posição cívica, que nós todos devemos ter, não é, as casas ‘tão caríssimas, quer dizer, ninguém, nós hoje em dia... como é que os jovens têm casa? Nem nós da nossa idade, os outros, ainda menos têm, não é. Portanto, pensar que é preciso ser rico, ou pensar que é preciso fazer um empréstimo ao banco p’a toda a vida, são coisas que p’ra mim não faz sentido nenhum, e obviamente que p’ra outras pessoas da Minga também não faz, e portanto, acho que tem uma, tem sentido, fazer-se esse... abrir-se essa área também da habitação” (R1)

“combater o problema grave de habitação que existe no concelho [...]. Daí a cooperativa ter um ramo de habitação, e daí ter um projeto habitacional p’a ter habitação a custos controlados.” (R10)

“eles falam muito da habitação e parece-me que isso era uma coisa importante.” (RT2)

Indicador 1.2. Resolução de problemas e satisfação de necessidades

De forma geral, é entendido que a Minga permitiu alcançar alguns resultados concretos, ainda que limitado a grupos específicos e de forma parcial, designadamente ao nível da (i) resolução/minimização da precariedade laboral e consequente aumento do poder económico; (ii) promoção da valorização e acesso a produtos locais, através da existência de uma loja, do abastecimento de cantinas e outras atividades de comercialização e projeção territorial; (iii) disponibilização de um espaço para reflexão e debate de temáticas relacionadas com os princípios da Minga e logo com o desenvolvimento territorial; (iv) e outras formas de dinamização territorial, relacionadas o enriquecimento do tecido social, por fomentar a socialização e a mobilidade de pessoas e projetos.

Resolução/Minimização da precariedade laboral e aumento do poder económico

Ao nível da resolução/minimização da precariedade laboral, esta reflete-se sobretudo ao nível da secção dos serviços (R13).

“a [secção] dos serviços veio resolver um problema de precariedade laboral, não é. Que é esta lógica de pessoas que trabalham para... que têm 10 clientes diferentes e depois não conseguem ter um contrato de trabalho, não é. Então a ferramenta que encontram na Minga é a possibilidade de faturarem estes 10 clientes todos pela Minga e a Minga depois faz-lhes contrato de trabalho. É uma ferramenta” (R13)

Considera-se aqui como resolvida a precariedade laboral daqueles que conseguiram atingir um volume de faturação suficiente com a venda dos seus produtos/serviços para acederem a contrato de trabalho através da Minga, prescindindo assim de custos adicionais com a criação de empresa, pois podem fazer usufruto das ferramentas disponibilizados pela cooperativa, como contabilista, marketing e espaço para venda de produtos e oferta de serviços (R10).

“quem tem negócios que passam pela produção ou transformação dos seus produtos, quando tem um volume que permite suportar o custo d’um salário, não precisa de ‘tar a suportar o custo de estrutura de uma empresa, estando dentro da Minga, mesmo tendo a sua marca própria.” (R10)

“possibilidade de trabalhar e receber um ordenado e fazer parte dos quadros de uma entidade, e não ser um trabalhador a recibo verde.” (R10)

“a Minga é uma ferramenta prática, é um sistema de faturação, é um contabilista, é comunicação, é uma ferramenta prática que as pessoas podem usar, p’as pessoas usarem e p’as pessoas desenvolverem os seus projetos de trabalho” (R13)

À data das entrevistas contabilizavam-se 10 pessoas contratadas, número que tem vindo a crescer progressivamente (R10) e que corresponde a 32,25% dos sócios efetivos e a 10,30% do universo total dos sócios.

“Tem vindo a crescer, sim [o número de contratados], alguns deixaram de o ser, mas o saldo trimestral tem sido sempre positivo. Ao fim de cada trimestre, o número de, ou se mantém ou cresce. Começámos o ano p’raí com 4 ou 5, temos 10, hoje, em setembro.” (R10)

Nos casos em que a Minga não consegue resolver a precariedade laboral, é entendido que pode minimizá-la, enquanto fonte de rendimento secundária (R3, R12, R29), embora possa ser incerta (R15).

“Eu acho que para algumas é um extra e para algumas é mais o seu rendimento” (R3)

“proporciona com que as pessoas possam... possam avançar com atividades, que não são atividades contínuas, e possa fazer faturas de pequenos números” (R12)

“o rendimento através da Minga era sempre pouco [...] não é uma coisa certa” (R15)

“normalmente só faço, só me dedico quando ‘tou mais parado a nível profissional...” (R29)

Além disso a Minga é considerada uma estrutura que apoia a versatilidade laboral, no sentido de permitir obter mais do que uma fonte de rendimento através do desenvolvimento de novos interesses e atividades. Assim, é também entendido que estimula o empreendedorismo, dado que possibilita um espaço de apoio à experimentação de novos produtos e produtores, por representar

um suporte inicial na exposição e comercialização dos mesmos, fundamental numa fase de teste, em que existe pouca estabilidade e capacidade de investimento (R3, R12).

“as pessoas têm que pagar contas ao fim do mês e há pessoas que só trabalham na cultura e não... gostam de... ter que estar no sítio onde há cultura mas trabalham noutras áreas e precisam de um suporte p’ra reduzir a sua estrutura de custas p’ra entrarem no mercado ou p’ra se deslocarem p’ra outro mercado” (R3)

“[...] é a Loja do fim de pequenas cadeias de produção onde todas mostram ali ou ensaiam mostrar ali as suas coisas. E onde se fazem as primeiras vendas.” (R12)

“acredito que seja realmente um, um balão de ensaio [...] no que toca ao artesanato, ou a coisas transformadas, ou na área da cerâmica, ou noutros produtos que a Minga vende, acaba por ser ali que se ensaia o como é que se apresenta o produto e do pôr, testar o produto. Depois sai dali p’ra outros sítios [...]” (R12)

Promoção de produtos locais

Vários entrevistados consideram a loja como um fator importante, quer do ponto de vista do consumidor, que tem acesso a produtos locais e/ou produzidos de forma mais sustentável, trazendo essa opção de escolha à comunidade, quer do ponto de vista de produtor, por ter um espaço para expor e vender os seus produtos (Tabela A1.5).

Para além da loja, a Minga é também responsável pelo abastecimento de duas cantinas escolares, o que poderia representar um importante canal de escoamento para produtos agrícolas locais. Contudo, os constrangimentos existentes na secção agrícola, analisados adiante, não permitem um aproveitamento significativo desta via. À data das entrevistas, a Minga fornecia uma das cantinas uma a duas vezes por semana com uma refeição, e a outra com maior regularidade mas em menor quantidade. Na perspetiva de dois dos SE entrevistados isto acontece devido à produção local insuficiente (R13, R10), acrescentando também, na perspetiva de R10, a incompatibilidade entre as encomendas das cantinas e a sazonalidade dos produtos, revelando-se desta forma a necessidade de mudança de comportamentos e políticas municipais em direção a uma estratégia mais sustentável.

“nós ainda não temos capacidade de produção p’ra abastecer as cantinas escolares a 100%. Ou seja, não há produção suficiente” (R13)

“um dos problemas é que nós não temos, os nossos produtores não... não produzem em volume suficiente, pronto, porque isto ‘tamos a falar de cantinas que pedem toneladas de batatas por semana” (R10)

“a questão do tipo de encomendas que as cantinas fazem, que é, quer dizer, pedem tomate o ano todo [...] Portanto, a questão da sazonalidade, pronto, e das encomendas serem realistas, com a realidade local, não, não acontece” (R10)

No âmbito das cantinas, importa também salientar a já referida Cantina do Mambo, que funciona em parceria uma associação cultural local, e cujo abastecimento é feito de forma mais regular por existir um diferente modelo de funcionamento, visto que as ementas são elaboradas de acordo com os produtos disponíveis, facilitando assim o escoamento de hortícolas e aproveitamento a sua sazonalidade (R12).

“fazem-se os menus de acordo com aquilo que é a disponibilidade e com o que há lá [...] porque de outra forma acabas sempre por ter que ir ao supermercado, porque não há tomates naquela semana ou não se.... Pronto, nem sempre é fácil que isso aconteça, não é, mas há esse esforço grande e é um dos objetivos.” (R12)

Esta forma de funcionamento poderia ser um exemplo a seguir pela autarquia, visto que é uma prática inovadora com potencial para revelar bons resultados ao nível da economia local e segurança alimentar, se produzidos de forma responsável.

Espaço de debate e reflexão

A Minga é vista como um importante espaço de debate e reflexão ao nível da sustentabilidade ambiental, económica e social, sobretudo no que diz respeito a modelos de produção e consumo mais conscientes e responsáveis (tabela A1.6). Desta forma é reconhecida e valorizada a ação cívica da Minga no desenvolvimento local, dado que facilita a troca de ideias e conhecimentos em torno de questões que dizem respeito a todos.

Enriquecimento do tecido social

É também entendido que a Minga enriquece o tecido social por fomentar a socialização e a atratividade territorial e mobilidade de pessoas e projetos (tabela A1.7). Ao nível da socialização, a loja surge novamente como uma via importante, por fomentar o convívio na vizinhança, imprimindo assim uma nova dinâmica social no bairro onde se localiza, sobretudo porque não existia nenhuma outra mercearia nessa zona da cidade. Embora se reconheça que a Minga contribui para o fomento da atratividade e mobilidade de pessoas e projetos no território, essa responsabilidade deve ser atribuída a todo o ecossistema de Montemor, e em particular aos agentes culturais. Acresce que essa dinâmica estimula a constituição de redes extra-concelhias e atrai um público jovem, com habilitações literárias superiores e proactivo, o que é particularmente interessante num território que se caracteriza pelo envelhecimento populacional e despovoamento. Este paradoxo pode tornar a mobilidade de pessoas e projetos mais visível no dia-a-dia dos montemorenses, sobretudo se se considerar que é uma comunidade tolerante mas de reduzida dimensão, com baixa densidade

populacional e convencional, que olha com desconfiança para o que é diferente ou desconhecido, como será discutido adiante.

Forças da Minga

Posto isto, os entrevistados identificam diversos aspetos positivos na Minga (tabela A1.8), especificamente a sua (i) flexibilidade, pois a mobilidade de pessoas e projetos dentro da estrutura permite uma circulação de interesses e conhecimentos que a tornam moldável; (ii) a abertura do projeto aos montemorenses, permitindo assim a interação entre esses e novos residentes e/ou visitantes; (iii) as características dos sócios, considerados pessoas jovens, pessoas formadas, e pessoas abertas; (iv) a oferta de produtos endógenos, diferenciados e biológicos à população; (v) a divulgação de novas ideias, associadas à sustentabilidade; (vi) a cooperação entre sócios e entre projetos de forma a potenciá-los; (vii) a resolução ou minimização da precariedade laboral e por acréscimo o aumento do poder económico; (viii) o fomento da atratividade territorial, que contribui para a minimização do despovoamento de MoN, sobretudo da sede de concelho; (ix) a projeção territorial conseguida, relacionada com o modelo de funcionamento e princípios divulgados pela Minga; (x) e o potencial que representa para o desenvolvimento local da economia e da horticultura.

Indicador 1.3. Constrangimentos na resolução de problemas e necessidades

Durante o período em que decorreu a recolha de dados, a secção da habitação ainda não havia conseguido atingir resultados concretos no território, motivados em parte pela articulação com a Câmara, o que pode ser relacionado com a morosidade das tomadas de decisão por parte da autarquia e visão estratégica pouco consistentes, ameaças associadas ao poder autárquico, como já discutido acima e ilustrado no anexo 5, tabela A1.4.

No que respeita à secção agrícola percebeu-se, através dos contactos iniciais com os sócios e das entrevistas depois realizadas, que existe descontentamento da parte dos pequenos produtores agrícolas pela forma como é gerida esta secção, sobretudo ao nível do escoamento (tabela A1.9), sendo perceptível pela maioria dos entrevistados que o problema também existe ao nível da produção (tabela A1.10).

Ao nível do escoamento é percecionado pelos SC, vinculados à secção agrícola, a existência de falta de planeamento, o que gera insegurança pela incerteza de que a produção possa ser escoada e por sua vez desmotiva a produção, contribuindo assim para um ciclo de baixa produtividade difícil de quebrar. Assim, de forma a corresponder às suas encomendas, nomeadamente para as cantinas escolares, a Minga recorre a produtores de concelhos limítrofes e a produtos que nem sempre estão

comprometidos com a produção biológica, contudo, é admitido que o consumo local e sazonal se sobrepõe a esse critério (R1, R13).

“o local é o que eles querem, e têm toda a razão, porque a pouco e pouco foram dizendo às pessoas p’ra que o local se tornasse biológico, e portanto esse trabalho é muito bem feito, esse ponto tá muito bem pensado, só que... Depois o resto é uma trapalhice.” (R1)

“Há tantos critérios que nós nem sequer temos em conta... Portanto, a certa altura é um bocado escolheres, que critério é que queres ter em conta. Nós também escolhemos especialmente o local e sazonal, até acima do biológico.” (R13)

Outra dificuldade no âmbito do escoamento é a necessidade de investimento para armazenar e transformar produtos, dando assim resposta à questão da sazonalidade, um dos problemas da produção/escoamento agrícola, já que os hábitos de consumo de indivíduos e organismos não têm em conta essa sazonalidade, havendo ora excesso ora carência de oferta, consoante a altura do ano. É também considerado pelos SC que a Minga não tem capacidade fazer um trabalho de concertação entre produtores e outros organismos locais para resolver o problema de escoamento, seja pela falta de espaço e fragilidades na gestão/coordenação até aqui demonstrada seja pelo diferendo de princípios e valores existentes com outros organismos locais, pelo que essa legitimidade é trasposta para o município.

No que respeita aos constrangimentos na produção agrícola, para além da sazonalidade dos produtos, estes prendem-se com o baixo número de pequenos produtores locais e com as características que lhes são vinculadas – faixa etária envelhecida e problemas de saúde adjacentes, comportamentos individualistas que dificultam a cooperação, e a desmotivação para produzir numa ótica de mercado – motivo pelo qual um dos entrevistados (R15) refere que é necessário apostar em novos agricultores, visto que a agricultura pode ser um setor estratégico de desenvolvimento em MoN.

De salientar que dois dos SE entrevistados, que integram a direção da Minga, relacionam os constrangimentos da secção agrícola fundamentalmente com a baixa produção, externalizando assim as fragilidades ao nível da organização desta secção. Isto indicia uma baixa consciência crítica quanto à necessidade de melhorias na coordenação da secção e um maior enfoque nas necessidades da cooperativa do que nas necessidades dos pequenos agricultores locais. O discurso de R10 é ilustrativo disso, pois na sua perceção a resolução dos problemas passa pelo investimento financeiro e sensibilização para alteração de comportamentos individualistas (produtores) e de consumo (consumidores). No entanto esta conceção parece ser suscetível a críticas por parte de outros sócios (R1), para quem a questão financeira é insuficiente na resolução dos problemas sentidos na secção

agrícola, podendo inclusive levar ao desvirtuamento da missão da Minga, que se deveria centrar no apoio aos pequenos produtores e na revitalização da pequena agricultura.

“continua muito preocupado com questões económicas, e portanto ‘tá muito ‘a procura que a Minga se torne uma cooperativa a... como é que se diz? Viável! Economicamente sustentável. Ou seja, eu penso que há as questões verdadeiras, que deviam suportar a Minga [...] de uma forma mais profunda.” (R1)

“Tamos no processo de aprendizagem e de crescimento p’ra chegarmos a essa fase [investir em armazenamento] mas temos que ter um grupo de produtores mais consistente” (R10)

“ahhh há algum trabalho a fazer-se, sobretudo de sensibilização, de... Pá, p’ra haver produção. Nós conseguiríamos escoar mais, se tivéssemos mais produtos exportamos mais. (R10)

Assim, a secção agrícola revela-se muito aquém dos seus objetivos, pois os problemas iniciais, ao nível da baixa produção e do escoamento mantêm-se, já que a Minga não assume perante os entrevistados um papel mais relevante do que outros minimercados, no que respeita aos escoamento de horticultura (RT2), dado que não existe a coordenação necessária entre pequenos agricultores e entre estes e a cooperativa, de forma a que a Minga possa ser considerada um canal de escoamento seguro, tornando-se efetivamente uma resposta para os pequenos agricultores, de modo a aumentar a produção e a torna-la mais consistente.

“O problema aqui é sempre o escoamento.” (RT2)

“os mesmos produtos que a Minga tem, em termos de hortícolas. É a mesma pessoa que entrega, entrega na Minga, entrega na D.^a Antónia, entrega no mercado, entrega não sei aonde...” (RT2)

Fraquezas identificadas e aspetos a melhorar

Os entrevistados identificam como fraquezas da Minga (i) a instabilidade provocada pela elevada mobilidade de pessoas, o que pode desviar a atenção da cooperativa dos seus objetivos e dificultar a sua concretização, além de que o investimento em novas pessoas e novos projetos pode não se traduzir em ganhos compensatórios para o território pela sua permanência de curta duração; (ii) as práticas sentidas como pouco democráticas, pois é percecionado que é necessário estimular a partilha de poder, através de uma maior transparência organizacional que permita também um maior conhecimento do funcionamento interno, de modo a fomentar uma participação ativa e o sentimento de que a cooperativa é de todos e para todos, estimulando assim a entreaajuda e a cooperação; (iii) a gestão de burocracias e de recursos humanos; (iv) a coerência organizacional, relacionada com a dificuldade em compatibilizar os princípios e propósitos divulgados pela Minga com a sua ação no local, o que pode levar à projeção de uma imagem prestigiante no exterior que não corresponde à imagem criada no território e às práticas desenvolvidas; (v) a capacidade de

concretizar propósitos e projetos, sendo que no caso destes últimos é relacionado com a natureza dos mesmos e logo com a mobilidade de pessoas, mas também com o reduzido planeamento; (vi) a escala local, que se impõe-se como limitação face ao baixo número de pequenos produtores no concelho; (vii) e o baixo envolvimento com a comunidade local, o que leva a que a Cooperativa ainda não seja (re)conhecida por toda a comunidade montemorense (tabela A1.11).

Assim, de forma a melhorar esses aspetos, os entrevistados referem que a Minga deveria (i) refletir sobre o seu funcionamento, de forma a equacionar como alcançar um maior envolvimento comunitário e estabelecer práticas mais democráticas, por exemplo ao nível das tomadas de decisão e do modelo de comunicação interno; (ii) melhorar a coordenação da secção agrícola, tornando-a mais eficiente e eficaz de forma a minimizar o ciclo de baixa produção, sendo para tal necessário criar sentimentos de segurança e de igualdade no escoamento de produtos; (iii) envolver e envolver-se mais na comunidade, de forma a haver mais colaboração e a estimular a troca de aprendizagens intergeracionais e entre montemorenses e novos residentes, de modo a alargar o seu campo de ação; (iv) reforçar a sustentabilidade económica para assim aumentar a capacidade de investimentos e oferecer maior rentabilidade financeira aos associados, pois embora tenham diminuído o volume de trabalho voluntário os sócios continuam a não ser pagos por todas as atividades dinamizadas e veem isso como um constrangimento; (v) e gerir melhor o volume de trabalho de forma a aumentar a coerência organizacional e concretização de objetivos (tabela A1.12).

Indicador 1.4. Perceções do impacto da Minga no território

Os entrevistados consideram que o maior impacto da Minga é ao nível da promoção do debate e reflexão sobre uma ideia de comunidade que passa por estilos de vida mais sustentáveis; segurança laboral proporcionada a 10 sócios por meio de contratos de trabalho; obtenção de rendimento através da venda de produtos e serviços; práticas de comércio justo; acesso a produtos diferenciados, locais e produzidos de forma mais sustentável; dinamização de atividades em parceria com outros organismos locais, valorizado sobretudo pela proximidade ao pequeno produtor; e o dinamismo que imprime ao território, não só pelas atividades que desenvolve mas também pela projeção territorial e promoção de redes sociais (tabela A1.13).

De um modo geral, o impacto da Minga é entendido como baixo, o que é relacionado por um dos entrevistados com a convencionalidade da comunidade montemorense, e focalizado, por se cingir a grupos populacionais específicos - bairro, clientes habituais, visitantes e produtores (tabela A1.14). Por outro lado, é considerado que o impacto existe e é positivo, pois a ação da Minga é percecionada como necessária, visto os entrevistados acreditam que se fechasse alguém iria ou

deveria substituir o trabalho desenvolvido pela Cooperativa. Em todo o caso, foi uma necessidade que se construiu a si mesma e que veio demonstrar que é possível arriscar e fazer-se algo diferenciado, inovador, no território. Deste modo, a Minga conseguiu um impacto transformador, embora seja também compreendido que existe necessidade de melhorias para atingir o potencial de impacto que é vislumbrado pelos sócios, particularmente na área da agricultura e habitação, cujos objetivos em grande parte continuam por cumprir. Assim, é entendido que a Minga é dinâmica e está em constante processo de evolução e aprendizagem, existindo espaço para que consiga ultrapassar os constrangimentos identificados, embora o impacto no território ainda seja percebido como limitado.

Dimensão 2: Participação

Indicador 2.1. Participação nas atividades da Minga

É entendido que a comunidade montemorense é, de forma geral, pouco participativa (R29), o que é explicado pelo afastamento político, não identificação, desinteresse cívico e rotinas exigentes (tabela A2.1).

“a participação pública então é nula, é quase nula” (R29)

No que respeita às atividades desenvolvidas pela Minga, também é percebida uma baixa participação nas atividades e reuniões (R1).

“nalgumas reuniões notamos que há pouquíssimos alentejanos, há pouquíssimos montemorenses, por exemplo. Eu lembro-me das primeiras reuniões da Minga, as reuniões mensais, e às vezes ‘távamos a contar... lembro-me uma vez, eramos 27 e acho que havia 3 montemorenses. Portanto, é uma realidade.” (R1)

No caso dos SC entrevistados, estes revelam que não têm participado nas reuniões por não lhes ser útil (R15), pela falta de tempo (R1, R15), e desconfiança em relação aos resultados dessas reuniões (RT1).

“eu tive mais ou menos fora, este ano não fui a nenhuma reunião” (R1)

“têm me convidado p’ras reuniões, não vou porque não quero, por isso podia ‘tar mais dentro do assunto. Não tem, não tem sido necessário! Se precisa-se ia, não é por aí, até porque há lá gente dentro da Minga que eu gosto bastante! Portanto não é por isso, é também por falta de tempo e... disponibilidade e não ser necessário p’ra minha vida neste momento! Pronto.” (R15)

“não é propriamente a minha maneira de ‘tar nas coisas, porque essa coisa de falarmos uma coisa hoje, combinarmos uma coisa, e passado 15 dias aquilo tá na mesma ou pior ainda, e voltamos a falar, e voltamos a ficar na mesma... eu, a minha tempera dá pouco, depois aquilo começa a correr mal!” (RT1)

Esses condicionamentos são exacerbados pelas fragilidades já identificadas na Minga, nomeadamente a dificuldade em concretizar ações e objetivos, gerando assim oportunidades perdidas (RT1).

“Fui só a essa [reunião] [...] Nessa altura fui, tinha interesse, de ouvir rapazes com grandes ideias, mas que depois da ideia p’ro terreno, aí é que tá o mal! Transpor aquilo... Não é fácil.” (RT1)

Contudo, existem indícios de que essa participação pode aumentar através da adaptação dos modelos de comunicação, ajustando-os por exemplo às características dos pequenos produtores agrícolas locais ou outro público a que se queira fazer chegar a mensagem, e do desenvolvimento de atividades em espaços que não são estranhos aos montemorenses (tabela A2.2).

Relativamente às motivações que levaram os sócios entrevistados a aproximarem-se da Minga, seja ou não através por vínculo institucional, é referida a identificação com a visão e princípios da Minga (ideia de sociedade), o que presume simpatia pela causa; com o modelo organizacional (cooperativismo), que identificam como mais democrático e cooperativo; e com a estratégia organizacional (integral/multisectorial), por flexibilizar a interação entre diferentes áreas da vivência e logo entre pessoas com diferentes interesses e competências e entre organismos comunitários, sendo percecionado que possibilita uma nova dinâmica comunitária (tabela A2.3). Para além da identificação com os pressupostos da cooperativa, acresce a perceção da utilidade desta estrutura para o desenvolvimento local; possibilidade de estabelecer novas relações sociais; e oportunidade de escoar produtos, que se diferencia por possibilitar recorrer a um sistema de trocas e permite a obtenção de valorização pessoal pelo que se produz.

Contudo, a maioria dos sócios entrevistados revelam uma participação pouco ativa, vinculada sobretudo à participação em algumas atividades lúdicas ou de reflexão cívica, à posição de cliente e ao escoamento de produtos, mas sem desempenho de tarefas na estrutura (R3), o que é revelado pela escassa participação nas reuniões de direção mensais (tabela A2.4).

“eu vou promover [...] Mas não me meto diretamente na organização” (R3)

De acordo com esses sócios, os motivos para não participarem mais ativamente (tabela A2.5) prendem-se com a estabilidade profissional não relacionada com a Minga; a desorganização percecionada na gestão da Minga, nomeadamente por ocasião das reuniões e na secção agrícola; o baixo nível de compromisso; práticas pouco democráticas; o baixo contributo que pode oferecer à Cooperativa, por acreditar que não tem conhecimentos que possam ser válidos e úteis para o seu desenvolvimento; os conflitos interpessoais; baixo nível de empatia por parte da Cooperativa em

relação aos problemas alheios, levando a que se sinta que o trabalho desenvolvido é pouco valorizado; e outras questões pontuais de índole pessoal (tabela A2.5).

Embora algumas práticas da Minga possam desmotivar a participação dos montemorenses, é percebido por alguns entrevistados que a cooperativa procura ter uma postura abertura (29), concretamente através das reuniões de direção, onde tanto os SE como os SC podem prestar o seu contributo (R10, R13), o que imprime flexibilidade às reuniões e inclusive à cooperativa (R3).

“as sessões, as reuniões desde o início foram sempre muito abertas, pronto. E isto, para mim, não é fácil de fazer necessariamente a gestão disso mas eu acho que é importante esse lado, que a pessoa que chegue aqui pode contribuir e pode entrar e isso vai também ser flexível, vai fazer com que aa aaa cooperativa hoje não é a mesma que há 4 anos, ou 5, não sei, se calhar tem 5 anos, quando nasceu, pronto. Depende também das pessoas...” (R3)

“não impede que elas [sócios colaboradores] participem nas reuniões” (R10)

“nós fazemos reunião de direção uma vez por mês, mas todos os cooperantes são convidados a vir, a participar, ‘tás a ver? Nós não somos assim... nós não somos fechados! Tipo, toda a gente é... é bem-vinda à discussão, especialmente se tiver uma contribuição válida” (R13)

“eu acho que, que a Minga tem abertura para acolher quem quer que seja, basta a pessoa estar interessada” (R29)

Indicador 2.2. Participação nas tomadas de decisão

Na ótica dos sócios efetivos as tomadas de decisão são geridas de forma democrática, nomeadamente no que respeita à divisão de tarefas e gestão das secções, visto que cada sócio decide se quer ou não desempenhar determinada função ou responsabilizar-se pela atividade em discussão, pelo que as tarefas são assumidas de forma voluntária (R10, R13).

“se são operacionais, dividimos tarefas e cada um executa a tarefa que lhe foi atribuída nessa divisão. Sendo que a divisão de tarefas é por voluntariado, quem quer assumir assume, quem não quer não assume. Não há nenhuma obrigatoriedade em assumir tarefas.” (R10)

“Trabalho voluntario tu despendes p’ras coisas que tu acreditas, e se ninguém se identificou, ninguém agarrou! E a Minga não vai obrigar ninguém a trabalhar voluntariamente p’ra um projecto” (R13)

Ao nível da gestão das secções e de projetos é percebida a existência de autonomia nas decisões operacionais (R13) e liberdade de participação de pessoas de diferentes secções (R10, R13).

“não é relevante nem fazemos qualquer análise quanto à origem da, dos ramos em que as pessoas estão inscritas.” (R10)

“não tenho uma direção em cima de mim a controlar...” (R13)

“é assim, ninguém interfere muito... Eu acho que a cena é que “temos também um grande respeito pela individualidade e pela maneira como as pessoas querem...”

tipo...pronto, como as pessoas querem desenvolver os seus projetos [...] Pá ninguém me pergunta nada sobre o meu projeto, ‘tás a ver?’” (R13)

“podes participar, podes dar opinião, quer dizer, não há essa coisa de “ah não fazes parte desta secção não tens direito a ‘tar aqui, ou não tens direito...”’, ‘tás a perceber?’” (R13)

“a Minga funciona d’uma maneira muito sect, tipo, há vários núcleos, não é, e há vários grupos de trabalho, e depois temos as Assembleias em que partilhamos um bocado o que é que andamos a desenvolver, e o ponto de situação, e se precisamos de ajuda nalguma coisa, pronto, partilhamos. Mas... Não ‘tamos por dentro dos projetos uns dos outros.” (R13)

É também explicado que tanto os SE como os SC podem participar nas decisões estratégicas, visto que estas ocorrem nas reuniões da assembleia geral e são abertas a todos os sócios (R10), ficando as decisões operacionais remetidas ao trabalho interno de cada secção.

“Mas o facto de não serem sócios efetivos não quer dizer que não participem na decisão, porque a única diferença que há entre os sócios efetivos e os sócios... colaboradores [...] a única coisa que não têm direito é serem eleitos ou eleger p’ros órgãos sociais.” (R10)

“são reuniões de trabalho [refere-se às reuniões de secção], não são reuniões decisórias, as decisões são tomadas numa reunião mensal que é aberta a toda a gente” (R10)

“quando há um tema específico as pessoas da agrícola sentam-se, reúnem, depois depende das coisas, se são estratégicas quem decide é a reunião de direção” (R10)

Contudo, alguns dos sócios colaboradores entrevistados sentem que não têm poder de decisão (RT2), o que é congruente com o discurso de R3, que refere a existência de práticas que constroem o sentimento de que todos têm igual poder (tabela A1.12).

“eram coisas entre eles [...] tu só tens que produzir, tu não tens que ‘tar...ahh..” (RT2)

Dimensão 3: Cooperação

Indicador 3.1. Gestão de conflitos

Dois dos SC entrevistados verbalizam que se afastaram da Minga devido à existência de conflitos, causados pela instabilidade, insegurança e morosidade nos pagamentos; fragilidades no planeamento/organização da secção agrícola; afastamento dos processos de decisão; baixo nível de responsabilização; e comportamentos hostis (tabela A3.1).

Estes conflitos vêm assim causar nos sócios sentimentos de desvalorização, o que limita o diálogo e revela um baixo nível de solidariedade e de empatia pelas necessidades alheias (RT2), conduzindo ao afastamento dos sócios (RT2, R15) (tabela A2.5).

“E eu comecei-me a aborrecer com aquilo, ia dizendo umas coisas mas parece que nunca ninguém levava muito a sério...” (RT2)

“eu não ‘tou p’ra me chatear, essa é que é a verdade!” (R15)

“eu não tenho nada a ver com isso já! Eu não tenho nada a ver com isso!” (TR2)

Contudo, quando questionado acerca da gestão de conflitos, um dos SE (R10) refere que estes têm vindo a ser ultrapassados com métodos sociocráticos e que a estrutura tem vindo a tornar-se progressivamente mais resiliente. Ainda que assuma que a gestão de pessoas é uma das fragilidades da Minga, remete essa dificuldade para uma questão implícita às estruturas horizontais.

“recurso à sociocracia, métodos sociocráticos. Muitas vezes. Portanto, tentar procurar consensos, haver cedências de parte-a-parte e conversar sobre os temas.” (R10)

“temos sabido viver com isso [gestão de pessoas], com momentos melhores, momentos piores, mas temos sobrevivido e hoje somos resilientes e, e não vejo que a cooperativa esteja em qualquer risco, apesar dessas dificuldades todas. Portanto, sendo um ponto fraco, é um ponto fraco que ‘tá minimizado e ‘tã controlado.” (R10)

Indicador 3.2. Relações de confiança e reciprocidade

Face ao analisado até aqui, percebe-se que a confiança na organização e nas pessoas é um fator importante no incentivo ou desincentivo à cooperação. Entre os SE manifestam-se sentimentos de confiança, o que é ilustrado pela gestão de tarefas com base no voluntarismo de cada um e pela autonomia das secções e projetos, dado que acreditam na partilha de princípios entre todos e nas capacidades de cada um (R13).

“nós temos uma grande confiança uns nos outros, nós confiamos imenso uns nos outros, e temos os princípios muito alinhados, tás a ver? Nós, tipo... a nossa missão e os nossos objetivos ‘tão bem definidos [...] toda a gente concorda com os princípios da Minga, e toda a gente se identifica, e também acaba por ser assim que... as pessoas que acabam por colaborar mais com a Minga são as pessoas que se identificam com os princípios, ‘tás a ver? Portanto... Nós não duvidamos, nós não duvidamos muito dos trabalhos uns dos outros, nunca... não duvidamos! Confiamos, nas capacidades uns dos outros. Yá, acho que basicamente é isso.” (R13)

“As pessoas confiam em mim, e confiam que o projeto ‘tá a ser desenvolvido como deve de ser [...] eu é que faço gestão, ‘tás a ver? Não quer dizer que não peça ajuda [...] Portanto acho que há um grande respeito, é a questão da confiança, ‘tás a ver? Acho que o pessoal confia bué, confiamos muito uns nos outros, porque temos os princípios... tamos, porque, de base [ênfase] ‘tamos alinhados” (R13)

Percebe-se assim que as relações de confiança promovam a entreaajuda, solidariedade e reciprocidade (R3, R13)), o que por sua vez aumenta a resiliência dos sócios e potencia o trabalho dos mesmos (R10, R13).

“quem chega pode trazer algo, não é só receber [...] é essa troca (R3)

“mais resilientes por trabalhar em conjunto.” (R10)

“funcionamos melhor em conjunto do que individualmente. [...] Acho que é uma estrutura que potencia muito mais o trabalho de todos” (R13)

“acho que temos uma lógica de... Ajudar as pessoas a desenvolver os seus próprios projetos” (R13)

Essas relações são estimuladas pela possibilidade de partilhar custos; contribuir para o aumento do poder económico entre si ao fazer compras na loja e ao privilegiar os serviços disponibilizados pelos sócios em detrimento de outros; e fomentar a aprendizagem coletiva e partilhada, que acelera a apreensão do conhecimento através da experiência alheia (tabela A3.2).

Já os SC vinculados à secção agrícola transparecem um elevado grau de desconfiança (tabela A3.3), nomeadamente no setor cooperativo, que é entendido como pouco transparente e pouco coeso; na organização, concretamente ao nível da secção agrícola, dado que não existe confiança de que a Minga tenha capacidade para, sozinha, resolver o problema de escoamento dos pequenos agricultores concelhios, notando-se que é dada uma maior legitimidade à autarquia local para desempenhar esse papel; e entre pares, ou seja, entre produtores, levando a comportamentos individualistas e pouco solidários, o que por sua vez dificulta o planeamento do trabalho colaborativo implícito aos bom desempenho da secção agrícola, como visto na tabela A1.11. Desta forma, o baixo nível de confiança relaciona-se também com experiências negativas vivenciadas na secção agrícola, nomeadamente ao nível do escoamento.

Essas relações de desconfiança são cimentadas por lideranças pouco assertivas e empáticas; pela desigualdade percecionada, que é condutora de sentimentos de injustiça e comportamentos egoístas; baixo nível de compromisso, entre produtores e para com a Cooperativa; baixo nível de responsabilização da Minga, no que respeita à compensação de prejuízos financeiros dos pequenos agricultores por questões implícitas à gestão da Minga, seja ao nível de encomendas feitas e dispensadas fora do tempo útil, ausência de registos e faturação de produtos em loja, ou atrasos/ausências de pagamentos devidos, o que alimenta sentimentos de insegurança nos produtores e revela ausência de empatia pelos problemas alheios; e baixa valorização dos produtores (tabela A3.4). Como tal, os sentimentos de desconfiança dos pequenos produtores agrícolas, são exponenciados pela Minga ao invés de serem mitigados, tornando-se evidente a necessidade de uma coordenação mais responsável e democrática, maior capacidade de diálogo e planeamento, e maior valorização pelo outro.

Indicador 3.3. Soluções geradas pela discussão

O diálogo surge como uma necessidade a ser trabalhada, não só na gestão de conflitos, mas também na organização da secção agrícola, para que se consiga um melhor planeamento, através da escuta ativa dos pequenos agricultores, dando-lhes abertura para que falem abertamente sobre os problemas sentidos e assim fomentar a discussão (R15, RT1).

“O diálogo é fundamental, se não houver diálogo não... tem que haver mais diálogo...” (R15)

“Mas ele nunca vai saber se há ou não [produção], se não houver diálogo” (R15)

“se a Minga tem, a Minga tem um contrato coma Câmara, mas nunca [ênfase] ao pé a dizer ‘atão a gente como temos aquele contrato com a Câmara, a gente normalmente por semana vamos precisar de x, disto ou daquilo, você produz isso e fornece isso?’, e eu digo ‘eu forneço isto e isto’ vai ter consigo e diz ‘você consegue produzir isto?’ e conseguimos fazer alguma coisa.” (RT1)

Para isso é necessário estabelecer uma postura mais empática de forma a que os sócios sintam que são valorizados, têm de facto poder de participação ativa e podem prestar contributos válidos, estimulando assim a abertura à procura de esclarecimento e a crítica construtiva (tabela A3.5), fundamentais na procura de novas soluções pela discussão coletiva.

Ainda que a comunicação precise de ser trabalhada nessas duas vertentes – gestão de conflitos e coordenação da secção agrícola – é entendido que a Minga tem capacidade para gerar soluções através da reflexão e discussão conjunta, pois promove o cruzamento de pessoas e projetos, o que à partida potencia o surgimento de novas ideias (R12).

“começa por ser um cluster, ou um, pronto, um centro, mais um ponto de encontro de... Tem centros de interesse bastante distintos e [...] quando se cruzam os públicos também se cruzam os interesses e descobrem-se novas valências e cultivam-se novos interesses nas pessoas.” (R12)

Esses momentos ocorrem no espaço da cooperativa, através das Conversas e outros eventos aí organizados, mas também podem acontecer em convívios informais (R12) e intervenções organizadas em espaços comunitários, como disso é exemplo as atividades desenvolvidas na localidade da Casa Branca, como já referido.

“Às vezes funde-se um bocadinho aquilo que é o particular, ou o... o pessoal, não é, o meu universo pessoal, com o universo laboral, e a partir daí é que depois acontecem trocas, projetos que se tocam e...” (R12)

Ainda assim, quando se trata a discutir o funcionamento da Minga, parece existir alguma resistência a ouvir críticas e opiniões, que parecem ser entendidas como uma intromissão (R13).

“acontece-nos muito aparecerem pessoas que nos vêm dizer como é que nós devíamos ‘tar a fazer [...] Pessoas daqui ou pessoas de fora. Tás a ver? É esta lógica do “vocês deviam fazer”. Mas, “mas e tu, o que é que tás a fazer?” tás a ver? E isso a certa altura cansa um bocado, tás a ver, quando tás a trabalhar bué e tás a lutar bué p’ra uma estrutura e tens constantemente pessoas quer realmente não ‘tão a trabalhar efetivamente no campo e que não têm conhecimento da realidade local, da realidade prática do campo, tás a ver...”. (R13)

Dimensão 4: Capacitação

Indicador 4.1. Capacidade de (re)unir esforços para ultrapassar problemas (mobilização)

Ao nível da capacitação, esta evidencia-se pela resolução e minimização de algumas situações de precariedade laboral, pois permite uma maior autonomia financeira dos sócios, sobretudo daqueles que conseguiram atingir maior segurança através de contrato de trabalho com a Minga, e permite a experimentação de novas atividades comerciais, fomentando assim o empreendedorismo local num ambiente de suporte coletivo dada a facilidade em recorrer à experiência e serviços de outros sócios.

Além da capacitação económica destaca-se também o suporte e autonomia no desenvolvimento de projetos, por intermédio da Minga, pois os sócios podem recorrer à estrutura para submeter projetos que depois desenvolvem individualmente e sem necessidade de controlo hierárquico (R3, R13).

“acho que há autonomia.” (R3)

“eu usei a Minga, o NIF da Minga e a estrutura da Minga e a história da Minga p’a fazer uma candidatura, ganhei a candidatura e a partir daí eu é que faço gestão” (R13)

“não tenho ninguém a controlar o meu projeto, tás a ver?” (R13)

Perceciona-se também que a Minga tem capacidade para mobilizar a comunidade, como exemplificado pela intervenção na casa Branca que ao envolver a comunidade local avivou a identidade socio-territorial e demonstrou que têm poder de ação, mediante a união de esforços (R29).

“acho que foi uma boa intervenção da Minga, mostrar às pessoas que ok, se nos juntarmos conseguimos... haa... conseguimos... mostrar as nossas necessidades e fazer com que quem tem autoridade de o fazer que trate dos nossos problemas não é, neste caso é a câmara municipal” (R29)

“as pessoas aqui da Casa Branca acharam muito interessante e isso é bom. [...] Vieram. Vieram e comentam, e comentam. [...], e as pessoas reconhecem isso [...] veio trazer um bocado esse sentido de comunidade” (R29)

Contudo, na secção agrícola, embora haja algumas tentativas de discussão e organização coletiva, como reuniões pontuais abertas a não sócios, ou ações que se destinam a dar ferramentas aos produtores, como consultoria, é entendido que não existe uma ação consertada e consistente que de facto possa provocar mudança nos problemas vivenciados pelos pequenos produtores agrícolas locais (R1).

“há um ano atrás houve uma reunião muito importante, a tal que eu lhe disse onde já compareceram muitos [ênfase] montemorenses! E depois dessa reunião, que aparentemente correu muito bem, até agora fez-se muito pouco. [...] houve muito pouco desenvolvimento p’ra isso! Percebe? Houve uma reunião muito... Houve um momento alto que foi a reunião. [...] . E depois daí p’ra cá, foi feito nada...! Houve algumas coisinhas muito poucas” (R1)

Dimensão 5: Criação/transformação de relações sociais

Indicador 5.1. Percepções sobre a comunidade montemorensense e a comunidade Minga

Na percepção dos sócios entrevistados (R1, R3, R12, R15, R29) a comunidade montemorensense assume duas atitudes diferenciadas em relação às pessoas que pertencem ao universo da Minga, uma de afastamento e outra de aproximação.

“Então eu tinha vizinhos na minha horta que não me falavam! Porque eu era, eu era tipo estrangeira, eu vinha de fora, não... de Lisboa. [...] outros, que eram simpáticos, e prestáveis, e que foram sempre desde o princípio prestáveis” (R1)

“há um olhar assim um bocadinho “deixa-os fazer” não, não se misturam muito e algumas pessoas se calhar mais... mais satélites que podem haaa humm beneficiar da Loja, ou se calhar há alguma proximidade da vizinhança [...] Por isso, deve haver essas pessoas, devem poder perceber um bocadinho melhor quem são esses jovens e quais são os projetos e depois há aqueles outros que não se dão ao trabalho de tentar perceber” (R3)

“Há gente muito reacionária e há gente muito aberta.” (R12)

“é que Montemor tem várias vertentes, há vários tipos de pessoas. Aquelas que têm mais curiosidade e gostam de conhecer novas áreas, novos produtos, elas depois vão lá, por curiosidade e depois voltam, uma parte volta, outras vão lá só pra cuscar uma vez ou outra e depois nunca mais aparecem, outras nem vão e dizem mal por dizer.” (R15)

“acho que teve uma boa, teve uma boa... uma boa aceitação, da parte de algumas pessoas. Há outras que se calhar acham que é um... um molho de putos, de hippies, ou frikies, ou o que quer que seja [...]” (R29)

Entende-se que a atitude de afastamento é promovida pela desconfiança, em relação a ligações político-partidárias, ao que é exógeno e ao desconhecido ou não familiar (tabela A5.1), o que pode ser explicado pelo pouco contacto com a diversidade, seja de cultural, pessoas ou aprendizagens (R1, R10), facilitando o preconceito (RT1).

“há menos entrosamento, há menos cruzamentos, há menos contacto, há menos aproximação, muito menos aproximação, portanto uma pessoa sente-se...” (R1)

“são pessoas que tão muito enraizadas num modo de viver, que foi se calhar o modo de viver deles e dos pais deles e se calhar dos avós, que acham que, muitas destas pessoas acham que aquilo é que é.” (R1)

“Não é por ser de dentro ou por ser de fora, tem a ver é [...] se identifica mais com, com este tipo de valores, por causa das suas experiências anteriores.” (R10)

“Eu vejo-os como pessoas normais, tal e qual, há outras pessoas que já não os vêm assim, é o que eu digo! [...] Epá são uma espécie de hippies, um tem o cabelo grande, outro tem o cabelo sujo, outro tem não sei quê! [...] Há um bocadinho de preconceito. [...] somos um bocadinho preconceituosos. Em muitas coisas.” (RT1)

É também percecionado que as atitudes de afastamento provêm de pessoas fechadas e resistentes à mudança (R1, R10, R12).

“aqui as pessoas tão muito ligadas ao tradicional [...] há muito... convencionalidade!” (R1)

“são muito... arraigados ao seu modo de vida! Portanto, dizer-lhes que não faça assim p’ra fazer de outra maneira, ou mesmo que não se diga, que se mostre, eles são, há uma teimosia! Grande!” (R1)

[...] Eu tinha os vizinhos sempre a dizerem que eu não iria conseguir nada.” (R1)

“as pessoas que têm uma mente mais aberta, de dentro, já estão de alguma maneira relacionadas com a Minga e com outros projectos que, que se relacionam com a Minga. E acho que, que não necessitam de ‘tar ligados por mais que um fio ou por mais que um ponto de ligação, mas acabam por se relacionar.” (R10)

“Montemor é um território muita complicado, principalmente a cidade, e em termos sociais, horrível. E de...é difícil realmente, as pessoas são muita fechadas [...] às vezes o desmistificar não chega só abrir a porta, e mostrar-lhes as coisas, há quem prefira não querer ver.” (R12)

Relativamente às atitudes de aproximação, perceciona-se que são despoletadas pela curiosidade inicial, o que permite dar a conhecer as pessoas, os projetos e da cooperativa (RT1, R29), e pelo suprimento de uma necessidade, nomeadamente a existência de uma mercearia no bairro e a possibilidade de escoar produtos (R29).

“no início, foi um bocado... haaaa... “deixa cá ver o que é que estes malucos estão aqui a fazer”, não é... Eee mas depois viram que, as pessoas viram “ah! Afinal... ah isto é uma loja, tipo mercearia e não sei quê”, começaram a perceber [...] às tantas começaram a perceber também que poderiam ter os produtos... à venda” (R29)

“as pessoas que gostam, e depois interessam-se e vão conhecer, vão conhecer não só o espaço mas também as pessoas que o integram” (R29)

“ali a cooperativa no sítio onde está, ali em frente à estação, veio dar, veio ser útil pras pessoas que residem ali perto, porque não há uma mercearia, não havia uma mercearia” (R29)

“eu fui lá por curiosidade, porque às vezes quando vejo esses rapazes novos a querer fazer alguma coisa, gosto de saber as ideias deles, muitas das vezes.” (RT1)

Desta forma os montemorenses acabam por colaborar na dinâmica da Minga, ainda que apenas na qualidade de consumidores (R29).

“acabam por ficar, acabam por, por, também colaborar de alguma forma, nem que seja como... consumidores” (R29)

É também percecionado que essa aproximação tem vindo a aumentar gradualmente, nomeadamente ao nível do bairro, pela proximidade e frequência de contacto em função da existência da loja, pois a desconfiança associada ao desconhecido acaba por ser dissipada (R10, R13, R15). Isto mostra a importância de criar espaços de contato que estimulem a interação entre montemorenses e novos residentes.

“primeiro era um bando de freaks que tinha vindo de fora, agora já começam a achar, a dar alguma credibilidade e a achar que... que pode sair qualquer coisa dali.” (R10)

“perceberam que... a diferença é, é exterior, não é interior, não... Acho que é mais por aí... Não havendo contacto ahh não, não não há azo a que as pessoas possam perceber e relacionar-se que afinal não são só um bando de freaks ou de, de pessoas diferentes, mas são pessoas que ‘tão a trabalhar p’ra construir algo diferente e melhor.” (R10)

“o exemplo mais ilustrativo disto foi o natal do ano passado, em que as vendas da loja dispararam e não fizemos uma preparação tão boa [...] E provou-se que as pessoas consideram, apareceram pessoas que normalmente não aparecem na loja, não eram os clientes locais.” (R10)

“No bairro onde estamos somos claramente uma opção, fora do bairro onde estamos começamos a ser cada vez mais” (R10)

“o facto da loja ‘tar aqui é logo... funciona super bem, pronto, e as pessoas do bairro gostam imenso da Minga, e gostam imenso do projeto. Na cidade, há muita gente, é o que eu te ‘tava a dizer, há muita gente que ainda não sabe o que é que é a Minga” (R13)

“no princípio tinham menos gente, depois começaram a ter mais, até pelos lucros diários” (R15)

Em todo o caso, é entendido que os montemorenses aceitam os novos residentes e visitantes ligados aos movimentos que têm chegado a MoN por via da dinâmica cultural e associativa e que se aproximam do universo da Minga (R3, R12, R29), o que não significa que se envolvam (R13).

“são pessoas ótimas, também de um modo geral, e até acolhedores, de certa maneira” (R3)

“Montemor é uma cidade que... que já é muito recetiva a, a estrangeiros, vá, a pessoas de fora [...] acho que é uma cidade que até recebe bem o pessoal de fora, o que não quer dizer que se envolva muito com o pessoal de fora, não é.” (R13)

“acho que não desaceitaram a Minga, acho que até foi bem aceite” (R15)

“de modo geral acho que houve uma aceitação, uma boa aceitação” (R29)

“aqui na nossa zona não há grandes problemas de integração, as pessoas não são assim capazes de rejeitar as pessoas [...] quem vier e vier por bem, que queira ‘tar e queira governar a vida dele não vejo grande problema, nunca vi aqui.” (RT1)

Para os entrevistados, a ligação às pessoas que estão envolvidas na Minga é representativa de relações positivas, seja no âmbito pessoal (R12, R29, RT2), profissional (R10) ou comunitário (R3, R15), pelo que se traduzem no fortalecimento da rede social destes entrevistados. De salientar que no âmbito comunitário, é referida sobretudo a identificação com os valores e princípios da Minga e a possibilidade de conviver com um conjunto de pessoas que permite o debate e a reflexão sobre temáticas que tinham menos espaço na comunidade.

“é uma relação de comunidade, sim. Faz-me... aconchegam-me. Tem mais pessoas com quem, pronto, posso, seja no Mercado, que seja haa na Loja, ou que seja em algumas Conversas, sim, é um grupo de pessoas que sei que são da Minga [...] com quem tenho uma... é fazer comunidade” (R3)

“Pá, é... uma, uma porta p’ra poder arranjar novos projetos de trabalho, em termos profissionais, claramente, e... pá tem ajudado a, em termos pessoais, a desenvolver e a dar alguma resiliência com a experiência que tenho nas áreas de gestão e de, e de visão económica e que tenho aplicado, quer na Minga quer nos projetos que estão dentro do universo da Minga.” (R10)

“trazem novas ideias e têm ideias como as minhas, digamos. Porque via-me aqui numa grande solidão, não é. E neste momento... não, ideologicamente não ‘tou tão só, tenho consciência que já não ‘tou tão só.” (R15)

“grupo de amigos meus” (R29)

“eu dou-me bem com eles todos, vamos p’os copos, mas copos é copos, trabalho é trabalho!” (RT2)

É também percecionado que os novos residentes que constituem o universo da Minga são pessoas jovens, proactivas (R1, R3), com outras experiências e conhecimentos (R3)1, R3, R12, R13, R15), o que pode suscitar uma dinâmica interessante no território, sobretudo se houver troca de saberes com a comunidade local e efetiva concretização de novos projetos com implicações no local.

“Na maioria das pessoas que eu conheço, acho que são todas pessoas... [...] gostam de participar e que querem participar. E gostam de se envolver. A maior parte, eu ‘tou a falar das pessoas que conheço, não é.” (R1)

“temos que ver que as pessoas que vêm cá são pessoas que normalmente têm projeto, sabem coisas, sabem o que querem fazer, e sabem... e depois vão ver se pode ser por aqui ou não. São pessoas proactivas. As pessoas de cá, como já têm as coisas, às vezes podem não ser tão...” (R3)

“São pessoas mais novas, recém-formadas, com, com um grau de escolaridade bastante elevado, mínimo licenciatura, muitos com mestrado e doutorados, [...] e tá

a voltar muitas vezes de da Europa, e de experiências no estrangeiro, querem voltar p'ra Portugal mas não querem ir p'ra lisboa. Isto é uma franja grande, de pessoas que estão a chegar novas assim, pessoal a querer ter os filhos cá, ou já tem filhos pequenitos ou, pronto, pessoas que vêm com a perspectiva de, de largar sem, digamos, de deixar aqui energia da vida. De investir” (R12)

“vêm cheios de gana, trazem vontades próprias, trazem conhecimentos técnicos especializados, e... E muita vontade p'ra aprender também. Acho eu, que é isso. É pessoal que vem ocupar ruínas ou tentar construir a própria casa... Haa sempre em óticas, normalmente, bio construção, e de respeito p'lo, p'lo ambiente e etc. Portanto, muito experimentalismo, naturalmente, quem anda à procura anda a experimentar e... e ya.” (R12)

“os elementos da Minga também tão enfiados em 10 mil projetos” (R13)

“como já conhecem outras coisas lá fora, não tão só num sítio, tão noutros países, vêm com outras ideias de lá que sejam boas pra cá e trazem também as ideias, integram-nas aqui, pronto.” (R15)

“vêm encostadas a um projeto, mas depois desenvolvem outros projetos” (R15)

Indicador 5.2. Interação entre a comunidade montemorense e a comunidade Minga

A Minga, apesar de iniciada por um grupo de pessoas exteriores ao território desenvolveu-se com a junção de montemorenses (R3), havendo desde o início uma preocupação em envolver a comunidade local na implementação da cooperativa (R3), nomeadamente através da auscultação junto de potenciais interessados e da organização do Fórum das Cooperativas.

“o pessoal da minga neste momento são pessoas, quer dizer, que são de Montemor e que viveram cá e pronto, e pessoas que vieram de fora. Eu tenho a sensação que é um misto.” (R3)

“eles chegaram com uma ideia, depois abriram para as pessoas do local darem as suas ahh sugestões e também poderem entrar a partir daí, a conjugação entre quem vinha de fora e quem, quem ‘tava aqui” (R3)

Nota-se que a Minga mantém a tentativa de promover a interação com a comunidade montemorense, o que é palpável através da loja e do mercado, entre outras iniciativas pontuais abertas à população (R3, R10, R15).

“a Minga também tem, tem feito um trabalho de, entre aspas, de tentar incluir-se no bairro onde está a Loja.” (R3)

“eles já estão no mercado, eu acho que isso também, o mercado, embora o mercado é só um nicho da população. [...] eles também têm aqueles momentos de conversa, embora eu ache que é mais ou menos sempre as mesmas pessoas. [...] Eles também já tentaram e ocupam às vezes o jardim da estação, pronto, assim a fazer algumas atividades por ali.” (R3)

“[...] também dinamizou algumas ações no mercado, além de uma sessão organizada à volta da moeda local” (R3)

“o facto de termos uma loja com a porta aberta, onde qualquer um pode entrar, facilita [a interação]” (R10)

“[no mercado] é só mesmo para manter ali a banca, para assegurar, para as pessoas também saberem que existe depois a cooperativa em si.” (R15)

Contudo, é entendido que esse esforço é insuficiente e que existe uma baixa interação entre as pessoas que constituem o universo da Minga e a população local, seja nas atividades organizadas (R3), seja nos espaços de convívio informal (T1).

“no Dia do Decrescimento, eu cheguei lá à atividade que era organizada pela Minga e eu não conhecia lá ninguém [risos] [...] Mas pronto, não há problema...! Porque depois as pessoas cumprimentam-se, mas era quase tudo pessoas novas!...” (R3)

“aqui nos cafés, onde eles apareciam mais era ali no café [...] ainda lá tive algumas vezes, eu com eles, mais um ou dois [...] eu ia lá, ia lá mais meia dúzia de rapazes [identifica], conviviam-se ali um bocadinho. [...] e aí, aí foi quando eu achei que eles tiveram mais abertura à população, e mais ligação com a população” (RT1)

Assim, embora alguns sócios considerem que a Minga tem um modelo organizacional aberto e flexível, conforme discutido anteriormente (indicador 2.1.), outros há que não vêm na sua prática o estímulo ao envolvimento comunitário, referindo inclusive segregação grupal (RT1, RT2), pelo insuficiente diálogo e convívio e pelos diferentes interesses, afastando-se por isso da generalidade da população.

“dialogar-se mais, conhecer, o principal do conhecer é o conviver, é o estar. Não convivendo, é um convívio fechado, porque assim não ‘tamos a conviver. No sentido por exemplo dos guetos, isto é, dos guetos, n’ó, o gueto é uma coisa em que as pessoas convivem muito, mas é naquele círculo fechado, precisamos de mais abertura! Mais conhecimento!” (RT1)

“Aquilo formam-se alguns grupos que têm interesses em determinada coisa, não é, e querem-se afastar do mundo. Mas a dada altura forma-se um grupinho aqui, outro grupinho aqui, outra comunidade aqui, e cada uma delas, vive, p’ra eles, de costas voltadas p’ra todos! [ênfase pausado] E aí, nunca se vive em comunidade. Ou nunca estamos próximos da comunidade! Porque nós, vivemos de uma forma diferente.” (RT2)

Indicador 5.3. Articulação entre a Minga e outros organismos locais

É percecionado que a Minga já faz parte do ecossistema de MoN e que contribui para o seu reforço, complementando-o, dado que veio facilitar a conexão entre pessoas, projetos e entidades locais, com diferentes focos, enquanto cooperativa integral/multisectorial (R3, R10, R12, R13).

“a Minga trouxe é, ligar essa parte da cultura também com a agricultura [...] fazer a ligação entre os vários pontos, eu acho que a Minga veio, veio preencher um espaço [...] nós agora temos uma, uma circulação [...] A minga traz uma coisa que permite as pessoas fazer a ligação com outros ramos também. Pelo facto de ser integral.” (R3)

“vem complementar já uma série de iniciativas [...] vem mesmo haaa complementar este, este leque de, de respostas que já temos, os projetos que já temos, mas ocupa um espaço diferente.” (R3)

“a Minga reforçou sem dúvida [...] São coisas que fazem com que um fique mais forte com o outro ao lado.” (R3)

“as pessoas precisam de outras coisas p’ra viver. Portanto, é um, é um complemento” (R10)

“é uma vertente que nós não temos mas [...] temos a afinidade que temos ao território, [...] no fundo o nosso foco também é muito centrado na, nas questões do património, do território, do, do, da qualidade de vida, padrões equilibrados e etc. Haaa eeee epá, e claro que a partir daí faz todo o sentido acolher um projecto em que as premissas são essas também, mais focadas p’ra agricultura, p’ra economia, pronto, p’ra outras áreas, p’ra saúde... Mas são coisas que interessam a todos no fundo, não’é.” (R12)

“Entendemos é que neste momento existe um ecossistema mais diverso, graças à Minga também, e então vamos, vamos tentar meter o ecossistema a trabalhar. Essa é que é a grande coisa. [...]as coisas cruzam-se tantas vezes que às vezes não nos damos conta, mas que são frutos dessa, dessa presença, ou dessa existência.” (R12)

“acho que é o parceiro mais... sei lá, mais robusto, p’ra isso também. Porque é multifacetado!” (R12)

“a Minga tem uma, parcerias com e trabalha com várias... vários projetos” (R13)

A Minga é assim percebida como uma entidade proactiva e dinâmica no território, havendo por isso interesse por parte dos organismos locais em articular com a mesma (R3, R10, R12).

“a Minga propõe, não é, e a Câmara, se puder... [...] acho que a Câmara tem todo o interesse em ter essa abertura” (R3)

“cada vez mais tem um papel mais ativo e é um player considerado pelo município e pelas outras entidades locais, quer públicas quer privadas.” (R10)

“[a Minga] tem apresentado um conjunto de soluções” (R10)

“a Minga apareceu como um dos primeiros potenciais parceiros, ou co... co-atores de... naquele espaço [refere-se à intervenção na Casa Branca].” (R12)

Relativamente à articulação com as entidades locais, é considerado que a Minga estabelece parcerias de acordo com as necessidades, princípios (R3, R10, R12) e recursos disponíveis (R10, R12), nomeadamente a disponibilidade e interesse dos sócios em responsabilizarem-se por determinada parceria (R12).

“não exclui ninguém, quer dizer, foca-se no problema. O problema é este, e temos um pensamento acerca de como se pode resolver esse problema [...] ... às vezes é pela necessidade, temos que ir, e às vezes não, por aí não vamos, pelos princípios. Por isso vai-se reagir pela necessidade e pelos princípios. [...]eu acho que se conjuga essas duas lógicas.” (R3)

“Aquilo que temos são projetos, e os projetos que achamos que são importantes p’o município vamos procurar apoio junto do município, assim como os projetos que

achamos que são importantes p'ra outras entidades, vamos procurar o apoio dentro dessas entidades, portanto como é uma questão caso a caso, vamos junto dentro daqueles que achamos que devem ser os parceiros naturais p'ra essas iniciativas, algumas avançam e têm pernas p'ra andar, outras vão avançando devagarinho e outras morrem à nascença, portanto, depende da energia que há disponível p'ra pôr nesses projetos” (R10)

“temos milhares de coisas pra fazer, tá a fazer, é uma questão de gestão de recursos, mais do que... sabes? Mais do que uma questão ideológica é mesmo uma questão de gestão de recursos, não dá p'ra tudo, e a certa altura tens que fazer uma opção, e olhas p'ra um projeto e pensas: este projeto ‘tá a ter impacto? [...] também é muito uma questão de tempo [...] p’a Minga ‘tar representada alguém dentro da Minga tem que se comprometer com isso” (R12)

“P’a haver uma parceria tem que haver alguém dentro da Minga que se queira responsabilizar por essa parceria. [...] A parceria com a Casa Branca existiu porque houve três pessoas dentro da Minga que quiseram avançar com isso. E se essas três pessoas não tivessem disponibilidade não haveria a parceria.” (R13)

Ao fazer parte do ecossistema associativo local, a Minga contribui também para uma maior atratividade territorial (ver tabela A1.8) o que conduz a novas dinâmicas (R15), pela interação natural das rotinas diárias entre montemorenses e pessoas provenientes de outros contextos e com outras vivências, mas também pelos projetos que são dinamizados por essas pessoas, o que favorece o enriquecimento do tecido social e a constituição de novas relações sociais (tabela A5.2), pois embora a Minga enquanto entidade possa não estar representada em determinado projeto ou parceria comunitária, existem vários elementos pertencentes a esta estrutura que participam noutras associações e/ou projetos.

“Montemor, segundo eles, tá muito em movimento, mais que se calhar já Évora e outras zonas do país. Porque... é engraçado, tem gente do Norte e tem gente do estrangeiro” (R15)

Dimensão 6: Sustentabilidade social

Indicador 6.1. Estabelecimento de redes sociais

Percebe-se que a Minga tem capacidade para promover o estabelecimento de redes de larga distância e de criar um fluxo entre essas e a comunidade local (tabela A6.1). As primeiras são facilitadas pela projeção da Minga na comunicação social (órgãos locais, nacionais e internacionais) e pela organização/participação em atividades locais e noutros pontos do país, o que fomenta a criação de laços com pessoas e projetos de diferentes geografias que têm princípios e interesses em comum com a Minga. Por outro lado, a atratividade territorial do ecossistema associativo e cultural de MoN, do qual a Minga faz parte, incita ao cruzamento dessas redes com os organismos e

população local, estimulando assim o contacto entre diferentes pessoas e realidades o que pode levar ao surgimento de novas ideias e assim exponenciar as redes entretanto estabelecidas.

Quanto às redes de proximidade, i.e locais, e como já analisado até aqui, essas parecem ser estabelecidas entre um grupo de pessoas que além de partilharem os princípios (identificação com a visão, modelo e estratégia organizacional) também têm necessidades não satisfeitas (comercialização de produtos e serviços; acesso a produtos locais e éticos do ponto de vista social e ambiental), ou seja, as redes internas são estendidas às pessoas que vêm utilidade na Minga, seja pela possibilidade de discussão coletiva acerca de temáticas de interesse comum seja pela resolução das necessidades, levando a que participem e cooperem com a Minga, na qualidade de SE ou SC. Além dessa rede de sócios, a Cooperativa conseguiu também integrar-se na rede institucional local e constituir-se como parceiro para o desenvolvimento de atividades e projetos, validando assim o seu contributo para o DL de MoN, que se diferencia dos restantes pelo facto de ser uma cooperativa integral/multissectorial, o que fomenta a articulação com entidades de diferentes espectros socioeconómicos. No entanto, percebe-se também que as redes de proximidade que têm vindo a ser construídas são limitadas pela baixa interação entre a comunidade Minga e a comunidade montemorense, pois à exceção de alguns eventos pontuais essa interação cinge-se ao espaço do mercado e à loja, e pelas fragilidades de planeamento e coordenação, no que respeita à secção agrícola.

Dimensão 7: Sustentabilidade económica

Indicador 7.1. Mobilização/acesso a recursos

Evidencia-se que os pequenos negócios são estimulados pela Minga, face aos resultados no campo da precariedade laboral, já que possibilitou a segurança laboral a 10 pessoas e o aumento do poder económico, ainda que este não seja significativo de igual forma para todos, dependendo da faturação individual conseguida através da loja. Além disso, a economia local é também promovida pelo suporte à diversificação laboral e empreendedorismo local, já que a Minga proporciona ferramentas institucionais e espaço para a experimentação de oferta produtos e serviços.

A estrutura possibilitou assim uma maior capacitação aos seus associados, bem como uma maior transparência financeira contribuindo assim para a economia local.

“conjunto de pessoas que exercem a sua atividade, ou uma atividade concreta e que se resolvem associar e trazer da economia paralela p’ra economia real, p’ra que conta, que paga impostos, e etc.” (R10)

“revelou ser uma cooperativa de trabalho [...] e que possa... pronto, manter viva uma pequena economia que é, que é vital” (R12)

Indicador 7.2. Valorização de recursos endógenos

Entende-se que a Minga contribui para a valorização dos recursos endógenos, não só materiais mas também humanos e culturais, pois promove o trabalho dos produtores e incita à utilização de produtos locais, seja por via dos hortícolas seja ao nível de produtos transformados e artesanais, estimulando assim o consumo local e a recuperação de artes e conhecimentos tradicionais (RT1, RT2).

“Fazem um bocadinho de artesanato também, fazem isso. Tinha ali um que fazia os talegos, pessoas que encomendavam, uns p’ra meter o telemóvel, outros p’ra pôr o dinheiro (...) aquilo era engraçado, pronto, era à antiga” (RT1)

“p’ra dizer que dada a altura já tens confiança naquilo que comes, e a comunidade local tinha, e tem! A mesma confiança. Chegam lá perguntam se é meu. [...] às vezes eu vou à loja, despacho aquilo num instante e vendo muitíssimo! [ênfase] Porque depois tenho conhecimentos também [...] [que] gosto de partilhar” (RT2)

Essa projeção é trespassada pela visão e valores difundidos pela Minga e demonstrada pelos produtos expostos na loja e em feiras noutros pontos do país, divulgando assim produtos e produtores locais, e logo o próprio território.

“sobretudo este grupo que vem de fora através dos que já cá estão, acho que quase sempre vão à Minga porque eles levam-nos lá. Dizem logo “olha ‘tá ali a Minga, é uma lojinha dos nossos produtos locais, biológicos, nan nan nan e vão ali porque ali é melhor” pronto, e as pessoas vão.” (R15)

Dimensão 8: Sustentabilidade ambiental

Indicador 8.1. Mudança nos padrões cognitivos

É considerado que a Minga contribui para reforçar a consciência crítica acerca dos problemas que dizem respeito à sociedade, dentro do enquadramento da sua visão, princípios e campo de ação, contudo isso não significa que consigam de facto mudar perceções (tabela A8.1), inclusive porque os entrevistados (R3, R10, R15, R29, RT1) afirmam que já antes da Minga existir haviam ganho consciência de que é necessário viver de forma mais sustentável.

“para mim começou mais com a crise em 2008, comecei ali a pensar mais [...] vem antes da Minga, é uma consciência individual de que os meus comportamentos estão a prejudicar muitas coisas e tenho que trocar, tenho que mudar qualquer coisinha” (R3)

“eu acho que essa transição já a tinha feito, os valores já, já tinham mudado.” (R10)

“o grupo do mercado, elas começaram-me a falar nisso, que eu nem percebia bem o que era” (R15)

“17, 18 anos quando comecei a ver que... a mercearia da minha rua já tinha fechado [...]” (R29)

“já era essa. A minha forma de estar e de pensar é essa, deles.” (RT1)

É também entendido que a Minga consegue reforçar a consciência crítica não só através dos debates e outros eventos de sensibilização e formação que decorrem na sua sede (R1), mas também por ter um espaço de comercialização aberto ao público (R3, R10, R15) e pela dinamização de atividades desenvolvidas em espaços comunitários (R3).

“tem sido muito importante nesse aspeto. Primeiro, no aspeto formativo. Eu tive algumas Conversas com, e houve, houve workshops, houve formações, de horta biológica” (R1)

“A Minga, tendo uma casa aberta, tendo atividade, tem produtores, tem, é capaz de ter conseguido mais... pessoas a pensar sobre esses assuntos.” (R3)

“pela suas iniciativas, se calhar consegue apanhar novas pessoas, por exemplo agora, se calhar agora a participação na Casa Branca” (R3)

“o facto de termos uma loja aberta e de termos entrado e continuado a crescer na mentalidade das pessoas que somos uma opção diferente” (R10)

“uma loja que alerta p’ro biológico, e essas coisas assim, e antes não havia nada disso” (R15)

“quando lá estava parava muita gente ali à porta, até umas do trabalho, não sei quê, iam lá, entravam, ali as vizinhas e tudo p’ra ir buscar um produto, “ai que faz falta o pão ou não tenho lá isto ou aquilo”, iam lá num instante, e pessoas que nunca tinham entrado numa cooperativa bio ou nessa coisa assim” (R15)

Desta forma, revela-se uma vez mais a importância de promover iniciativas noutros espaços para além daqueles em que a cooperativa se move habitualmente, se objetivar alargar a sua mensagem a mais pessoas, uma vez que é compreendido que existe potencial para tal (R15).

“E acho que a Minga tem, tem capacidade e força para fazer... pronto, para fazer... para mostrar a diferença não é, a diferença de formas de estar, a diferença de formas de convivência das pessoas e...” (R29)

De outro modo o seu campo de ação fica limitado àqueles que já são próximos da Minga e que já estão de alguma forma sensibilizados à necessidade de mudar comportamentos em prol de uma vida mais sustentável.

Indicador 8.2. Mudança nos padrões comportamentais

É percecionado que é mais fácil consciencializar acerca de estilos de vida mais sustentáveis do que alterar comportamentos nesse sentido (R10, R13).

“Não passei a comer vegetariano, não deixei de fumar, não deixei de beber álcool, não mudei muito mais, não passei a fazer desporto, não mudei assim muito mais na, na minha vida [...]” (R10)

“acho que já há bué consciência, agora na prática... tipo, até que ponto as pessoas mudam os seus comportamentos e os seus hábitos de consumo, p’ra irem de acordo com estes princípios, é que eu tenho as minhas dúvidas” (R13)

“as pessoas vêm cenouras fora do formato normal do supermercado embirram e se calhar não compram” (R13)

Contudo, parece existir um caminho que está a ser feito no sentido de alterar padrões comportamentais e que a Minga contribui para a construção do mesmo, pois entende-se que facilita a mudança de comportamentos para modelos de produção e consumo mais conscientes, ao proporcionar um espaço de acesso a produtos locais e/ou que advêm de práticas ecologicamente responsáveis e socialmente justas; pela possibilidade de oferecer um espaço de venda aos produtores locais, que pode levar à aproximação da sua rede social local de novos modelos de consumo, face a laços de solidariedade existentes; e pela demonstração da qualidade dos produtos, o que eleva os laços de confiança entre o consumidor e o produtor e entre o consumidor e a cooperativa, estimulando também dessa forma a aproximação da comunidade local à Minga (tabela A8.2).

Síntese interpretativa

A Minga justifica facilmente o seu enquadramento neste trabalho como IIS, na medida em que abarca vários fatores presentes na literatura sobre esta temática, nomeadamente vinculados à abordagem territorial. Pois é uma resposta nova com um modelo organizacional único no território, cuja estratégia de funcionamento favorece a maior colaboração entre diferentes públicos e organismos, potenciando assim o surgimento de novas ideias e práticas pelo encontro de diferentes interesses e competências. A cooperativa surgiu também para responder a problemas e necessidades não satisfeitas, as quais estavam inicialmente centradas no grupo fundador e depois se moveram para o território onde esse grupo veio a sediar a Minga. Além do modelo de funcionamento e do propósito que caracterizam a Minga como IIS, verifica-se que a entidade é promotora de IS por favorecer, ainda que de forma limitada, a interligação entre novos residentes e montemorenses, possibilitando desta forma a construção de novas relações sociais, estimuladas também pela ideia de sociedade que a Minga defende, vinculada aos princípios da economia solidária e do decrescimento, e os quais procura transpor através do trabalho desenvolvido pelos sócios que, por se tratarem muitas vezes de projetos temporários, obrigam à necessidade de criar novas ideias e respostas que potenciam a IS. Por fim, percebe-se também que estes fatores de IS estão intrinsecamente ligados às

características dos sócios que maioritariamente constituem a Minga, os quais são pessoas jovens, proactivas, com habilitações literárias superiores e diferentes experiências de vida.

É também percebido que a implementação da Minga em MoN se relacionou com fatores de contexto favoráveis, fundamentalmente a receção positiva da autarquia, o suporte de uma rede associativa muito voltada para a dinamização cultural, e a proximidade geográfica à AML, de onde vários associados são naturais, coadjuvada pelas boas acessibilidades. Para além dos fatores de contexto, foi também importante para o desenvolvimento da Minga o financiamento externo inicial e as condições de suporte oferecidas pelo grupo fundador aos recém-chegados a MoN, nomeadamente através de um espaço habitacional de transição.

Fundamentalmente, a Minga resulta da cooperação estabelecida entre um grupo de jovens, que se uniram inicialmente através de redes de grande distância por meios tecnológicos, para resolver um problema comum, nomeadamente a sua emigração no período pós-crise 2008 e a vontade de regressar a Portugal. Além desse problema, um outro fator que levou à sua colaboração e mobilização foi a partilha de valores em torno de um modo de vida mais sustentável e convivial. Este problema foi resolvido, na medida em que o grupo inicial conseguiu de facto regressar a Portugal e obter um meio de aí se manter, através dos projetos desenvolvidos, que deram corpo à Cooperativa Integral Minga, a qual se mantém ativa desde há quase 5 anos.

Resolvido o problema de primeira linha, que está na génese da vinda destes jovens para MoN, junta-se um outro, que se relaciona com a justificação da sua presença no território, e que por isso se prende com a resolução de problemas e necessidades aí identificadas. Estas foram percebidas pelo grupo fundador da Minga quando já se encontravam em MoN, através dos contactos que começaram a estabelecer com a comunidade local. Daí, a Minga direcionou a sua ação para a dificuldade no acesso à habitação, precariedade laboral e baixos rendimentos, problemas que dizem respeito a velhos e novos residentes, e que foram evidenciados na análise territorial (capítulo 4) e verbalizados nas entrevistas, demonstrando assim a existência de consciência socio territorial por parte do grupo fundador e dos sócios entrevistados.

É percebido pelos sócios que a Minga possibilitou (i) resolver algumas situações de precariedade laboral, o que é demonstrado pela contratação de 10 pessoas, e minimizar outras ao viabilizar um rendimento extraordinário, contribuindo assim para o aumento do poder económico dos sócios; (ii) aumentar a transparência financeira, ao trazer para a economia real situações alojadas na economia paralela; (iii) apoiar a versatilidade laboral e o empreendedorismo local por oferecer um espaço de experimentação ao desenvolvimento e comercialização de produtos; (iv) promover os produtores e produtos locais defendendo práticas de produção ecologicamente responsáveis e socialmente justa; (v) criar um espaço de debate e reflexão na comunidade em torno de modelos de

produção e consumo voltados para a sustentabilidade ambiental, social e económica; e (vi) enriquecer o tecido social, pela promoção da sociabilização e contributo para uma maior atratividade e dinamização territorial.

Contudo, os resultados até aqui conseguidos pela Minga, no âmbito da secção de habitação e construção e da secção agrícola revelam-se pouco consistentes. Verificou-se que os relatos dos SC vinculados à secção agrícola são coerentes quanto à insuficiente capacidade de escoamento da produção, por parte da organização, enquanto que os relatos de dois dos SE entrevistados apontam que o problema se coloca na baixa produção, parecendo existir assim pouco diálogo entre as partes para uma melhor organização e gestão desta secção. Como resultado, muitos produtores optam por não produzir, face à incerteza de escoamento, e a direção da Minga opta por obter os produtos necessários fora do concelho, mantendo-se assim o problema dos pequenos produtores agrícolas no território. Percebeu-se assim que os constrangimentos identificados na secção agrícola relacionam-se sobretudo com as fragilidades da Minga no planeamento e coordenação da secção, e com um baixo nível de responsabilização e empatia pelos problemas dos pequenos produtores agrícolas, aumentando por consequência os níveis de desconfiança destes em relação às mais-valias da organização coletiva e provocando o seu afastamento e não participação ou cooperação na resolução dos problemas comuns.

De facto, parece existir uma tendência para diferentes perceções entre SE e SC, sendo que os primeiros demonstram um entendimento e vivências positivas e os segundos negativas, o que se reflete numa ação mais participativa e colaborativa por parte dos primeiros. Isto é ilustrado, por exemplo, nas tomadas de decisão, em que os SE referem tratar-se de um processo democrático e partilhado entre todos, enquanto que os SC parecem sentir que não têm uma voz ativa, existindo inclusive a perceção de que são desvalorizados. Uns e outros revelam também diferentes níveis de confiança no grupo e na organização, pois os SE revelam acreditar na capacidade de cada um e na união de grupo através da partilha de princípios, o que permite gerir projetos com autonomia e distribuir tarefas com base no voluntariado, alimentando assim relações de entreaajuda, solidariedade e reciprocidade, com efeitos positivos no trabalho individual e coletivo; enquanto que os SC revelam um elevado nível de desconfiança no setor cooperativo, na Minga e mesmo entre pares, os quais são exacerbados pelas experiências negativas na secção agrícola, relacionadas com as fragilidades no planeamento e coordenação e com o baixo nível de responsabilização e empatia, o que por sua vez gera conflitos e despromove o diálogo.

Por conseguinte, a Minga parece só conseguir aumentar a capacitação dos sócios que perspetivam a integração na cooperativa como positiva e que conseguem extrair dela resultados

concretos fazendo uso das ferramentas que disponibiliza, não só de um ponto de vista prático e burocrático mas também relacional.

No entanto, percebe-se também que a participação dos SC pode ser fortalecida através de uma coordenação que se revele mais responsável, empática e democrática de modo a inverter a desconfiança e afastamento desses sócios e a trazê-los para o espaço de discussão coletiva, de forma a que estes sintam que representam contributos válidos para a resolução de problemas comuns, fomentando também assim o seu sentido de compromisso. Da mesma forma, observa-se que existe potencial para estimular a participação da comunidade montemorense nas dinâmicas da Minga por meio de modelos de comunicação diferenciados e focalizados e da dinamização de atividades em espaços públicos, que sejam frequentados pela generalidade dos montemorenses, fomentando assim a interação entre novos residentes e montemorenses de forma a diminuir os níveis de desconfiança.

Logo, entende-se que a Minga poderia ter um maior impacte na criação/transformação das relações sociais na comunidade local, embora as características associadas ao núcleo de pessoas que constituem a Minga provoque naturalmente novas dinâmicas territoriais, tal como o seu modelo organizacional, pois enquanto cooperativa integral veio estimular a conexão entre pessoas, projetos e entidades que anteriormente não tinham um espaço de convergência. Por conseguinte, a cooperativa veio reforçar, diversificar e complementar o ecossistema de MoN, contribuindo também para a atratividade e dinamização territorial.

Constata-se assim que a Minga possibilitou o enriquecimento do tecido social, tanto pela constituição de redes de proximidade como de larga distância. As primeiras entrelaçadas pela possibilidade de satisfazer necessidades/resolver problemas, sejam este de origem material ou relacional/social, enquanto que as redes de larga distância são fomentadas pela projeção da Minga, e logo do território, através de mecanismos de comunicação social e das atividades em que participa/organiza. Mas ambas são fundamentadas pela partilha de princípios e valores, e podem ser exponenciadas através dos fluxos que se criam entre umas e outras, o que potencia o contacto entre diferentes pessoas e realidades, e logo a troca de saberes e a aprendizagem coletiva, gerando resultados concretos como é o caso da replicação do modelo organizacional da Minga noutros pontos do país, e contribuindo para que a comunidade montemorense se torne mais aberta face ao que é diferente e/ou desconhecido.

Percebeu-se ainda que a Minga estimula a microeconomia montemorense através da promoção do autoemprego e da valorização dos recursos endógenos, tanto materiais, humanos como culturais, estimulando assim o seu consumo local e a sua projeção para além de MoN, face à divulgação que é feita em feiras e noutros contextos. Por esta via e face aos princípios e atividades

que promove, a Minga facilita também a mudança de comportamentos para um estilo de vida mais sustentável e reforça a consciência crítica quanto à necessidade de adotar atitudes mais responsáveis do ponto de vista social e ambiental, o que não significa que consiga alterar padrões cognitivos nessa direção, pois aqueles que se aproximam da cooperativa por norma já estão sensibilizados para essa realidade.

Assim, pelo aqui explanado, compreende-se que a Minga contribui para o DLS de MoN, de um ponto de vista social, económico e ambiental. E que, embora que o seu impacte seja baixo e focalizado, já que abrange sobretudo grupos específicos, é também percecionado como positivo e transformador, existindo a crença generalizada de que a Minga tem potencial para aumentar o seu contributo através de um maior envolvimento comunitário.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS

A realização deste trabalho permitiu compreender que a IS, sobretudo na perspectiva da abordagem territorial, pode ser considerada uma ferramenta para alcançar o DLS, por agir no sentido de resolver problemas e/ou necessidades locais, de forma efetiva e criativa, com a finalidade de alcançar um maior bem-estar coletivo e uma maior resiliência territorial através de processos participativos, colaborativos e emancipatórios protagonizados pela sociedade civil e fazendo uso dos recursos endógenos, pressupostos em que assenta também o DLS.

A revisão bibliográfica sobre o tema permitiu estabelecer dimensões de análise que facilmente podem relacionar a IS com o DLS, nomeadamente: i) resolução/minimização de problemas e satisfação/minimização de necessidades; ii) participação; iii) cooperação; iv) capacitação; v) criação/transformação das relações sociais; v) e sustentabilidade social, económica e ambiental.

Através do estudo de caso, foi possível analisar de que forma a organização em estudo promove e/ou constrange essas dimensões e logo o desenvolvimento sustentável do território onde intervém.

Atendendo que a Minga opera no setor da habitação, trabalho e rendimento, focando sobretudo o campo socioeconómico e em particular as relações de produção e consumo, verificou-se que possibilitou resolver algumas situações de precariedade laboral e minimizar a precariedade económica dos seus sócios, visto que viabilizou a contratação de 10 pessoas e o acesso a uma fonte de rendimento secundária, pelas ferramentas que disponibiliza (sistema de faturação, partilha de recursos, espaço para comercialização, etc.). De resto, embora os resultados nas diferentes secções surjam como pouco palpáveis, tornou-se evidente que o impacto da Minga vai para além desses, o que se relaciona com o seu posicionamento cívico.

De modo geral, observou-se que a Minga permitiu melhorar as condições de vida de alguns indivíduos, criar/reforçar redes de sociabilidade, apoiar o empreendedorismo local, reduzir a economia paralela, fomentar práticas de produção e consumo sustentáveis, e promover a valorização dos produtos endógenos, sejam estes materiais, humanos ou culturais, contribuindo assim para a sustentabilidade social e económica de MoN. Por conseguinte, esses estímulos, em conjunto com os espaços de debate e atividades de reflexão que desenvolve, reforçam a consciência socio-territorial e ambiental das pessoas que se aproximam da organização e facilitam a alteração de padrões comportamentais em prol de um estilo de vida mais responsável do ponto de vista social e ecológico, coadjuvados pela disponibilização de um espaço que idealmente oferece produtos locais, sazonais e produzidos de forma mais sustentável, favorecendo por sua vez a sustentabilidade ambiental.

Relativamente aos processos de participação e cooperação, parece existir uma tendência para que SE e SC tenham comportamentos e entendimentos divergentes quanto aos mesmos, o que está relacionado com os maiores níveis de confiança dos primeiros na organização e no grupo e com as experiências negativas vivenciadas na Minga por parte dos segundos, o que fez com que a desconfiança dos SC aumentasse ao invés de diminuir. Consequentemente, a Minga parece só conseguir aumentar a capacitação dos sócios que mais participam e cooperam na organização, os quais conseguem usufruir das ferramentas disponibilizadas, seja do ponto de vista prático e burocrático seja do ponto de vista relacional.

Apesar da criação e transformação de relações sociais ser limitada pelo baixo envolvimento verificado entre os novos residentes e a comunidade montemorense, compreende-se que a Minga estimula novas relações sociais, pois o seu espaço é aberto a toda a população local, o que possibilita que pessoas com diferentes características, conhecimentos e experiências interajam, potenciando assim o surgimento de novas ideias e iniciativas. Ao nível das redes de proximidade é também importante referir que a influencia da Minga não se restringe aos sócios na sua individualidade mas também ao seu potencial para interligar as organizações locais, dado que a cooperativa é atualmente reconhecida como parte integrante do ecossistema em MoN, onde tem um papel diferenciado pelo seu modelo de funcionamento, que permite uma flexibilidade intersectorial capaz de estimular a articulação entre organismos que operam em diferentes áreas, favorecendo assim a criação de novas respostas, como é o caso da Cooperativa de Habitação Económica e Ecológica, projeto que perspetiva solucionar/minimizar o problema de acesso à habitação em MoN, ou da intervenção comunitária na localidade da Casa Branca, que se revela tanto mais importante quando se constata que não existe capacidade de iniciativa por parte da população local, sendo necessário estímulos externos que possam enaltecer a identidade socio-territorial e a capacitação grupal. Por outro lado, a ação socialmente inovadora da Minga, enquanto cooperativa integral e multisectorial voltada para os princípios da economia solidária, decrescimento e sustentabilidade, conduz a uma projeção nacional e mesmo internacional da cooperativa, e logo do território, que contribui para a atratividade territorial e para o estabelecimento de redes de grande distância em diversos pontos do país, pela e para partilha de reflexões e experiências, tendo levado inclusive à replicação do modelo de funcionamento da Minga, o que demonstra que a IS leva à criação e transformação de relações sociais mas que estas também são promotoras de IS.

Face ao explanado, considera-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados, e que foi possível responder à questão de investigação colocada, pois confirmou-se que a IS, a partir de organizações da sociedade civil, promove o DLS de territórios de baixa densidade, dado que contribui

para a dinamização, projeção e atratividade territorial, o que é vital em contextos marcados pelo progressivo despovoamento, com todas as perdas que isso significa.

Embora seja considerado que a Minga tem um impacto positivo e transformador, este é também entendido como baixo e focalizado, pois ainda que possa provocar efeitos secundários na comunidade através dos fluxos entre as redes de sociabilidade de grande distância e de proximidade, abrange sobretudo grupos específicos.

Assim, entende-se que estudos futuros sobre o alargamento desse impacto seriam úteis para perceber de que forma as IIS podem potenciar a sua ação nos territórios de baixa densidade. Através deste trabalho, percebeu-se que a promoção da interação é uma pista consistente para seguir esse caminho, dado que se constatou que os níveis de desconfiança de uma comunidade mais conservadora podem ser amenizados através de atitudes empáticas que valorizem os espaços desintegrados e as pessoas tradicionalmente arredadas de processos decisórios e de um maior contacto com a diferença e com o desconhecido, aumentando assim a plasticidade e tolerância de indivíduos/grupos e os níveis de participação e colaboração, os quais devem ser estimulados primeiramente em espaços comunitários, ou seja, familiares e comuns à generalidade da população a quem é dirigida a mensagem; sem essa interação, as IIS correm o risco de ficar confinadas a “nichos”, o que limita a sua ação/projeção na comunidade.

Um outro tema que também carece de maior debate são os fatores que se encontram a montante das IIS, dado que estas parecem surgir não só da necessidade de resolver problemas ou minimizar necessidades mas também dos fatores de contexto favoráveis à sua implementação, neste estudo de caso relacionados sobretudo com a recetividade da autarquia e com o dinamismo associativo e cultural que já existia em MoN e que serviram de suporte à Minga. A questão que se coloca, e que merece ser explorada futuramente, é como chegar a estes fatores favoráveis em territórios de baixa densidade, despovoados, sobretudo de indivíduos com níveis de qualificação mais elevados, serviços e outros recursos materiais e financeiros.

Por último, importa referir as limitações encontradas ao longo deste estudo, relacionadas com as opções metodológicas, nomeadamente com a seleção e quantidade dos sujeitos participantes nas entrevistas.

Assume-se e defende-se que essa escolha teve como critério identificar posições contrárias e semelhantes, de acordo a tipologia de sócios (efetivos vs. colaboradores). Desta forma, reconhece-se que foi desvalorizado o critério que diz respeito ao ramo cooperativo, escolha que se justifica pelo limite de tempo para realização de mais entrevistas e por se ter constatado, já no decorrer do trabalho de campo, que a discrepância de distribuição de sócios pelos quatro ramos da cooperativa, em termos oficiais, se prende com questões burocráticas (custos) e não práticas (o mesmo indivíduo

pode estar vinculado a mais do que um ramo ou estar inscrito num ramo e ser ativo noutro), sendo que no caso dos SC estes estão maioritariamente ligados à secção agrícola. Assim, optou-se por dar maior relevo aos sujeitos que estão mais próximos desta secção, por se perceber nos primeiros contactos (aplicação de inquérito por questionário) que existia algum descontentamento por parte dos SC relativamente à secção agrícola; por ser a secção que à partida exige uma maior coordenação e sentido de coletividade, tornando-se, portanto, mais ajustado ao nosso referencial teórico, e por se constatar que é um sector produtivo tradicional em MoN, no qual se continua a centrar a estratégia de desenvolvimento concelhia.

Uma outra condicionante prendeu-se com a questão do respeito pelo sigilo dos dados e anonimato dos entrevistados que se encontravam na categoria de SE, uma vez que a organização solicitou, já no decorrer das entrevistas, a cedência das mesmas para que pudessem ficar disponíveis na sua base de dados e assim virem a ser disponibilizadas a outros investigadores. Por uma questão ética e na tentativa de não comprometer os dados recolhidos com as entrevistas, essa cedência direta à organização foi negada, assim como a identificação dos entrevistados. Assim, a direção optou por fazer esse pedido diretamente a todos os SE, tendo sido entrevistados dois elementos que fazem parte da direção e dessa mesma decisão, pelo que no momento em que decorreu a entrevista a estes, os mesmos já haviam optado pela sua cedência, o que pode ter comprometido o seu discurso. Por esse motivo, optou-se por não realizar mais nenhuma entrevista aos SE, para além das três já agendadas e/ou realizadas, tendo em conta a atmosfera de desconfiança gerada, o que limitou o maior número de entrevistados nesta categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostini, M. R., Vieira, L. M., Tondolo, R.R.P., & Tondolo, V.A.G. (2017). Uma visão geral sobre a pesquisa em inovação social: guia para estudos futuros. *Brazilian Business Review*, 14, (4), 385-402. doi:: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2017.14.4.2>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-23862017000400385&script=sci_abstract&tlng=pt
- Almeida, C. D. & Almeida, H. N. (janeiro, 2018). Governança: virtualidades e fragilidades na implementação de políticas públicas. *European Journal of Social Sciences Studies*, V. 2, Issue 11, 108-124. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/324496638_GOVERNANCA_VIRTUALIDADES_E_FRAGILIDADES_NA_IMPLEMENTACAO_DE_POLITICAS_PUBLICAS_GOVERNANCE_VIRTUALITIES_AND_WEAKNESSES_IN_THE_IMPLEMENTATION_OF_PUBLIC_POLICIES
- Amaro, R. R. (2009). Desenvolvimento Local. In A. D. Cattani, J. Laville, L. I. Grager, & P. Hespanha (Eds), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp 108-113). Disponível em <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- Andion, C. (setembro/outubro, 2003). Análise de redes e desenvolvimento local sustentável, *Revista de Administração Pública*, 37, (5), 1033-1054. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512>
- Andion, C., Ranconi, L., Morales, R. L., Gonsalves, A. K. R., & Serafim, L. B. D. (2017). Sociedade Civil na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51, (3), 369-387. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rp/article/view/65594/63368>
- André, I. & Rego, P. (2003). Redes y desarrollo local: la importância del capital social y de la innovación, *Boletín de la A. G. E.*, N.º 36, p. 117-127. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/765887.pdf>
- André, I. & Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI, (81), 121-141. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>
- André, I., Henriques, E. B., & Malheiros, J. (2009). Inclusive places, arts and socially creative milieux. In D, MacCallum, F. Moulaert, J. Hillier, & S. V. Haddock (Eds), *Social innovation and territorial development* (pp. 149-164). Inglaterra e E.U.A.: Ashgate Publishing Limited
- Arroz, E. (2014). Mercado global, Ação Local e Economia Social in Rui Namorado (Coordenador) *Economia Social em Ação*, Coimbra: Almedina

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70; (obra originalmente publicada em 1977)
- Bignetti, L. P. (janeiro/abril, 2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47, (1), 3-14. Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040
- Bittencourt, B. L. (2014). *Políticas de Desenvolvimento Sustentável e o Terceiro Setor: Estudo de Caso na Região de Aveiro*. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal
- Bittencourt, B. L. & Ranconi, L. F. (2016), Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. *Revista de Administração Pública*, 50, (5), 795-818. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n5/0034-7612-rap-50-05-00795.pdf>
- Bodnar, Z., Freitas, V. P., & Silva, K. C. (julho/dezembro, 2016). A epistemologia interdisciplinar da sustentabilidade: por uma ecologia integral para a sustentação da casa comum. *Revista Brasileira de Direito*, 12, (2), 59-70. Disponível em <https://seer.imes.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1558>
- Brundtland, G. H. (1987). *Our Common Future, Report of the World Commission on Environment and Development*. Disponível em <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>
- Buarque, S.C. (1999). Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (novembro, 2015). *Relatório Intermédio: Enquadramento geoestratégico, cenários de desenvolvimento e desafios estratégicos*. Disponível em <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-investir/vestrategica/PublishingImages/Paginas/Carta-Estrat%C3%A9gica-de-Desenvolvimento-2025/Enquadramento%20Geoestrat%C3%A9gico,%20Cen%C3%A1rios%20de%20Desenvolvimento%20e%20Desafios%20Estrat%C3%A9gicos.pdf>
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (junho, 2016). *Modelo de Intervenção Estratégica de Montemor-o-Novo 2025*. Disponível em <https://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-noticias/PublishingImages/Paginas/Carta-Estrat%C3%A9gica-de-Desenvolvimento-2025/Modelo%20de%20Interven%C3%A7%C3%A3o%20Estrat%C3%A9gica%20Montemor-o-Novo%202025.pdf>

- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (2019). *Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Novo 2019*. Disponível em <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/asocial/Paginas/Rede-Social.aspx>
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (2019). Orçamento Municipal e documentos previsionais 2020. Disponível em <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-municipio/amunicipal/PublishingImages/Paginas/Or%C3%A7amento-e-Grandes-Op%C3%A7%C3%B5es-do-Plano/Orc%C3%A7amento%20Municipal%202020%20-%20Anexos.pdf>
- Carmo, R. M. (2014). *Sociologia dos Territórios: Teorias, Estruturas e Deambulações*. Lisboa: CIES, ISCTE-IUL. Editora Mundos Social. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/283350656_Sociologia_dos_Territorios_Teorias_Estruturas_e_Deambulacoes_Lisboa_Mundos_Sociais
- Cechin, A. (2012). Georgescu-roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?. In Léna, P. e Nascimento, E. P. (Eds), *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Institut de recherche pour le développement. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda
- Coimbra Ribeiro, A., Andion, C., & Burigo, F. (janeiro/fevereiro, 2015). Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. *Revista de Administração Pública*. 49, (1), 119-140. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00119.pdf>
- Conti, D. T., Pauli, M. K., Santos, P. E. (2012). Redes de cooperação para o Desenvolvimento Endógeno. Disponível em http://www.fahor.com.br/images/Documentos/Biblioteca/Publicacoes/JOPEC/2012/Redes_de_cooperacao_para_Developolvimento_Endogeno.pdf
- Dowbor, L. (janeiro/junho, 2009). Inovação Social e Sustentabilidade. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*. 1, (1), 109-125. Disponível em <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2014/05/14urbe-2658.pdf>
- Defourny, J. (2009). Economia Social. In A. D. Cattani, J. Laville, L. I. Grager, & P. Hespanha (Eds), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp 156-161). Disponível em <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>

- Edwards-Schater, M. & Wallace, M.L. (2017). Shaken, but not stirred: Sixty years of defining social innovation. *Techonological Forecasting Social Change*. 119, 64-79. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162517303347>
- Ferrão, J. (abril, 2014). A inovação social no desenvolvimento territorial sustentável. In *Conferências de Aljustrel*. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Ferrão, J. (2013). Território. In Cardoso, J. L., Magalhães, P. e Pais, J. M. (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp. 244-257). Lisboa: IMPRESA Publishing. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22819/1/ICS_JFerrao_Territorio_CLN.pdf
- Ferrarini, A. V. (julho/dezembro, 2012) Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. *INTERAÇÕES*. 13, (2), 233-241. Disponível em <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/319>
- Ferreira, S. (2009). Terceiro Setor. In A. D. Cattani, J. Laville, L. I. Grager, & P. Hespanha (Eds), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp 322-327). Disponível em <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- França Filho, G. C. (junho, 2002). Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*., 12, (1), 9-19. Disponível em http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2066_pt.html
- Franco, A. (2005). Desenvolvimento, capital social, redes sociais e sustentabilidade. Carta Capital Social 93. Disponível em <https://www.slideshare.net/augustodefranco/desenvolvimento-capital-social-redes-sociais-e-sustentabilidade>,
- Franco, A. (2010) Redes são ambientes de interação, não de participação. Disponível em <https://www.slideshare.net/augustodefranco/redes-so-ambientes-de-interao-no-de-participao>
- Franco, A. (2011) Reinventando o desenvolvimento local. Disponível em <https://www.slideshare.net/augustodefranco/reinventando-o-desenvolvimento-local-10005322>
- Fragoso, A. (junho., 2004). Os significados do território na perspetiva do desenvolvimento: Para uma análise dos problemas e tensões atuais. *Cidades – Comunidades e Territórios*. 8, 9-20, Disponível em https://www.researchgate.net/publication/266064523_Os_Significados_do_Territorio_na_Perspectiva_do_Developolvimento_Para_uma_Analise_dos_Problemas_e_Tensoes_Actuais
- Gibbs, G. R. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.

- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª ed). São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6.ª ed). São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Hespanha, P. (2018). A economia solidária em Portugal: algumas questões e desafios. *Le monde diplomatique*. 142, 11-14. Disponível em http://www.uc.pt/feuc/ultimo_mes/docs/2018/julho_agosto/2018_-_08_-_01_-_Le_Monde_Diplomatique_-_A_economia_solidaria.pdf
- Hintze, S. (2009). Capital Social. In A. D. Cattani, J. Laville, L. I. Grager, & P. Hespanha (Eds), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp 49-54). Disponível em <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- Hill, M. M. & Hill, A. (2005) *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Klein, J., Fontan, J., & Tremblay, D. (1998). Acción colectiva y activación del capital socio-territorial como reacción a la globalización: El caso de Montréal. *Economía, Sociedad y Territorio*. 1, (4), 639-669. Doi: <https://doi.org/10.22136/est001998535>
- Klein, J., Fontan, J., Harrison, D., & Lévesque, B. (2012). The Quebec system of social innovation. A focused analysis on the local development field. *Finisterra*. XLVII, (94), 9-28. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/290738089_The_quebec_system_of_social_innovation_A_focused_analysis_on_the_local_development_field
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Anuário Estatístico da Região Alentejo – 2018*. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=410493733&PUBLICACOESmodo=2
- Latouche, S. (2009). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes
- Leitão, A. (setembro, 2015). Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*. 1, (2), 149-171. Disponível em <http://u3isjournal.isvoug.pt/index.php/PJFMA>
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. (5.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Marques, A. P. (outubro, 2017) Os caminhos sinuosos do desenvolvimento. *Desenvolvimento e Sociedade*. 2, 31-50. Disponível em http://www.revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/view/202/281

- Mehmood, A. & Parra, C. (2013). Social Innovation in an unsustainable world. In F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood, and A. Hamdouch, (eds.) *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 53-66 (ISBN: 978-1849809986). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/285828405_Social_innovation_in_an_unsustainable_world
- Mendes, J. M. G. (julho/dezembro, 2009). Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*. 7, (2), 49.59. Disponível em https://www.academia.edu/32772238/DIMENS%C3%95ES_DA_SUSTENTABILIDADE
- Milani, C. (outubro, 2003). Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In *IV conferência Regional ISTR-LAC*, San José, Costa Rica. Disponível em <http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/carlosmilanip.pdf>
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., Gomes, R. (2009). *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. (28.ª ed). Petrópolis, RJ: Editora Vozes
- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & González, S. (outubro, 2005). Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. *Urban Studies*. 42, (11), 1969-1990. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228673600_Towards_Alternative_Models_of_Local_Innovation
- Moulaert, F. (2009). Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced. In D. MacCallum, F. Moulaert, J. Hillier, & S. V. Haddock (Eds.), *Social Innovation and Territorial Development* (pp. 11-23). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/44960912_Social_Innovation_and_Territorial_Development
- Moulaert, F., MacCallum, D., & Hillier, J. (janeiro, 2013). Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood, & A. Hamdouch (Eds.), *The international handbook on social innovation* (pp. 13-24). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/293183563_Social_innovation_Intuition_precept_concept_theory_and_practice
- Moulaert, F., Mehmood, A., MacCallum, D., & Leubolt, B. (2017). *Social Innovation as a trigger for transformations*. Comissão Europeia. Disponível em https://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/policy_reviews/social_innovation_trigger_for_transformations.pdf

- Nascimento, E. P. (2012). Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In P., Léna, P. & E. P., Nascimento (Eds.), *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade* (pp. 415-433). Rio de Janeiro: Garamond Ltda. Disponível em <https://docplayer.com.br/7729719-Sustentabilidade-o-campo-de-disputa-de-nosso-futuro-civilizacional-1.html>
- Oliveira, F.R., França, S. L. B., Rangel, L. A. D. (outubro/dezembro, 2019). Princípios de economia circular para o desenvolvimento de produtos em arranjos produtivos locais. *INTERAÇÕES*, 20, (4), 1179-1193. Doi: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i4.1921>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000401179
- Ribeiro, J.C & Santos, J.F. (2005). Desenvolvimento endógeno e política regional. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7171/1/Cadima_Freitas_2005_APDR.pdf
- Santos, M. J. & Florbeloni, J. V. (2015). Economia social e inovação social no contexto do desenvolvimento: o estudo de caso do projeto Remix. In M.M., Serrano, & P., Urze, P. (Eds.), *Inovação, organização e trabalho – Estudos de Caso*. (1.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo Lda.
- Schmitt, V.G.H. & Neto, L.M. (julho/setembro, 2011). Associativismo, comércio justo e o desenvolvimento territorial sustentável: a experiência da toca tapetes. *REGE- Revista de Gestão*. 18, (3), 323-338. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616303800>
- Schmidt, I. & Guerra, J. (julho/dezembro, 2010). Da governança global à sustentabilidade local: Portugal e o Brasil em perspectiva comparada. *Revista de Ciências Sociais*. 41, (2), 106-124. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20350/1/ICS_LSchmidt_JGuerra_Governanca_ARI.pdf
- Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., & Prista, P. (2016). *Primeiro Grande Inquérito Sobre Sustentabilidade: Relatório Final*. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24819/1/ICs_LSchmidt_etal_Inquerito_Sustentabilidade.pdf
- Silva, V. L., Teixeira, T., Francisco, A. C., Picinin, C. T., Kovalski, J. L., & Pagani, R. N. (outubro/dezembro, 2019). Vantagens, barreiras e estratégias para economia circular: uma abordagem teórica. *Exacta*, 17, (4), 238-255. Doi: <https://doi.org/10.5585/ExactaEP.v17n4.8519>. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/336533610_Vantagens_barreiras_e_estrategias_para_economia_circular_uma_abordagem_teorica

Tiozzi, F.M., Simon, A. T., Ternero, E. M., Cruz, E. P. O., & Aoki, S. (setembro, 2018). Economia circular: sua relação e contribuições para a sustentabilidade. In *XXIII CONAD – Congresso Nacional de Administração “Administração no Brasil: Uma Agenda para o Futuro”*, (pp. 471-484). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/328526803_ECONOMIA_CIRCULAR_SUA_RELACAO_E_CONTRIBUICOES_PARA_A_SUSTENTABILIDADE

Vilelas, J. (2009). *Investigação – o processo de construção do conhecimento*. (1.ª). Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 1.ª Edição.

Legislação

Código Cooperativo: Lei n.º 119/2015 de 31 de agosto de 2015

Deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020

Lei de Bases da Economia Social: Lei n.º 30/2013 de 8 de maio de 2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2017

Sítios da internet

Página oficial da Cooperativa Integral Minga CRL: <https://mingamontemor.pt/>

Página oficial do Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

Página oficial da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo: <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/Paginas/home.aspx>

Fontes documentais

Documentos organizacionais

Estatutos da Cooperativa Integral Minga CRL (2015)

Regulamento Interno da Cooperativa Integral Minga (2015)

Regulamento Interno da Secção Agrícola (s.d,)

Material disponibilizado na formação “Como criar uma cooperativa integral”, ministrada pela cooperativa entre os dias 10 e 12 de maio de 2019

Comunicação social

Faustino, S. (2018, maio-julho). Em Montemor-o-Novo há uma cooperativa que vai do prato à casa.

Mapa. Disponível em <https://mingamontemor.pt/?s=mapa>

Gonçalves, J e Teixeira, T. (2018, maio). Cooperativa Integral Minga. Experiência de Economia Solidária em Montemor-o-Novo. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em

<https://mingamontemor.pt/2016/05/08/a-minga-em-le-monde-diplomatique/>

Pinto, C. V. (2019, janeiro 22). Minga, uma cooperativa integral em Montemor-o-Novo. Folha de Montemor. Disponível em <https://mingamontemor.pt/2019/01/22/a-minga-na-folha-de-montemor/>

ANEXOS

Inquérito por Questionário

O presente inquérito enquadra-se num estudo sobre o impacto de iniciativas de inovação social no desenvolvimento local de territórios rurais, no âmbito da dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Projectos, da Universidade de Évora.

O objectivo deste inquérito por questionário é fazer a caracterização dos sócios que integram a Cooperativa Integral Minga, organização tomada como estudo de caso, pelo que agradeço a vossa resposta, tão fiel quanto possível, às questões colocadas.

***Obrigatório**

1. Idade *

2. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

3. Nacionalidade *

4. Naturalidade *

5. Localidade de residência *

6. Tempo de residência no concelho de Montemor-o-Novo *

Nesta questão, se não reside no concelho de Montemor coloque 0. Se reside há menos de 1 ano coloque 1; se reside entre 1 ano a 2 anos, coloque 2; se reside entre 2 a 3 anos, coloque 3, e assim sucessivamente.

7. Habilitações literárias *

Marcar apenas uma oval.

☐ Ensino Básico

☐ Ensino Secundário

☐ Licenciatura

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Outro:

8. Área(s) de Formação *

9. Atividade profissional principal *

10. Atualmente exerce a sua atividade profissional principal? **Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não**11. Porque motivo não exerce? ****Marcar apenas uma oval.*☐ Idade☐ Doença☐ Desemprego☐ Escolha pessoal☐ Não se aplica, pois estou a exercer☐ Outro: _____**12. Tempo de exercício da atividade profissional principal ****Marcar apenas uma oval.*☐ A tempo inteiro (superior a 30h por semana)☐ A meio tempo (até 30h por semana)☐ Não se aplica, pois não exerço☐ Outro: _____**13. A atividade profissional principal está relacionada com a ligação à Minga? ****Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não☐ Sim, mas não só.**14. Tem atividade(s) secundária(s) remuneradas? ****Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não☐ Não é remunerada mas funciona em sistema de trocas☐ Outro: _____

15. A atividade secundária exercida está relacionada com a Minga? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Sim, mas não só
- ☐ Não se aplica, pois não tenho atividade secundária

16. Tem outras ocupações? *

Consideram-se aqui as atividades não remuneradas e que não impliquem uma retribuição em géneros.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro: _____

17. As suas ocupações são de natureza: **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Individual
- ☐ Colaborativa
- ☐ Ambas
- ☐ Não se aplica, pois não tenho nenhuma ocupação
- ☐ Outro: _____

18. Área(s) da ocupação **Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Social
- ☐ Cultural
- ☐ Ambiental
- ☐ Não se aplica, pois não tenho nenhuma ocupação
- ☐ Outro: _____

19. Está vinculado à Minga como: **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sócio(a) Efectivo(a)
- ☐ Sócio(a) Colaborador(a)
- ☐ Não sei

20. Há quanto tempo é sócio(a) da Minga? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ Entre 6 meses a 1 ano
- ☐ Entre 2 a 3 anos
- ☐ Há mais de 3 anos

21. A que secção da Minga está associado(a)? **Marque todas que se aplicam.*

- ☐ Agricultura
- ☐ Comercialização
- ☐ Serviços
- ☐ Habitação
- ☐ Todas
- ☐ Não sei

22. Está disponível para responder a entrevista individual, presencial e anónima? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

23. Se estiver disponível ou se houver essa possibilidade, por favor indique a melhor forma de o(a) contactar - telemóvel e/ou e-mail - e o melhor horário.

Powered by



Guião - Entrevista Semiestruturada

I. INTRODUÇÃO

(Legitimação da Entrevista: contexto, objetivos e consentimento informado)

[Posteriormente ligar o gravador e iniciar a entrevista propriamente dita, com recurso ao guião]

II. QUESTÕES

[Nota: perguntas de suporte apenas se necessário]

1. O que é que a Minga representa num território como Montemor-o-Novo?

- Exemplos: Quadro de valores; Modelo de organização; produtos e serviços oferecidos

2. Acha que a Minga tem conseguido contribuir para resolução de alguns problemas locais e minimização de necessidades?

– [Se sim] Quais os problemas/necessidades, em concreto, que a Minga tem ajudado a resolver/minimizar?
E de que forma?

- [Se não] Porque não? Na sua opinião o que é se poderia ou deveria fazer?

3. Quais as principais forças e fraquezas da Cooperativa Integral Minga?

4. E quais as principais ameaças e oportunidades para que Montemor consiga um desenvolvimento sustentável?

5. Como é a articulação entre a Minga e a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo?

6. A Minga já é considerada uma entidade parceira na rede institucional de Montemor?

7. Qual o contributo e lugar da Minga enquanto parceiro para o desenvolvimento local?

8. Tem conhecimento acerca da articulação da Minga com outros organismos locais, públicos ou privados?

- [Se sim] Quais? Como vê essa relação? A ação de uns é potenciada na relação com os outros (ecossistema)? Poderia haver uma maior interação? Porque acha que não há?

- [Se não] Acha que deveria articular? Porque acha que isso não acontece?

9. Acha que a Minga tem contribuído para que Montemor seja um território mais aberto ao exterior?

- [Se sim] De que forma?
- Criação de redes de contacto com outros grupos e territórios
- Quais os efeitos que [essa colaboração] poderá ter para Montemor-o-Novo?
- Acha que a Minga tem alguma influência na fixação de novos residentes em Montemor?
- [Se não] Porque não? Mas acha que tem essa potencialidade? De que modo poderia ser melhor aproveitada?

10. Para além do seu papel enquanto entidade parceira, a ação da Minga tem influência por si só na dinamização do território?

Em que aspetos?

- Atividades desenvolvidas;
- Novas formas de produção/consumo (mudança de comportamentos)?
- Estimulação no desenvolvimento de novos projetos.

11. A ação da Minga poderia ser potenciada?

- Em que aspetos?
- De que forma?
- Estas opiniões já foram partilhadas com a organização, de alguma forma?
- Como foram recebidas (ou porque não)?

12. O modelo de atuação da Minga faz sentido em Montemor, tendo em conta as políticas locais da autarquia e a sua visão sobre o território?

- [Se sim] Em que aspetos?
- [Se não] Porque não?

13. As novas iniciativas, como a Minga, isto é, com um foco socioeconómico que pretende valorizar os recursos locais e, neste caso, minimizar necessidades ao nível dependência externa agroalimentar e dificuldades no acesso à habitação, conseguem de facto contribuir para um desenvolvimento local sustentável?

- Como?
- É provocado um aumento de consciência acerca da sustentabilidade (ambiental, económica e social) implícita ao consumo local? De que forma?
- Acha que a ação da Minga tem contribuído para que a população local (re)conheça os produtos de cá e lhes dê maior importância?
- Contribui para o aproveitamento das potencialidades locais?

- [Se sim] Quais são os efeitos práticos?

- O que é que a Minga poderia fazer mais para aumentar a consciência e interesse da população local pelos seus recursos endógenos e aproveitamento das potencialidades locais?

14. Se a Minga amanhã fechasse portas, o que deixaria de herança para o concelho de Montemor-o-Novo?

15. E se nunca tivesse existido, o que é que hoje poderia ser diferente?

– O que é que hoje não existiria?

III. FINALIZAÇÃO

[Recolher informação não solicitada; agradecer e concluir.]

Chegámos ao fim da entrevista.

Há mais alguma questão que gostasse de colocar ou informação que queira acrescentar?

Muito obrigada pela sua colaboração.

[Desligar o gravador]

Anexo 3 - Quadros estatísticos dos dados obtidos no inquérito por questionário

Quadro B1 - Idade

Idade	Subgrupo	Frequência absoluta (FA)	Frequência Relativa (FR) Subgrupos	Frequência relativa (FR) Sócios
26 - 30	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		2		5,88%
31 - 35	Sócios Efetivos	7	43,75%	20,59%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		10		29,41%
Soma de Controlo		12		35,29%
36 - 40	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		17		50,00%
41 - 45	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		20		58,82%
46 - 50	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		23		67,65%
51 - 55	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		25		73,53%
56 - 60	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	5	27,78%	14,71%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		30		88,24%
> 61	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		34		100,00%

Idade	Subgrupo	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
26 - 30	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		2		5,88%
31 - 35	Sócios Efetivos	7	43,75%	20,59%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		10		29,41%
Soma de Controlo		12		35,29%
36 - 40	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		17		50,00%
41 - 45	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		20		58,82%
46 - 50	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		23		67,65%
51 - 55	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		25		73,53%
56 - 60	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	5	27,78%	14,71%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		30		88,24%
> 61	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B2 - Sexo

Sexo	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Feminino	Sócios Efetivos	8	50,00%	23,53%
	Sócios Colaboradores	11	61,11%	32,35%
Subtotal		19		55,88%
Soma de Controlo		19		55,88%
Masculino	Sócios Efetivos	8	50,00%	23,53%
	Sócios Colaboradores	7	38,89%	20,59%
Subtotal		15		44,12%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B3 – Nacionalidade

Nacionalidade	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Portuguesa	Sócios Efetivos	14	87,50%	41,18%
	Sócios Colaboradores	16	88,89%	47,06%
Subtotal		30		88,24%
Soma de Controlo		30		88,24%
Outras (Europa Ocidental)	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B4 – Naturalidade

Naturalidade	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Concelho de MoN	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	6	33,33%	17,65%
Subtotal		6		17,65%
Soma de Controlo		6		17,65%
Distrito de Évora (exceto MoN)	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		8		23,53%
Área Metropolitana de Lisboa	Sócios Efetivos	7	43,75%	20,59%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		9		26,47%
Soma de Controlo		17		50,00%
Outra, Nacional	Sócios Efetivos	6	37,50%	17,65%
	Sócios Colaboradores	6	33,33%	17,65%
Subtotal		12		35,29%
Soma de Controlo		29		85,29%
Outra, Estrangeira	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B5 – Residência

Residência	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Cidade de MoN	Sócios Efetivos	11	68,75%	32,35%
	Sócios Colaboradores	14	77,78%	41,18%
Subtotal		25		73,53%
Soma de Controlo		25		73,53%
Concelho de MoN (exceto cidade)	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		30		88,24%
Distrito de Évora (exceto MoN)	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		0		0,00%
Soma de Controlo		30		88,24%
Outras	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B6 – Tempo de residência no concelho de MoN

Tempo Residência MoN	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Não reside	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		4		11,76%
< 1 ano	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		0		0,00%
Soma de Controlo		4		11,76%
1 a 2 anos	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		7		20,59%
2 a 3 anos	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		11		32,35%
3 a 4 anos	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		15		44,12%
4 a 5 anos	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		18		52,94%

6 a 10 anos	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		22		64,71%
> 10 anos	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Subtotal		12		35,29%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B7 – Habilitações Literárias

Habilitações Literárias	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Ensino Básico	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		3		8,82%
Ensino Secundário	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	11,76%
Subtotal		6		17,65%
Soma de Controlo		9		26,47%
Licenciatura	Sócios Efetivos	9	56,25%	26,47%
	Sócios Colaboradores	6	33,33%	17,65%
Subtotal		15		44,12%
Soma de Controlo		24		70,59%
Mestrado	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	11,76%
Subtotal		8		23,53%
Soma de Controlo		32		94,12%
Doutoramento	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B8 – Área de Formação

Área de Formação	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Ciências Sociais e Serviços	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		3		8,82%
Arquitetura, Artes Plásticas e Design	Sócios Efetivos	9	56,25%	26,47%
	Sócios Colaboradores	7	38,89%	20,59%
Subtotal		16		47,06%
Soma de Controlo		19		55,88%
Economia, Gestão e Contabilidade	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		22		64,71%
Agricultura e recursos naturais	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	11,76%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		26		76,47%
Humanidades	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		30		88,24%
Outras	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Sub-total		4		11,76%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B9 – Atividade profissional principal

Atividade profissional principal	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Comunicação	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		2		5,88%
Serviços Sociais	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		5		14,71%
Economia	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		7		20,59%
Arquitetura, Artes Plásticas e Design	Sócios Efetivos	5	31,25%	14,71%
	Sócios Colaboradores	6	33,33%	17,65%
Subtotal		11		32,35%
Soma de Controlo		18		52,94%
Agricultura e Recursos Naturais	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	11,76%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		23		67,65%
Restauração	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		25		73,53%
Tecnologias	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		27		79,41%
Outros	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		6		17,65%
Soma de Controlo		33		97,06%
Não se aplica	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		1		2,94%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B10 – Exercício da atividade profissional principal

Exercício atividade profissional	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Sim	Sócios Efetivos	12	75,00%	35,29%
	Sócios Colaboradores	15	83,33%	44,12%
Subtotal		27		79,41%
Soma de Controlo		27		79,41%
Não	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		7		20,59%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B11 – Motivos para o não exercício da atividade profissional principal

Motivos para o não exercício	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Idade	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		1		2,94%
Soma de Controlo		1		2,94%
Doença	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		0		0,00%
Soma de Controlo		1		2,94%
Desemprego	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		4		11,76%
Escolha pessoal	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		8		23,53%
Não se aplica, está a exercer	Sócios Efetivos	13	81,25%	38,24%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Subtotal		23		67,65%
Soma de Controlo		31		91,18%
Outras	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B12 – Tempo de exercício da atividade profissional principal

Tempo exercício atividade prof. principal	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Tempo inteiro (> 30h/semana)	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Subtotal		14		41,18%
Soma de Controlo		14		41,18%
Meio-tempo (< 30h/semana)	Sócios Efetivos	7	43,75%	20,59%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	11,76%
Subtotal		11		32,35%
Soma de Controlo		25		73,53%
Não se aplica (não exerce)	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		30		88,24%
Outro	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B13 – Relação da atividade principal com a Minga

Relação atividade prof. principal com a Minga	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Relaciona-se	Sócios Efetivos	9	56,25%	26,47%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Subtotal		19		55,88%
Soma de Controlo		19		55,88%
Não se relaciona	Sócios Efetivos	7	43,75%	20,59%
	Sócios Colaboradores	7	38,89%	20,59%
Subtotal		14		41,18%
Soma de Controlo		33		97,06%
Não se aplica	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		1		2,94%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B14 – Atividade(s) secundária(s) remunerada(s)

Actividade(s) secundária(s) remunerada(s)	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Sim	Sócios Efetivos	7	43,75%	20,59%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Subtotal		17		50,00%
Soma de Controlo		17		50,00%
Não	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	5	27,78%	14,71%
Subtotal		9		26,47%
Soma de Controlo		26		76,47%
Não é remunerada, mas funciona em sistema de trocas	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		31		91,18%
Outra	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B15 – Relação da atividade secundária com a Minga

Relação da atividade secundária com a Minga	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Relaciona-se	Sócios Efetivos	10	62,50%	29,41%
	Sócios Colaboradores	9	50,00%	26,47%
Subtotal		19		55,88%
Soma de Controlo		19		55,88%
Não se relaciona	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	5	27,78%	14,71%
Subtotal		9		26,47%
Soma de Controlo		28		82,35%
Não se aplica	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	11,76%
Subtotal		6		17,65%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B16 – Ocupações

Ocupações (não remuneradas e não em sistema de trocas)	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Sim	Sócios Efetivos	12	75,00%	35,29%
	Sócios Colaboradores	12	66,67%	35,29%
Subtotal		24		70,59%
Soma de Controlo		24		70,59%
Não	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		28		82,35%
Outro	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	5	27,78%	14,71%
Subtotal		6		17,65%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B17 – Natureza das ocupações

Natureza das ocupações (não remuneradas e não em sistema de trocas)	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Individual	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		2		5,88%
Colaborativa	Sócios Efetivos	4	25,00%	11,76%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		7		20,59%
Soma de Controlo		9		26,47%
Ambas	Sócios Efetivos	10	62,50%	29,41%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Subtotal		20		58,82%
Soma de Controlo		29		85,29%
Não se aplica (sem ocupação)	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	8,82%
Subtotal		5		14,71%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B18 – Área da ocupação

Área da Ocupação	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Social	Sócios Efetivos	10	62,50%	18,18%
	Sócios Colaboradores	7	38,89%	12,73%
Subtotal		17		30,91%
Soma de Controlo		17		30,91%
Cultural	Sócios Efetivos	9	56,25%	16,36%
	Sócios Colaboradores	8	44,44%	14,55%
Subtotal		17		30,91%
Soma de Controlo		34		61,82%
Ambiental	Sócios Efetivos	7	43,75%	12,73%
	Sócios Colaboradores	5	27,78%	9,09%
Subtotal		12		21,82%
Soma de Controlo		46		83,64%
Não se aplica (sem ocupação)	Sócios Efetivos	2	12,50%	3,64%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	5,45%
Subtotal		5		9,09%
Soma de Controlo		51		92,73%
Outra(s)	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	7,27%
Subtotal		4		7,27%
Soma de Controlo		55		100,00%

Quadro B19 – Tipologia de sócio

Tipologia de sócio	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Sócio Efetivo	Sócios Efetivos	14	87,50%	41,18%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	11,76%
Subtotal		18		52,94%
Soma de Controlo		18		52,94%
Sócio Colaborador	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	8	44,44%	23,53%
Subtotal		9		26,47%
Soma de Controlo		27		79,41%
Não sei	Sócios Efetivos	1	6,25%	2,94%
	Sócios Colaboradores	6	33,33%	17,65%
Subtotal		7		20,59%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B20 – Tempo de sócio

Tempo de Sócio	Grupo	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
< 6 meses	Sócios Efetivos	0	0,00%	0,00%
	Sócios Colaboradores	2	11,11%	5,88%
Subtotal		2		5,88%
Soma de Controlo		2		5,88%
6 meses a 1 ano	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		3		8,82%
Soma de Controlo		5		14,71%
2 a 3 anos	Sócios Efetivos	7	43,75%	20,59%
	Sócios Colaboradores	7	38,89%	20,59%
Subtotal		14		41,18%
Soma de Controlo		19		55,88%
Há mais de 3 anos	Sócios Efetivos	5	31,25%	14,71%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Sub-total		15		44,12%
Soma de Controlo		34		100,00%

Quadro B21 – Secção da Minga a que está relacionado

Secção da Minga a que está relacionado	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Agricultura	Sócios Efetivos	2	12,50%	3,85%
	Sócios Colaboradores	9	50,00%	17,31%
Subtotal		11		21,15%
Soma de Controlo		11		21,15%
Comercialização	Sócios Efetivos	4	25,00%	7,69%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	7,69%
Subtotal		8		15,38%
Soma de Controlo		19		36,54%
Serviços	Sócios Efetivos	10	62,50%	19,23%
	Sócios Colaboradores	4	22,22%	7,69%
Subtotal		14		26,92%
Soma de Controlo		33		63,46%
Habitação	Sócios Efetivos	1	6,25%	1,92%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	1,92%
Subtotal		2		3,85%
Soma de Controlo		35		67,31%
Todas	Sócios Efetivos	2	12,50%	3,85%
	Sócios Colaboradores	0	0,00%	0,00%
Subtotal		2		3,85%
Soma de Controlo		37		71,15%
Não sei	Sócios Efetivos	2	12,50%	3,85%
	Sócios Colaboradores	3	16,67%	5,77%
Subtotal		5		9,62%
Soma de Controlo		42		80,77%

Quadro B22 – Disponibilidade para entrevista

Disponibilidade para entrevista	Subgrupos	FA	FR Subgrupos	FR Sócios
Sim	Sócios Efetivos	12	75,00%	35,29%
	Sócios Colaboradores	10	55,56%	29,41%
Subtotal		22		64,71%
Soma de Controlo		22		64,71%
Não	Sócios Efetivos	3	18,75%	8,82%
	Sócios Colaboradores	1	5,56%	2,94%
Subtotal		4		11,76%
Soma de Controlo		26		76,47%
Talvez	Sócios Efetivos	2	12,50%	5,88%
	Sócios Colaboradores	6	33,33%	17,65%
Subtotal		8		23,53%
Soma de Controlo		34		100,00%

Anexo 4 - Indicadores estatísticos dos municípios do Alentejo Central (AERA, 2019)

Quadro A1 – Indicadores da população em 2018

	Total população residente (N.º)	População estrangeira com estatuto de residente (N.º)	Densidade populacional (N.º/km²)	Taxa de crescimento efetivo (%)	Taxa de crescimento natural (%)	Taxa de crescimento migratório (%)	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Índice de envelhecimento (N.º)	Índice de renovação da população em idade ativa (N.º)
Portugal	10.276.617	477.472	111,4	- 0,14	- 0,25	- 0,11	8,5	11,0	159,4	77,7
Alentejo	705.478	26.443	22,3	- 0,91	- 0,72	- 0,20	7,6	14,8	203,1	68,8
Alentejo Central	152.865	4188	20,7	- 1,09	- 0,70	- 0,39	7,6	14,6	212,4	67,9
Alandroal	5.064	97	9,3	- 1,96	- 1,27	- 0,68	6,1	18,8	291,5	59,0
Arraiolos	6.944	117	10,2	- 0,79	- 0,62	- 0,17	7,5	13,6	251,9	80,3
Borba	6.790	121	46,8	-1,30	- 0,86	- 0,44	7,5	16,1	255,1	64,7
Estremoz	12.816	296	24,9	-1,23	- 0,76	- 0,47	7,8	15,4	270,4	68,7
Évora	52.454	2021	40,1	- 0,80	- 0,36	- 0,43	8,7	12,3	168,5	65,1
Montemor-o-Novo	15.740	344	12,8	- 1,28	- 0,98	- 0,29	6,2	16,0	281,1	62,5
Mora	4.188	54	9,4	- 2,24	- 1,82	- 0,42	7,1	25,3	325,8	52,6
Mourão	2.456	28	8,8	- 1,13	- 0,93	- 0,20	6,9	16,2	173,3	83,3
Portel	5.870	125	9,8	- 1,15	- 0,76	- 0,39	8,0	15,6	239,3	62,2
Redondo	6.387	195	17,3	- 1,37	- 0,81	- 0,56	6,5	14,6	209,0	83,2
Reguengos de Monsaraz	10.036	361	21,6	- 0,91	- 0,52	- 0,40	7,8	13,0	193,7	71,5
Vendas Novas	11.259	248	50,6	- 1,08	- 0,98	- 0,10	5,8	15,6	225,1	86,1
Viana do Alentejo	5.142	85	13,1	- 1,12	- 1,02	- 0,10	9,1	19,3	164,7	82,3
Vila Viçosa	7.719	96	39,6	- 1,22	- 0,67	- 0,55	6,6	13,3	214,9	58,7

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Quadro A2 – Indicadores de rendimento e condições de vida

	Ganho médio mensal de TCO em 2017(€)	Ganho médio mensal dos TCO nos estabelecimentos por setor de atividade em 2017 (€)			Rendimento bruto declarado por habitante no IRS em 2017(€)	Valor médio anual das pensões em 2018 (€)	N.º de Pensionistas (invalidez, velhice e sobrevivência) em 2018	N.º beneficiários de Subsídio Desemprego 2028	N.º de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em 2018
		Primário	Secundário	Terciário					
Portugal	1.130,8	852,04	1.067,48	1.168,27	8.773	5.436	2.997.488	367.519	282.288
Alentejo	1.016,4	871,97	1.185,37	968,78	7.918	4.798	259.440	27.223	20.723
Alentejo Central	992,4	873,94	1.071,66	973,72	8.312	4.860	57.965	5.209	4.468
Alandroal	816,0	797,92	798,23	846,09	6.534	4.478	2.498	202	103
Arraiolos	920,7	1.038,41	944,18	848,75	7.188	4.720	2.698	188	86
Borba	903,1	891,63	979,46	837,50	6.919	5.129	3.029	252	285
Estremoz	930,9	800,53	967,08	941,74	7.758	4.780	5.298	456	501
Évora	1018,1	928,52	1.163,54	1.051,82	10.314	5.057	16.710	1.564	1.453
Montemor-o-Novo	923,9	849,09	1.000,54	916,49	7.577	4.836	6.625	418	239
Mora	865,7	794,23	941,01	856,09	7.724	4.814	2.316	140	79
Mourão	828,9	895,18	783,30	832,76	6.021	4.428	880	112	317
Portel	855,2	999,54	733,63	829,32	5.696	4.182	2.468	321	143
Redondo	883,1	825,72	928,28	883,98	6.777	4.429	2.473	284	184
Reguengos de Monsaraz	897,5	752,95	1.002,85	875,27	7.253	4.691	3.855	410	487
Vendas Novas	998,5	786,57	1.100,99	935,72	7.922	5.221	4.176	394	183
Viana do Alentejo	860,1	864,75	772,96	887,31	7.035	4.356	2.031	172	156
Vila Viçosa	1011,1	819,63	1.110,22	904,50	7.728	5.273	2.908	296	252

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Quadro A3– Indicadores de empresas em 2017

	Densidade de empresas (N.º/km²)	Empresas individuais (%)	Empresas com menos de 10 pessoas (%)	N.º de empresas segundo o escalão de pessoal ao serviço				
				Total	< 10	10-49	50-249	250 e >
Portugal	13,5	68,22	96,3	1.242.693	1.196.753	39.022	5.974	944
Alentejo	2,7	71,37	97,2	84.139	91.749	2.082	273	35
Alentejo Central	2,7	71,02	97,5	19.686	19.185	435	61	5
Alandroal	1,1	74,91	99,0	586	580	5	1	0
Arraiolos	1,2	69,31	97,1	821	797	22	2	0
Borba	6,0	74,60	97,8	870	851	18	1	0
Estremoz	3,5	68,67	97,6	1.797	1.753	40	4	0
Évora	5,2	67,77	97,1	6.838	6.641	166	27	4
Montemor-o-Novo	1,7	69,99	98,0	2.109	2.067	37	5	0
Mora	1,1	73,85	97,5	478	466	10	2	0
Mourão	1,0	76,75	98,5	271	267	3	1	0
Portel	1,3	79,97	98,6	799	788	10	1	0
Redondo	2,4	79,64	97,6	884	863	20	1	0
Reguengos de Monsaraz	2,9	74,56	98,3	1.360	1.337	17	6	0
Vendas Novas	5,8	69,59	96,1	1.279	1.229	45	4	1
Viana do Alentejo	1,7	77,39	98,7	681	672	8	1	0
Vila Viçosa	4,7	68,67	95,7	913	874	34	5	0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Quadro A4 – N.º de empresas segundo a classificação das atividades económicas em 2017

	Total	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Portugal	1.242.693	132.928	1.062	67.555	4.062	1.219	8.1629	219.190	22.841	104.826	17.837	40.792	125.617	176.535	56.577	94.740	35.742	59.541
Alentejo	84.139	20.427	187	4.008	263	102	4.341	15.118	1.390	7.508	691	1.428	5.898	8.793	3.417	4.952	1.821	3.795
Alentejo Central	19.686	4.485	52	1.010	58	20	1.026	3.350	309	1.777	201	349	1.452	2.199	753	1.308	520	817
Alandroal	586	205	1	39	0	0	37	85	8	65	3	6	15	61	12	22	16	11
Arraiolos	821	198	4	60	0	1	51	130	18	68	5	14	53	61	40	34	22	62
Borba	870	210	7	68	2	1	37	207	20	80	4	8	54	63	31	31	17	30
Estremoz	1.797	481	5	110	3	1	83	330	35	151	9	19	145	174	67	84	27	73
Évora	6.838	877	4	253	31	12	310	1.190	79	648	118	207	707	839	341	700	237	285
Montemor-o-Novo	2.109	543	0	85	5	1	122	340	40	170	18	26	144	285	51	106	64	109
Mora	478	139	0	34	3	0	27	78	8	54	2	5	22	37	16	20	18	15
Mourão	271	118	0	14	0	0	14	26	2	33	2	2	12	25	4	6	2	11
Portel	799	372	0	30	1	0	53	78	9	59	6	8	32	82	16	29	5	19
Redondo	884	352	1	63	3	2	59	138	12	63	3	5	31	72	16	31	11	22
Reguengos Monsaraz	1.360	441	0	84	5	0	67	198	16	140	9	18	67	101	57	69	41	47
Vendas Novas	1.279	230	0	70	4	0	82	270	28	100	12	17	85	142	53	84	32	70
Viana do Alentejo	681	211	0	33	0	0	36	116	13	63	2	4	18	109	21	22	11	22
Vila Viçosa	913	108	30	67	1	2	48	164	21	83	8	10	67	148	28	70	17	41

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Legenda:

A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

B – Indústrias extrativas

C – Indústrias transformadoras

D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

E – Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e poluição

F – Construção

G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos

H - Transportes e armazenagem

I - Alojamento, restauração e similares

J - Atividades de informação e de comunicação

L - Atividades imobiliárias

M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio

P – Educação

Q - Atividades de saúde humana e apoio social

R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

S - Outras atividades de serviços

Quadro A5 – Indicadores da habitação, cultura e desporto

	Habitação				Cultura e desporto				
	Edifícios licenciados pelas Câmaras Municipais em 2017				Valor médio de avaliação bancária dos alojamentos em 2018 (€/m²)	Despesa das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesa (%), em 2017 e 2018	N.º de bens imóveis culturais em 2018	Total despesa em atividades culturais e criativas em 2018 (€)	Total despesa em atividades e equipamentos desportivos em 2018 (€)
	Total	Habitação familiar							
		Construções novas	Ampliações, alterações e reconstruções	Subtotal					
Portugal	22.223	11.456	3.554	15.010	1.192	9,2	4.546	459.778.118	290.717.689
Alentejo	1.609	708	201	909	991	11,3	729	59.114.196	29.382.001
Alentejo Central	365	122	70	192	1.089	11,4	265	14.318.825	5.884.300
Alandroal	9	1	1	2	...	7,7	12	527.465	171.051
Arraiolos	31	11	4	15	780	16,3	18	1.237.443	269.760
Borba	16	7	2	9	963	8,3	15	436.643	155.283
Estremoz	32	3	8	11	967	12,2	27	1.359.436	286.270
Évora	105	50	23	73	1.330	5,9	84	2.196.742	557.153
Montemor-o-Novo	44	8	10	18	944	15,6	26	1.819.080	851.267
Mora	9	1	1	2	...	11,8	7	635.150	214.312
Mourão	13	0	5	5	...	8,9	3	246.720	247.990
Portel	14	5	1	6	778	16,5	7	962.669	557.496
Redondo	12	5	1	6	825	12,1	9	833.301	220.395
Reguengos de Monsaraz	41	15	10	25	853	11,6	21	1.062.697	1.251.680
Vendas Novas	15	5	0	5	1.031	8,9	2	272.134	546.234
Viana do Alentejo	10	2	3	5	927	32,66	8	2.279.996	353.715
Vila Viçosa	14	9	1	10	940	9,6	26	449.349	181.694

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Quadro A6 – Indicadores de ambiente

	Despesas dos municípios por 1.000 habitantes em 2018 (€)	
	Gestão de resíduos	Proteção da biodiversidade e da paisagem
Portugal	41.973	17.142
Alentejo	55.661	20.239
Alentejo Central	53.803	11.631
Alandroal	35.575	22.091
Arraiolos	61.068	773
Borba	46.367	15.869
Estremoz	45.161	6.478
Évora	58.741	727
Montemor-o-Novo	34.924	31.696
Mora	45.356	17.579
Mourão	61.870	128.996
Portel	67.404	23.014
Redondo	58.599	11.866
Reguengos de Monsaraz	58.025	12.894
Vendas Novas	63.606	4.833
Viana do Alentejo	33.457	11.703
Vila Viçosa	66.715	11.139

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Quadro A7 – Indicadores de participação política da população

	Taxa de abstenção (%)			
	Eleição para o poder local em 2017 - Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal	Eleição para a Presidência da República em 2016	Eleição para a Assembleia da República em 2019	Eleição para o Parlamento Europeu em 2019
Portugal	45,0	51,3	51,4	69,3
Alentejo	41,7	50,6	47,0	67,1
Alentejo Central	41,3	48,9	45,8	65,5
Alandroal	25,9	51,1	45,9	68,1
Arraiolos	35,8	41,4	38,5	56,1
Borba	30,1	46,9	44,8	65,6
Estremoz	39,9	50,0	48,4	69,5
Évora	51,1	47,7	45,1	65,0
Montemor-o-Novo	39,0	43,6	40,9	57,6
Mora	39,3	50,0	44,1	63,1
Mourão	27,6	54,8	50,2	71,9
Portel	29,5	54,6	44,7	64,7
Redondo	35,9	55,7	50,9	71,8
Reguengos de Monsaraz	45,4	54,0	53,4	73,2
Vendas Novas	36,3	49,0	46,8	64,9
Viana do Alentejo	33,7	52,3	47,5	67,7
Vila Viçosa	32,6	51,0	48,4	69,4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo (2019)

Anexo 5 – Tabulação dos dados obtidos na entrevista

Objetivo 3

Dimensão 1 – Resolução de problemas e minimização de necessidades

Tabela A1.1 - Envolvimento dos sócios residentes em MoN no início do processo

Casos	Unidades de recorte
R1	“vivíamos todos muito perto [...] explicou que ia gostar de fazer de fazer uma, começar com uma cooperativa e pronto, no fundo fui acompanhando desde o princípio”
R3	“eu recordo-me que foi antes dela nascer. Eu tive conhecimento que ela ia nascer porque conhecia o X”
R12	“a Minga de certa forma foi fermentada nestes claustros ahh acompanhei bastante perto o processo [...] foram aqui os primeiros encontros feitos, mais ou menos formais”
R15	“Através do pessoal que eu já conhecia [...] eu vi aquilo nascer”
R29	“foi fundada por vários amigos meus ahh que na altura, que na altura me propuseram também fazer, fazer... pronto, fazer parte integrante”
RT2	“aí conhecemos imensa gente que tinha vindo de fora [...] um dia veio-me desafiar dizendo que se abrisse que já tinha esta casa assim”

Tabela A1.2. – Fatores de contexto que favoreceram a implementação da Minga em MoN

Categorias	Unidades de recorte
Política favorável	local <i>“nós temos aqui uma Câmara muito recetiva a, aos projetos e por isso eles devem ter apresentado o projeto aqui, devem ter uma, uma receção positiva sem ter sequer nada em concreto [...]” (R3)</i> <i>“Foi o município que mostrou interesse, foi o município que ofereceu logo condições p’ra se organizarem conversas, à volta disso” (R13)</i> <i>“a nossa Câmara é uma Câmara que... tem alguma verba pra cultura e tem iniciativas ligadas à cultura e a projetos [...]” (R15)</i> <i>“a Câmara sempre tem apostado muito na cultura já há imenso tempo, mas se calhar há pessoas de fora que não tavam tão dentro do assunto ou que começaram a interessar-se mais, a partir, eu acho pelo menos há uns 10 anos pr’a cá.” (R15)</i>
Dinâmica associativa e cultural local	<i>“tem muita dinâmica cultural, pronto, acho que tem outro tipo de dinâmica também, tem muitas Associações” (R3)</i> <i>“se não houvesse todo esse terreno era mais difícil a Minga ter ficado aqui e conseguir-se desenvolver. “ (R3)</i> <i>“Montemor também já tinha um movimento associativo superforte! Portanto tinha também já entidades com abertura p’ra nos receber e p’ra conversar sobre isso.” (R13)</i>

Tabela A1.3 – Perceção das oportunidades para o desenvolvimento sustentável de MoN

Categorias	Unidades de recorte
Autarquia	<p><i>“algumas vontades haaa de fazer algumas estratégias, tipo a estratégia alimentar da alimentação” (R3)</i></p> <p><i>“há uma grande política de descentralização ao nível cultural, há um esforço nos últimos anos para também os espetáculos, cinema, isso tudo, também ir para as freguesias. Para mim é uma questão de quantidade de pessoas, p’ra mim... e depois depender mais do carro” (R3)</i></p> <p><i>“Câmara [...] tem uma política de trabalhar muito com recursos locais, e então, vai se conjugar. É a Câmara que faz a maior parte do planeamento mas depois, por exemplo, os festivais, que são financiados em parte pela Câmara, depois [...] é feito também com as Associações locais.” (R3)</i></p> <p><i>“o município é um bocado aberto a determinadas ideias, que as pessoas podem apresentar projetos, e serem analisados e até porem em prática ideias sustentáveis para o município [...] Montemor pode ‘tar a ficar mais à frente que outros municípios também graças a isso.” (R15)</i></p>
Localização geográfica	<p><i>“Montemor tá numa situação geográfica espetacular, a nível rodoviário.” (R15)</i></p>
Capital Humano	<p><i>“massa crítica que a cidade tem [...] temos que... realmente que criar este tipo de dispositivos p’ra agarrar e manter a massa crítica cá na cidade, cá no concelho, na realidade.” (R13)</i></p> <p><i>“nas pessoas que vai atraindo” (R10)</i></p>
Economia	<p><i>“E é nos projetos autónomos, as pessoas que, criação de auto-emprego e que, que vão crescendo, pá nas diversas áreas. Ahh é, é por aí e é aí que temos ‘tado a trabalhar” (R10)</i></p> <p><i>“a produção de carne, que não é, claramente, uma das áreas onde a cooperativa Minga queira atuar” (R10)</i></p>
Cultura	<p><i>“é claramente a cultura, porque Montemor deve ter, por habitante e dentro daquilo que é a empregabilidade, tanta gente a trabalhar na cultura e tantas associações culturais, [...] é a produção cultural com a enormidade de espaços e de associações e de, que trabalham em rede e em áreas distintas, com algumas sobreposições, mas que trabalham” (R10)</i></p>

Tabela A1.4. - Perceção das ameaças para o desenvolvimento sustentável de MoN

Categorias	Unidades de recorte
------------	---------------------

Especulação imobiliária	<p><i>“[...] não há casas, há gente a mudar-se p’ra Montemor mas não consegue encontrar casa, ou se encontra é a preços completamente absurdos, que não, que não estão ao alcance do seu nível de vida, que é algo que temos que fazer. Já não se constrói habitação nova em Montemor, senão de segmento alto, há muitos anos. E o, o que há em venda no mercado secundário tá a preços completamente disparatados p’ra’quilo que é a realidade do, dos salários do concelho.” (R10)</i></p> <p><i>“Há muita terra e poucos donos, e... isso reflete-se, e é difícil, se não for aqui à volta de Montemor, que tens courelas pequeninas, mas que é... pronto, tudo a preços loucos. Mas afastas-te um bocadinho da cidade e as parcelas já são gigantescas, então é um bocadinho... Também não há leis p’ra dividir a terra, o sentido é sempre, é cumulativo, e não... tem sido. Então é complicado. [...] há muitos sítios assim abandonados, que são pequenas vilas, mas que os proprietários não querem vender, não querem arrendar, não querem... também não podem parcelar, até têm aparcamento de gado e, pronto... é complicado. [...] Sei que é complicadíssimo dividir, e muito dispendioso, repartir uma parcela.” (R12)</i></p> <p><i>“a habitação em Montemor é caríssima [...] Uma das, uma das ameaças que eu vejo é realmente o preço e o acesso à habitação, e é realmente um... É difícil permanecer aqui pelo preço das casas [...] Há muita gente a querer vir permanecer p’ra cá mas é difícil encontrar casa, há pouca oferta.” (R12)</i></p> <p><i>“uma virtude e pode ser uma ameaça, que é a proximidade com a capital. Que, que estamos já também, Montemor, estamos já a sofrer desde já há muito tempo, [...] os preços da renda em Montemor têm aumentado, têm aumentado estupidamente. Haamm e eu penso que poderá ter um bocado a ver com isso também, de haver muita procura, vê-se muita a vir de fora viver para Montemor, de Lisboa, de outros sítios, de terem interesse em vir viver para Montemor, pela atividade cultural que Montemor tem, pelas iniciativas sociais e culturais que Montemor tem” (R29)</i></p>
Gentrificação	<p><i>“[...] o processo de gentrificação de Lisboa facilmente estende-se a Montemor, acho que já ‘tamos um bocadinho a sofrer com isso, até porque... a parte interessante é que nós acabamos por levar com uma série de refugiados da capital, malta que já ‘tá a sair de lá porque também não tem condições p’ra lá estar, os preços altíssimos, as vendas a triplicar, etc. E... e isso faz com que o nosso território também inflacione por consequência n’ê.” (R12)</i></p> <p><i>“o risco que se corre [...] essas iniciativas que nós, Oficinas do Convento e Minga fizemos aqui, [...] acaba por despertar um bocado o interesse dessas pessoas, isso por exemplo, às vezes pensando nisso, penso que pode ser uma ameaça ao espaço não é, e uma ameaça ao local [...] o processo de gentrificação do espaço [...]” (R29)</i></p>
Perda de identidade territorial	<p><i>“[...] se houver muita gente interessada em voltar pro meio rural, eu penso que isso poderá ser um risco para desvirtuar o meio rural de como ele é e, e aumentar, e por exemplo, serem aumentados os preços das rendas [...] por causa destas atividades n’ê, que nós fazemos, o espaço depois haa ficar mudado né, ficar... perder aquela, esta alma que tem.” (R29)</i></p>

Diferencial de desenvolvimento entre a sede do concelho e restantes localidades	<p><i>“há uma grande diferença entre Montemor sede de concelho e as freguesias de Montemor. O que gosto também aqui é que na sede de concelho temos imensas coisas e, e ‘tou menos dependente do carro [...]Para mim é uma questão de quantidade de pessoas, p’ra mim... [...], eu não vivia em nenhuma das freguesias de Montemor, agora.” (R3)</i></p> <p><i>“Uma das questões que também é preocupante é o abandono das aldeias. Porque há muita gente a vir p’ra Montemor, mas é Montemor-cidade, não vão p’as aldeias, portanto o abandono das aldeias é outro ponto preocupante.” (R13)</i></p>
Visão estratégica da autarquia pouco consistente	<p><i>“às vezes o que sentimos [...], é que... não há um não, nós conseguimos fazer algumas coisas, mas falta um bocadinho de [...] falta um bocadinho de... acreditar que é mesmo esta a via e então sentimos que sim, há coisas, há um espaço para poder avançar mas depois há alguma outra parte que é a de lentidão, de falta de... de, deee, de se identificar mesmo com alguma estratégia que faz com que, temos às vezes a sensação que é o fazer por fazer, e que depois não vai ter humm não vai ter frutos tão rapidamente” (R3)</i></p> <p><i>“se calhar eles [a Minga] têm pessoas que precisam e que... podiam avançar e depois têm alguns travões nessas coisas, que podem parecer um sim mas que afinal não é assim muito... evidente que há uma aposta firme naquela via ou naquele caminho, e então para uma Minga isso pode ser... pronto...” (R3)</i></p> <p><i>“eu acho que Montemor ainda não percebeu quais são os pontos fortes do concelho. E o concelho não percebeu.” (R10)</i></p>
Morosidade das tomadas de decisão da autarquia	<p><i>“numa Câmara o caminho, o caminho entre o poder de decisão e o fazer leva toda uma estrutura, que às vezes pode haver aqui, em termos de tempo, uma... não funcionamos no mesmo tempo.” (R3)</i></p> <p><i>“A Câmara já nos convidou três vezes p’ra uma reunião que desmarcou, já lá vão 4 ou 5 meses, que não nos diz nada... Acho que é mesmo falta de dinamismo por parte das entidades públicas.” (R10)</i></p> <p><i>“as coisas demoram muito tempo a acontecer. Mas isso tem a ver com o processo decisório dos organismos públicos. Com os privados, tem sido mais fácil, com o movimento associativo, etc. tem sido mais fácil criar sinergias e trabalhar em rede.” (R10)</i></p>
Articulação em rede dos organismos locais	<p><i>“poderiam trabalhar mais em rede ainda [as instituições locais] se o sector público agisse como catalisador e tivesse essa perspetiva, infelizmente não tem, não tem essa visão.” (R10)</i></p>
Desproteção ambiental	<p><i>“E depois as alterações climáticas, não é, nota-se muito, a falta de água, quente cada vez mais quente... afeta muito a produtividade...” (R13)</i></p> <p><i>“A falta de floresta, não é, a destruição do território p’a produção em regime de monocultura, penso que é uma ameaça grande... Estufas, as monoculturas, os químicos... A produção química, a expansão das barragens, a destruição dos ecossistemas... Acho que é a maior ameaça que o concelho enfrenta neste momento” (R13)</i></p> <p><i>“só divulgar não chega, tem que se pôr em prática algumas coisas. [...] pá, não é que estejam mais a dormir, digamos assim, mas também ainda há muito a fazer.” (R15)</i></p>

	<i>“o município em Montemor é um dos piores a poluir, teve 40 anos a poluir este rio Almansor! E continuam sem ideias de recuperar” (RT2)</i>
Baixo poder económico	<p><i>“poder económico... Se formos... o desenvolvimento sustentável de Montemor também temos que ter algum poder económico [...]” (R15)</i></p> <p><i>“[...] Há muita falta de mão-de-obra. Eu falo por mim, nós aqui teríamos espaço para mais uma pessoa ou duas fazer. [...] só que nós não temos meios para pagar, que a agricultura não é suficiente para pagar a outra pessoa. [...] Ou então temos que fazer muita, muita agricultura, tem que ser mais gente a trabalhar e tem que ter muito escoamento, é.” (R15)</i></p>
Baixa consciência socioterritorial	<p><i>“[Casa Branca] não tem assim muita dinâmica, penso eu, não tem muita dinâmica p’ras pessoas também se juntarem e discutir os problemas, que possam ser comuns, ou não, ou os problemas, os problemas de cada um até” (R29)</i></p> <p><i>“a sociedade recreativa, pronto, enquanto direção representante, poderia representar, poderia representar a população, as 60 pessoas, ou 70 pessoas que vivem na Casa Branca, poderia representar haa sei lá, na Câmara Municipal, ou numa Assembleia Municipal” (R29)</i></p> <p><i>“[...]o comboio não para na Torre, para só em Casa Branca. Casa Branca fica a 17 km de Montemor e a Torre fica a 14, mas a Torre da Gadanha está mais bem estacionamento a nível de estradas e precisaria depois de estacionamento, mas também poderia o comboio passar mais dentro, não passa na cidade sequer. Seria bom que houvesse mais transporte ferroviário dentro de Montemor.” (R15)</i></p>

Tabela A1.5 – Promoção de produtos locais

Categorias	Unidades de recorte
Acesso a produtos	<p><i>“na Loja também há muitos produtos” (R3)</i></p> <p><i>“Também coisas do Freixo do Meio lá, que é...da Herdade do Freixo do Meio, também tem lá produtos. Pronto, foi p’ra divulgar um bocado os produtos da terra” (R15)</i></p> <p><i>“p’ro mercado de agricultura acho que levam pouco. É mais o pão, é os secos, é os secos. [...] baseiam-se muito no pão, que não é produzido por eles mas é por alguém ali dos Foros, segundo eles será bio [...] E depois têm coisinhas em pacotes, desde bolachas, a outras coisas.” (R15)</i></p>
Escoamento de produtos	<p><i>“disponibiliza um espaço de venda p’ra pequenos produtores locais” (R10);</i></p> <p><i>“É também um sítio de, onde acontecem as trocas e o escoar dos produtos” (R12)</i></p> <p><i>“Uma mais-valia. Mais um espaço de divulgação.” (R15)</i></p> <p><i>“Não tem só ali os produtos, é mais um espaço.” (R15)</i></p> <p><i>“promovem mesmo os próprios produtos” (R15)</i></p> <p><i>“começou a abrir um bocado as portas também pra pequenos produtores porem lá os seus produtos, e também a nível de artesanato” (R15)</i></p>

	<p>“Há quem cultive e leve pra vender no mercado através da Minga, por exemplo, porque também alguns fazem parte da Minga, e depois levam, aproveitam.” (R15)</p> <p>“às tantas começaram a perceber também que poderiam ter os produtos... à venda” (R29)</p> <p>“também se... encontrava todas as coisa na loja, depois houve uma fase que começou a haver muita coisa... Começou os transformados, que é uma coisa que me agrada, transformar as coisas, os excessos que se tem aí... E eram chutneys, e compotas, e vinagres, essas coisas assim... Continuo a fazer.” (RT2)</p> <p>“com a âmbar [marca de cosmética natural] a chegar ali [...]. Depois é as coisas do... daqui do Telheiro, e...pronto. Coisas de cerâmicas, são peças caras, e não sei quê... e... e pronto. É os queijos, é os chouriços, é aquelas coisas todas, aquilo é tudo muito caro, isso é outra coisa também” (RT2)</p>
--	--

Tabela A1.6 – A Minga enquanto espaço de debate e reflexão

Casos	Unidades de recorte
R1	<p>“É importante, eu acho que, eu diria que é vital, até era vital que houvesse mais Mingas. Por causa desse, do desenvolvimento local, por causa da participação das pessoas, de uma noção de civismo, p’ra mim cada vez mais importante neste mundo, que ‘tá tão desregulado, perceber que ‘tamos a viver na mesma comunidade, que fazemos parte da mesma terra, do mesmo país, do mesmo Mundo... Porque são tudo questões muito ligadas também à, à ecologia e à sustentabilidade e, e faz, e são essenciais p’ra sobrevivência. Portanto acho que é muito importante haver uma, uma organização como é a Minga cá em Montemor.” (R1)</p> <p>“o conceito que ‘tá por detrás da Minga é, o sentido de... cada vez menos, cada vez produzir menos, ou seja, com menos desperdício e com mais... ahh noção daquilo que é necessário, p’ra não se gastar não é, p’ra não se explorar demais a terra, [...] no fundo p’ra ser cada vez mais uma produção mais... equilibrada e sustentável.” (R1)</p>
R3	<p>“A Minga já consegue ser esse espaço [de discussão]! Eu acho que é ótimo! [...] traz uma abertura e mais um espaço de, sim, de ideias, e de, de discussão.” (R3)</p>
R10	<p>“tem uma intervenção cívica dentro da sociedade montemorense, do local, da economia local onde nos inserimos.” (R10)</p>
R12	<p>“novas maneiras de encarar a riqueza de... através de... de outras economias, não é, de não passar tudo pelo dinheiro e... novos modelos de... económicos. Acho que também foi, é uma coisa que todos... sei lá, ‘tamos a partilhar.” (R12)</p>
R15	<p>“A mensagem até é boa [risos] não é. E o mais biológico possível, [impercetível] pá, a ideia não é má.” (R15)</p> <p>“Na altura começou a abanar um bocado para produzirem mais biológico, começou a falar mais no biológico, mais no sustentável [...]a nível também de troca de ideias e conhecimento, ponto de encontro.” (R15)</p> <p>“talvez um alerta, não é? Para se falar mais na sustentabilidade, no ambiente, no clima, no biológico, um bocadinho isso também...” (R15)</p>
R29	<p>“Outra sensibilidade, chamar a [...] de outras questões sociais [...] mais sociais do que culturais. Sim, veio, claro que veio, e é positivo, é muito positivo.” (R29)</p>

	“a Minga faz essa, essa sensibilização, o que é bom” (R29)
--	--

Tabela A1.7. – Enriquecimento do tecido social

Categorias	Unidades de recorte
Promoção da sociabilização	<p>“as pessoas acabam por, por encontrar-se lá na loja, isso eu acho que tem sido importante. As pessoas vão lá comprar o pão, depois o outro vai buscar uma farinha de não sei quê, encontram-se, e às vezes temos lá 5 vizinhas a conversar, na parte social também é importante.” (R1)</p> <p>“dá imenso jeito terem aqui uma mercearia p’ra virem, dão dois dedos de conversa e compram um pãozinho e... também é uma questão social, não é, a lógica do minimercado.” (R13)</p> <p>“ali a cooperativa no sítio onde está, ali em frente à estação, veio dar, veio ser útil p’ras pessoas que residem ali perto, porque não há uma mercearia, não havia uma mercearia” (R29)</p>
Promoção da mobilidade e atratividade territorial	<p>“a Minga ajudou a fazer circular ahhh algumas pessoas e alguns projetos” (R3)</p> <p>“Montemor já tinha alguma projeção assim a nível cultural e... e social. E a Minga veio, veio, pronto, veio dar outra dinâmica também” (R3)</p> <p>“os agentes culturais que estão em Montemor têm um peso muito maior na atratividade de pessoas. A Minga vem acrescentar valor a essa atratividade, não é o núcleo, não é o núcleo, ou se é o núcleo é por um caso ou dois, não é generalizável. Agora, claramente quando alguém pensa em ir p’a Montemor e, e mudar-se p’ra Montemor, são estas coisas todas que estão a acontecer.” (R10)</p> <p>“é mais um ponto de encontro. De... com centros, com aqueles centros de interesse que tem. Portanto, acaba por criar ali um... um encontro p’ra... p’ra que se formem comunidades que já se formaram e ‘tão também em crescimento” (R12)</p> <p>“Eu acho que a Minga naturalmente tem tido também influencia nisso, e tem tido um papel bastante importante na divulgação disso mesmo [refere-se à chegada de pessoas novas, instruídas e proativas].” (R12)</p> <p>“há uma perceção mesmo fora de, em Portugal noutros locais, que Montemor é um sítio onde as coisas acontecem. Não... que há um conjunto de pessoas a fazer coisas diferentes e com, com valor. Pá, e não é o agente A, B ou C, mas é o ecossistema como um todo, que é o atrativo. Portanto, todas as partes são só uma parte do, do bolo ou do ecossistema que tem esse efeito.” (R10)</p>

Tabela A1.8 – Forças identificadas na Minga

Categorias	Unidades de recorte
Flexibilidade	<p>“ser flexível” (R3)</p> <p>“conseguir fazer entrar pessoas com projetos e dinâmicas diferentes” (R3)</p> <p>“ao virem viver pra meios assim mais pequenos e terem contacto com estas... com estas... iniciativas, acabam por também dar dinâmica,</p>

	<i>acabam por imprimir também as suas dinâmicas nestas iniciativas,” (R29)</i>
Abertura aos montemorenses	<i>“ter conseguido reunir também pessoas daqui [...] acho que a Minga conseguiu esse equilíbrio, entre... pronto, sim sra., pessoas que estão interessadas e, ee que enquanto estão cá fazem coisas cá por isso e depois há pessoas que nasceram aqui, ou que são sempre daqui mas que também, ou que nunca saíram daqui, e que também conseguem se encaixar e encontrar o seu lugar nesse projeto. ” (R3)</i>
Características dos sócios	<i>“jovens e formados” (R3)</i> <i>“Um bocado ligadas mais à juventude, ou a pessoas mais abertas. [ênfase] Eu, juventude mas é uma juventude se calhar até aos sessenta pelo menos, que tá a... a abrir os olhos sobre isso [...]” (R15)</i>
Produtos endógenos	<i>“a questão de abastecer, de ter um ponto de abastecimento de produtos fixos e locais é um ponto forte...” (R13)</i> <i>“divulgação dos nossos produtos” (R15)</i> <i>“As pessoas ali vão tentar encontrar mais local” (R15)</i>
Produtos diferenciados	<i>“também vão por curiosidade. Às vezes há lá produtos que não são tão locais, mas que gostam e depois vão sabendo e nan e voltam lá” (R15)</i> <i>“outros produtos que não são de cá” (R15)</i>
Produtos biológicos	<i>“[...] hum permite um bocado as pessoas irem buscar produtos se ali houver dos bio [...]” (R15)</i>
Novas ideias, associadas à sustentabilidade	<i>“a coisa mais positiva é o trazer p’ra mesa novos modelos de... ligados à economia ou...também relacionados ao decrescimento, e o encontrar alternativas que não passam só pelo dinheiro e... isso acho que é o mais positivo que tem” (R12)</i> <i>“alertar um bocado as pessoas para os produtos sustentados, agricultura sustentável, o ambiente sustentável. Porque ali fala-se muito disso, são novas ideias.” (R15)</i>
Cooperação	<i>“trabalhamos em rede e temos conseguido criar sinergias entre os vários projetos que a Minga... alberga.” (R10)</i> <i>patrocina, apadrinha, ou ajuda, catalisa, o que lhe quiseres chamar. Temos conseguido criar sinergias e esse era outro dos objetivos.” (R10)</i> <i>“ponte com os produtores locais” (R13)</i>
Resolução/minimização da precariedade laboral e aumento do poder económico	<i>“permitir as pessoas ser cooperantes e fazer esse circuito, acho que... de fazer serviços, de fazer em nome da Minga como cooperante e depois...apanhar algum rendimento daí, eu acho que isso é muito bom” (R3)</i> <i>“possibilidade de contratar as pessoas” (R13)</i> <i>“a estrutura, as pessoas poderem usar a estrutura, a Minga enquanto ferramenta... legal! Sem terem que fundar as suas próprias empresas ou sem terem que abrir atividade acho que é um ponto forte” (R13)</i>
Atratividade territorial	<i>“há um conjunto de pessoas que tem migrado p’ra Montemor, e a, a Minga é também um dos fatores que contribui p’ra que as pessoas</i>

	<p>venham viver p'ra Montemor e tentem desenvolver os seus projetos em Montemor" (R10)</p> <p>"quando andava à procura de casa p'ra sair de Lisboa, apareceu uma casa aqui em Montemor que preenchia os requisitos que a gente tinha em mente, e pá, e como havia a Minga foi um facilitador." (R10)</p> <p>"Eu acho que não é só a Minga, é a Minga e todo este ecossistema associativo, que tem atraído pessoas p'ra cá. Tem atraído novos habitantes, isso era uma coisa que eu adorava ter noção, é quantas pessoas é que já se mudaram p'a cá através destes projetos. Tás a ver, falam tanto que temos que apostar na indústria, temos que apostar no não sei quê, nas produções mais intensivas p'ra trazer pessoas... Mas eu, pá já foram dezenas de pessoas que se mudaram p'ra cá desde que eu 'tou cá, à pala deste projeto." (R13)</p> <p>"São pessoas que compram terrenos e são pessoas que ou pagam rendas e são pessoas que consomem nos restaurantes e são pessoas que consomem no mercado, sabes? Mesmo que a Minga não tenha assim impacto directo, tás a ver, acaba por atrair muita gente. E há muita gente que vem cá parar através da Minga." (R13)</p> <p>"sempre é uma maneira de trazer pessoal à cidade, também um bocado... não é muito, muito, muito, mas sempre... sempre pode ser que... até quem vem de fora, mesmo que não venha por causa disso, é levado ali, depois fica a saber que aquilo está lá, pode até voltar, n'é." (R15)</p>
Projeção territorial	<p>"a imagem que temos fora porque há muita gente a falar de nós como um bom exemplo, ou um exemplo a seguir, e isso dá-nos algum orgulho" (R10)</p> <p>"A quantidade que vem visitar a Minga p'ra, p'ra ver o projeto e p'ra... Vou dar em exemplo, a quantidade de pedidos que nós temos de investigadores [...] Dá visibilidade de Montemor ao exterior, não só ao meio científico como também a quem essas pessoas possam atingir no seu percurso." (R10)</p> <p>"eles vão vender com certeza noutros sítios, e também há pessoas de fora que vêm aqui e compram a outras" (R15)</p> <p>"Talvez façam às vezes umas feirazinhas com outros tipos de produtos que não sejam os comestíveis, com artesanato, às vezes vão fazer a feira de Almada ali pelo Natal, e mais uma feira ou outra, também com produtos locais." (R15)</p> <p>"as pessoas ficam todas contentes, que eles divulgam as nossas coisas!" (R15)</p> <p>"Basta receber alguns produtos locais, já tá a ajudar à sua divulgação, não é." (R15)</p> <p>"em termos de mídia, ou em todo o lado, toda a gente conhece, e eu acho que aí foi um trabalho fantástico que eles vão fazendo." (RT2)</p>
Potencial de desenvolvimento local	<p>"ajudar a desenvolver o comércio, ajudar a desenvolver a horticultura" (RT1)</p>

Tabela A1.9 - Constrangimentos identificados na secção agrícola: escoamento

Categorias	Unidades de recorte
Baixo planeamento	<p><i>“Essa parte ainda tá muto [ênfase] por afinar! Tá muito... tá muto trapalhona ainda [risos] tá muito trapalhona! [...] Muitas [ênfase] queixas! E as queixas têm todas a razão! Aliás, eu também tenho muitas queixas. [...] Não tem havido, não tem havido cuidado, não tem havido pensamento, não tem havido organização, não tem havido...” (R1)</i></p> <p><i>“há uns quantos que se relacionam com a Minga e que vêm colocar na Minga, mas eu não te consigo dizer qual é a percentagem porque também não temos o levantamento de quem são esses produtores” (R10)</i></p> <p><i>“O que é que vais ter daqui por três meses? E vamos ter que escoar, se não tivermos como escoar tão trazes meia dúzia do que tens que os outros também vão meter meia dúzia do que têm.”, não é?” (R15)</i></p> <p><i>“haver realmente mais orientação, tem que se falar, tem que se traçar projetos futuros, não pode ser só “tu tens lá isto, traz e pronto”. Não.” (R15)</i></p> <p><i>“Não pode ser hoje um, amanhã outro, que as coisas tão cultivadas, não esperam. E [...] Portanto, este mês tu fazes cenouras, no outro mês o alho francês, o outro mês fazes isto e o outro aquilo.” (R15)</i></p> <p><i>“Se houvesse o que há noutras terras, que mais ou menos tá programado o que é que cada um põe, o que é que cada um tem, que é o caso deles, se tivessem 3 ou 4 pessoas e acertasse, você põe isto, o outro põe aquilo ou põe outra coisa, é fácil produzir” (RT1)</i></p> <p><i>“aquilo chegava a um ponto que, que até p’ra um molho de salsa me telefonavam ‘olha vem cá outra vez levar um molho de salsa porque não já há’ e não dá. Porque isto é perto, mas é que um molho de salsa não me rende eu andar p’ra trás e p’ra frente, não é” (RT2)</i></p> <p><i>“como eu tinha pressa, n’é, eu deixava lá as coisas e só este ano é que foi implementado um coiso que tu deixas e trazes um, um papel com aquilo que... que lá deixaste, não é.” (RT2)</i></p>
Insegurança	<p><i>“Eu neste minuto sinto que só asseguro pontas. E as outras pessoas também, só asseguram pontas.” (R1)</i></p> <p><i>“Nós temos as coisas no terreno, não conseguimos lá pôr, já não vamos produzir mais pra lá. Não é?” (R15)</i></p> <p><i>“Porque isto há outra coisa, quando nós produzimos aqui, que é o estarmos a produzir mas pouco. Produzir mas depois não sabemos se vendemos” (RT1)</i></p> <p><i>“o problema é sempre o mesmo! Dessas coisas, é: eu agora vou produzir, se dois ou três, temos todos três, por exemplo, nabiça, são precisos 10 molhos, e como somos 3 há 30 molhos no mercado. Quer dizer, eu vendo 3 ou 4 molhos. Então e faço o quê ao resto dos outros todos? Não vale a pena ‘tarmos a produzir.” (RT1)</i></p>
Abastecimento extra-concelhio	<p><i>“[os produtos] vêm dos produtores locais e depois há sempre dois ou três sítios onde a Minga vai buscar, entre aspas, que são também sítios loca, são os mais próximos que eles conseguiram. Mas mesmo isso tá muito mal feito!” (R1)</i></p>

	<p><i>“há meses em que temos dificuldade em só junto dos produtores abastecer as cantinas. Portanto, temos que ir comprar a outras plataformas e concelhos limítrofes, a outros produtores.” (R10)</i></p> <p><i>“não sei se eles têm outras fontes de outros sítios, aqui não conheço mais ninguém, onde eles vão buscar.” (RT1)</i></p> <p><i>“Alguns têm 30, 40, 50 km, sei lá, sei lá onde é que os compram... Vem cá um rapaz entregar, mas sei lá onde é que ele os compra, não faço ideia! As alfaces, quando tenho, é daqui, as ervas aromáticas, quando tenho, pedem-me daqui, ainda hoje p’ra cantina do Mambo fui levar uma data de coisas, rúculas e misonas e isso. Mas quando começa, a batata vem de Vendas Novas” (RT2)</i></p>
Abastecimento de produtos não biológicos	<p><i>“Porque eu sei que a Minga vai buscar a um sítio [...] e a fruta não é 100 por cento biológica nem nada que se pareça. [...] Portanto, quer dizer, é um trabalho que ‘tá mal feito.” (R1)</i></p>
Necessidade de investimento financeiro	<p><i>“a questão da sazonalidade, tentar vencê-la com, com investimentos, que acrescentem valor aos produtos-base.” (R10)</i></p> <p><i>“é preciso investimento p’ra fazer armazenamento, só se pode armazenar em frio. Armazenar em frio ‘tamos a falar de investimento muito grande. Será que o volume justifica? [...]” (R10)</i></p> <p><i>“uma câmara frigorífica onde guarde as coisas para lá estar” (R15)</i></p>
Insuficiente coordenação entre organismos locais	<p><i>“na Liga, uma mentalidade que ‘távamos a falar à bocadinha, muito tradicional! [ênfase] Querem só [ênfase] aqueles! E só porque, só porque são os agricultores, que já têm umas herdades, ou que já têm uns montes e que já têm ovelhas, e que já têm vacas... Não há muito a... não há abertura.” (R1)</i></p> <p><i>“para se promover melhor a agricultura local, terá mesmo que existir, na Minga ou não, mas uma plataforma. [...] a Minga por si só, neste momento e no espaço que tem, não tem capacidade. Mas pode estar integrada nisso, não é. Deveria haver, sei lá! As pessoas levarem mesmo a ideia à frente, falar com o município e fazer-se uma plataforma de recolha de produtos e de distribuição. Acho que dava mais alento aos produtores.” (R15)</i></p> <p><i>“não há uma estrutura completa p’ra complementar as outras. Não há uma estrutura que complemente. E aí é que é o mal!” (RT1)</i></p> <p><i>“Tá tudo disperso! E tudo à espera uns dos outros. Não há uma união, não há, não há, lá tá uma reunião em que as pessoas sejam capazes de decifrar as coisas e dizer “cada um faz isto! e vamos fazer isto!” (RT1)</i></p>

Tabela A1.10 - Constrangimentos identificados na secção agrícola: produção

Categorias	Unidades de recorte
Baixo número de pequenos produtores	<p><i>“Não há muitos pequenos produtores e não há muita gente a querer produzir, mesmo os que têm terra” (R10)</i></p> <p><i>“Os pequenos produtores são muito poucos, porque há muito poucas pequenas propriedade” (R10)</i></p> <p><i>“os produtores que nós temos chegam para... p’ra consumo de loja. P’ro consumo dos indivíduos.” (R13)</i></p>

	<p><i>“Os agricultores somos poucos e já horticultores são poucos e não consegue resolver-se” (RT1)</i></p> <p><i>“epá agora a gente tem, não sei quê”, não pode vender muito com certeza! Acho que vendem pouco. Acho que poderia ter mais vendas.” (RT1)</i></p> <p><i>“quando eu saí eles não tinham mesmo ninguém” (RT2)</i></p>
Características dos pequenos produtores agrícolas	<p><i>“não querem produzir p’ra, não numa ótica de mercado” (R10)</i></p> <p><i>“são uma população envelhecida e que não tem, nunca teve, a, a perspetiva de colocar excedentes no mercado. E quando tem excedentes vai ao mercado ao sábado e coloca os seus excedentes.” (R10)</i></p> <p><i>“as pessoas já ‘tão envelhecidas e quando tão doentes não produzem, portanto entram e saem do mercado com muita frequência. Podem produzir este ano e não produzir p’o próximo, aqueles que produzem de uma forma regular são poucos.” (R10)</i></p> <p><i>“é uma questão de evangelização, isto é, das pessoas quererem trabalhar em grupo, porque ainda há muito o conceito de autonomia, e fazer planeamento, o que é que cada um vai produzir p’ra não haver duplicação e p’ra conseguirmos fazer outro tipo de abastecimento.” (R10)</i></p> <p><i>“alguns já ‘tão reformados, fazem uma meia dúzia de coisas, outros têm outras coisas, não é só aquilo.” (R15)</i></p> <p><i>“muitos dos agricultores também já andam um bocado... Ahhmm não digo na desportiva mas quase [...] surgirem novos agricultores, isso também seria bom. [...] A agricultura poderia realmente valer aqui em Montemor, mas com outros pés, com outras pernas. ” (R15)</i></p>
Sazonalidade	<p><i>“Temos de educar a cantina a ter outros produtos substitutos nas alturas do ano em que há menos produção. Portanto, temos excesso na altura em que há muita produção, portanto a cantina não consegue absorver tudo. Mas depois temos alturas do ano em que não conseguimos produzir p’ra abastecer.” (R10)</i></p> <p><i>“não há uma obrigatoriedade de vender à Minga [...] têm excesso e vêm novamente colocar produto.” (R10)</i></p> <p><i>“há produtos que têm sazonalidade.[...]. Portanto, há um conjunto de produtores que só produz durante determinado, produz excedentes durante períodos muito específicos do ano.” (R10)</i></p>

Tabela A1.11 – Fraquezas identificadas na Minga

Categorias	Unidades de recorte
Instabilidade, pela elevada mobilidade de pessoas	<p><i>“eu acho que é importante algum fio condutor, pronto. E então, mas se calhar aí há pessoas que fazem esse fio [...] pronto, já há várias pessoas que mantêm a Minga pronto e... mas depois o resto é tudo muito satélite” (R3)</i></p> <p><i>“pode ser uma coisa demasiado haa entrar e sair [...] se nós não conseguirmos manter, solidificar, às vezes é uma perda de tempo e de energia. [...] se não conseguimos manter as pessoas cá” (R3)</i></p> <p><i>“tem havido muito desajustes, digamos, entre as pessoas e entre esta gente toda. E depois chega um e depois vai outro e depois vem outro e depois vai outro, e nunca há aquela estabilidade que é preciso.” (RT2)</i></p>

Práticas democráticas	<p><i>“ainda não se encontrou uma forma de... a democracia, a prática quotidiana da democracia é uma coisa complicada. No, no, nas assembleias eee... cada pessoa sentir que pode, ou que deve, ocupar um lugar, não é fácil.” (R3)</i></p> <p><i>“Ter-se conhecimento do que é que se passa um bocado lá por dentro também, e a partir daí podemos então dizer “sim sr., atão assim vale a pena virem, vale a pena estarem e vale a pena apoiarmos e ajudarmos a desenvolver porque também nos ajuda a nós!” Também precisamos dessa ajuda.” (Rt1)</i></p>
Gestão	<p><i>“não sei como é que é gerido neste momento essa coisa, das coisas chatas que têm que se fazer não é? Da gestão do mail, da gestão do ahh pronto, das coisas... ahhh burocráticas que temos que fazer e que muitas das coisas depois requer uma, alguma organização, pode não, não, não estar... Isso é uma fraqueza mas que pode ser só a minha cabeça, eles podem já se ter organizado melhor” (R3)</i></p> <p><i>“tudo o que tem a ver com pessoas e que, que reside das pessoas, as pessoas são seres complexos e há sempre... perspetivas diferentes e... e visões diferentes e isso é, gera, processos mais ou menos complexos de gerir e esse é sempre um ponto fraco de qualquer organização que assente nas pessoas e que tenha uma estrutura democrática” (R10)</i></p>
Coerência organizacional	<p><i>“do meu ponto de vista, o que há de menos positivo são aspetos que têm a ver com, com o princípio de uma, de uma cooperativa como esta!” (R1)</i></p> <p><i>“vezes fora a imagem que temos e o que já conseguimos parece melhor e depois internamente é, é mais difícil, pronto. Isso pode ser uma ameaça, essa diferença entre... já ganhámos algum prestígio, e algum reconhecimento e depois lá temos que manter. É mais uma vez a persistência. E aí não ser persistente pode ser uma ameaça, porque depois vivemos, quer dizer, a Minga não pode viver, ou não poderia viver só de fazer formação de como fazer uma Minga porque já ganhámos lá fora o estatuto de ser o projeto, pronto, inovador do Alentejo...” (R3)</i></p> <p><i>“Foi quando o patamar de cima, quando há essa divulgação de Minga e isso, importantíssima! Hoje em dia toda a agente fala da Minga, não é, e sabe qual é o caminho, o que é que é, mas acho que foi nessa fase que... acho que foi nessa altura. [que se afastou dos pequenos produtores” (RT2)</i></p>
Concretização de objetivos	<p><i>“O que não tenho a certeza é a persistência [refere-se à resolução de questões concretas] [...] Como os trabalhos são ahhh não é um trabalho fixo, assim das nove às cinco numa Instituição com contrato e não sei quê, é tudo trabalhos a projeto, as pessoas enquanto têm um projeto desenvolvem o projeto. Se o projeto acabou têm que ir buscar coisas noutro lado” (R3)</i></p> <p><i>“A ideia deles é boa, depois falta, lá está, voltamos ao mesmo, falta pô-la no terreno” (RT1)</i></p> <p><i>“eu acho é que as intenções são boas, mas chegas a uma altura que perdes o fio condutor. Tens um propósito mas depois perdes-te no caminho, aquele fio condutor já não, não te serve.” (RT2)</i></p> <p><i>“Têm muitas dificuldades em executar aquilo que tá planificado p’ra se fazer. E quando vêm que não conseguem, voltam atrás e dizem “Ah mas isso também não te preocupes que isso era só uma experiência” Mas alguém que ‘tá a comer da terra...” (RT2)</i></p>

	<i>“se desse deu, se não der não deu. Portanto é uma experiência. [...] E faz-se muitas experiências! Que eu possa fazer experiências, não posso. Não quero. Porque a minha planificação, eu amanhã, eu já sei o que é que eu tenho que fazer. E eu tenho mesmo que fazer aquilo. O concluir passado um ano e meter no papel um projeto e chegar ao fim do ano e ir rever o que é que eu consegui fazer e o que eu não consegui fazer, é uma coisa fantástica. Tu consegues perceber as tuas fragilidades, onde é que estão. [...] E, e eles não conseguem concluir [ênfase] uma coisa p’ra começar noutra. Que exatamente o inverso daquilo que eu tenho feito.” (RT2)</i>
Limitação da escala local	<i>“A questão da escala, a questão da escala por causa daquele que seria a nossa base dos pequenos produtores é muito escassa, é pequena no território onde estamos” (R10)</i>
Envolvimento com a comunidade	<p><i>“nós tínhamos que estar mais envolvidos com a comunidade.” (R1)</i></p> <p><i>“o ponto fraco, penso que será... Não, ainda não termos conseguido chegar a... a todos os sectores sociais da cidade. Há muita gente na cidade que ainda não sabe o que é que é a Minga.” (R13)</i></p> <p><i>“a tal ligação que falta! [ênfase] E enquanto isso não aparecer, as pessoas não têm conhecimento. [...] E isso é que era o essencial, e depois a partir daí é que podemos dizer quais são os benefícios que eles traziam.” (RT1)</i></p> <p><i>“quanto mais pessoas, neste campo, quanto mais as pessoas tiverem visibilidade mais fácil é, p’ra se ter visibilidade é preciso haver pessoas” (RT1)</i></p>

Tabela A1.12 – Aspetos a melhorar na Minga

Categorias	Unidades de recorte
Reflexão sobre o funcionamento	<p><i>“Eu sei que há muita vontade em estar envolvidos com a comunidade, depois é preciso é pensar, que modos é que nós conseguimos chegar à comunidade, não é, p’ra não ser no fundo um clube [ênfase] de, de... novos residentes.” (R1)</i></p> <p><i>“é preciso pensar maneiras de fazer as coisas de, de se chegar a mais pessoas.” (R1)</i></p> <p><i>“para fazer mais era eventualmente preciso essa questão que nenhum dos grupos quer abordar, porque nós funcionamos e conheço muito poucos grupos que se questione sobre a forma como funciona [...] a forma como as decisões se tomam, perder tempo para analisar em conjunto esta forma de funcionamento. [...] Se... o que é que é... se enviar um e-mail a toda a gente chega para ser democrático, pronto, essas questões, do funcionamento.” (R3)</i></p> <p><i>“tem que haver mais alguém p’ra andar com eles. Seria, seria bom pensarem um bocadinho nisso.” (RT1)</i></p> <p><i>“Se fazem reuniões p’ra arranjar novos produtores, se fazem avaliações p’ra arranjar novos produtores, se andam nisso quase há um ano, porque é que não têm? Era uma pergunta que... que eles deviam de pensar nela! Porquê?! E alterarem os comportamentos que, que se vão tendo, alterá-los, p’ra chegar a outro fim.” (RT2)</i></p>
Coordenação da secção agrícola	<i>“é assim, se o produto não sai a gente não produz, se a gente não produz o produto não sai. Portanto... [...] Tem que haver concertação.” (R15)</i>

	<p><i>“tem é que ser mais bem dinamizada ou mais bem organizada, talvez, pronto.” (R15)</i></p> <p><i>“maior coordenação entre agricultores e vendedores” (R15)</i></p> <p><i>“Tem que haver mais... humm equilíbrio, também entre os produtores e a venda.” (R15)</i></p> <p><i>“cada um tem os seus produtos, quando o cliente vai buscar, vai buscar um produto de cada coisa. Aquilo tem que ser, tem que se ‘tar a apontar tudo, de quem é e quem não é e as pessoas até custam a fazer isso, que eu sei, que eu também lá ‘tive. E às vezes há coisas que passam, pronto [e não é faturado ao produtor]. Por isso tem que haver uma organização diferente.” (R15)</i></p> <p><i>“tem que ser bem coordenado” (RT1)</i></p>
Envolvimento comunitário	<p><i>“há muita coisa p’ra afinar! Há muita coisa que ‘tá mal, e nós temos que ‘tar muito [ênfase] mais no campo e a Minga tem que se envolver muito, de forma... ahh de forma profunda nestas questões, e não tem havido isso.” (R1)</i></p> <p><i>“a questão da, a área agroalimentar, a habitação, [...] tudo isso devia de estar a ser mais trabalhado. [...] E muito mais enraizado na comunidade, e que não está a ser.” (R1)</i></p> <p><i>“tem que haver mais envolvimento, tem que haver mais colaboração das pessoas, tem que haver isso tudo, no fundo são fases de crescimento, não é? Mas pronto.” (R1)</i></p> <p><i>“já tem uma organização mais robusta, ainda assim a nível local eu acho que ainda tem capacidade p’ra crescer mais, p’ra se envolver mais.” (R13)</i></p> <p><i>“Cativar as pessoas, chamar as pessoas, aprender uns com os outros, e desenvolver as coisas nesse sentido. [...] [com] os de cá e com um bocadinho mais de idade” (RT1)</i></p> <p><i>“[...] integrar-se mais no campo, integrar-se mais com as pessoas que já cá estavam, só assim é que podem desenvolver” (RT1)</i></p> <p><i>“Chegar-se às pessoas, p’ra se poderem desenvolver eles, aprendendo com os outros, e ajudando se calhar também os outros, temos que se ajudar todos uns aos outros! Eu acho que aí podiam-se chegar mais e seria benéfico p’ra eles, p’ros que vierem a seguir, p’ros que já cá estão.” (RT1)</i></p> <p><i>“em termos sociais, o desapego com que eles... com que eles têm com a maior parte das pessoas, não é, não é uma coisa muito fixe. [...] depois sinto que, que todos eles têm isso em comum!” (RT2)</i></p> <p><i>“aquilo ali era uma ideia fantástica, continuo a achar que é. Mas... mas às vezes têm que se ligar um bocadinho mais à terra.” (RT2)</i></p>
Sustentabilidade económica	<p><i>“evoluir, e à medida que vamos gerando cash-flows investir p’ra poder crescer de uma forma sustentável nessas áreas [refere ao investimento na área agroalimentar]” (R10)</i></p> <p><i>“Até hoje não geramos nenhum proveito que seja digno de ser reinvestido, temos resultados positivos já há 2 ou 3 exercícios, mas são ligeiramente positivos e não temos uma situação de tesouraria que permita grandes investimentos” (R10)</i></p>

	<p><i>“parece-se, p’lo empenho que vejo de pessoas que são amigos, que participam, que o empenho coletivo é no sentido de... profissionalizar, tornar a coisa mais séria, mandar p’a frente e contagiar...” (R12)</i></p> <p><i>“as pessoas todas que trabalhavam em regime de voluntariado também têm que arranjar os seus próprios trabalhos e têm que arranjar os seus rendimentos, não é, não vivem da Minga... ou da estrutura Minga, não, não tiram um rendimento da estrutura Minga, e então, pronto, o voluntariado vai reduzindo cada vez mais. [Imperceptível] Nós tentamos que todo o trabalho seja pago, cada vez mais. E pronto, e realmente, há muita coisa por fazer.” (R13)</i></p>
Gestão	<p><i>“Eu acho que o que falta essencialmente é... é capacidade de trabalho, é muita coisa.” (R13)</i></p> <p><i>“eu acho que uma parte deles até sabe ver, só que depois têm tanta coisa p’a fazer, que acaba por se perderem um bocadinho sempre, pronto. É o que eu acho.” (RT2)</i></p>

Tabela A1.13 - Perceção do impacto da Minga no território

Categorias	Unidades de recorte
Espaço de debate e reflexão sobre uma ideia de comunidade	<p><i>“perderia um espaço...onde... sinto que posso ter um debate de ideias e de encontrar pessoas que mexem e que, que, que querem haaa fazer as coisas a pensar, para ter uma... comunidade... diferente. [...]ao nível coletivo de ter menos um espaço haaaa as pessoas que, pronto, que querem pensar um bocadinho sobre a nossa vida, poderiam não ter esse espaço, por isso sim, seria uma perda, pronto. Para mim, sentiria-me mais pobre... sem dúvida.” (R3)</i></p> <p><i>“Mais visibilidade para algumas questões, pronto” (R3)</i></p> <p><i>“é um ponto de reflexão...” (R13)</i></p> <p><i>“se calhar falava-se um bocado menos nesse assunto [produtos biológicos] e falava-se um bocado menos na, na sustentabilidade...” (R15)</i></p> <p><i>“sempre se fala mais, e há um sítio onde ir, à procura de alguma coisa. Quanto à sustentabilidade, realmente, nós através do mercado começámos a falar mais nisso, mas eles também, como é óbvio” (R15)</i></p> <p><i>“outras mais centradas na economia. Se calhar tinham, tinham, tinham sido momentos que ficariam p’ra um futuro eventualmente” (R15)</i></p> <p><i>“todo este conceito, toda esta sensibilização” (R29)</i></p>
Segurança laboral	<p><i>“olha 10 pessoas deixariam de ter o seu posto de trabalho” (R10)</i></p> <p><i>“A questão dos contratos de trabalho, acho que era uma chatice, p’ras pessoas que têm contratos de trabalho. Porque realmente é realmente super útil, p’ra quem trabalha, opá são pessoas que trabalhavam a recibos verdes, n’é, têm outra segurança.” (R13)</i></p>
Fonte de obtenção de rendimento	<p><i>“consigo fazer uma produção que seja p’ra mim e talvez um excesso, um remanescente p’ra Minga.” (R1)</i></p> <p><i>“forma de poder ter a sua atividade” (R3)</i></p> <p><i>“desenvolver alguns projetos e para que se pudesse dar mais... visibilidade e mais, emprego.” (R3)</i></p>

		<p><i>“Não há só o dos comestíveis, há outros grupos ligados à Minga que também promovem as suas áreas, portanto acho que são capazes de ‘tarem mais felizes.” (R15)</i></p> <p><i>“deixávamos de ter uma loja, um conjunto de pessoas deixaria de, de vez em quando, de colocar alguns produtos na loja e receber algum rendimento com isso.” (R10)</i></p> <p><i>“E aqueles que lá vão pôr os produtos também iriam estranhar, né, aqueles que ‘tão habituados a pôr lá e que ganham algum dinheirito lá também iriam estranhar um bocadito.” (R15)</i></p> <p><i>“p’á alguns produtores se calhar seria, seria complicado, p’ra mim não propriamente mas p’á alguns produtores mais, sei lá, de hortícolas e isso assim seria mais complicado” (R29)</i></p>
Comércio justo		<p><i>“Outro conjunto de pessoas deixava de poder consumir a preços... controlados e sobre uma forma justa” (R10)</i></p> <p><i>“Alguns artesãos deixavam de conseguir colocar as suas peças de artesanato numa loja com um custo, sem custos, e sem... sem processos especulativos associados a isso.” (R10)</i></p>
Acesso a serviços e produtos diferenciados, locais e produzidos de forma mais sustentável	a e	<p><i>“Habitúamo-nos a saber que na Minga as coisas estão frescas e vêm, e são biológicas, e... [...] a nível de confiança é a Minga” (R1)</i></p> <p><i>“um conjunto de produtos que só a Minga vende em Montemor” (R10)</i></p> <p><i>“Os que estão habituados a ir buscar determinados produtos iriam estranhar se calhar, um bocadinho.” (R15)</i></p> <p><i>“as pessoas começavam a dizer “ah não temos cá um espaço de produtos biológicos... [...] continuavam a dizer que fazia falta isso.” (R15)</i></p> <p><i>“as pessoas acho que iriam achar falta dos produtos” (R15)</i></p> <p><i>“às vezes há pessoas que fazem yoga, e também através da Minga também promovem. Sei lá! As taças tibetanas, pronto, outras coisas” (R15)</i></p> <p><i>“deixávamos de ter acesso a algumas coisas que a Minga nos permite ter, acima de tudo [...] produtos e serviços” (R29)</i></p> <p><i>“Porque a Minga vende produtos que...não se encontram em supermercado, por exemplo, não é. Eee... e os consumidores tão habituados e fazem questão de, de consumir aqueles produtos, porque são produtos... mais, mais éticos, não é, ou mais ecológicos, ou biodegradáveis” (R29)</i></p>
Parceria na organização de atividades	na de	<p><i>“iríamos ter seguramente mais trabalho acumulado, havia coisas que ‘tão a andar mais devagar... Haa pronto, acho que é isso. De resto, não acredito que...” (R12)</i></p> <p><i>“são a entidade ágil [...] mais direto com o micro e com o produtor” (R12)</i></p>
Dinamismo territorial		<p><i>“há coisas que deixariam de acontecer, naturalmente, aquilo que são as atividades que promovem...” (R12)</i></p> <p><i>“toda esta dinâmica que a Minga vem imprimir no, no, vem imprimir na, nas pessoas, na cidade” (R29)</i></p> <p><i>“tem servido de inspiração a bué da gente há imensa gente que vem cá parar, fazer perguntas [refere-se a não residentes]” (R13)</i></p>

	<i>“ [...] não existiam eles. Não exista se calhar a ligação a um certo grupo de pessoas que já ali vão... isso não existia, se eles cá não tivessem não exista essa ligação com algumas pessoas” (RT1)</i>
--	---

Tabela A1.14 – Características da percepção de impacto da Minga

Categorias	Unidades de recorte
Impacto baixo	<p><i>“Ainda está a tentar pôr o seu pé de forma mais consistente, e eu julgo que ainda não está... Também é muito difícil [...] é uma cidade pequena, de interior, muito convencional, muito ligada àquilo que ela faz, quase como se houvesse um contentamento em ser assim. Portanto acho que ainda, que a Minga ainda não conseguiu” (R1)</i></p> <p><i>“a nossa visão é sempre limitada, não é, porque para mim, como frequento e tenho contacto, conheço, se calhar posso achar que o papel da Minga é maior do que é.” (R3)</i></p> <p><i>“quer dizer, obviamente que não faz uma diferença assim do dia para a noite, são coisas que são importantes mas que depois tem um espaço como qualquer outro projeto” (R3)</i></p> <p><i>“se calhar na cidade não mudava nada.” (R13);</i></p> <p><i>“acho que em pouco tempo se superava, pronto.” (R13)</i></p> <p><i>“não sei se mudava alguma coisa na cidade, acho que ainda não tem dimensão suficiente p’ra ser um escândalo.” (R13)</i></p> <p><i>“aqui p’lo menos a nível aqui do nosso local, não tem assim grande impacto com as pessoas, é mais, eles dizem que servem p’ra fora, embora [impercetível] têm um impacto, talvez seja ligeiro, não sei se...” (RT1)</i></p> <p><i>“As pessoas não dizem muito! Ainda tá muito ali escondido” (RT1)</i></p> <p><i>“Acho que eles deixam muito pouco.” (RT2)</i></p>
Impacto focalizado	<p><i>“eu acho que para pequenos agricultores e para pequeninos produtores, artistas...eu acho que sim” (R3)</i></p> <p><i>“algumas pessoas individualmente, diretamente, também seria uma catástrofe” (R3)</i></p> <p><i>“Acho que tem algo, conseguiu algum... pronto, algum espaço, conseguiu ter o seu espaço.” (R3)</i></p> <p><i>“A Minga foi ocupar um nicho, digamos. Havia ali uma necessidade por cumprir que ocuparam” (R12)</i></p> <p><i>“na vida das pessoas que ‘tão efetivamente envolvidas no projeto, acho que era um desconsolo!... [...] era uma frustração e um desconsolo...” (R13)</i></p> <p><i>“Acho que as pessoas do bairro ficariam super tristes, também por uma questão prática, não é, porque perderiam o minimercado da zona” (R13)</i></p> <p><i>“deixaria algum vazio nalgumas pessoas também. [...] Pelo menos as pessoas ali do bairro e algumas que estão habituadas lá a ir poderiam estranhar. [...], e desses grupos que vêm p’ra cá e que ‘tão habituados, ou que os têm lá levado...” (R15)</i></p>
Impacto positivo (necessidade)	<p><i>“acho que é importante as pessoas juntarem-se e fazerem uma coisa como a Minga, um sítio, um local, onde as pessoas se possam, não sei, encontrar, mas, tratar dos problemas da produção, da produção agrícola, sobretudo,</i></p>

		<p><i>por exemplo, de outras questões, energéticas, da habitação seja do que for, acho que era importantíssimo.” (R1)</i></p> <p><i>“por muito pequenino que seja, acho que é importante [...] diria que era essencial, mesmo que seja pequenino” (R1)</i></p> <p><i>“se calhar tinha nascido outra coisa, não é...” (R3)</i></p> <p><i>“globalmente eu vejo a Minga como uma força, como uma, pronto, com uma... Uma coisa positiva p’a comunidade” (R3)</i></p> <p><i>“Se a Minga fecha-se portas deixava um lugar aberto p’ra outro fazer a mesma coisa ou, melhor.” (R15)</i></p> <p><i>“Podiam outras pessoas criar uma iniciativa, que tivesse produtos locais à mesma e biológicos, por isso...” (R15)</i></p> <p><i>“Foi bom existir... [...], acho que foi bom eles aparecerem.” (R15)</i></p> <p><i>“eu acho que é melhor existir do que não existir. Eu acho que é melhor existir com melhorias” (R15)</i></p> <p><i>“provavelmente haveria um esforço conjunto de consumidores e produtores p’a fazer uma nova Minga, parece-me, não sei, não sei... não sei, não posso dizer isso assim também mas faz-me sentido que isso acontecesse. Porque faz sentido existir um espaço como a Minga, não é.” (R29)</i></p> <p><i>“eu acho que tem algum impacto e a ser é positivo” (RT1)</i></p> <p><i>“Provavelmente alguém vai abrir uma casa ali, com as mesmas coisas, ou... só com umas coisas” (RT2)</i></p>
Impacto transformador		<p><i>“se não fossem as pessoas que foram... o click inicial da Minga, que foram a motivação da Minga existir haaa provavelmente seria difícil a criação de uma Minga sem essas pessoas não é, quer dizer. Senão, senão era como eu tinha dito à bocado, já teria existido uma Minga antes, né, se houvesse sensibilidade da população de Montemor [...] se não fossem essas pessoas a estarem em Montemor, provavelmente ou a coisa iria acontecer muito mais tarde ou não iria acontecer de todo.” (R29)</i></p> <p><i>“acho que veio abrir uma porta. Seria uma porta que estava ainda por abrir, ligada aos biológicos, ligada a esse tipo de iniciativas e... É bom p’ros grupos que vêm cá também, p’ras pessoas que cá vêm.” (R15)</i></p> <p><i>“eu acho que ela tinha mesmo que abrir. Acho que foi aberta mesmo no tempo certo, e a Minga foi uma grande lição até p’a muita gente. [...] muita gente de cá, porque há uma certa inércia também em alguém fazer alguma coisa.” (RT2)</i></p> <p><i>“p’ra mim isso era uma coisa impensável. Portanto nunca avançaria com coisa nenhuma sem saber que, porque é importante p’ra minha segurança [financeira]. [...] Mas de qualquer maneira, hoje em dia, se a a Minga acabasse seguramente que eu abria ali uma loja [de hortícolas transformados]. [...] a Minga veio na altura certa e, e também p’ra que se perceba que isto é possível.” (RT2)</i></p>
Potencial aumentar impacto	para o	<p><i>“o sentido é estar a tentar abrir, o caminho é p’ra tentar abrir, p’ra um desenvolvimento mais... [...] significativo” (R1)</i></p> <p><i>“eu acho que a Minga é importantíssima mas [...] ainda ‘tá muito verde, ainda ‘tá verde.” (R1)</i></p>

	<p><i>“oportunidade de andarmos um bocadinho mais p’ra frente, desenvolvermos mais qualquer coisa! [...] Na agricultura, se eles quiserem, neste caso na habitação, e perde-se.” (R1)</i></p> <p><i>“a habitação a precisar de ser reabilitada em Montemor é muita! Se houver alguém que seja capaz de contribuir p’ra isso acho que é sempre bom, acho que é sempre bom!” (R1)</i></p> <p><i>“se aquilo corresse bem até era bom [risos] podia aumentar” (R15)</i></p> <p><i>“O projeto que ‘tamos a desenvolver da habitação também morreria, portanto, o terreno que andamos a pressionar a Câmara e que dificilmente neste momento a Câmara conseguirá dar-lhe outra utilização, ou permitir que outra entidade lhe dê uma utilização, pode fazê-lo mas com algum peso, com algumas perdas em termos eleitorais, porque já está, já é do conhecimento de muita gente qual é o projeto que temos p’ali e o que é que queremos fazer. Ahhh portanto teriam que arranjar alguma coisa muito melhor que isto...” (R10)</i></p> <p><i>“Acho que ainda não atingimos tudo o que queríamos, acho que também... Mas acho que em 5 anos já, já se desenvolveu bastante.” (R13)</i></p> <p><i>“acho que ainda há muito a fazer.” (R15)</i></p> <p><i>“Na habitação é como lhe digo, a habitação a precisar de ser reabilitada em Montemor é muita! Se houver alguém que seja capaz de contribuir p’ra isso acho que é sempre bom, acho que é sempre bom!” (RT1)</i></p> <p><i>“eu acredito que eles ainda lá vão chegar. Mas ainda têm que passar um bocadinho” (RT2)</i></p>
--	---

Objetivo 4

Dimensão 2 – Participação

Tabela A2.1 - Impedimentos à participação cívica

Categorias	Unidades de recorte
Afastamento político	<i>“eu insisto p’ra eles irem às reuniões da Minga não é, porque aquilo não é uma espécie, não tem nada a ver com política, é falarmos sobre os problemas!” (R1)</i>
Não identificação	<i>“como é que se corta essa barreira de, “há isto não é para mim”, não sei., isto é uma questão que eu me faço também em relação às pessoas que não vão às reuniões municipais, que acham que não é para eles, não sei...” (R3)</i>
Desinteresse cívico	<i>“as pessoas gostam de criticar, gostam de ter as coisas feitas mas não gostam de participar [...] são socialmente preguiçosas” (R29)</i>
Rotinas exigentes	<i>“é a vida, é a vida que nos leva a isso, esta azáfama do trabalho, rotina, filhos, depois, sei lá, nunca temos tempo pra nada e acabamos depois por delegar no poder local, acabamos por delegar essa responsabilidade, e depois é-nos fácil culpar o poder local” (R29)</i>
Desconfiança em relação ao desconhecido e à diferença	<i>“É uma espécie de um medo! [risos] ‘Não quero ‘tar aí, não sei o que é que aquilo vai dar!’ Quando aquilo não é nada! [...] as pessoas desconfiam, e com algumas razões, não é? ‘O que será isto, que é tão diferente do que ao que eu ‘tou habituada?’ [Risos]” (R1)</i>

Tabela A2.2 – Estratégias identificadas para aumentar a participação da população montemorense nas atividades da Minga

Categorias	Unidades de recorte
Ajustar os modelos de comunicação	<p><i>“se eles tivessem o coiso de dizer “olhe lá, vamos fazer uma reunião, queríamos lá dizer isto ou aquilo e gostava que viesse” ou pronto, só dizerem-me que eu ia, também não é preciso... epá, não sei, se aquilo tivesse como isto aqui tá [cartaz informativo], eu sabia, mas não põem disto.” (RT1)</i></p> <p><i>“trazer outro tipo de população naquele bairro, se calhar vai conseguir alargar [...] dar mais visibilidade” (R3)</i></p> <p><i>“Essas reuniões normalmente são marcadas nas reuniões abertas a toda a gente. Portanto o conhecimento que é dado é na ata[não consta nas atas essa informação!!!] da reunião aberta e aos presentes. [...] a ata é distribuída por todos os... as pessoas que optaram por ‘tar no mailing list. Só, só recebe informação quem, optou por recebê-la.” (R10)</i></p>
Utilização de espaços públicos	<p><i>“E na última reunião que houve, só p’ra discutirmos os, a questão agroalimentar, por causa do escoamento dos produtos, foi ali na Junta de Freguesia, e a sala tava cheia! E foi ótimo ver que eram pessoas de Montemor, havia muita gente de Montemor! Talvez fossem muito mais de Montemor do que os... [...] os novos residentes.” (R1)</i></p> <p><i>“a Minga tem o seu espaço não é. É mais a pessoa que vai, pronto, colaborar [...] Não é um espaço onde toda a gente vai. [...] Eles têm um nicho de pessoas!” (R3)</i></p> <p><i>“em vez de tentar trazer as pessoas no nosso local, para discutir um tema que se calhar pronto, não vão discutir, aproveitar o local onde as pessoas estão, para, para ir falar dum assunto que diz respeito a todos” (R3)</i></p> <p><i>“Em vez de obrigar as pessoas a vir ter connosco, de nós de facto fazer essa, essa, estar nos sítios, [...] usar um bocadinho a criatividade para, pronto. Eu acho também que o estar na Casa Branca, com as Oficinas, com as pessoas da Casa Branca também permitiu fazer isso, pronto.” (R3)</i></p> <p><i>“não vejo iniciativas que deem p’ra mostrar as pessoas. Não, não vejo, quer dizer, que as pessoas, que as pessoas tenham grande visibilidade ali. Vejo aquilo um bocadinho fechado. Agora já têm uma bancazita ali ao sábado, ali no mercado e não sei quê, eles precisavam de andar mais um bocadinho p’ra frente, mas esse bocadinho p’ra frente não podem andar sozinhos” (RT1)</i></p>

Tabela A2.3 – Motivações dos sócios entrevistados para se aproximarem da Minga

Categorias	Unidades de recorte
Identificação com a visão e princípios	<p><i>“a Minga foi, óbvio o interesse, porque também entrava com essa noção de que se pode fazer outras coisas e de outra forma” (R3)</i></p> <p><i>“me identificar com os outros princípios da Minga, de decrescimento, desenvolvimento regional, etc.” (R10)</i></p>

	<p><i>“para mim faz todo o sentido se queremos mudar este paradigma [...] a união das pessoas em coletivos não é, em... em espaços de interajuda também” (R29)</i></p> <p><i>“eu gosto imenso daquilo. Porque é um projeto que me agrada [...] e acho que ‘tão certos, e acho que é um caminho que é preciso seguir... Não, identifico-me com aquilo que aquela loja abriu, e meti-me muito lá porque reconheço-me naquilo, sabes?” (RT2)</i></p>
Identificação com o modelo organizacional	<p><i>“como ‘tou envolvido neste tipo de atividades e passando a residir aqui... faz todo o sentido trazer a experiência que já tinha de cooperativas p’ra desenvolver a Minga” (R10)</i></p> <p><i>“é um projeto com o qual eu me identifico muito[...] na maneira como funciona, e p’a mim é... É mesmo um exemplo de, de, de democracia e de... e de capacidade de escuta e de trabalho em equipa.” (R13)</i></p> <p><i>“Eu achei o projeto muito interessante, porque gosto muito dessa... Gosto muito dessa vertente do cooperativismo e da união de, da união de esforços para o bem comum [...] Decidi associar-me à Minga porque me identifico [...] com essa vertente do cooperativismo” (R29)</i></p>
Identificação com a estratégia organizacional	<p><i>“ter uma sociedade em que tudo ‘tá dividido [...] a mim não me faz muito sentido e eu revejo-me na, nessa palavra do integral” (R3)</i></p> <p><i>“tudo pode jogar junto [...] é uma, uma boa forma de criar uma nova dinâmica numa comunidade” (R3)</i></p>
Desenvolvimento local	<p><i>“desenvolver [...] o meu novo local de residência” (R10)</i></p>
Novas relações sociais	<p><i>“gosto muito de, de pessoas mais novas, de manter esse contato também fora da minha geração” (R3)</i></p> <p><i>“Cria mesmo uma comunidade” (R3)</i></p> <p><i>“também era bom p’ra conviver e conhecer pessoas novas” (R15)</i></p>
Escoamento de produtos	<p><i>“tinha a horta, também trabalhava numa horta e também me interessava fazer o escoamento dos meus produtos” (R1)</i></p> <p><i>“na altura tinha aí uma melzito p’ra escoar, uns produtos da horta, uns chás e um artesanato” (R15)</i></p> <p><i>“a Minga interessa-me sobretudo porque dá-me hipótese, enquanto cooperante, de vender os meus produtos lá e poder trocá-los por outros produtos de outros cooperantes” (R29)</i></p> <p><i>“têm um valor, e quando são vendidos, esse valor fica em saldo não é, no meu saldo enquanto cooperante, e eu posso utilizar esse saldo para trazer produtos de outros cooperantes. Isso para mim é muito... é bonito, e faz todo o sentido. [...] acaba por me sair mais barato não é, a mim, porque produzo, para, para poder ir buscar isso, gosto, gosto dessa troca, gosto dessa troca.” (R29)</i></p> <p><i>“Era mesmo o que me apetecia fazer. E também ali a ida a, à Minga, e meter alguns produtos na Minga era também p’ra que, p’ra que todas as pessoas pudessem comer os produtos que alguns consideram ainda de elite [...] Eu sempre tive esta ideia um bocadinho romântica de que toda a gente tem que ter direito a isso, e então baixei os preços [ênfase], e... eu acho que consegui, de qualquer maneira os meus objetivos, sim.” (RT2)</i></p>

Tabela A2.4 - Práticas participativas dos entrevistados

Categorias	Unidades de recorte
Atividades de debate e reflexão	<i>“participo mais nas, nas, nas, nos debates, nas reflexões, sobre os temas de, da sociedade”</i> (R3)
Atividades lúdicas	<i>“vou nas festas de anos”</i> (R3)
Cliente	<i>“cliente da loja [...] principalmente no Natal”</i> (R3) <i>“lá no mercado já tenho levado produtos deles.”</i> (R15)
Escoamento de produtos	<i>“tenho produtos meus à venda”</i> (R29) <i>“Talvez aí já há mais de dois anos, que vendo ali umas coisas de vez em quando, umas certas coisas, não é tudo.”</i> (RT1) <i>“durante... dois anos e meio eu fornecia a Minga, fornecia através da Minga uma cooperativa em Lisboa [...] com cabazes.”</i> (RT2)
Reuniões	<i>“já há muito tempo que não vou a, às reuniões”</i> (R3) <i>“neste momento não estou muito ligado à Minga [...] ainda ontem houve uma reunião da Minga e eu não fui, não tenho ‘tado muito presente”</i> (R29)

Tabela A2.5 - Motivos para os entrevistados não participarem mais ativamente

Categorias	Unidades de recorte
Estabilidade profissional	<i>“se calhar para mim, que já tenho o meu lado profissional assegurado, é por isso que não invisto neste, mais na Minga”</i> (R3) <i>“não tenho ‘tado muito presente de facto na Minga, enquanto sócio não sou sócio... ativo. Porque concentro a minha atividade aqui [local onde trabalha]”</i> (R12) <i>“tenho a minha participação um bocado limitada porque pronto, tenho o meu trabalho e tenho a minha vida, que às vezes não me permite ‘tar cá muito tempo, em Montemor”</i> (R29)
Desorganização	<i>“eu sou uma pessoa mais ou menos organizada, e então, eu a mim, custa-me ahhh e isto acontece às vezes estar numa organização e depois...”</i> (R3) <i>“não há, não há, na reunião não há, não há assim muitos assuntos. Vá, há muitos assuntos, mas os assuntos, pronto, não ‘tá organizado, pronto.”</i> (R3) <i>“dispersa-se... humm... eu não... pronto, não, não, tenho energia, pronto”</i> (R3) <i>“tentar que as coisas sejam mais, mais organizadas, como eu ache [ênfase] que deveria ser”</i> (R3) <i>“Se aquilo fosse tudo bem organizado... [...] Se um dia aquilo mudar, não quer dizer q eu não volte lá! Mas pra mim tem que ser outro tipo de situação, mais segurança”</i> (R15)
Baixo compromisso	<i>“aborrece-me que passamos uma hora, primeiro à espera das pessoas”</i> (R3)

Práticas não suficientemente democráticas	<i>“já não tenho energia, eu, para tentar que as coisas sejam mais democráticas” (R3)</i>
Baixo contributo para a estrutura	<i>“a minha área, a minha área não vai muito de encontro, a minha área profissional não é, não que não tenha interesse no, no, no conceito que a Minga é, que tenho, bastante, mas também não me sinto, não tenho conhecimentos técnicos não é, não tenho conhecimentos para ser...útil. [...] quer dizer, não percebo nada de economias, nem de contabilidades, nem de...nem de gestão associativa” (R29)</i>
Conflitos	<p><i>“resolvi sair porque na altura houve lá umas coisas que não me calharam lá direito. [risos] E então, à boa alentejana a gente...sai. Quem não tá bem muda-se [...] disse algumas coisas que eu não gostei [...], digo “olha atão vou-me embora, pronto” e levei as coisas e vim-me embora. [...] assim acaba o stress.” (R15)</i></p> <p><i>“se precisar de lá ir vou! [...] Não tenho problema nenhum com isso, pronto, mas ninguém gosta de ser maltratada e voltar ao local, é verdade!” (R15)</i></p>
Baixo nível de empatia	<p><i>“eu acho que podiam ajudar as pessoas primeiro, para que aja... pelo menos um afago, e as pessoas sintam mais úteis e, e que...sintam que eles até tão preocupados com essas questões! Que são problemas p’ra ti! Tu é que não tens atividade aberta, não é, mas quando tu metes lá as coisas, se calhar podia haver um cuidado diferente, uma maneira diferente de olhar p’ra isso, p’o teu problema, porque tu se não tens atividade aberta é porque não consegues! Então, como é que fazes, deixas de meter lá as coisas e eles ficam a perder com o negócio, não é” (RT2)</i></p> <p><i>“falta-lhe estaleca, p’ra perceber. E as pessoas às vezes só precisam de coisas muito simples” (RT2)</i></p> <p><i>“E o facto de tu não pensares que isso pode mesmo mexer muito [ênfase] com a vida do outro já me incomoda. Porque... afinal... ah tás a falar tanto das tuas teorias, de como queres viver, de como não sei quê, e... mas tu queres viver assim, mas não ‘tás nada incomodado que o outro ‘teja a passar mal por tu queres viver assim. Pá! Não... eu não, não, eu não aceito isso muito bem... Não...” (RT2)</i></p>
Questões particulares	<i>“talvez tenha sido também problemas de saúde que, quando acabei com isto assim mais a sério” (RT2)</i>

Dimensão 3 – Cooperação

Tabela A3.1 – Motivos para o conflito

Categorias	Unidades de recorte
Pagamentos	<p><i>“eu às vezes pedia as contas e depois... às vezes aquilo não corria lá muito bem” (R15)</i></p> <p><i>“entrava algum que sabia bem, mas olha! Demorava, passava dois e três meses sem ir lá fazer contas, por isso... mais vale ter algo, pouco mas certo, do que mais um pouco e ‘tar-me a chatear muito.” (R15)</i></p>

	<p><i>“A dada altura já me comecei a aborrecer um pedacinho com a Minga... Que eu acho que não tenho que ir mendigar o meu dinheiro!” (RT2)</i></p> <p><i>“Tu meteres lá todos os dias as coisas, teres o cuidado de ires todos os dias à Minga levar coisas frescas, acho que... eu ou outra pessoa qualquer, epá quando chega ao fim do mês tem que ter as coisinhas dele tudo ali em ordem.” (RT2)</i></p>
Fragilidades no planeamento/organização da secção agrícola	<p><i>“Depois a gente às vezes diz que tem lá uma coisa e depois já aparece outra e aquilo é um bocado... E então pra não me tar a chatear mais...!” (R15)</i></p> <p><i>“E ‘tava-me a aborrecer que aquilo era muita confusão já, e depois um dizia uma coisa, e depois o outro faz outra, e depois o outro não sei quê...” (RT2)</i></p>
Afastamento dos processos de decisão	<p><i>“Foi quando o patamar de cima, quando há essa divulgação de Minga e isso, importantíssima! [...] foi nessa fase que... despegou-se um pedacinho dentro, o alto e os menores, sendo que os produtores são considerados, pronto, o final da cadeia, não é. Acho que foi nessa altura.” (RT2)</i></p>
Baixo nível de responsabilização	<p><i>“se o primeiro e o segundo antes de mim não faz o trabalho, o terceiro tem que fazer o trabalho dos outros dois, e eu comecei a ficar lá horas, horas, aaa para deixar aquilo limpo, p’ra deixar aquilo arrumado... E, uma vez tu fazes. Uma semana tu fazes. Mas quando tu vês que não se chama à responsabilidade das outras pessoas, então aí tu já és maluquinha! Nã’é? Quando elas recebem mais que tu, então ainda és mais maluquinha! [risos] se ‘tás a estagiar mas não apareces lá durante dois meses... então? Quem é que é maluco? É o outro que faz o trabalho por ti, não é? E... e depois aí afastei-me mesmo...! Disse, epá não é isto, não é...” (RT2)</i></p>
Comportamentos hostis	<p><i>“ele é agressivo, não valia a pena ir logo dizer, se eu fosse logo dizer “ah não, a minga não porque eu já lá tive e nan nan nan” opá! Ia ali desencadear uma discussão e eu não gosto disso.” (R15)</i></p> <p><i>“às vezes é um bocado assim levar um par de coices, pra falar bem e depressa, e agente já se farta de trabalhar e coiso, não tamos pra isso. Aturar gaiatos. Ele não pode ser assim, umas vezes adulto outras vezes criança.” (R15)</i></p> <p><i>“era tudo uma camada de... de miúdos! Que se levantam maldispostos! E depois ainda vêm... tu já ‘tás levantada há 4 ou há cinco horas, a trabalhar p’ra eles!! [risos] Porque não era paga! Não é, tás a trabalhar, e depois ainda ouves “ah! Mas falta aqui mais uma alface!”, “ah! Mas aqui também falta não sei o quê!”, mas sempre com um, com tom de crítica, sabes?! [impercetível] Bom, ‘tão, se calhar vou ter que lhes ensinar, como é que fazem, não é, p’ra fazerem eles, e já não precisam de ‘tar a criticar os outros [risos], não é? Só porque fizeram. E... e houve ali 4 ou 5 situações... olha, chegou um dia [conta o episódio] Acabou! Sabes?! Não quero saber mais disto!” (RT2)</i></p>

Tabela A3.2 – Fatores que contribuem para relações de confiança

Categorias	Unidades de recorte
------------	---------------------

Partilha de custos	<p><i>“nos festivais... mas eu acho que eles fazem às vezes, também, há um grupo de... que vende isto e aquilo e organiza-se e vão num local” (R3)</i></p> <p><i>“já me propôs também levar produtos [para feiras]” (R29)</i></p>
Aumento do poder económico	<p><i>“união de, de produtores locais, por exemplo... haamm para as pessoas também poderem escoar os seus produtos entre si [...] ter alguma forma de... de subsistência não é.” (R29)</i></p> <p><i>“Não quer dizer que não peça ajuda ao Miguel p’a me ajudar na contabilidade e na parte dos relatórios e não sei quê ou que não pague ao Miguel p’ra me ajudar nisso, tás a ver? Ou que... pague a um [impercetível] da Minga p’a me ajudar a produzir os conteúdos, ‘tás a ver?” (R13)</i></p>
Aprendizagem coletiva partilhada	<p><i>“há pessoas com mais experiência e com menos experiência e a experiência dessas pessoas, prontos, com mais conhecimento, acabam por contagiar outras pessoas que ‘tão agora a começar a querer vender os seus produtos e como é que se dá os primeiros passos e como é que preparas isto, e até o design e etc., o packing das coisas e sei lá! E esse confronto de, e essa, sei lá, essa diferença de nível faz com que quem tá a começar também cresça mais depressa nesse sentido [...] quando se encontram pessoas tão diferentes depois brota um conhecimento que acaba por fazer beneficiar e por haver um crescimento mais acelerado, crescimento do conhecimento.” (R12)</i></p> <p><i>“Esse nosso amigo que já teve a mercearia de produtos biológicos [...] tem imensa experiência p’ra partilhar.” (R13)</i></p>

Tabela A3.3 – Níveis de desconfiança dos sócios colaboradores

Categorias	Unidades de recorte
Desconfiança na organização	<p><i>“Pá, têm confiança senão não iam lá pôr o produto, não, não querem é participar no capital, ainda.” (R10)</i></p> <p><i>“nós falámos que era preciso uma plataforma de escoamento de não sei quê de Montemor. Não é a Minga, porque a Minga não consegue.” (R15)</i></p> <p><i>“não pode ser a Minga, tem que ser alguém com mais estofo, com mais capacidade e mais calma. E não pode ser só uma pessoa, aquilo tem que, se calhar em conjunto com o município seria bom.” (R15)</i></p> <p><i>“não ter escoamento! [ênfase] se eu tiver aqui 20 alfaces elas vão-se estragar se calhar umas dez ou mais. Eu já tive e estragou-se, tive alho-francês no terreno e não consegui lá meter nada. [...]na altura acho que já tinha algumas Cantinas.” (R15)</i></p> <p><i>“se fosse uma pessoa à parte da Minga até seria melhor! [ênfase] [para coordenar o armazenamento e escoamento de produtos hortícolas] Não era de costas viradas pra Minga, até podia fazer de circulação de algumas informações e produtos. Só, não. Eu acho que não. Assim uma coisa em maior, até porque é muita responsabilidade e... tem que haver mesmo o escoamento das coisas.” (R15)</i></p> <p><i>“as pessoas fogem de levar porque depois não, fogem de levar e de produzir, logo à partida... [...] podem não entrar todas [as alfaces], ou se entrarem todas há-de haver alguém que não entre.” (R15)</i></p>

	<p><i>“nós não podemos levar isto tão à séria, porque não conseguimos, não pode, não nos consegue valer!” (R15)</i></p> <p><i>“aqui existe um, dois problemas. Um é poder-se produzir e saber p’ra quem e aonde se vai pôr.” (RT1)</i></p> <p><i>“Também posso ir diretamente à Câmara e inscrever-me p’ra fornecer as Cantinas. [...] Dá mais resultado fornecer diretamente, porque ao fornecer as pessoas posso saber mais ou menos o que é que elas vão precisar.” (RT1)</i></p>
Desconfiança entre produtores	<p><i>“é cada qual p’ra si [...] nós entre nós já somos mauzinhos como é que nos havemos de entender com os outros, não é” (R15)</i></p> <p><i>“muita gente isso desacerta-se tudo!” (RT1)</i></p> <p><i>“pareceu-me sempre que... há ali uma coisa ‘ah ela quer cenouras se calhar é porque a cenoura é mais cara ou porque ela venda melhor a cenoura’. [...] não valorizando o produto com o qual ia trabalhar! Nunca se conseguiu fazer isso aqui, e também foi uma... uma decepção do caraças, p’ra mim, pronto...” (RT2)</i></p>
Desconfiança no cooperativismo	<p><i>“Há dois ou três produtores que aparecem quando têm excedentes e vão vender à loja, e não, não querem fazer parte da cooperativa. O estigma, entre essa população o estigma de uma cooperativa ainda é grande. [...] ainda não chegámos lá. [...] Confiança. Aqui há uma questão de confiança” (R10)</i></p> <p><i>“há muita coisa que é preciso, as cooperativas pá...aquilo...” (R15)</i></p> <p><i>“a X mas é uma empresa privada. [...] a direção sabe mas depois os outros não sabem e... anda ali um bocado de costas virados uns p’ros outros também. [...] mas as cooperativas todas sempre funcionaram assim” (R15)</i></p> <p><i>“O sistema cooperativo em Portugal foi sempre muito mau. Sabe o que é que eu costumo dizer? Quando se pensa em fazer uma cooperativa, uma reunião, uma coisa qualquer dessas, somos 10, quando de lá saímos da reunião ficam logo 5 a um canto a ver como é que é a maneira de lixarem os outros.” (RT1)</i></p>

Tabela A3.4 – Fatores que contribuem para relações de desconfiança

Categorias	Unidades de recorte
Desigualdade (Coordenação)	<p><i>“nós temos que ver que quando há um espaço pequenino tem que dar p’ra todos [ênfase].” (R15)</i></p> <p><i>“tudo equilibrado [...] nós iríamos cultivar de maneira equilibrada.” (R15)</i></p> <p><i>“alguns que eram vendidos, dos outros, e os meus também não eram.” (R15)</i></p> <p><i>“na altura só dizia “epá tenho lá as coisas...haa vê lá...” “Ah agora temos cá, agora temos cá, flano e beltrano trouxe”. Pronto, uns metiam sempre e outros nunca metiam.” (R15)</i></p> <p><i>“enquanto ele tiver lá por exemplo cebolas não vai pôr de mais ninguém. E os outros que produziram as deles?” (R15)</i></p>

	<p><i>“a Minga não tem capacidade, no meu entender, de escoar os produtos equilibradamente. Depois começou-se a notar que uns entravam com os produtos mesmo sem pedir autorização, outros não podiam lá pôr nada...” (R15)</i></p> <p><i>“se alguns agricultores saíram de lá, por alguma razão foi. Aquilo é preciso outra, outra dinâmica se calhar, ou então passa a ser só de alguns produtos e não de outros. Também pode viver assim...! Só ter hortícolas quando é preciso, ou quando querem ir buscar, ou da horta do X, ou então quando há uma encomenda e vendo quem tem e perguntar e irem buscar. Não é obrigado a mudar! A sua estratégia. Não será é uma cooperativa de todos os agricultores ou de muitos agricultores. Poderá ser só de vez em quando, não sei...” (R15)</i></p> <p><i>“Isto é custoso de fazer vingar estas coisas porque há sempre pessoas e eu, tenho-me batido por muitas coisas, por isso falo e sei que é verdade! Aparecem logo pessoas que é assim, ficam acima dos outros e conseguem receber mais que os outros. Tenho vários exemplos de coisas dessas.” (RT1)</i></p> <p><i>“aquilo quando chega depois começam todos a querer tirar de lá um bocadinho e depois pronto, não chega.” (RT1)</i></p> <p><i>“Depois entretanto, quando eu sai, não é, não havia ninguém a produzir p’ra Minga. [...] quem é que achas que andou [risos] a sustentar aquilo tudo?! Era eu! Era eu... que sustentava aquilo tudo...[...], coração, lombardo, alfaces, batatas, nabos, sei lá...” (RT2)</i></p>
Liderança assertiva	<p><i>“eu acho que ela ‘tá a fazer um mau papel, [...] nem sequer tá a fazer um mau papel por ela, ou por maldade ou por, por decisão dela, de fazer errado, não! Acho que ela sabe pouco e não sabe fazer as coisas bem feitas [...] tá a fazer ali um papel que... de organização das, da produção local, que é péssimo!! E não pode ser assim. Realmente o escoamento tem sido um desastre!” (R1)</i></p> <p><i>“e haver alguém a orientar isso tudo.” (R15)</i></p> <p><i>“havia produtores, eu conheci uma que entrava lá com o que queria, apanhava da horta, depois ralhavam com ela mas ela acabava por deixar lá as coisas, pronto... e pá... há que ter ali braço forte. E acho que a maior parte dos produtores, acho que abandonaram um bocado a Minga.” (R15)</i></p> <p><i>“percebeu a gravidade [...] e resolveu-me o meu problema. [...] têm uma visão completamente diferente do resto. E aquilo ali é mesmo uma mais-valia p’ra eles, a meu ver também.” (RT2)</i></p> <p><i>“têm outro, outra maneira de organização... [...] é um grande, uma mais-valia p’ra Minga aquelas meninas [da âmbar] terem chegado ali.” (RT2)</i></p>
Baixo nível de compromisso dos produtores	<p><i>“as pessoas andam ali sem compromisso.” (R15)</i></p> <p><i>“Mas era preciso os agricultores reunirem-se todos, entrar em acordo” (R15)</i></p> <p><i>“e o que houver é p’rali, não é p’ra outro lado! [ênfase] Tem que ser assim!” (RT1)</i></p> <p><i>“nunca assumiram compromisso nenhum [refere-se aos produtores] [...] ‘ah hoje tenho muito tomate, ah não vou deitar fora, vou levá-lo à</i></p>

	<p><i>Minga, mesmo que já não esteja em condições.’, ‘ah hoje vendo melhor, ou o preço melhor é no mercado, ah então não levo nada p’ra Minga!’ Mesmo que não houvesse nada na Minga.” (RT2)</i></p> <p><i>“as pessoas nunca chegaram... Eu perguntei algumas vezes o que é que elas queriam da Minga, o que é que tinham p’ra oferecer à Minga, e nunca ninguém me... conseguiu responder isso.” (RT2)</i></p> <p><i>“Não percebo se vamos entrar todos com o mesmo, se assumimos todos o mesmo compromisso, é uma coisa fixe e pode, e pode evoluir p’ra uma coisa muito boa mesmo. Se vamos lá só de vez em quando, ou quando “tenho muito, vou lá deixar à Minga”, isso já não me parece bem.” (RT2)</i></p>
Baixo nível de responsabilização da Cooperativa	<p><i>“A nós já nos aconteceu de tudo, dizerem assim, ‘olha faz alho-francês porque eu vou precisar’. E eu faço imenso alho-francês! E depois às tantas vou pôr o meu alho-francês, ‘Ai não traga! Porque a não sei quantas trouxe, já não preciso de nada!’. E agente fica assim... aconteceu isto com.. dez produtores!” (R1)</i></p> <p><i>‘eu tive aqui canteiros cheios de coisas que a Minga não me escoou nenhum produto. Na altura estragaram-se. Depois faz-lhe falta a seguir.’ (R15)</i></p> <p><i>“lembro-me de uma altura, no Natal, que o Jorge me deu 100 euros, e eu tinha passado o mês todo a levar compotas, porque havia lá uma estagiária que não anotou as compotas mas vendeu-as! Mas também não sabe onde é que as registou!” (RT2)</i></p> <p><i>“E então também não vamos pedir responsabilidades! E desapareceram quarenta e qualquer coisa frascos de compota, a três euros e meio cada um...! É muito dinheiro, e é muito trabalho! Pronto, aconteciam coisas assim... E, e... E eu depois acreditar que não era só eu, portanto os outros também” (RT2)</i></p> <p><i>“ainda aluguei essas terras aí p’ra eles plantarem aí coisas, eram dezassete... Nunca chegavam a pagar as coisas a horas, nunca pagaram inclusive” (RT2)</i></p> <p><i>“se tu ‘tás a trabalhar p’ra deixar lá coisas p’ra 200 euros, tu ‘tás a trabalhar o mês todo p’ra 200 euros! Que é os que tu precisas p’ra investires, ou p’ra fazeres aquilo que tu precisas, não’é? Quando tu chegas ao fim do mês e tens que te desenrascar de outra maneira qualquer com... com a qual não ‘tavas a contar, porque aquilo ali não aparece, seja lá porque razão for, epá então aí já não ‘tamos bem porque não estamos a ajudar uns aos outros, não é, como eu não preciso, também não me incomodo nada se tu precisas dos 200 euros, quando a gente tiver a gente dá, e não pode ser porque... Eu não concordo com, com essas coisas assim.” (RT2)</i></p> <p><i>“eu ali naquelas terras, fiquei com pelo menos aí uma tonelada de coração-de-boi, que era p’ra ir p’ra cooperativa p’a Lisboa. Mas depois resolveram que não iam! Que já não queriam aquilo! [...] E depois, saiu? Vieram cá buscá-lo? Pagaram-te? É que se tu me pedes e eu assumo o compromisso de fazer, e fiz, a tua obrigação é pagares-me aquilo, porque tu é que não conseguiste, e isto não é mandar culpas p’ra cima de ninguém, porque todos erramos. Mas, lá está, o pensar “Epá, mas caramba, dantes precisavam de 150 quilos de coração e agora dizem que já não querem mas a X já os tem feitos. Então e agora como é que</i></p>

	<p><i>fazemos?” Nada! Ninguém respondeu nada! Ninguém quer saber disto, não, eles não precisam, e aguenta-te! E ainda tive o dobro ou o triplo do trabalho, que foi, apanhar aquilo, telefonar p’ra Cerci, telefonar p’ra Misericórdia, telefonar não sei p’ra onde, p’ra eles ainda me virem buscar aqui as coisas[...] Nunca ninguém chegou perto de mim a me dizer [...] ?vamos lá arranjar uma maneira de resolver o teu problema.’. Ninguém. Então fazes o quê? Voltas lá e ele diz-te outra vez “olha agora temos é que arranjar 1500 quilos de cenoura” E tu fazes outra vez, e depois? Tens onde a meter? E se eles disserem que não querem? Fazes-lhe o quê? [...] essas situações aconteceram... N vezes!” (RT2)</i></p> <p><i>“Agora tu ires plantar as coisas e abandonares as coisas e depois resolveres dizer que é experiência... epá! A mim não. E acho que é o problema deles todos. [...] recebiam 700 e qualquer coisa euros de bolsa, portanto! Portanto a gente pode fazer as experiências que a agente quiser, não é! Yá! [...] Epá... quando tens depois ao lado alguém a, com o teu esforço só a tentar arranjar dinheiro p’ra um projecto que tu querias e que continuo a querer! [...] depois custa-te muita coisa, sabes?” (RT2)</i></p> <p><i>““Ah! Então aquilo não deu certo porque isto ou porque aquilo, ou por outra coisa.’. Há sempre alguém a quem apontar o dedo, esquecemo-nos sempre que ‘tão 4 virados p’ra nós, e pronto. Achas normal alguém [...] fazer um estágio p’a Minga e que não anote as coisas que tu levas p’ra loja, ao ponto de tu perderes 300 ou 400 euros num mês! E não se pedir responsabilidade porque pronto, ‘tão ela esqueceu-se, sabe lá agora o que é que fez a isso... São comportamentos que não me parecem... parecem-me até censuráveis, digo-te já, de passagem. A sério!” (RT2)</i></p>
Baixa valorização	<p><i>“fazem muito dinheiro, sim, ‘tão mas se... se as pessoas não forem lá levar coisas, como é que é?” (RT2)</i></p> <p><i>“Se verbalizassem ‘olha X, tu durante agora este mês, nós vamos não sei p’ra onde, comprometes-te a fazer isto, e isto, e aquilo e outra coisa?’ E eu ia lá com o maior dos agrados. Agora, ir-se não sei p’ra onde, e chegarmos lá no dia seguinte ‘ah ‘tá fechado’ “Tá, mas, fechado?!’ ‘Sim, foi p’ra férias!’ [risos] Faço-me entender? [risos] Pá, não pode ser, sabes?” (RT2)</i></p>

Tabela A3.5 – Discussão coletiva

Categorias	Unidades de recorte
Esclarecimento	<p><i>“Isso eu também não percebi, se devia ser, se tinha que ser... E também tinha que ser d’outra maneira pá! Não pode ser... assim, tu pagas 10, tu pagas 20, tu pagas 5. Tem que haver um porquê.” (R15)</i></p> <p><i>“Pronto, eu acho que uma cooperativa, os sócios, todos os sócios devem ser ouvidos, devem de ser, devem ser as situações discutidas, tudo organizado e votado. Mas... não sei... também não sei como é que funciona uma cooperativa integral” (R15)</i></p> <p><i>“no campo agrícola é que eu acho que lhes falta mais, mais ação, mais ‘tarem mais presentes, mais aparecem, mais falarem, mais debatermos as coisas. Só se debatendo e falando é que se sabe.” (RT1)</i></p>

Crítica	<p><i>“eu às vezes já prefiro não dizer pra não levar [risos] p’ra não ouvir! Digamos assim.” (R15)</i></p> <p><i>“As pessoas não têm pensado muito nisso [escoamento de produtos através de uma plataforma] [...] depois sentem revolta de não ter os produtos, depois chegam lá e não lhe vendem, não sei quê, sentem revolta e saem e depois já não pensam em mais nada.” (R15)</i></p> <p><i>“Então tem lá tanta gente, então? Não me digas que não há ninguém a pensar nisso? Não há ninguém a pensar que, quer dizer vamos ter mais outra Cantina e vamos mandar vir produtos que não se sabe da onde porque não temos produtores que nos forneçam! [...]O que não falta p’ra lá é gente p’ra pensar! não, não, a minha contribuição é dada no sentido de: vou lá levar as coisas que precisam, se X [logista] fica doente ou precisa de ir a algum lado, vou lá p’ra loja. [...], e não quero mais nada, não vou a reuniões, não quero saber de coisa nenhuma disso, sabes? Zero.” (RT2)</i></p>
----------------	---

Objetivo 5

Dimensão 5 – Relações Sociais

Tabela A5.1 – Fatores de desconfiança que conduzem ao afastamento

Categorias	Unidades de recorte
Ligações político-partidárias	<i>“há algumas pessoas que acham também que quando trabalhamos com a Câmara somos da Câmara [...] e também às vezes como as ideias são mais... se calhar ideias mais... que acham que é mais de um lado do que do outro...” (R3)</i>
Exógeno	<p><i>“eu lembro-me que uma vez experimentei fazer couve-chinesa e um dos vizinhos veio ironizar sobre couve-chinesa! “Porque é que você tá a pôr couve-chinesa se há muitas couves portuguesas, não é”. E ele tem toda a razão, disse ‘olhe isto é porque é uma variedade, p’ra aumentarmos a variedade, as nossas couves são ótimas! Eu nunca estaria dizer que a couve chinesa é melhor do que a couve portuguesa, o que eu ‘tou a dizer é que é ótimo nós variarmos.’” (R1)</i></p> <p><i>“mentalidade que o máximo, o melhor de tudo é aqui, é o nosso, e, e não há nada como o nosso, e não vamos mudar nada.” (R1)</i></p> <p><i>“Eu já tenho perguntado, trouxeram-me p’a cá com dois anos, mas não sou de cá...! [risos] Eu já perguntei, “tão e os meus netos, serão?”. O pessoal fica assim a bater mal mas há muito essa coisa. É complicado, é... pronto, é um factor [...]A mãe ou o pai têm que ser de lá!” (R12)</i></p>
Desconhecido	<p><i>“de um modo geral há muita desconfiança por tudo o que é novo [...]” (R1)</i></p> <p><i>“[...] é o vir de fora, o ser diferente [...]” (R1)</i></p> <p><i>“quando eu cheguei [...]eu era a única pessoa, ainda por cima de fora, toda a gente me olhava assim com ar muito estranho, [...] eu era a única a fazer a horta biológica.” (R1)</i></p> <p><i>“acho que eles deram ali uma festa ou duas, ali na relva, no jardim ali em frente, mas pronto, lá voltámos ao mesmo, vieram de fora, vieram</i></p>

	<i>os tais gajos de cabelo grande, vieram não sei quê, vieram não sei quantos, e os outros... [...] [os montemorenses] ficam desenquadrados daquela situação (RT1)</i>
--	--

Tabela A5.2 – Fomento de novas relações sociais

Categorias	Unidades de recorte
Interação natural	<p><i>“epá, eu não gosto de tar a falar da vida dos outros, nem doenças nem nada disso e assim se falar d’outro tipo de ideias, a mim dá-me vida! Nã’é? Dá-me algum conhecimento e sempre é outra disposição, por isso... também me faz jeito. [...] Aprendemos muito, não é. Isso p’ra mim é um Mundo novo, mas bom.” (R15)</i></p> <p><i>“as pessoas às vezes vêm e não ficam só ali [na Minga]. Podem ir também a outros sítios e também deixar lá algum bem económico, n’é, comprar noutro lado, visitar, sei lá...” (R15)</i></p> <p><i>“Neste momento, Montemor p’ra mim já é um bocado estrangeiro, porque mesmo aqui em casa, até aqui eu recebo pessoas de fora, do estrangeiro. Portanto, eu não vou lá mas eles vêm cá. E já tá assim um bocado diferente. Não é todos os pontos de Montemor, mas é por exemplo no mercado, onde antigamente p’ra mim o mercado não valia nada, neste momento é diferente, que é um ponto de encontro, e depois é as pessoas com quem eu convivo que são mais evoluídas nesse sentido, do biológico, do sustentável...” (R15)</i></p> <p><i>“esta questão de ser meios pequenos, acaba por obrigar também essas pessoas a fazerem parte das dinâmicas [...] a pessoa acaba também por... por ter, por imprimir a sua própria dinâmica no, no... e por criar também dinâmicas novas se calhar nela própria...” (R29)</i></p> <p><i>“no fundo também só querem o mesmo que eu quero e que qualquer pessoa deveria querer, que é ter um sítio com qualidade para os nossos filhos, não é, que possam viver haa viver e conviver com, com... pronto, com o espaço e com a cidade e com as outras pessoas, de uma forma saudável não é.” (R29)</i></p>
Desenvolvimento de projetos	<p><i>‘Tamos todos nos projetos uns dos outros. Eu ‘tou na direção da Minga e ‘tou na direção das Ofinas, tou...” (R13)</i></p> <p><i>“nós andamos sempre todos integrados uns nos outros, ou mais ou menos [...] anda tudo ali, conhecemo-nos todos, ou quase. Conheço pessoal de fora assim.” (R15)</i></p>

Objetivo 6

Dimensão 6 – Sustentabilidade social

Tabela A6.1 – Redes de larga distância

Categorias	Unidades de recorte
------------	---------------------

Estabelecimento de redes	<p><i>“[...] faz ligação com outros grupos, por exemplo eu lembro do grupo que veio, aquele grupo dos furos [linha vermelha] [...] foi uma iniciativa genial [ênfase]” (R3)</i></p> <p><i>“eu tive conhecimento da Minga... Ahh pá foi... foi aonde... Foi no encontro de cooperativas, em Abrantes. [...] depois tive mais outro contacto, vim uma vez a Montemor, a um evento que a Minga organizou, e participar.” (R10)</i></p> <p><i>“em termos de cooperativismo, e acaba por ser também uma referência dentro dessa rede que existe. [...] são organizadas pela Minga encontros, em que, vejo as pessoas a vir cá, de outras cooperativas [...]” (R29)</i></p> <p><i>“pessoas de outros, de outros... de outros... de outros meios, que não tem que ser o cooperativismos, pessoas de eco aldeias, ou de... pessoas ligadas à permacultura, sei lá, ligadas a outro tipo de áreas que veem também na Minga um bocado o exemplo de qual o caminho a seguir” (R29)</i></p>
Fluxos estabelecidos com comunidade local	<p><i>“acho que há de facto uma, uma capacidade de fazer a ligação, entre o exterior e o de cá” (R3)</i></p> <p><i>a “é realmente mais uma possibilidade de contacto de muitas pessoas que de outra forma não se tinham conhecido ou não tinham, não tinham, não se tinham cruzado de alguma forma.” (R12)</i></p> <p><i>“Eles vêm p’ra Montemor mas depois vão logo aos sítios onde tá o povo, digamos assim [refere-se ao Mercado]. Eee começaram a ir às compras lá, começaram-se a apresentar e depois uns apresentam os outros. [...] não era diretamente ligado à Minga. São grupos porque Montemor tá um bocado, também, o... desenvolvido na área da cultura e as pessoas vêm à procura de alguma coisa nova, nomeadamente o Telheiro, Oficinas do Convento, também tá muito ligada a isto. E depois uns chamam ou outros e cada um depois desenvolve as suas ideias, como surgiu também a Minga.” (R15)</i></p> <p><i>“eles vieram certos grupos e uns chamam-se aos outros... Não é propriamente se calhar pela Minga mas em todo o caso, tudo o que vem de fora é levado à Minga” (R15)</i></p>

Dimensão 8 – Sustentabilidade ambiental

Tabela A8.1 – Percepções quanto à influência da Minga na alteração de padrões cognitivos

Categorias	Unidades de recorte
Reforço	<p><i>“por causa da Minga mas não só, eu não digo que talvez seja por causa, tem a ver com outras questões com certeza, com outros pontos de influência, mas eu noto que há mais pessoas a falar nisso” (R1)</i></p> <p><i>“Eu acho que para as pessoas que já tão nesse caminho ajuda.” (R3)</i></p> <p><i>“ter a Minga ajuda-me, reforça, e obriga-me a pensar mais sobre os assuntos porque eles tão também aí comigo a pensar nesses assuntos.” (R3)</i></p>

	<p><i>“nitidamente ajuda quem quer haaa pensar um bocadinho mais sobre a sua forma de viver e o que consumimos, essas coisas, eu acho que reforça, reforça no mínimo.” (R3)</i></p> <p><i>“sem a Minga não, não... haaa há menos essa preocupação a nível local” (R3)</i></p> <p><i>“Temos sempre mais conversas, há sempre mais... há uma presença, há uma discussão que ‘tá presente. Eu posso ter a minha cabeça centrada noutras coisas mas há um ruído no bom sentido, há uma coisa que tá presença, tá acesa, há mais luzes.” (R12)</i></p> <p><i>“Sim, acho que [a Minga] ajuda” (R13)</i></p> <p><i>“Isto ligado à agricultura sustentável, ideias sustentáveis, tá muito ligado também às pessoas que vieram de fora. E que nos vieram também abanando um bocado. Mas também cá há outras que eu conheço que já cá vivem e que também já ‘tavam ligados a isso.” (R15)</i></p> <p><i>“p’ras pessoas se, se... se quiserem, se quiserem interessar p’la Minga e p’los objetivos que a Minga tem é porque realmente se identificavam com isso” (R29)</i></p>
Alteração	<p><i>“Quem ainda não tá nesse caminho, não sei. Eu não sei se consegue... as pessoas que ainda não tão nesses pensamentos e nesses... isso não sei...” (R3)</i></p> <p><i>“não sei se consegue alargar ou se as pessoas que vêm cá já pensam que têm que fazer algo” (R3)</i></p>

Tabela A8.2 – Perceções quanto à influência da Minga na alteração de padrões comportamentais

Códigos		Unidades de recorte
Facilidade de acesso a produtos	no a	<p><i>“uma pessoa que quer comer local, é mais fácil desde que há a Minga. [...] Eu acredito que pessoas que como eu, que começo a ter mais essa atitude [...] ter algum cuidado com o que consome, onde vai e a forma como consome, é facilitado pela Minga, pronto.” (R3)</i></p> <p><i>“uma iniciativa nova que permite às pessoas pensarem um bocadinho, “epá se há ali bio não vou comprar outro... e deixa cá ver se os bio são melhores, devem ser melhores” (R15)</i></p>
Recurso produtores locais	a	<p><i>“Pode trazer outras pessoas da família, que sabem, que a coisa ‘tá na Minga, obviamente uma pessoa que faz alguma produção e que tá na Minga, obviamente que depois pode trazer outras pessoas, por isso sim!” (R3)</i></p> <p><i>“são pessoas que produzem aqui, isto também ajuda [...] trazem pessoas e vão falando, por isso sim, eu acho que é, sem dúvida que tem alguma influência.” (R3)</i></p>
Qualidade dos produtos	dos	<p><i>“uma senhora que eu conhecia [...] fazia assim a sua avaliação muito pouco positiva, e de repente essa senhora está lá na Minga, vai comprar pão à Minga, porque o pão é bom e vem do forno de lenha não sei da onde... Ou seja, a pouco e pouco vai-se mudando. [...] nesse aspeto a Minga tem um papel importante.” (R1)</i></p>

“há algumas pessoas que, que já têm esse cuidado, levando produtos que sejam assim feitos localmente, com produtos bons.” (R1)

“a Minga, já por várias vezes ahhh promoveu... ahhh a visita dos consumidores aos produtores, e isso é importante n’ê, [...] gera confiança do consumidor para com o produtor, e gera responsabilidade do produtor em manter que se o seu produto seja confiável, não é, portanto, creio que veio, veio provavelmente mudar hábitos de, de produção e, e veio fortalecer que essa produção seja realmente... ahhh feita de forma...de forma saudável.” (R29)